

# **SUPLEMENTO**

## **CONTAS DOS GOVERNANTES**

Apreciação das contas dos chefes de Poder  
Executivo pelos tribunais de contas do Brasil

DONATO VOLKERS MOUTINHO

**Blucher**







Quadro 4 - Apresentação das contas, conforme constituições estaduais e regimentos das casas legislativas.

UF	Presidente da República/Governador de Estado							Prefeito			
	Prestação de Contas				Tomada de Contas						
	APR <sup>1</sup>	REC <sup>2</sup>	PER <sup>3</sup>	DAT <sup>4</sup>	CMP <sup>5</sup>	COM <sup>6</sup>	DAT	PRD <sup>7</sup>	REC	DAT	CMP
Dispositivos destacados da CRFB/1988, das Ce <sup>8</sup> e dos RI <sup>9</sup> das CDP <sup>10</sup> , ALE <sup>11</sup> e CLD <sup>12</sup>											
	Contas aguardará, para pronunciamento definitivo, o levantamento das contas do Governador do Estado, a ser precedido por uma Comissão Especial, composta por representantes do Poder Legislativo e por técnicos devidamente habilitados. § 1º. A Comissão Especial levantará as contas do Governador do Estado no prazo de sessenta dias. § 2º. A Comissão Especial terá os poderes referidos no artigo 99, §§ 2º a 5º, cabendo-lhe convocar os responsáveis pelo sistema interno e todos os ordenadores de despesas das administrações públicas direta, indireta e fundacional dos três Poderes, para comprovar, no prazo que estabelecer, as contas do exercício findo, na conformidade da respectiva lei orçamentária e das alterações havidas na sua execução. § 3º. O levantamento da Comissão Especial será enviado à Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas para análise e parecer. § 4º. A prestação de contas, após iniciada a tomada de contas, não será óbice à adoção e continuidade das providências relativas ao processo por crime de responsabilidade, nos termos da legislação especial. Art. 235. A prestação de contas do Governador do Estado será, obrigatoriamente, incluída em primeiro lugar na Ordem do Dia das sessões ordinárias e extraordinárias, quando não houver veto a ser apreciado pelo Plenário, dentro do prazo de cento e vinte dias de sua entrada na Assembleia Legislativa.										
GO	GE	ALE	AN	16/abr	ALE	SPR	16/abr	SPR	TCM <sup>23</sup>	(ASL+60)	SPR
	Ce-GO, Art. 11. Compete exclusivamente à Assembleia Legislativa: [...] VII - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; [...] XIV - proceder à tomada de contas do Governador, quando não prestadas dentro de sessenta dias após a abertura da Sessão Legislativa; [...] Art. 16. A Assembleia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. § 1º. As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando caírem em sábados, domingos ou feriados. [...] Art. 37. Compete privativamente ao Governador do Estado: [...] XI - prestar à Assembleia as contas anuais relativas à receita e à despesa públicas, até sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 77. Compete privativamente ao Prefeito: [...] X - apresentar as contas ao Tribunal de Contas dos Municípios, sendo os balancetes semestrais em até quarenta e cinco dias contados do encerramento do semestre e as contas anuais do Município, devidamente consolidadas, em até sessenta dias contados da abertura da sessão legislativa, para sobre essas últimas, emissão do parecer prévio e posterior julgamento pela Câmara Municipal; RI-ALE-GO, Art. 45. São os seguintes os campos temáticos, áreas de atuação e competências de cada Comissão Permanente: [...] III - Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento: [...] d) parecer sobre tomada de contas do Governador do Estado e das entidades da administração indireta; [...] Art. 156. As contas apresentadas pelo Governador, que abrangerão a totalidade de exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, deverão dar entrada na Assembleia dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa. [...] § 2º. O Presidente da Assembleia encaminhará o processo à Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para emitir parecer concluindo por projeto de decreto legislativo. Art. 157. Observado o princípio do devido processo legal, se não for aprovada pelo Plenário a prestação de contas do Governador ou parte dessas contas, será todo o processo, ou a parte referente às contas impugnadas, remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para que indique as providências a serem tomadas pela Assembleia. Art. 158. Se o Governador não encaminhar à Assembleia as contas, no prazo constitucional, o Presidente da Assembleia comunicará o fato à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para os mesmos fins do art. 157.										
MA	GE	ALE	AN	03/abr	ALE	CFO	03/abr	SPR	TCE <sup>24</sup>	(ASL+60)	TCE
	Ce-MA, Art. 29. A Assembleia Legislativa reunir-se-á, anualmente na Capital do Estado, de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. [...] Art. 31. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: [...] X - proceder a tomada de contas do Governador do Estado, quando estas não forem apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; XI - julgar, anualmente, as contas do Governador do Estado e do Tribunal de Contas do Estado; [...] Art. 64. Compete, privativamente, ao Governador do Estado: [...] XIV - encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, a prestação de contas referente ao exercício anterior; [...] Art. 151. [...] § 1º. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado que emitirá parecer prévio sobre as contas										







UF	Presidente da República/Governador de Estado								Prefeito		
	Prestação de Contas				Tomada de Contas						
	APR <sup>1</sup>	REC <sup>2</sup>	PER <sup>3</sup>	DAT <sup>4</sup>	CMP <sup>5</sup>	COM <sup>6</sup>	DAT	PRD <sup>7</sup>	REC	DAT	CMP
	<b>Dispositivos destacados da CRFB/1988, das Ce<sup>8</sup> e dos RI<sup>9</sup> das CDP<sup>10</sup>, ALE<sup>11</sup> e CLD<sup>12</sup></b>										
	<p>anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após a abertura do período legislativo, as contas referentes ao exercício anterior e apresentar, no mesmo ato, os relatórios circunstanciados sobre a execução dos planos de governo;</p> <p>RI-ALE-PI, Art. 204. À Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação incumbe proceder à tomada de contas do Governador, quando não apresentadas à Assembleia Legislativa dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, nos termos do art. 102, XVII, da Constituição Estadual. § 1º. A Comissão aguardará, para pronunciamento definitivo, a organização das contas do exercício, que deverá ser feita por uma Comissão Especial, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado. § 2º. A Comissão Especial será designada pela Mesa, observados os critérios estabelecidos no art. 28 e número de membros não inferior a sessenta por cento dos membros da Casa. § 3º. Cada membro da Comissão Especial será designado relator-especial de contas, relativas a órgãos ou grupos de órgãos orçamentários. § 4º. A Comissão Especial terá amplos poderes, mormente os indicados no art. 70 da Constituição Estadual, cabendo-lhe convocar os responsáveis pelo sistema de controle interno e os ordenadores de despesas da administração pública direta, indireta e fundacional dos três Poderes, para comprovar, no prazo que estabelecer, as contas do exercício findo, na conformidade da respectiva Lei Orçamentária e das alterações havidas na sua execução. Art. 205. A prestação de contas, após iniciada a tomada de contas, não constituirá óbice à adoção e continuidade das providências relativas ao processo por crime de responsabilidade, nos termos da legislação específica.</p>										
RJ	GE	ALE	AN	02/abr	ALE	CES	02/abr	30	SPR	SPR	SPR
	<p>Ce-RJ, Art. 99. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] VIII - julgar anualmente as contas do Governador, apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo e proceder à tomada de contas, quando não apresentadas dentro de sessenta dias, após a abertura da Sessão Legislativa; [...] Art. 107. A Assembleia Legislativa reunir-se-á anualmente na Capital do Estado de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 31 de dezembro. § 1º. As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos e feriados. [...] Art. 145. Compete privativamente ao Governador do Estado: [...] XIII - prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após a abertura da Sessão Legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;</p> <p>RI-ALE-RJ, Art. 203. À Comissão do Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle incumbe proceder à tomada de contas do Governador do Estado, quando não apresentadas à Assembleia dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa. § 1º. A comissão aguardará, para pronunciamento definitivo, a organização das contas do exercício, que será feita por uma subcomissão especial, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, dentro de trinta dias. § 2º. A subcomissão especial será composta, pelo menos, de tantos membros quantos forem os órgãos que figurarem no orçamento do Estado no exercício anterior, dividido este número por três, observado o princípio da proporcionalidade partidária. § 3º. A subcomissão especial terá amplos poderes, cabendo-lhe convocar os responsáveis pelo sistema de controle interno e todos os ordenadores de despesas da administração pública direta, indireta e fundacional dos três Poderes, para comprovar, no prazo que estabelecer, as contas do exercício findo, na conformidade da respectiva lei orçamentária e das alterações havidas na sua execução. § 4º. O parecer da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle será encaminhado à Mesa Diretora, com a proposta de medidas legais e outras providências cabíveis. § 5º. A prestação de contas, após iniciada a tomada de contas, não será impedimento à adoção e continuidade das providências relativas ao processo preliminar da responsabilidade, nos termos da legislação especial.</p>										
RN	GE	ALE	AN	03/abr	ALE	CFO	03/abr	SPR	SPR	SPR	SPR
	<p>Ce-RN, Art. 35. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] VIII - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador do Estado e conhecer os relatórios sobre a execução dos planos de Governo; [...] XV - proceder à tomada de contas do Governador do Estado, quando não apresentadas dentro de sessenta (60) dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 42. A Assembleia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. § 1º. As reuniões marcadas para essas datas são transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaiam em sábados, domingos ou feriados. [...] Art. 64. Compete privativamente</p>										







Quadro 4 - Apresentação das contas, conforme constituições estaduais e regimentos das casas legislativas.

UF	Presidente da República/Governador de Estado								Prefeito		
	Prestação de Contas				Tomada de Contas						
	APR <sup>1</sup>	REC <sup>2</sup>	PER <sup>3</sup>	DAT <sup>4</sup>	CMP <sup>5</sup>	COM <sup>6</sup>	DAT	PRD <sup>7</sup>	REC	DAT	CMP
	Dispositivos destacados da CRFB/1988, das Ce <sup>8</sup> e dos RI <sup>9</sup> das CDP <sup>10</sup> , ALE <sup>11</sup> e CLD <sup>12</sup>										
alterações havidas na sua execução. § 5º. O parecer da Comissão de Finanças e Tributação será encaminhado, através da Mesa da Câmara, ao Congresso Nacional, com a proposta de medidas legais e outras providências cabíveis. § 6º. A prestação de contas, após iniciada a tomada de contas, não será óbice à adoção e continuidade das providências relativas ao processo por crime de responsabilidade nos termos da legislação especial.											

Fonte: CRFB/1988, constituições estaduais e regimentos internos das casas legislativas, cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. APR: competência para apresentar as contas; 2. REC: competência para receber as contas; 3. PER: periodicidade de apresentação das contas; 4. DAT: data limite; 5. CMP: instituição competente para instaurar e proceder a tomada de contas; 6. COM: comissão com atribuição de efetuar a tomada de contas; 7. PRD: prazo em dias; 8. Ce: constituição estadual; 9. RI: regimento interno; 10. CDP: Câmara dos Deputados; 11. ALE: Assembleia Legislativa do Estado; 12. CLD: Câmara Legislativa do Distrito Federal; 13. GE: governador do estado; 14. AN: anual; 15. CFO: Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, ou equivalente; 16. SPR: sem previsão; 17. CES: comissão especial; 18. S: sessões; 19. CM: câmara municipal; 20. (ASL+60): 60 dias após a abertura da sessão legislativa; 21. GD: governador do Distrito Federal; 22. NA: não se aplica; 23. TCM: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado; 24. TCE: Tribunal de Contas do Estado; 25. PR: presidente da República; 26. CNG: Congresso Nacional.

Quadro 5 - Apresentação das contas, conforme leis orgânicas municipais e regimentos das câmaras.

Muni- cípio (UF)	Prestação					Tomada			
	APR <sup>1</sup>	REC <sup>2</sup>	ENC <sup>3</sup>	PER <sup>4</sup>	DAT <sup>5</sup>	CMP <sup>6</sup>	COM <sup>7</sup>	DAT	PRD <sup>8</sup>
Dispositivos destacados das LOM <sup>9</sup> e dos RI <sup>10</sup> das CM <sup>11</sup>									
Agri- colân- dia (PI)	PM <sup>12</sup>	CM	SPR <sup>13</sup>	AN <sup>14</sup>	17/mar	CM	CFO <sup>15</sup>	17/mar	30
	LOM de Agricolândia, Art. 20. A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 01 de agosto a 15 de dezembro, independentemente de convocação. [...] Art. 23. É da competência exclusiva da Câmara Municipal: [...] XII - proceder à tomada de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentadas dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa; XIII - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Município; [...] Art. 56. Compete, privativamente, ao Prefeito Municipal: [...] X - encaminhar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa, a prestação de contas referente ao exercício anterior; RI-CM de Agricolândia, Art. 146. À Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização incumbe, em trinta dias à tomada de contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, quando não apresentados à Câmara até o dia 31 de março.								
Agua- nil (MG)	PM	CM	SPR	AN	15/abr	CM	CES <sup>16</sup>	16/abr	SPR
	LOM de Aguanil, Art. 22. A Câmara Municipal, reunir-se-á anualmente na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. [...] Art. 42. Compete, privativamente, a Câmara Municipal, exercer as seguintes atribuições, entre outras, expedindo ato respectivo: [...] IX - Julgar as contas do Prefeito e de sua mesa diretora; [...] XII - Tomar as contas do Prefeito, através da comissão temporária, quando não apresentadas em tempo hábil, 60 dias da abertura da sessão legislativa; [...] Art. 72. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XII - Encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;								
Alu- mínio (SP)	PM	TCE <sup>17</sup>	SPR	AN	31/mar	CM	CES	02/abr	SPR
	LOM de Alumínio, Art. 9º. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente na sede do Município, de 01 de Fevereiro a 30 de junho e de 01 de agosto a 05 de dezembro. [...] Art. 27. Compete à Câmara, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições: [...] X - proceder à tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara dentro de sessenta (60) dias após a abertura da sessão legislativa; [...] XIX - tomar e julgar as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, no prazo de noventa (90) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, observados os seguintes preceitos: [...] Art. 55. Ao Prefeito compete, entre outras atribuições: [...] X - encaminhar ao Tribunal de Contas competente até o dia 31 de março de cada ano, a sua prestação de contas e a da Mesa da Câmara, bem como os balanços do exercício findo;								
Ani- cuns (GO)	PM	CM	SPR	AN	15/abr	CM	CES	16/mar	SPR
	LOM de Anicuns, Art. 18. A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, na sede do Município, de 15 de Janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. [...] Art. 37. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: [...] VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios, observados os seguintes preceitos: [...] X - proceder a tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara e ao Tribunal de Contas, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 68. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;								
Antô- nio Prado (RS)	PM	CM	TCE	AN	02/abr	CM	SPR	SPR	SPR
	LOM de Antônio Prado, Art. 13. A Câmara Municipal de Vereadores reúne-se, independentemente de convocação, no dia 1º de janeiro do primeiro ano, para abertura de sessão legislativa, e a partir de 1º de fevereiro dos anos seguintes, e funcionando ordinariamente até 31 de dezembro. [...] Art. 23. A prestação de contas do Município, referente à gestão financeira de cada exercício, será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado até 31 de março do ano seguinte. [...] Art. 36. É da competência exclusiva da Câmara Municipal: [...] XVIII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] Art. 63. Compete privativamente ao Prefeito: [...] XIII - prestar, anualmente, ao Poder Legislativo, dentro de sessenta dias, após a abertura do ano legislativo, as contas referentes e remetê-las, em igual prazo, ao Tribunal de Contas do Estado.								
	PM	TCE	SPR	AN	31/mar	SPR	SPR	SPR	SPR

Quadro 5 - Apresentação das contas, conforme leis orgânicas municipais e regimentos das câmaras.

Muni- cípio (UF)	Prestação					Tomada			
	APR <sup>1</sup>	REC <sup>2</sup>	ENC <sup>3</sup>	PER <sup>4</sup>	DAT <sup>5</sup>	CMP <sup>6</sup>	COM <sup>7</sup>	DAT	PRD <sup>8</sup>
	Dispositivos destacados das LOM <sup>9</sup> e dos RI <sup>10</sup> das CM <sup>11</sup>								
Bauru (SP)	LOM de Bauru, Art. 18. A Câmara compete, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições: [...] XVI - iniciar o processo de julgamento das contas do Prefeito, no prazo de noventa dias, a partir do recebimento dos autos do Tribunal de Contas do Estado, respeitados os prazos processuais. [...] Art. 27. Independentemente de convocação, a sessão legislativa iniciar-se-á em 1º de fevereiro, encerrando-se em 15 de dezembro de cada ano. [...] Art. 51. Ao Prefeito compete privativamente, entre outras atribuições: [...] X - encaminhar ao Tribunal de Contas competente, até o dia 31 de março de cada ano, a sua prestação de contas e a da Mesa da Câmara, bem como os balanços do exercício findo;								
Belo Jardim (PE)	PM	CM	TCE	AN	31/mar	CM	CES	30/mar	SPR
	LOM de Belo Jardim, Art. 14. Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outros, as seguintes atribuições: [...] V - Julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; [...] XI - Fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo Municipal, quando não apresentar à Câmara Municipal a sua prestação de contas geral até o dia trinta do mês de Março do exercício subsequente; [...] Art. 26. A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente em dois períodos legislativos, iniciados em 1º de fevereiro e 1º de agosto, encerrados quando cessarem os números de sessões estabelecidas para cada período legislativo. [...] Art. 67. Compete privativamente ao Prefeito: [...] VIII - prestar anualmente à Câmara Municipal, dentro do prazo legal, as contas do Município referentes ao exercício anterior; [...] Art. 121. [...] § 1º. Caberá à Câmara Municipal: I - examinar e emitir pareceres sobre os projetos de plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, e, sobre as contas do Município apresentadas anualmente pelo Prefeito; [...] Art. 129. O Prefeito do Município encaminhará à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 31 (trinta e um) de março do exercício seguinte, a prestação de contas do exercício anterior, acompanhada dos balanços orçamentário, financeiro e de demonstração das variações patrimoniais, que, além dos documentos definidos em Resolução do TCE, serão compostas de: [...]. RI-CM de Belo Jardim, Art. 190. Caso a Prefeitura não encaminhe a sua prestação de contas até 31 de março, relativa ao exercício anterior, o Presidente da Câmara designará uma Comissão Especial, composta de cinco Vereadores, assegurada quanto possível à proporcionalidade de representação partidária, ou de blocos parlamentares, para fazer o levantamento das contas, encaminhando-as ao Tribunal de Contas do Estado, para receberem parecer.								
Boca da Mata (AL)	PM	CM	SPR	AN	01/abr	CM	CFO	31/mar	30
	LOM de Boca da Mata, Art. 13. É de competência exclusiva da Câmara Municipal: [...] VIII - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; IX - proceder a tomada de contas do Prefeito quando não apresentados à Câmara Municipal até o dia 31 de março de cada ano; [...] Art. 19. A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente, em sessão legislativa anual, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. [...] Art. 34. [...] § 1º. As contas deverão ser apresentadas até sessenta dias do encerramento do exercício financeiro. § 2º. Se até esse prazo não tiverem sido apresentadas as contas, a Comissão Permanente de Fiscalização o fará em trinta dias. [...] Art. 44. Compete, privativamente, ao Prefeito: [...] X - prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro de quarenta e cinco dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.								
Bonito (BA)	PM	CM	SPR	AN	01/mar	CM	SPR	31/mar	SPR
	LOM de Bonito, Art. 30. É da competência exclusiva da Câmara Municipal: [...] IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; X - proceder à tomada de contas do Prefeito quando não apresentadas à Câmara Municipal até o dia 31 de março de cada ano; [...] Art. 32. A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente, em sessão legislativa anual, de 02 de fevereiro a 10 de junho e de 10 de julho a 20 de dezembro. [...] Art. 61. Compete privativamente ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 1º de março, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;								
Brasi- lândia do Tocant-	PM	CM	SPR	AN	02/abr	CM	SPR	02/abr	SPR
	LOM de Brasília do Tocantins, Art. 17. Compete exclusivamente à Câmara Municipal, entre outras, as seguintes atribuições: [...] X - proceder a tomada de contas do Prefeito, quando não apresentadas à Câmara Municipal dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa; XI - julgar as contas prestadas, mensal e anualmente, pelo Prefeito Municipal;								



Quadro 5 - Apresentação das contas, conforme leis orgânicas municipais e regimentos das câmaras.

Muni- cípio (UF)	Prestação					Tomada			
	APR <sup>1</sup>	REC <sup>2</sup>	ENC <sup>3</sup>	PER <sup>4</sup>	DAT <sup>5</sup>	CMP <sup>6</sup>	COM <sup>7</sup>	DAT	PRD <sup>8</sup>
	<b>Dispositivos destacados das LOM<sup>9</sup> e dos RI<sup>10</sup> das CM<sup>11</sup></b>								
	[...] Art. 24. O período legislativo anual desenvolve-se em duas etapas de sessões ordinárias de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, independentemente de convocação. [...] Art. 60. Compete privativamente ao Prefeito: [...] X - prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro do prazo legal, as contas do Município referentes ao exercício anterior; [...] Art. 92. Até 60 (sessenta) dias após o início do período legislativo, o Prefeito Municipal encaminhará ao Tribunal de Contas dos Municípios as contas municipais, que se comporão de: [...].								
Capela de Santana (RS)	PM	CM	TCE	AN	31/mar	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Capela de Santana, Art. 16. A Câmara de Vereadores reunir-se-á, independentemente de convocação, no dia 1º Janeiro útil [sic] de cada ano do início da legislatura, funcionando ordinariamente, neste ano, até 31 de dezembro. § 1º. Nos três anos seguintes ao do início da legislatura, a Câmara entrará em recesso, por sessenta dias a partir de 1º de janeiro. [...] Art. 22. As contas do Município, referente a gestão financeira de cada exercício, serão encaminhadas, simultaneamente, à Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas do Estado até 31 de março do ano seguinte. Art. 58. Compete privativamente ao Prefeito: [...] XIII - encaminhar, anualmente, à Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 31 de março as contas referentes à gestão financeira do exercício anterior;								
Capi- tão Poço (PA)	PM	CM	TCM	AN	16/abr	CM	CFO	16/abr	SPR
	LOM de Capitão Poço, Art. 47. Compete privativamente à Câmara Municipal, entre outras as seguintes atribuições: [...] VII - Julgar, no prazo de 90 dias, contados do recebimento do Tribunal de Contas dos Municípios, as contas do Prefeito, interrompendo-se esse prazo no recesso; [...] Art. 56. A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, na sede do município, de quinze de fevereiro a trinta de junho e de primeiro de agosto a quinze de dezembro, independente de convocação. [...] Art. 86. Compete privativamente ao Prefeito: [...] IX - Enviar anualmente à Câmara Municipal, dentro de 60 dias após a abertura da Sessão Legislativa, as cópias da documentação enviadas ao Tribunal de Contas dos Municípios, referentes à prestação de contas do exercício anterior. RI-CM de Capitão Poço, Art. 210. À Comissão de Finanças, Economia, Fiscalização Financeira e Orçamento, incumbe proceder à tomada de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentados à Câmara dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa. Art. 211. A Comissão, que terá amplos poderes, poderá convocar os responsáveis pelo sistema de controle interno e todos os ordenadores de despesa da administração pública direta, indireta e fundacional do Executivo, para comprovar, no prazo que estabelecer, as contas do exercício findo, na conformidade da respectiva Lei Orçamentária e das alterações havidas e sua execução, para tanto observando as seguintes regras: § 1º. Serão assinados prazos não inferiores a dez dias para cumprimento das convocações, prestações de informações, atendimento às requisições de documentos públicos e para realizações de diligências e perícias. § 2º. O descumprimento do disposto no parágrafo anterior ensejará a apuração da responsabilidade do infrator, na forma da Lei. § 3º. Quando se tratar de documentos de caráter sigiloso, reservado ou confidencial, identificados com essas classificações, os membros da Comissão deles se utilizarão de forma a evitar a sua divulgação. § 4º. O parecer da Comissão de Finanças, Economia, Fiscalização Financeira e Orçamento, será encaminhado, através da Mesa da Câmara, à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para que indique as medidas legais e outras providências cabíveis. § 5º. A prestação de contas, após iniciada a tomada de contas, não será óbice à adoção e continuidade das providências relativas ao processo por crime de responsabilidade nos termos da legislação em vigor.								
Cos- mópo- lis (SP)	PM	TCE	SPR	AN	31/mar	CM	SPR	SPR	SPR
	LOM de Cosmópolis, Art. 17. Compete à Câmara Municipal, privativamente, as seguintes atribuições, entre outras: [...] IX - tomar e julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito, e apreciar o relatório sobre a execução dos Planos de Governo; [...] Art. 34. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente em sua sede em Sessão Legislativa Ordinária, de primeiro de fevereiro à 30 de junho e de primeiro de agosto à 15 de dezembro, com número de Sessões semanais definidas em Regimento Interno. [...] Art. 73. Compete ao Prefeito praticar os atos de administração, nos limites da competência do Executivo e, além de outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica, especialmente: [...] XXVI - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, até 31 de março de cada ano, a prestação de contas da Mesa da Câmara, bem como os balanços do exercício findo;								
	PM	CM	TCE	AN	31/mar	SPR	SPR	SPR	SPR



Quadro 5 - Apresentação das contas, conforme leis orgânicas municipais e regimentos das câmaras.

Muni- cípio (UF)	Prestação					Tomada			
	APR <sup>1</sup>	REC <sup>2</sup>	ENC <sup>3</sup>	PER <sup>4</sup>	DAT <sup>5</sup>	CMP <sup>6</sup>	COM <sup>7</sup>	DAT	PRD <sup>8</sup>
	Dispositivos destacados das LOM <sup>9</sup> e dos RI <sup>10</sup> das CM <sup>11</sup>								
	desenvolve-se de 1 de fevereiro à 15 de dezembro, independentemente de convocação. [...] Art. 79. Compete ao Prefeito: [...] VIII - prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro de quarenta e cinco dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior; [...] Art. 108. As contas da administração direta e indireta municipal serão submetidas ao sistema de controle externo mediante o encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal de Vereadores, nos prazos seguintes: [...] III - até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, o Balanço anual.								
Hu- maitá (AM)	PM	CM	SPR	AN	31/mar	CM	CES	16/abr	SPR
	LOM de Humaitá, Art. 16. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer entre outras atribuições: [...] VII - tomar e julgar as contas do Prefeito; [...] X - proceder à tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentada a Câmara, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 17. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 15 de agosto a 15 de dezembro. [...] Art. 63. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 31 de março de cada ano, a prestação de contas do Município, bem como os balanços do exercício findo, e balancete mensal, acompanhado de relação das despesas realizadas, até o último dia do mês subsequente;								
Iguaí (BA)	PM	CM	SPR	AN	15/abr	CM	CES	30/abr	SPR
	LOM de Iguaí, Art. 25. A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente e ordinariamente, na sede do Município, de 1 de março a 30 de junho e de 1 de agosto a 30 de novembro. [...] Art. 32. É da competência exclusiva da Câmara Municipal: [...] VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de sessenta dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] XI - proceder à tomada de contas do Prefeito através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 70. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;								
Imi- grante (RS)	PM	TCE	SPR	AN	31/mar	CM	SPR	SPR	SPR
	LOM de Imigrante, Art. 12. A Câmara compete, privativamente, entre outras as seguintes atribuições: [...] XIV - exercer fiscalização financeira e orçamentária do município, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, tomando e julgando as contas do Prefeito, de acordo com a Lei; [...] Art. 14. [...] § 5º. O Prefeito deverá remeter ao Tribunal de Contas, até trinta e um de março, as contas relativas à gestão financeira municipal do exercício imediatamente anterior, tanto da Administração Direta, quanto da Administração Indireta. [...] Art. 23. A primeira Sessão Legislativa da Legislatura realizar-se-á de 1º de janeiro a 30 de junho e de 1º primeiro de agosto a 20 de dezembro, a segunda, a terceira e a quarta, sessões legislativas, terão início em 1º de fevereiro ate 20 de dezembro.								
Irau- çuba (CE)	PM	CM	SPR	AN	31/jan	CM	SPR	SPR	SPR
	LOM de Irauçuba, Art. 21. A Câmara, entre atribuições, compete, privativamente. [...] VII - julgar as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara e demais responsáveis por bens, valores e rendas públicas, bem como o relatório sobre a execução dos planos do governo municipal (art. 42 e parágrafos e 49, inciso da C.F.); VIII - efetuar, a tomada de contas do Prefeito, em caso de descumprimento que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual; [...] XV - informar ao Conselho de Contas dos Municípios, em prazo nunca superior a trinta dias, do descumprimento da prestação de contas nos prazos legais por parte do Prefeito Municipal; [...] Art 25. As contas anuais do Município, Poderes Executivo e Legislativo apresentadas a Câmara Municipal até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, ficando, durante dias, à disposição, de qualquer contribuinte nos termos da lei, decorrido este prazo, as contas serão até o dia dez de abril de cada ano, enviadas, pela Presidência do Legislativo ao Conselho de Contas dos Municípios que emitirá o competente parecer técnico, (art. 42 § 4º - C.E.). [...] Art 37. A Câmara Municipal reunir-se-á, em sua sede, anualmente em dois períodos ordinários: de 15 de fevereiro a 15 de junho e de 15 de agosto a 15 de novembro. [...] Art. 102. [...] § 4º. As contas anuais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município serão apresentadas à Câmara até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, ficando durante 60 (sessenta) dias à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da Lei e, decorrido								

Quadro 5 - Apresentação das contas, conforme leis orgânicas municipais e regimentos das câmaras.

Muni- cípio (UF)	Prestação					Tomada			
	APR <sup>1</sup>	REC <sup>2</sup>	ENC <sup>3</sup>	PER <sup>4</sup>	DAT <sup>5</sup>	CMP <sup>6</sup>	COM <sup>7</sup>	DAT	PRD <sup>8</sup>
	<b>Dispositivos destacados das LOM<sup>9</sup> e dos RI<sup>10</sup> das CM<sup>11</sup></b>								
	este prazo, as contas serão, até o dia 10 de abril de cada ano, enviadas pela Presidência da Câmara ao Conselho de Contas dos Municípios, para o competente parecer prévio.								
Itabe- rai (GO)	PM	CM	SPR	AN	15/abr	CM	CES	16/abr	SPR
	LOM de Itaberaí, Art. 13. A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. [...] Art. 30. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer dentre outras as seguintes atribuições: [...] VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios, no prazo máximo de sessenta 120 (cento e vinte) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] XIII - proceder à tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de sessenta (60) dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 65. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 15 (quinze) de abril, uma cópia da Prestação de Contas, bem como os balanços do exercício findo;								
Itambé (BA)	PM	CM	SPR	AN	15/abr	CM	CES	16/abr	SPR
	LOM de Itambé, Art. 25. A Câmara Municipal reunir-se-á em cada ano na sua sede, em sessão legislativa anual, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. [...] Art. 41. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: [...] VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de (60) sessenta dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] X - proceder à tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à câmara, dentro de (60) sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 68. Compele ao Prefeito, entre outras atribuições; [...] IX - encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;								
Jaciara (MT)	PM	CM	TCE	AN	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Jaciara, Art. 35. É de competência da Câmara Municipal, além de outras atribuições prevista nesta Lei Orgânica: [...] XXIV - julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara Municipal, em sessenta (60) dias após a apresentação do parecer prévio pelo Tribunal de Contas. [...] Art. 44. A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente de quinze de fevereiro a trinta de junho e de primeiro de agosto a quinze de dezembro. [...] Art. 72. Compete privativamente ao Prefeito: [...] X - prestar anualmente a Câmara Municipal, ao Tribunal e aos contribuintes, dentro do prazo legal, as contas do Município referente ao exercício anterior;								
Jerôni- mo Mon- teiro (ES)	PM	CM	SPR	AN	16/abr	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Jerônimo Monteiro, Art. 27. É de competência privativa da Câmara Municipal: [...] XIII - julgar anualmente as contas do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; [...] Art. 35. A Câmara reunir-se-á, ordinariamente, em sessão legislativa anual, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. [...] Art. 53. [...] § 3º. As contas deverão ser apresentadas até sessenta dias do encerramento do exercício financeiro, se outra não dispuser a lei. [...] Art. 66. Compete privativamente ao Prefeito Municipal: [...] XII - prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;								
Ji- Paraná (RO)	PM	CM	SPR	AN	02/mar	CM	CFO	31/mar	30
	LOM de Ji-Paraná, Art. 12. É da competência exclusiva da Câmara Municipal: [...] IX - julgar anualmente as contas do Prefeito e apreciar os relatórios sobre execução dos planos de governo; X - proceder a tomada de contas do Prefeito quando não apresentar à Câmara Municipal até o dia 31 de março de cada ano; [...] Art. 18. A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente, em Sessão Legislativa anual, de 15 de fevereiro a 30 de junho, e de 1º de agosto a 15 de dezembro. [...] Art. 31. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, através de parecer prévio sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara deverão prestar anualmente. § 1º. As contas deverão ser apresentadas até 31 de março do ano subsequente ao encerramento do exercício financeiro. § 2º. Se até esse prazo não tiverem sido apresentadas as contas, a Comissão Permanente de Finanças e Orçamentos o fará em trinta dias. [...] Art. 39. Compete privativamente ao Prefeito: [...] X - prestar, anualmente, a Câmara Municipal, dentro de quinze dias, após a abertura da Sessão legislativa, as contas referentes ao exercício financeiro anterior;								
	PM	CM	SPR	AN	02/abr	CM	CFO	31/mar	30

Quadro 5 - Apresentação das contas, conforme leis orgânicas municipais e regimentos das câmaras.

Muni- cípio (UF)	Prestação					Tomada			
	APR <sup>1</sup>	REC <sup>2</sup>	ENC <sup>3</sup>	PER <sup>4</sup>	DAT <sup>5</sup>	CMP <sup>6</sup>	COM <sup>7</sup>	DAT	PRD <sup>8</sup>
	Dispositivos destacados das LOM <sup>9</sup> e dos RI <sup>10</sup> das CM <sup>11</sup>								
Joa- quim Gomes (AL)	LOM de Joaquim Gomes, Art. 14. É da competência exclusiva da Câmara Municipal: [...] IX - Julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; X - proceder a tomada as contas do Prefeito quando não apresentadas à Câmara Municipal até o dia 31 de março de cada ano; [...] Art. 24. A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente, em Sessão Legislativa anual, de 16 de fevereiro a 30 de Junho e de 1º de agosto a 16 de dezembro. [...] Art. 40. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas através do parecer sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara deverão prestar anualmente. § 1º. As contas deverão ser apresentadas até noventa dias após o encerramento do exercício financeiros. § 2º. Se até esse prazo não tiverem sido apresentadas as contas, a Comissão Permanente de Fiscalização o fará em trinta dias. [...] Art. 50. Compete, privativamente, ao Prefeito: [...] X - prestar, anualmente, a Câmara Municipal, dentro de 45 dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;								
Ju- quiá (SP)	PM	CM	TCE	AN	31/mar	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Juquiá, Art. 11. A Câmara compete, privativamente: [...] XIII - julgar as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal quando recebidas do Tribunal de Contas nos termos regimentais; [...] Art. 29. Independente de convocação, a sessão legislativa anual, desenvolver-se-á de 1º de Fevereiro a 30 de Junho e de 1º de Agosto a 30 de Dezembro. [...] Art. 61. As Contas do Município, a partir de 15 de Abril, ficarão disponíveis, inclusive por meios eletrônicos, durante todo o exercício, na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei. § 1º. No momento em que encaminhar a prestação de Contas anual ao Tribunal de Contas do Estado, o Executivo deverá remeter cópia de todo o processo ao Legislativo para fins do disposto neste artigo. [...] Art. 62. O controle externo a cargo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, observado o seguinte: I - o Prefeito remeterá ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 31 de Março as Contas relativas ao Poder Executivo; [...] Art. 80. Ao Prefeito compete privativamente: [...] XVIII - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado e ao Poder Legislativo, até o dia 31 de Março de cada ano, a sua prestação de Contas, bem como os balanços do exercício findo;								
Ju- scimeira (UF)	PM	CM	SPR	AN	01/abr	CM	CFO	31/mar	30
	LOM Juscimeira, Art. 58. Compete privativamente ao Prefeito: [...] X - Prestar anualmente, à Câmara Municipal, dentro de quarenta e cinco dias após a abertura da sessão Legislativa, as contas referentes ao exercício anterior, bem como enviar balancetes mensais do Executivo à Câmara Municipal, até trinta dias após o término do mês em referência; [...] Art. 68. É de competência exclusiva da Câmara Municipal de Juscimeira: [...] VI - Julgar, anualmente as contas do Município de conformidade com a Constituição Federal e os relatórios sobre a execução dos planos de governo: VII - Proceder a tomada de contas do prefeito, quando não apresentadas à Câmara Municipal até o dia 31 de Março de cada ano; [...] Art. 76. A Câmara Municipal de Juscimeira reunir-se-á ordinariamente, em sessão Legislativa anual, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de Dezembro. [...] Art. 90. No controle externo da Câmara Municipal de Juscimeira, haverá o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, através de parecer prévio sobre as contas do Município, que deverá prestar anualmente. § 1º. As contas deverão ser apresentadas até o dia 15 de fevereiro do ano subsequente ao encerramento do exercício financeiro. No caso de não ser apresentada até esse prazo a Comissão Permanente de Fiscalização da Câmara Municipal, a tomará no prazo de trinta dias.								
Lagoa do Sítio (PI)	PM	CM	SPR	AN	15/abr	CM	CES	16/abr	SPR
	LOM de Lagoa do Sítio, Art. 16. A Câmara Municipal, reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 10 de agosto a 15 de dezembro. [...] Art. 35. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: [...] VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observando os seguintes preceitos: [...] X - proceder à tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 66. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;								

Quadro 5 - Apresentação das contas, conforme leis orgânicas municipais e regimentos das câmaras.

Muni- cípio (UF)	Prestação					Tomada			
	APR <sup>1</sup>	REC <sup>2</sup>	ENC <sup>3</sup>	PER <sup>4</sup>	DAT <sup>5</sup>	CMP <sup>6</sup>	COM <sup>7</sup>	DAT	PRD <sup>8</sup>
Dispositivos destacados das LOM <sup>9</sup> e dos RI <sup>10</sup> das CM <sup>11</sup>									
Lidia- nópolis (PR)	PM	CM	SPR	AN	02/mai	CM	CES	02/mai	SPR
	LOM de Lidianópolis, Art. 34. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, e é composta de dois períodos: I - De primeiro de fevereiro a quinze de julho; II - De primeiro de agosto a quinze de dezembro. [...] Art. 55. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: [...] VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito e de sua Mesa, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas, devendo o processo ser iniciado no prazo de 20 (vinte) dias após seu recebimento, conforme Regimento Interno e observados os seguintes preceitos: [...] XI - proceder à tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Parágrafo único. De acordo com o inciso VIII, a omissão do Presidente da Câmara nos casos que exigem tomada de providências com relação às contas, caracteriza ato de improbidade administrativa. [...] Art. 75. O controle externo da Câmara Municipal terá o auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através de parecer prévio sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara de Vereadores prestarem anualmente. § 1º. As contas serão apresentadas até noventa dias do encerramento do exercício financeiro. [...] Art. 86. Compete privativamente ao Prefeito: [...] VIII - prestar, anualmente, à Câmara de Vereadores, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;								
Macaé (RJ)	PM	CM	SPR	AN	15/abr	CM	CES	16/abr	SPR
	LOM de Macaé, Art. 45. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. [...] Art. 63. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, entre outras: [...] VI - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] IX - proceder à tomada de contas do Prefeito, através de Comissão Especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da Sessão Legislativa; [...] Art. 92. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara até 15 de abril, anualmente, a prestação de contas, bem como o balanço do exercício findo;								
Mina- dor do Negrão (AL)	PM	CM	SPR	AN	15/abr	CM	CES	16/abr	SPR
	LOM de Minador do Negrão, Art. 21. A Câmara Municipal, reunir-se-á anualmente na sede do Município, de quinze de fevereiro a trinta de junho e de primeiro de agosto a quinze de dezembro. [...] Art. 40. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: [...] VII - tomar e julgar as contas do Município, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de sessenta dias de seu recebimento. [...] X - proceder à tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 71. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - enviar à Câmara, até quinze de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;								
Miras- sol (SP)	PM	CM	SPR	AN	15/abr	CM	CES	03/abr	SPR
	LOM de Mirassol, Art. 17. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do Município, à Avenida Fernando Costa n. 24-23, no período de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. [...] Art. 31. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: [...] VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer o Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observando os seguintes preceitos: [...] X - proceder à tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 62. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;								
Mogi Guaçu (SP)	SPR	SPR	SPR	AN	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Mogi Guaçu, Art. 13. Compete à Câmara Municipal, privativamente, as seguintes atribuições, entre outras: [...] VIII - tomar e julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito, e apreciar o relatório sobre a execução dos Planos de Governo; [...] Art. 34. Independentemente de convocação, a Sessão Legislativa anual desenvolve-se de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.								
	PM	CM	TCE	AN	30/abr	CM	SPR	SPR	SPR

Quadro 5 - Apresentação das contas, conforme leis orgânicas municipais e regimentos das câmaras.

Muni- cípio (UF)	Prestação					Tomada			
	APR <sup>1</sup>	REC <sup>2</sup>	ENC <sup>3</sup>	PER <sup>4</sup>	DAT <sup>5</sup>	CMP <sup>6</sup>	COM <sup>7</sup>	DAT	PRD <sup>8</sup>
	Dispositivos destacados das LOM <sup>9</sup> e dos RI <sup>10</sup> das CM <sup>11</sup>								
Monte Alto (SP)	LOM de Monte Alto, Art. 28. A Câmara Municipal competem, privativamente, as seguintes atribuições: [...] VIII - exercer a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades pertencentes à administração direta e indireta, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, tomando e julgando as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, de acordo com a lei; [...] XXIV - tomar e julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar o relatório sobre a execução dos programas do governo municipal; [...] Art. 53. As sessões legislativas ordinárias anuais desenvolvem-se de primeiro de fevereiro a trinta de junho e de primeiro de agosto a cinco de dezembro de cada ano, independentemente de convocação. [...] Art. 87. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XVIII - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 31 (trinta e um) de março de cada ano, a prestação de contas da Prefeitura Municipal inclusive autarquias e a Mesa da Câmara Municipal, bem como, os balanços do exercício anterior; [...] XXXIV - encaminhar à Câmara, anualmente até 30 (trinta) de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo.								
Mun- do Novo (MS)	PM	CM	SPR	AN	31/mar	CM	CFO	31/mar	30
	LOM de Mundo Novo, Art. 17. É da competência exclusiva da Câmara Municipal: [...] V - julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; [...] XII - proceder à tomada de contas do Prefeito, quando não apresentadas à Câmara Municipal até o dia 31 de março de cada ano; [...] Art. 24. A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1.º de agosto a 15 de dezembro. [...] Art. 43. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, através de parecer prévio sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara Municipal deverão prestar anualmente. § 1º. As contas deverão ser apresentadas em até noventa dias após o encerramento do exercício financeiro, se outro prazo não fixar o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. § 2º. Se até esse prazo não tiverem sido apresentadas as contas, a Comissão Permanente de Fiscalização o fará em trinta dias. [...] Art. 53. Compete, privativamente, ao Prefeito: [...] XI - prestar, anualmente, à Câmara Municipal, no mesmo prazo previsto no parágrafo primeiro do artigo 43 desta Lei Orgânica, as contas referentes ao exercício anterior;								
Nossa Senho- ra das Graças (PR)	PM	CM	SPR	AN	15/abr	CM	CES	16/abr	SPR
	LOM de Nossa Senhora das Graças, Art. 26. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente na Sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho, e de 1º de agosto a 15 de dezembro. [...] Art. 40. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: [...] VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de sessenta dias do seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] X - proceder a tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara dentro de sessenta dias, após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 61. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;								
Ocau- çu (SP)	PM	CM	TCE	AN	31/mar	CM	CES	02/abr	SPR
	LOM de Ocaçu, Art. 17. Compete privativamente à Câmara Municipal: [...] XX - tomar e julgar as contas do prefeito, deliberando sobre o Parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de 60 dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] XXIV - proceder à tomada de contas do prefeito, através da Comissão Especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de 60 dias após a abertura da Sessão Legislativa; [...] Art. 23. Independente de convocação, a Sessão Legislativa anual desenvolve-se de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. [...] Art. 110. Ao prefeito compete: [...] XXXI - encaminhar ao Tribunal de Contas e a Câmara Municipal, até 31 de março de cada ano, a prestação de contas do Município, relativa ao exercício anterior;								
Penaforte (CE)	PM	TCE	SPR	AN	31/mar	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Penaforte, Art. 23. A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, na sede do Município e no recinto normal de seus trabalhos, independentemente de convocação, de primeiro de fevereiro a trinta de junho e de primeiro de agosto a quinze de dezembro. [...] Art. 60. Ao Prefeito compete, privativamente: [...] XVII - encaminhar ao Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, até o dia 31								



Quadro 5 - Apresentação das contas, conforme leis orgânicas municipais e regimentos das câmaras.

Muni- cípio (UF)	Prestação					Tomada			
	APR <sup>1</sup>	REC <sup>2</sup>	ENC <sup>3</sup>	PER <sup>4</sup>	DAT <sup>5</sup>	CMP <sup>6</sup>	COM <sup>7</sup>	DAT	PRD <sup>8</sup>
	<b>Dispositivos destacados das LOM<sup>9</sup> e dos RI<sup>10</sup> das CM<sup>11</sup></b>								
de (SP)	outras: [...] VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o Parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observado os seguintes preceitos: [...] X - proceder à tomada de contas do Prefeito, através de Comissão Especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de 60 (sessenta) dias, após a abertura da Sessão Legislativa; [...] Art. 61. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo; [...] Art. 138. Até 60 (sessenta) dias após o início da sessão legislativa de cada ano, o Prefeito encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente, as contas do Município, que se comporão de: [...].								
Rode- las (BA)	PM	CM	SPR	AN	31/mar	CM	CES	16/abr	30
	LOM de Rodelas, Art. 27. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, independentemente de convocação. [...] Art. 45. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as atribuições, dentre outras: [...] VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seus recebimentos, observados os seguintes preceitos: [...] X - proceder à tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da Sessão Legislativa; [...] Art. 71. [...] § 1º. O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentária, bem como, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos. § 2º. As contas deverão ser apresentadas até 60 (sessenta) dias do encerramento do exercício financeiro. § 3º. Esgotado o prazo do parágrafo anterior sem que tiverem sido apresentadas as Contas, a Comissão Permanente de Fiscalização e Contas o fará em 30 (trinta) dias. [...] Art. 82. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - enviar a Câmara até o dia 31 de Março, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;								
Santa Carmem (MT)	PM	CM	TCE	AN	16/abr	CM	SPR	16/abr	SPR
	LOM de Santa Carmem, Art. 20. A Câmara Municipal cabe, privativamente, entre outras previstas nesta Lei Orgânica, as seguintes atribuições: [...] XII - Julgar, anualmente, as contas do Prefeito, em até sessenta dias após a apresentação do parecer prévio do Tribunal de Contas, observado o seguinte: [...] XIII - Proceder à tomada de contas do Prefeito, quando não apresentadas no prazo legal; [...] Art. 42. Compete privativamente ao Prefeito: [...] XII - Prestar anualmente a Câmara Municipal, dentro de sessenta dias da abertura do ano legislativo as contas referentes ao exercício anterior, e remetê-las, em igual prazo, à apreciação do Tribunal de Contas do Estado; RI-CM de Santa Carmem, Art. 1º. A Câmara Municipal de Santa Carmem reunir-se-á: I - anual e ordinariamente, independente de convocação, de 15 fevereiro a 30 junho e de 01 de agosto a 15 de dezembro, considerando-se recesso parlamentar os períodos compreendidos no mês de julho e entre 16 de dezembro a 14 de fevereiro.								
Santa Juliana (MG)	PM	CM	SPR	AN	15/mar	CM	SPR	SPR	SPR
	LOM de Santa Juliana, Art. 16. Compete privativamente à Câmara Municipal: [...] VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de cento e vinte dias de seu recebimento, observando os seguintes preceitos: [...] Art. 31. [...] Parágrafo Único. A Câmara reunir-se-á anualmente de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 30 de dezembro, em sessões ordinárias, extraordinárias, especiais e solenes, na forma que dispuser o Regimento Interno. [...] Art. 70. Compete ao Prefeito Municipal, entre outras atribuições: [...] X - encaminhar à Câmara, até 15 de março a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;								
Santa- na do Cariri (CE)	PM	CM	SPR	AN	31/jan	CM	SPR	22/mar	SPR
	LOM de Santana do Cariri, Art. 15. Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições: [...] V - julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo Municipal; [...] XI - proceder à tomada de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentada à Câmara dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a abertura das sessões legislativas; [...] Art. 28. A Sessão Legislativa anual desenvolver-se-á de 21 de janeiro a 30 de junho, e de 1º de agosto a 20 de dezembro, independentemente de convocação. [...] Art. 71. Compete privativamente ao Prefeito: [...] X - prestar anualmente, à Câmara Municipal, dentro do prazo legal, as contas do Município referente ao exercício anterior; [...] Art. 127. [...]								



Muni- cípio (UF)	Prestação					Tomada			
	APR <sup>1</sup>	REC <sup>2</sup>	ENC <sup>3</sup>	PER <sup>4</sup>	DAT <sup>5</sup>	CMP <sup>6</sup>	COM <sup>7</sup>	DAT	PRD <sup>8</sup>
	Dispositivos destacados das LOM <sup>9</sup> e dos RI <sup>10</sup> das CM <sup>11</sup>								
	remetendo cópia integral a esta Casa, para os efeitos do artigo 52, §3º da Lei Orgânica. § 1º. As contas do Prefeito e as da Câmara serão enviadas, ao Tribunal de Contas, até 31 de março do exercício seguinte, ou outra data estipulada pelo Tribunal de Contas, para os devidos fins. [...] Art. 234. À Comissão de Finanças e Orçamento incumbe proceder à tomada de contas do Prefeito, quando não apresentadas à Câmara na forma prevista no artigo 226. Parágrafo único. A prestação de contas, após iniciada a tomada de contas, não será óbice à adoção das providências relativas ao processo por crime de responsabilidade, nos termos da legislação vigente.								
Sete de Sete- mbro (RS)	PM	CM	SPR	AN	SPR	CM	SPR	SPR	SPR
	LOM de Sete de Setembro, Art. 53. A Câmara Municipal de Vereadores reúne-se independentemente de convocação no dia 1º de fevereiro de cada ano, para a abertura da sessão legislativa, funcionando ordinariamente até o dia 31 de dezembro, exceto no primeiro ano de cada legislatura, tendo em vista não haver recesso. [...] Art. 55. Compete, privativamente, à Câmara de Vereadores: [...] IX - exercer a fiscalização financeira e orçamentária do Município, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, tomando e julgando as contas do Município; Art. 92. Compete privativamente ao Prefeito: [...] XIII - prestar, anualmente, ao Poder Legislativo, as contas referentes ao exercício anterior;								
Sil- veira Mar- tins (RS)	PM	CM	SPR	AN	30/abr	CM	SPR	31/mar	SPR
	LOM de Silveira Martins, Art. 32. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, de 1º de março a 20 de dezembro de cada ano e o recesso será de 21 de dezembro a 28 de fevereiro do ano seguinte. [...] Art. 38. Compete, exclusivamente, à Câmara Municipal, além de outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica; [...] VI - julgar, anualmente, as contas do Prefeito Municipal; VII - proceder a tomadas de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentadas dentro de 30 dias após a abertura da Sessão Legislativa; [...] Art. 66. Compete, privativamente, ao prefeito Municipal: [...] XI - prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro de 60 dias após a abertura da Sessão Legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;								
Uba- tuba (SP)	PM	TCE	SPR	AN	31/mar	CM	SPR	SPR	SPR
	LOM de Ubatuba, Art. 13. Compete à Câmara, privativamente, as seguintes atribuições, entre outras: [...] VIII - tomar e julgar, anualmente, as contas prestadas pela Mesa da Câmara e pelo Prefeito, e apreciar o relatório sobre a execução do Plano de Governo; [...] Art. 27. A sessão legislativa ordinária da Câmara desenvolver-se-á em conformidade com calendário estabelecido no Regimento Interno, e independentemente de convocação para as sessões ordinárias. [...] Art. 57. Ao Prefeito compete privativamente: [...] XV - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 31 de março de cada ano, a prestação de contas da Prefeitura e a da Mesa da Câmara, e os balanços de exercício findo; [...] Art. 269. [...] §1º. A Prefeitura remeterá ao Tribunal de Contas do Estado, até 31 de março do exercício seguinte, as suas contas e as da Câmara, apresentadas pela Mesa, bem como as das fundações e as das autarquias, as quais lhe serão entregues até o dia 1º de março. RI-CM de Ubatuba, Art. 4º. A Legislatura compreenderá quatro Sessões Legislativas Ordinárias, com início, cada uma, em 1º de fevereiro e término em 15 de dezembro de cada ano.								
Var- geão (SC)	PM	CM	SPR	AN	15/abr	CM	CES	03/abr	SPR
	LOM de Vargeão, Art. 24. A Câmara Municipal reunir-se-á, anual ordinariamente na sede do Município, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. [...] Art. 31. É da competência privativa da Câmara Municipal: [...] VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de sessenta dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] XI - proceder a tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 70. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 15 de abril a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;								
Várzea Gran- de (PI)	PM	CM	TCE	AN	16/abr	CM	SPR	31/mar	SPR
	LOM de Várzea Grande, Art. 28. A Câmara reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de Junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. [...] Art.43. Compete, privativamente, a Câmara Municipal: [...] III - julgar, anualmente, as contas do Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; [...] Art. 65. O Prefeito e as entidades da administração indireta Municipal, objetivando a efetivação do controle externo, enviarão ao Tribunal de Contas do Estado								

Quadro 5 - Apresentação das contas, conforme leis orgânicas municipais e regimentos das câmaras.

Muni- cípio (UF)	Prestação					Tomada			
	APR <sup>1</sup>	REC <sup>2</sup>	ENC <sup>3</sup>	PER <sup>4</sup>	DAT <sup>5</sup>	CMP <sup>6</sup>	COM <sup>7</sup>	DAT	PRD <sup>8</sup>
	<b>Dispositivos destacados das LOM<sup>9</sup> e dos RI<sup>10</sup> das CM<sup>11</sup></b>								
	[...] IV - o balanço geral do Município, até noventa dias após o encerramento do exercício. Parágrafo Único. As providências dos incisos II e IV devem ser cumpridas também perante a Câmara Municipal. [...] § 3º. No caso de o Prefeito não apresentar, na forma da lei e nos prazos do artigo anterior, a prestação de contas do exercício, a Câmara Municipal procederá à tomada de contas, podendo, por decisão do Presidente ou por deliberação da maioria dos seus membros, solicitar ao Tribunal de Contas a designação de auditoria para em caráter especial assisti-la em todo o processo de tomada de contas, e a Câmara dará em qualquer caso, ciência dos resultados à citada Corte. [...] Art. 77. Compete privativamente ao Prefeito do Município: [...] XVII - prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro de sessenta dias após a abertura do período legislativo, as contas referentes ao exercício anterior e apresentar, no mesmo ato, os relatórios circunstanciados sobre a execução dos planos de governo;								
Vera Cruz (BA)	PM	CM	TCE	AN	19/mar	CM	CFO	31/mar	30
	LOM de Vera Cruz, Art. 34. É competência exclusiva da Câmara Municipal: [...] VI - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios de execução de plano de governo; [...] Art. 35. A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente, em sessão legislativa anual, de 2 de fevereiro a 17 de julho, e de 1º de agosto a 22 de dezembro, devendo realizar, pelo menos quatro reuniões mensais. [...] Art. 49. O Controle da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, através de parecer prévio sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara deverão prestar anualmente, e de Inspeção e auditoria em órgãos e entidades públicas. § 1º. As contas deverão ser apresentadas 90 dias após o encerramento do exercício financeiro. § 2º. Se até este prazo não tiverem sido apresentadas as contas a Comissão Permanente da Fiscalização o fará em trinta dias. [...] Art. 61. Compete privativamente ao Prefeito: [...] IX - enviar à Câmara Municipal, até o quinto dia do mês subsequente os balancetes e extratos bancários da Prefeitura Municipal nos termos da Lei bem como prestar anualmente a Câmara, dentro de quarenta e cinco dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referente ao exercício anterior; [...] XII - encaminhar ao Tribunal de Contas até trinta e um de março de cada ano a sua prestação de contas;								
Wall Ferraz (PI)	PM	CM	SPR	AN	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Wall Ferraz, Art. 13. A Câmara Municipal de Wall Ferraz reunir-se-á anualmente na sede do município entre 15 de fevereiro e 30 de junho e entre 1º de agosto e 15 de dezembro. [...] Art. 28. Compete privativamente à Câmara Municipal de Wall Ferraz, entre outras, as seguintes atribuições: [...] V - julgar as contas anuais do município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; [...] Art. 73. Compete privativamente ao Prefeito: [...] IX - prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro do prazo legal, as contas do município, referente, ao exercício anterior;								
Xexéu (PE)	PM	CM	SPR	AN	30/mar	CM	SPR	31/mar	SPR
	LOM de Xexéu, Art. 10. Compete privativamente à Câmara Municipal: [...] XI - proceder a tomada de contas do Prefeito, quando não apresentadas à Câmara Municipal, até o dia 31 (trinta e um) de março de cada ano; [...] Art. 26. [...] § 2º. A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente, em sessão legislativa anual em quatro períodos: janeiro, abril, julho e outubro, iniciando no dia 1º de cada mês. Art. 64. Ao Prefeito compete privativamente: [...] X - Prestar, anualmente, à Câmara Municipal, até o dia 30 de março as contas referentes ao exercício anterior;								

Fonte: leis orgânicas e regimentos internos das câmaras municipais dos municípios selecionados para a amostra estatística, conforme Apêndice B (p. 573), cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. APR: competência para apresentar as contas; 2. REC: competência para receber as contas; 3. ENC: instituição à qual as contas devem ser encaminhadas concomitantemente à apresentação à competente para recebê-las; 4. PER: periodicidade de apresentação das contas; 5. DAT: data limite; 6. CMP: instituição competente para instaurar e proceder a tomada de contas; 7. COM: comissão com atribuição de efetuar a tomada de contas; 8. PRD: prazo em dias; 9. LOM: lei orgânica do município; 10. RI: regimento interno; 11. CM: câmara municipal; 12. PM: prefeito municipal; 13. SPR: sem previsão; 14. AN: anual; 15. CFO: Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, ou equivalente; 16. CES: comissão especial; 17. TCE: Tribunal de Contas do Estado; 18. TCM: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado ou Tribunal de Contas do Município.

TC <sup>1</sup>	Presidente/Governador				Prefeito			
	Prestação			Tomada	Prestação			Tomada
	REC <sup>2</sup>	ENC <sup>3</sup>	DAT <sup>4</sup>	CMP <sup>5</sup>	REC	ENC	DAT	CMP
	<b>Dispositivos destacados das LO<sup>6</sup> e RI<sup>7</sup> dos TC</b>							
TCE-AC	SPR <sup>8</sup>	SPR	SPR	ALE <sup>9</sup>	TCE <sup>10</sup>	SPR	31/mar	CM <sup>11</sup>
	<p>LO-TCE-AC, Art. 71-A. [...] § 1º. As contas serão apresentadas pelo prefeito ao Tribunal até o dia 31 de março do ano subsequente ao exercício findo.</p> <p>RI-TCE-AC, Art. 91. O parecer que o Tribunal Pleno emitir sobre as contas que o Governador deve prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, será precedido de minucioso relatório sobre a gestão financeira e econômica da administração direta e dos órgãos da administração indireta, sociedades e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público. [...] § 2º. Não encaminhadas as contas no prazo constitucional, o Tribunal comunicará à Assembleia Legislativa, para os fins de direito, devendo apresentar minucioso relatório sobre o exercício financeiro encerrado. [...] Art. 93. Para fins de elaboração do parecer prévio conclusivo, sobre as contas que os Prefeitos devem prestar anualmente às respectivas Câmaras e avaliação do desempenho da administração, serão utilizados procedimentos de auditoria, inclusive verificações “in loco”, e os elementos constantes do balanço anual relativo ao exercício sob exame e demais documentos indicados neste Regimento. § 1º. Os documentos referidos no “caput” serão obrigatoriamente remetidos ao Tribunal de Contas até 31 de março do ano seguinte. [...] Art. 95. Se o Balanço Geral e demais elementos referidos no artigo 93 não forem remetidos até 31 de março, o Presidente fará imediata comunicação do fato à Câmara Municipal, sem prejuízo das demais medidas de competência do Tribunal de Contas. Parágrafo único. Feita a comunicação prevista neste artigo, o expediente respectivo devidamente distribuído, será encaminhado à apreciação das Câmaras.</p>							
TCE-AL	ALE	TCE	16/abr	ALE	SPR	SPR	LOM <sup>12</sup>	CM
	<p>LO-TCE-AL, Art. 34. Ao Tribunal de Contas do Estado compete, na forma estabelecida no Regimento Interno, apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Governador do Estado, mediante Parecer Prévio a ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento. § 1º. As contas que, concomitantemente, deverão ser remetidas à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas, consistirão dos balanços contábeis, elaborados na forma das normas gerais de direito financeiro e do relatório do Órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 176 da Constituição Estadual. § 2º. Se as contas não forem apresentadas dentro do prazo previsto, ou se forem sem atender aos requisitos legais, em relação à sua constituição, o Tribunal, de imediato, comunicará o fato à Assembleia Legislativa, para os fins de direito.</p> <p>RI-TCE-AC, Art. 140. [...] § 1º. Dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa as contas apresentadas pelo Governador à Assembleia Legislativa, remetendo-se cópia ao Tribunal de Contas. [...] § 4º. Se as contas não forem apresentadas dentro do prazo previsto, ou se o forem sem atender aos requisitos legais em relação a sua constituição, o Tribunal comunicará o fato, de plano, à Assembleia Legislativa, para fins de direito. [...] Art. 150. [...] § 1º. As contas serão apresentadas pelos Prefeitos nos prazos fixados nas respectivas Leis Orgânicas. [...] § 3º. Se as contas não atenderem aos requisitos legais, no tocante a sua composição, o Tribunal comunicará o fato, de plano, à Câmara Municipal, para fins de direito.</p>							
TCE-AP	SPR	SPR	SPR	ALE	SPR	SPR	30/abr	TCE
	<p>LO-TCE-AP, Art. 30. Ao Tribunal de Contas do Estado compete, na forma estabelecida nesta Lei Complementar, apreciar as contas anuais do Governador, dos Prefeitos e dos Presidentes de Câmaras Municipais. Art. 31. Havendo omissão no dever de prestar contas, o Tribunal determinará a instauração da tomada de contas, na forma estabelecida no Regimento Interno, ressalvada a competência da Assembleia Legislativa. Parágrafo único. No caso em que os responsáveis pela prestação de contas tenham os seus mandatos interrompidos antes do término do exercício, o Tribunal de Contas do Estado aplicará o disposto neste artigo.</p> <p>RI-TCE-AP, Art. 83. As contas prestadas anualmente pelos Prefeitos, até o dia 30 de abril do exercício seguinte, consistirão no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 175, § 6º, da Constituição Estadual.</p>							
TCE-AM	ALE	TCE	02/abr	ALE	SPR	SPR	31/mar	CM
	LO-TCE-AM, Art. 28. Ao Tribunal de Contas compete, na forma estabelecida no Regimento Interno, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser							



TC <sup>1</sup>	Presidente/Governador				Prefeito			
	Prestação			Tomada	Prestação			Tomada
	REC <sup>2</sup>	ENC <sup>3</sup>	DAT <sup>4</sup>	CMP <sup>5</sup>	REC	ENC	DAT	CMP
	Dispositivos destacados das LO <sup>6</sup> e RI <sup>7</sup> dos TC							
	<p>Legislativo. [...] Art. 54. Nos 60 (sessenta) dias anteriores à sua remessa ao Tribunal de Contas dos Municípios, as contas dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais ficarão na Secretaria da Câmara Municipal, sob a responsabilidade da Presidência da Câmara, que responderá pela integridade física dos documentos, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação. Parágrafo único. Enquanto perdurar o prazo de 60 (sessenta) dias referidos neste artigo, as Prefeituras, Mesas de Câmara e demais entidades da administração indireta municipal colocarão à disposição dos contribuintes, nas suas respectivas sedes, toda a documentação mensal de receita e despesa referente ao exercício anterior, devidamente autenticada pela Inspetoria Regional do Tribunal de Contas dos Municípios.</p> <p>Art. 55. Findo o prazo de disponibilidade pública de que trata o artigo anterior, as contas dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais serão enviadas, juntamente com as denúncias e quaisquer outros questionamentos dos contribuintes, pelo Presidente da Câmara, ao Tribunal de Contas dos Municípios, até o dia 15 (quinze) do mês de junho do ano subsequente ao que se referem. Parágrafo único. O atraso ou o não encaminhamento das contas de que trata este artigo no prazo nele estabelecido será da exclusiva responsabilidade do Presidente da Câmara. [...] Art. 59. No caso de tomada de contas, o Tribunal de Contas dos Municípios, após o levantamento e o ordenamento dos documentos necessários, remeterá o processo ao Presidente da Câmara Municipal a fim de que seja observado o prazo de disponibilidade de que trata o art. 54 desta Lei. Parágrafo único. Na hipótese mencionada neste artigo, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias somente começará a correr a partir da data do recebimento, pelo Tribunal de Contas dos Municípios, do processo devolvido pela Presidência da Câmara respectiva.</p>							
TCE-CE	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.							
TC-DF	SPR	SPR	SPR	SPR	NA	NA	NA	NA
	Sem destaque.							
TCE-ES	SPR	SPR	SPR	ALE	TCE	SPR	LOM (31/mar) <sup>14</sup>	CM
	<p>LO-TCE-ES, Art. 72. As contas anuais do Governador serão examinadas pelo Tribunal de Contas, que emitirá parecer prévio no prazo de sessenta dias, a contar de seu recebimento. [...] Art. 73. Se as contas não forem encaminhadas ou se não forem cumpridos os requisitos legais e regulamentares relativos a sua correta instrução, o Tribunal de Contas comunicará o fato à Assembleia Legislativa, para fins de direito. [...] Art. 76. As contas anuais do Prefeito serão examinadas pelo Tribunal de Contas, que emitirá parecer prévio no prazo de até vinte e quatro meses, a contar do seu recebimento. § 1º. As contas serão encaminhadas pelo Prefeito ao Tribunal de Contas até noventa dias após o encerramento do exercício, salvo outro prazo fixado na lei orgânica municipal. [...] Art. 77. Se as contas não forem encaminhadas no prazo previsto no § 1º do artigo 76, ou se não forem atendidos os requisitos legais e regulamentares relativos a sua correta instrução, o Tribunal de Contas comunicará o fato à Câmara Municipal, para fins de direito.</p> <p>RI-TCE-ES, Art. 105. O Tribunal apreciará as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu regular recebimento. [...] Art. 106. Se as contas não forem encaminhadas, ou se não forem cumpridos os requisitos legais e regulamentares relativos a sua formalização, o Tribunal comunicará o fato ao Governador e à Assembleia Legislativa, para fins de direito. [...] Art. 123. As contas serão encaminhadas pelo Prefeito ao Tribunal até noventa dias após o encerramento do exercício, salvo outro prazo fixado na lei orgânica municipal. § 1º. Se as contas não forem encaminhadas ou se não forem cumpridos os requisitos legais e regulamentares relativos a sua formalização, o Tribunal comunicará o fato à Câmara Municipal, para fins de direito.</p>							
TCE-GO	ALE	TCE	16/abr	ALE	NA	NA	NA	NA
	LO-TCE-GO, Art. 55-A. As contas anuais do Governador e dos administradores e responsáveis constantes deste Capítulo serão apresentadas, preferencialmente, através de meio eletrônico, observados os requisitos definidos em Resolução Normativa do Tribunal. Art. 56. As contas anuais prestadas pelo Governador deverão ser encaminhadas à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas, concomitantemente, até 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa. [...]							



Quadro 6 - Apresentação das contas, conforme leis orgânicas e regimentos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Presidente/Governador				Prefeito			
	Prestação			Tomada	Prestação			Tomada
	REC <sup>2</sup>	ENC <sup>3</sup>	DAT <sup>4</sup>	CMP <sup>5</sup>	REC	ENC	DAT	CMP
	Dispositivos destacados das LO <sup>6</sup> e RI <sup>7</sup> dos TC							
	Município, para os fins de direito, sem prejuízo da determinação de instauração de tomada de contas especial ou ordinária.							
TCE-MS	ALE	TCE	03/abr	ALE	TCE	SPR	31/mar	CM
	<p>LO-TCE-MS, Art. 32. As contas anuais do Governador do Estado devem ser prestadas, concomitantemente, ao Tribunal de Contas e à Assembleia Legislativa, até sessenta dias seguintes à data da abertura da sessão legislativa. [...] 2º. Se as contas não forem prestadas tempestivamente ou forem prestadas em desacordo com as prescrições legais quanto a sua constituição, o Tribunal deverá comunicar o fato à Assembleia Legislativa e ao Procurador-Geral da República para os fins de direito, e em específico, para as providências previstas no artigo 36, III da Constituição da República. [...] § 4º. Na falta de prestação das contas, ou no caso de sua prestação incompleta, o prazo para emissão do parecer prévio flui do primeiro dia útil seguinte à data do recebimento pelo Tribunal da tomada de contas realizada nos termos do disposto no art. 38. [...] Art. 33. As contas anuais dos Prefeitos Municipais devem ser prestadas ao Tribunal até noventa dias seguintes ao da data do encerramento do exercício financeiro. [...] § 2º. Se as contas não forem prestadas tempestivamente, ou forem prestadas em desacordo com as prescrições legais quanto a sua constituição, o Tribunal deverá comunicar o fato à Câmara Municipal e, para os fins do disposto nos arts. 11, II, e 12, I, da Constituição Estadual, representar ao Governador do Estado. [...] § 5º. Na falta de prestação das contas, ou no caso de sua prestação incompleta, o prazo para emissão do parecer prévio flui do primeiro dia útil seguinte à data do recebimento, pelo Tribunal, da tomada de contas realizada nos termos do disposto no art. 38. [...] Art. 38. Constatada irregularidade que tenha provocado ou possa provocar dano ao erário, a autoridade competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve instaurar imediatamente a tomada de contas especial e tomar as demais providências cabíveis. § 1º. Concluído o procedimento, as contas devem ser encaminhadas ao Tribunal, para julgamento ou emissão de parecer prévio, observado o disposto no art. 37. § 2º. É dispensável a instauração de tomada de contas especial caso a irregularidade seja imediatamente sanada e não caracterize má-fé de quem lhe deu causa, devendo o fato ser comunicado ao Tribunal. § 3º. Não atendida a regra disposta no <i>caput</i>, o Tribunal deve instaurar a tomada de contas especial.</p> <p>RI-TCE-MS, Art. 198. Solicitação de Tomada de Contas é o procedimento instaurado pelo Tribunal, por iniciativa do Conselheiro Relator, para comunicar ao Poder Legislativo respectivo da não prestação de contas anuais do Governador e dos Prefeitos para que adote as providências visando tomá-las.</p>							
TCE-MG	ALE	TCE	02/abr	ALE	TCE	SPR	31/mar	CM
	<p>LO-TCE-MG, Art. 40. [...] § 1º. No prazo de sessenta dias contado da abertura da sessão legislativa, as contas serão apresentadas pelo Governador à Assembleia Legislativa, remetendo-se cópia ao Tribunal. [...] Art. 41. Se as contas não forem apresentadas no prazo previsto no § 1º do art. 40 ou se não forem cumpridos os requisitos legais e regulamentares relativos a sua correta instrução, o Tribunal comunicará o fato à Assembleia Legislativa, para fins de direito. [...] Art. 42. [...] § 1º. As contas serão apresentadas pelo Prefeito ao Tribunal no prazo de noventa dias após o encerramento do exercício. [...] Art. 43. Se as contas não forem apresentadas no prazo previsto no § 1º do art. 42 ou se não forem atendidos os requisitos legais e regulamentares relativos a sua correta instrução, o Tribunal comunicará o fato à Câmara Municipal, para fins de direito.</p> <p>RI-TCE-MG, Art. 229. [...] § 1º. No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da abertura da sessão legislativa, as contas apresentadas pelo Governador à Assembleia Legislativa serão também remetidas ao Tribunal. § 2º. Se as contas não forem apresentadas no prazo previsto pelo parágrafo anterior ou se o forem sem atender aos requisitos legais e regulamentares quanto à sua correta instrução, o Tribunal comunicará o fato à Assembleia Legislativa para, dentre outras medidas, promover a respectiva tomada de contas, nos termos do art. 62, inciso XIX, da Constituição do Estado. [...] Art. 235. [...] § 1º. As contas serão apresentadas pelo Prefeito ao Tribunal no prazo de 90 (noventa) dias, após o encerramento do exercício. § 2º. Se as contas não forem apresentadas no prazo previsto no parágrafo anterior, ou se o forem sem atender aos requisitos legais e regulamentares quanto à sua correta instrução, o Tribunal comunicará o fato à Câmara Municipal para, dentre outras medidas, promover a respectiva tomada de contas, nos termos da legislação aplicável.</p>							



Quadro 6 - Apresentação das contas, conforme leis orgânicas e regimentos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Presidente/Governador				Prefeito			
	Prestação			Tomada	Prestação			Tomada
	REC <sup>2</sup>	ENC <sup>3</sup>	DAT <sup>4</sup>	CMP <sup>5</sup>	REC	ENC	DAT	CMP
	<b>Dispositivos destacados das LO<sup>6</sup> e RI<sup>7</sup> dos TC</b>							
TCE-PI	SPR	SPR	SPR	SPR	TCE	SPR	31/mar	CM
	<p>LO-TCE-PI, Art. 57. Ao Tribunal de Contas compete apreciar, mediante parecer prévio, as contas prestadas anualmente pelo Governador Estado. Parágrafo único. No caso de intervenção federal, compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas pelo interventor. [...] Art. 61. Ao Tribunal de Contas compete apreciar, mediante parecer prévio, as contas prestadas anualmente por Prefeito Municipal. Parágrafo único. No caso de intervenção estadual, compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas pelo interventor.</p> <p>RI-TCE-PI, Art. 151. O Tribunal de Contas do Estado do Piauí apreciará, anualmente e mediante parecer prévio, as contas do Governo do Estado. [...] Art. 163. O Tribunal de Contas do Estado do Piauí apreciará, anualmente e mediante parecer prévio, as Contas do Governo do Município. [...] Art. 164. As Contas do Governo do Município deverão ser remetidas, ao Tribunal, até noventa dias após o encerramento do exercício financeiro. [...] § 2º. No caso em que as contas não forem enviadas na forma e no prazo previstos na legislação que rege a matéria, o Tribunal de Contas comunicará o fato ao Legislativo Municipal, para os fins de direito, sem prejuízo da instauração de processo de tomada de contas, nos termos do artigo 62, § 2º, da Lei Estadual n. 5.888/2009.</p>							
TCE-RJ	ALE	TCE	02/abr	ALE	SPR	SPR	SPR	SPR
	<p>LO-TCE-RJ, Art. 36. [...] § 1º. As contas serão apresentadas pelo Governador, concomitantemente, à Assembleia Legislativa e ao Tribunal, dentro de 60 (sessenta) dias, após a abertura da sessão legislativa. [...] § 3º. Se as contas não forem apresentadas dentro do prazo previsto, ou se forem sem atender aos requisitos legais, em relação à sua constituição, o Tribunal, de pleno, comunicará o fato à Assembleia Legislativa, para os fins de direito.</p> <p>RI-TCE-RJ, Art. 36. [...] § 1º. As contas serão apresentadas pelo Governador, concomitantemente, à Assembleia Legislativa e ao Tribunal, com 3 (três) cópias, dentro de 60 (sessenta) dias, após a abertura da sessão legislativa. [...] § 3º. Se as contas não forem apresentadas dentro do prazo previsto, ou se forem sem atender aos requisitos legais, em relação à sua constituição, o Tribunal comunicará o fato à Assembleia Legislativa, para os fins de direito. § 4º. Se apresentadas no prazo, mas constatadas falhas formais, será fixado prazo pelo Tribunal para sua regularização, após o que, se não atendido, o fato será comunicado à Assembleia Legislativa. [...] Art. 45. O exame das contas prestadas anualmente pelos Prefeitos dos Municípios sob jurisdição do Tribunal de Contas, para emissão do Parecer Prévio Conclusivo a que se refere o art. 125, inciso I, da Constituição Estadual (Emenda Constitucional n. 04/91), será feito de acordo com o disposto neste Regimento Interno e em deliberações próprias.</p>							
TCM-RIO	NA	NA	NA	NA	CM	TCM	16/abr	CM
	<p>LO-TCM-RIO, Art. 29. [...] § 1º. As contas serão apresentadas pelo Prefeito, concomitantemente, à Câmara Municipal e ao Tribunal, dentro de sessenta dias, após a abertura da sessão legislativa. [...] § 3º. Se as contas não forem apresentadas dentro do prazo previsto, ou se o forem sem atender aos requisitos legais, em relação a sua constituição, o Tribunal, de plano, comunicará o fato à Câmara Municipal, para os fins de direito.</p> <p>RI-TCM-RIO, Art. 184. [...] § 1º. As contas serão apresentadas pelo Prefeito, concomitantemente, à Câmara Municipal e ao Tribunal, sendo pelo menos uma cópia em formato digital, dentro de sessenta dias, após a abertura da sessão legislativa. [...] § 3º. Se as contas não forem apresentadas dentro do prazo previsto, ou se o forem sem atender aos requisitos legais, em relação a sua constituição, o Tribunal, de plano, comunicará o fato à Câmara Municipal, para os fins de direito.</p>							
TCE-RN	ALE	TCE	03/abr	SPR	TCE	SPR	30/abr	CM
	<p>LO-TCE-RN, Art. 59. [...] § 2º. As contas são apresentadas pelo Governador à Assembleia Legislativa, no prazo de sessenta dias, após a abertura da sessão legislativa, com simultânea remessa, ao Tribunal, na mesma data, de duas cópias autenticadas e por meio eletrônico. § 3º. Cabe à Assembleia Legislativa comunicar ao Tribunal o recebimento das contas, iniciando-se, a partir dessa data, o prazo referido no <i>caput</i>. [...] Art. 60. Ao parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Prefeito Municipal, aplicam-se, no que couber, as disposições do art. 59. [...] § 2º. Para os fins deste artigo, devem ser remetidos ao Tribunal: I - até trinta de abril de cada ano, as contas prestadas pelo Prefeito Municipal, incluindo o balanço anual das contas, juntamente com as peças acessórias, e relatório circunstanciado do Prefeito sobre as atividades do exercício anterior; e II - os relatórios e documentos</p>							



Quadro 6 - Apresentação das contas, conforme leis orgânicas e regimentos dos tribunais de contas.

TC¹	Presidente/Governador				Prefeito			
	Prestação			Tomada	Prestação			Tomada
	REC²	ENC³	DAT⁴	CMP⁵	REC	ENC	DAT	CMP
	<b>Dispositivos destacados das LO⁶ e RI⁷ dos TC</b>							
	minucioso relatório sobre o exercício financeiro encerrado. [...] Art. 76. Se os documentos atinentes às contas de gestão e de governo do Executivo municipal não forem entregues no prazo e na forma estabelecidos em resolução, o Presidente comunicará o fato ao Governador do Estado, inclusive para fins do que dispõe o artigo 15 da Constituição do Rio Grande do Sul, e à respectiva Câmara de Vereadores, sem prejuízo das demais medidas de competência do Tribunal de Contas. Parágrafo único. Feita a comunicação prevista neste artigo, o expediente respectivo, devidamente distribuído, será encaminhado à apreciação de uma das Câmaras, para emissão de parecer prévio ou julgamento.							
TCE-RO	SPR	SPR	SPR	SPR	CM	SPR	SPR	SPR
	RI-TCE-RO, Art. 49. As contas dos Prefeitos serão apresentadas à Câmara Municipal, a quem caberá encaminhá-las ao Tribunal de Contas após o término do prazo mencionado no art. 31, § 3º da Constituição Federal, aplicando-se, no que couber, as disposições do artigo 39 deste Regimento.							
TCE-RR	ALE	SPR	16/abr	ALE	CM	SPR	SPR	CM
	LO-TCE-RR, Art. 8º. [...] § 2º. Havendo omissão no dever de prestar contas anuais de governo, o Tribunal comunicará à Mesa Diretora do Poder Legislativo competente para que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da legislação em vigor. § 3º. Caso a Mesa Diretora não adote as providências previstas no parágrafo anterior, no prazo de sessenta dias, contados da ciência da comunicação do Tribunal, este representará ao órgão competente para a adoção das medidas legais pertinentes. [...] § 5º. As contas a que se refere o § 2º deste artigo serão encaminhadas ao Tribunal para análise, no prazo máximo de cinco dias de seu ingresso na Casa Legislativa, sendo autuadas em processo de Tomada de Contas Especial. Art. 38-A. [...] § 2º. No prazo de sessenta dias, contados da abertura da sessão legislativa, as contas serão apresentadas pelo Governador ao legislativo estadual, que as remeterá ao Tribunal em cinco dias após seu recebimento. [...] Art. 38- B. Se não forem cumpridos os requisitos legais e regulamentares relativos à correta instrução do processo, o Tribunal comunicará o fato à Assembleia Legislativa para fins de direito. [...] Art. 38- C. [...] § 2º. Aplicam-se às contas do Prefeito, no que couber, as demais disposições da Seção anterior. RI-TCE-RR, Art. 228. Havendo omissão por parte do Chefe do Poder Executivo em prestar as suas contas anuais de governo, a Secretaria informará ao Presidente do Tribunal, que comunicará à mesa diretora do respectivo Poder Legislativo. Parágrafo único. Realizada a comunicação prevista neste artigo e, ultimadas as providências a cargo do respectivo Poder Legislativo, se entregues à referida casa, as contas deverão ser encaminhadas ao Tribunal para análise, no prazo de cinco dias, sendo autuadas em processo de Tomada de Contas Especial.							
TCE-SC	SPR	SPR	SPR	SPR	TCE	SPR	28/fev	SPR
	LO-TCE-SC, Art. 50. O Tribunal de Contas do Estado apreciará as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, as quais serão anexadas às do Poder Legislativo, mediante parecer prévio a ser elaborado antes do encerramento do exercício em que foram prestadas. Art. 51. A prestação de contas de que trata o artigo anterior será encaminhada ao Tribunal de Contas até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, e consistirá no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º, da Constituição Estadual. RI-TCE-SC, Art. 82. O Tribunal apreciará as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, às quais serão anexadas as do Poder Legislativo, mediante parecer prévio, separadamente, a ser elaborado antes do encerramento do exercício no qual foram prestadas. Art. 83. As contas prestadas anualmente pelo Prefeito, até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, consistirão no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º, da Constituição Estadual.							
TCE-SP	ALE	TCE	SPR	SPR	CM	TCE	31/mar	CM
	LO-TCE-SP, Art. 23. [...] § 2º. O Governador remeterá o balanço das contas, peças acessórias e relatório circunstanciado do Secretário da Fazenda à Assembleia Legislativa e, concomitantemente, cópia ao Tribunal de Contas. [...] Art. 24. O Tribunal de Contas emitirá parecer, até o último dia do ano seguinte ao do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios. § 1º. O balanço das contas será remetido ao Tribunal de Contas até 31 de março de cada ano, juntamente com as peças acessórias e relatório circunstanciado do Executivo e Legislativo							

Quadro 6 - Apresentação das contas, conforme leis orgânicas e regimentos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Presidente/Governador				Prefeito			
	Prestação			Tomada	Prestação			Tomada
	REC <sup>2</sup>	ENC <sup>3</sup>	DAT <sup>4</sup>	CMP <sup>5</sup>	REC	ENC	DAT	CMP
	Dispositivos destacados das LO <sup>6</sup> e RI <sup>7</sup> dos TC							
	Municipal. § 2º. Se as contas não forem enviadas na forma e prazo indicados no parágrafo anterior, o Tribunal de Contas comunicará o fato ao Legislativo Municipal, para os fins de direito.							
TCM-SPO	NA	NA	NA	NA	TCM	SPR	31/mar	CM
	LO-TCM-SPO, Art. 25. Para os fins previstos no artigo 19, incisos I e II, o Prefeito encaminhará ao Tribunal, até o dia 31 de março, em 2 (duas) vias, as contas e o balanço geral do exercício financeiro e orçamentário imediatamente anterior, bem como as contas da Mesa da Câmara, nos termos do artigo 87, parágrafo 2º, do Decreto-lei Complementar Estadual n. 9, de 31 de dezembro de 1969, compreendendo a sua totalidade, e serão acompanhadas das peças acessórias e de relatório circunstanciado. Parágrafo único. Se até o dia 31 de março, inclusive, o Tribunal não houver recebido as contas e o balanço geral, representará à Câmara Municipal, para os fins de direito. RI-TCM-SPO, Art. 68. [...] § 2º. O Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal de São Paulo encaminharão ao Tribunal, até o dia 31 de março, respectivamente, em duas vias, as contas do Executivo e da Mesa da Câmara relativas ao exercício financeiro imediatamente anterior. § 3º. Não recebendo as contas no prazo fixado no parágrafo anterior, o Tribunal representará à Câmara Municipal de São Paulo ou ao Ministério Público, para os fins de direito.							
TCE-SE	TCE	SPR	15/jun	SPR	TCE	SPR	30/abr	SPR
	LO-TCE-SE, Art. 47. [...] § 1º. As contas do Governador do Estado e as dos Prefeitos Municipais devem ser entregues ao Tribunal de Contas no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias), contados da data de abertura de cada Sessão Legislativa e do encerramento do exercício financeiro, respectivamente, sendo apresentadas, preferencialmente, através de meio eletrônico, observados os requisitos definidos em Resolução Normativa do Tribunal. RI-TCE-SE, Art. 99. [...] § 1º. As contas do Governador do Estado e as dos Prefeitos Municipais serão entregues ao Tribunal de Contas no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias), contados da data de abertura de cada Sessão Legislativa e do encerramento do exercício financeiro, respectivamente, sendo apresentadas, preferencialmente, através de meio eletrônico, observados os requisitos definidos em resolução específica.							
TCE-TO	SPR	SPR	SPR	SPR	TCE	SPR	28/fev	SPR
	LO-TCE-TO, Art. 100. O Tribunal de Contas do Estado apreciará as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos, incluídas as do Poder Legislativo, mediante parecer prévio a ser elaborado antes do encerramento do exercício em que foram prestadas. Art. 101. A prestação de contas de que trata o artigo anterior será encaminhada ao Tribunal de Contas até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, e consistirá no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 165, § 5º, da Constituição Federal. RI-TCE-TO, Art. 26. As contas prestadas anualmente pelo Prefeito, até o dia 15 de abril do exercício seguinte, consistirão no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 165, § 5º da Constituição Federal.							
TCU	SPR	SPR	SPR	SPR	NA	NA	NA	NA
	Sem destaque.							

Fonte: leis orgânicas e regimentos internos dos tribunais de contas, cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. TC: tribunal de contas; 2. REC: competência para receber as contas; 3. ENC: instituição à qual as contas devem ser encaminhadas concomitantemente à apresentação à competente para recebê-las; 4. DAT: data limite; 5. CMP: instituição competente para instaurar e proceder a tomada de contas; 6. LO: lei orgânica; 7. RI: regimento interno; 8. SPR: sem previsão; 9. ALE: Assembleia Legislativa do Estado; 10. TCE: Tribunal de Contas do Estado; 11. CM: câmara municipal; 12. LOM: lei orgânica do município; 13. NA: não se aplica; 14. LOM (dd/mmm): Data dd/mmm, se outra não estiver fixada na Lei orgânica do município; 15. TCM: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado ou Tribunal de Contas do Município, conforme o caso; 16. (ASL+dd): DD dias a partir da data de abertura da sessão legislativa; 17. Ce: prazo definido na constituição estadual.

Quadro 7 - Conteúdo das contas e objeto de sua apreciação, conforme constituições estaduais.

UF	Conteúdo da PCA <sup>1</sup>				PP <sup>6</sup>
	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>	OD <sup>4</sup>	EE <sup>5</sup>	
Dispositivos destacados das Ce <sup>7</sup>					
AC	SPR <sup>8</sup>	SPR	Sim	SPR	SPR
	Ce-AC, Art. 157. [...] § 2º. Todos os recursos oriundos de convênios ou contratos celebrados pela administração pública estadual ou municipal deverão ser incluídos na prestação geral de contas do Estado ou do Município.				
AL	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
AP	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
AM	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR
	Ce-AM, Art. 106. As entidades da Administração Pública direta e indireta do Estado e Municípios estão sujeitas ao que estabelecem o art. 39 e seu parágrafo único, o art. 157, §§5º e 7º, desta Constituição, e, ainda, apresentação anual, ao Tribunal de Contas do Estado, de relatório circunstanciado de atividades e balanço financeiro e patrimonial, que demonstrem a mobilização e aplicação de recursos no exercício, independente de sua origem. Parágrafo único. Ato do Tribunal de Contas do Estado, homologado pela Assembleia Legislativa, detalhará a forma e conteúdo do documento mencionado neste artigo. [...] Art. 127. [...] § 2º. O Tribunal de Contas do Estado encaminhará, anualmente, à Câmara Municipal pareceres conclusivos dos relatórios e balanços de que trata o art. 106, desta Constituição. § 3º. O Estado, por intermédio de lei complementar, uniformizará os critérios para a apresentação das contas e para a análise da documentação das mesmas, de modo que os ordenadores de despesas nos Municípios tenham conhecimento prévio dos requisitos indispensáveis para a sua correta apresentação ao Tribunal de Contas do Estado.				
BA	SPR	SPR	Sim	SPR	SPR
	Ce-BA, Art. 63. O Prefeito enviará as contas do Poder Executivo à Câmara Municipal até o dia 31 de março do exercício seguinte, cabendo ao Presidente da Câmara juntar, no mesmo prazo, as do Poder Legislativo. § 1º. Findo o prazo de disponibilidade pública de que trata o § 2º do art. 95, as contas serão enviadas, juntamente com as denúncias e quaisquer outras sugestões dos contribuintes, ao Tribunal de Contas dos Municípios, que emitirá parecer prévio, na forma do art. 91, inciso I.				
CE	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
DF	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	LO-DF, Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete: I - apreciar as contas anuais do Governador, fazer sobre elas relatório analítico e emitir parecer prévio no prazo de sessenta dias, contados do seu recebimento da Câmara Legislativa;				
ES	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
GO	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Ce-GO, Art. 37. Compete privativamente ao Governador do Estado: [...] XI - prestar à Assembleia as contas anuais relativas à receita e à despesa públicas, até sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;				
MA	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
MT	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Ce-MT, Art. 210. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio circunstanciado sobre as contas que o Prefeito Municipal deve, anualmente, prestar, podendo determinar para esse fim a realização de inspeções necessárias, observado: [...]				
MS	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR
	Ce-MS, Art. 15. [...] § 3º. O Município publicará, na imprensa local, da região ou da capital, as suas leis, balancetes mensais e ainda o balanço anual de suas contas e o orçamento municipal.				

Quadro 7 - Conteúdo das contas e objeto de sua apreciação, conforme constituições estaduais.

UF	Conteúdo da PCA <sup>1</sup>				PP <sup>6</sup>
	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>	OD <sup>4</sup>	EE <sup>5</sup>	
	Dispositivos destacados das Ce <sup>7</sup>				
MG	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Ce-MG, Art. 180. [...] § 3º. No primeiro e no último ano de mandato do Prefeito Municipal, o Município enviará ao Tribunal de Contas inventário de todos os seus bens móveis e imóveis.				
PA	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim
	Ce-PA, Art. 71. [...] § 3º. No caso de haver irregularidades nas contas apreciadas, o Tribunal de Contas dos Municípios fará constar, no seu parecer prévio, como sugestão, as providências e medidas que devem ser tomadas, encaminhando cópia ao Ministério Público do Estado.				
PB	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Ce-PB, Art. 13. [...] § 8º. As contas do Prefeito, enviadas à apreciação do Tribunal de Contas dos Municípios, na forma e prazo descritos no § 3º deste artigo, também o serão à respectiva Câmara, acompanhadas dos devidos comprovantes de despesas a que elas se refiram, sempre através de recibos, faturas ou documento fiscal.				
PR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
PE	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
PI	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	Ce-PI, Art. 32. [...] § 1º. O controle externo é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado que, de posse dos balancetes mensais e do balanço geral do Município, emitirá parecer prévio sobre as contas do Prefeito Municipal, noventa dias a contar do recebimento do balanço geral. [...] Art. 33. O Prefeito e as entidades da administração indireta municipal, objetivando a efetivação do controle externo, enviarão ao Tribunal de Contas do Estado e a Câmara Municipal: [...] IV - o balanço geral do Município, até noventa dias após o encerramento do exercício. [...] Art. 35. [...] § 2º. Do balanço geral do Município deve constar obrigatoriamente: I - declaração de imposto de renda do Prefeito e do cônjuge, bem assim de pessoa jurídica da qual seja diretor; II - relação discriminada, com localização das obras realizadas no exercício, da aquisição de equipamentos, veículos, máquinas, motores e do material permanente, com respectivos valores.				
RJ	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
RN	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
RS	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
RO	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
RR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
SC	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim
	Ce-SC, Art. 59. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, as quais serão anexadas às dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, mediante parecer prévio que levará em consideração as contas dos três últimos exercícios financeiros e que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;				
SP	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
SE	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				

Quadro 7 - Conteúdo das contas e objeto de sua apreciação, conforme constituições estaduais.

UF	Conteúdo da PCA <sup>1</sup>				PP <sup>6</sup>
	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>	OD <sup>4</sup>	EE <sup>5</sup>	
	Dispositivos destacados das Ce <sup>7</sup>				
TO	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				

Fonte: constituições estaduais dos vinte e seis estados e Lei Orgânica do Distrito Federal, cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. PCA: prestação de contas anual dos chefes de Poder Executivo; 2. BG: balanços gerais; 3. EO: execução do orçamento; 4. OD: outros documentos; 5. EE: especificidades estaduais; 6. PP: objeto da apreciação e emissão do parecer prévio pelos tribunais de contas; 7. Ce: constituição estadual; 8. SPR: sem previsão.

Quadro 8 - Conteúdo das contas e objeto de sua apreciação, conforme as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Conteúdo da PCA <sup>1</sup>				PP <sup>6</sup>
	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>	OD <sup>4</sup>	EL <sup>5</sup>	
	Dispositivos destacados das LOM <sup>7</sup>				
Agricolândia (PI)	SPR <sup>8</sup>	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Aguanil (MG)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Aguanil, Art. 72. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XII - Encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo; [...] Art. 95. O Prefeito fará publicar: [...] III - Anualmente, até 15 de Março, pelo órgão oficial do Estado, as contas de administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética. [...] Art. 104. [...] Parágrafo Único. Deverá ser feita, anualmente a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o Inventário de todos os bens municipais, com seus respectivos valores devidamente atualizado, através de correção e depreciação feitas com base nos índices inflacionários respectivos.				
Alumínio (SP)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Alumínio, Art. 55. Ao Prefeito compete, entre outras atribuições: [...] X - encaminhar ao Tribunal de Contas competente até o dia 31 de março de cada ano, a sua prestação de contas e a da Mesa da Câmara, bem como os balanços do exercício findo; [...] Art. 85. O Prefeito fará publicar: [...] IV - anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Município, se existir, e não existindo, por afixação, no edifício da Prefeitura, as contas da administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais em forma sintética. [...] Art. 94. [...] Parágrafo Único. Deverá ser feita anualmente a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.				
Anicuns (GO)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Anicuns, Art. 68. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo; [...] Art. 103. Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.				
Antônio Prado (RS)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Bauru (SP)	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Bauru, Art. 51. Ao Prefeito compete privativamente, entre outras atribuições: [...] X - encaminhar ao Tribunal de Contas competente, até o dia 31 de março de cada ano, a sua prestação de contas e a da Mesa da Câmara, bem como os balanços do exercício findo;				
Belo Jardim (PE)	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR
	LOM de Belo Jardim, Art. 129. O Prefeito do Município encaminhará à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 31 (trinta e um) de março do exercício seguinte, a prestação de contas do exercício anterior, acompanhada dos balanços orçamentário, financeiro e de demonstração das variações patrimoniais, que, além dos documentos definidos em Resolução do TCE, serão compostas de: I - demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras da Administração direta e indireta, inclusive dos fundos especiais e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; II - demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas dos órgãos da Administração direta com as dos fundos especiais, das fundações e das autarquias, instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal; III - demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas das empresas municipais; IV - notas explicativas às demonstrações de que tratam este artigo; V - relatório circunstanciado de gestão dos recursos públicos municipais no exercício demonstrado.				
Boca da Mata (AL)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				

Quadro 8 - Conteúdo das contas e objeto de sua apreciação, conforme as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Conteúdo da PCA <sup>1</sup>				PP <sup>6</sup>
	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>	OD <sup>4</sup>	EL <sup>5</sup>	
	Dispositivos destacados das LOM <sup>7</sup>				
Bonito (BA)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Bonito, Art. 5º. [...] Parágrafo único. Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído inventário de todos os bens municipais. [...] Art. 61. Compete privativamente ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 1º de março, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;				
Brasilândia do Tocantins (TO)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Buriti Alegre (GO)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Buriti Alegre, Art. 72. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até quinze de abril a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo; [...] Art. 95. O Prefeito fará publicar: [...] IV - anualmente, até o dia quinze de março, pelo órgão oficial do Estado, as contas de administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e a demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética, correspondentes ao exercício anterior. [...] Art. 103. [...] Parágrafo Único. Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.				
Cacimba de Areia (PB)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Cacimba de Areia, Art. 66. O prefeito fará publicar: [...] III - Anualmente, pelo órgão de imprensa oficial do Município, as contas da administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética. [...] Art. 78. [...] Parágrafo Único. Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes; na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.				
Caibaté (RS)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Campo Mourão (PR)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Canápolis (MG)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Candeal (BA)	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR
	LOM de Candeal, Art 92. Até 60 (sessenta ) dias após o início do período legislativo, o Prefeito Municipal encaminhará ao Tribuna! de Contas dos Municípios as contas municipais, que se comporão de: I - demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras, da administração direta, inclusive dos fundos especiais e das fundações, instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal; II - relatório circunstanciado da gestão dos recursos públicos municipais no exercício demonstrado;				
Capela de Santana (RS)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Capitão Poço (PA)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Cosmópolis (SP)	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Cosmópolis, Art. 73. Compete ao Prefeito praticar os atos de administração, nos limites da competência do Executivo e, além de outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica, especialmente: [...] XXVI - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, até 31 de março de cada ano, a prestação de contas da Mesa da Câmara, bem como os balanços do exercício findo;				

Quadro 8 - Conteúdo das contas e objeto de sua apreciação, conforme as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Conteúdo da PCA <sup>1</sup>				PP <sup>6</sup>
	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>	OD <sup>4</sup>	EL <sup>5</sup>	
	Dispositivos destacados das LOM <sup>7</sup>				
Cruzeiro do Iguaçu (PR)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Cruzeiro do Oeste (PR)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Domingos Martins (ES)	SPR	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Domingos Martins, Art. 89. [...] Parágrafo Único. Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.				
General Carneiro (PR)	SPR	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de General Carneiro, Art. 212. [...] Parágrafo único. Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial dos bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.				
Guaraciaba (SC)	Sim	Sim	SPR	SPR	Sim
	LOM de Guaraciaba, Art. 97. [...] § 4º. O Prefeito fará publicar: [...] d) anualmente, até quinze de março, pelo órgão oficial, as contas da administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética. [...] Art. 101. [...] § 1º. O parecer prévio a ser emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, consistirá em uma apreciação geral de fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução do orçamento e concluirá pela aprovação ou não das contas, indicando, se for o caso, as parcelas impugnadas. [...] Art. 103. O Tribunal de Contas do Estado, para emitir parecer prévio sobre as contas anuais que o Prefeito deve prestar, poderá requisitar documentos, determinar inspeções, auditorias e ordenar diligências que se fizerem necessárias à correção de erros, irregularidades, abusos e ilegalidades. [...] Art. 108 As contas da administração direta e indireta municipal serão submetidas ao sistema de controle externo mediante o encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal de Vereadores, nos prazos seguintes: [...] III - até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, o Balanço anual.				
Humaitá (AM)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Humaitá, Art. 63. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 31 de março de cada ano, a prestação de contas do Município, bem como os balanços do exercício findo, e balancete mensal, acompanhado de relação das despesas realizadas, até o último dia do mês subsequente; [...] Art. 118. [...] Parágrafo Único. Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.				
Iguaí (BA)	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Iguaí, Art. 70. Complete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;				
Imigrante (RS)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Irauçuba (CE)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Itaberaí (GO)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Itaberaí, Art. 65. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 15 (quinze) de abril, uma cópia da Prestação de Contas, bem como os balanços do exercício findo; [...] Art. 92. O Prefeito fará publicar: [...] III - anualmente, até 15 (quinze) de abril, pelo órgão oficial do município, as contas da administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética. [...] Art. 100. [...] Parágrafo único. Deverá ser feito, anualmente, a conferência da escrituração				

Quadro 8 - Conteúdo das contas e objeto de sua apreciação, conforme as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Conteúdo da PCA <sup>1</sup>				PP <sup>6</sup>
	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>	OD <sup>4</sup>	EL <sup>5</sup>	
	Dispositivos destacados das LOM <sup>7</sup>				
	patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.				
Itambé (BA)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Itambé, Art. 15. [...] § 5º. Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais. [...] Art. 68. Compele ao Prefeito entre outras atribuições: [...] IX - encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;				
Jaciara (MT)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Jerônimo Monteiro (ES)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Ji-Paraná (RO)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Joaquim Gomes (AL)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Juquiá (SP)	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Juquiá, Art. 80. Ao Prefeito compete privativamente: [...] XVIII - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado e ao Poder Legislativo, até o dia 31 de Março de cada ano, a sua prestação de Contas, bem como os balanços do exercício findo;				
Juscimeira (MT)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Lagoa do Sítio (PI)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Lagoa do Sítio, Art. 66. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo; [...] Art. 89. O Prefeito fará publicar: [...] IV - anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado, as contas de administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética. [...] Art. 97. [...] Parágrafo único. Deverá ser feita, anualmente a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.				
Lidianópolis (PR)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Macaé (RJ)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Macaé, Art. 25. [...] Parágrafo único. Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais. [...] Art. 92. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara até 15 de abril, anualmente, a prestação de contas, bem como o balanço do exercício findo;				
Minador do Negrão (AL)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Minador do Negrão, Art. 15. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições: [...] XIII - publicar na imprensa local, da região ou da capital, os seus atos, leis, balancetes mensais, o balanço anual de suas contas e o orçamento anual; [...] Art. 71. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - enviar à Câmara, até quinze de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo; [...] Art. 93. O Prefeito fará publicar: [...] IV - anualmente, até quinze de março, pelo órgão oficial, as contas da administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética. [...] Art. 101. [...] Parágrafo Único. Deverá ser feita				

Quadro 8 - Conteúdo das contas e objeto de sua apreciação, conforme as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Conteúdo da PCA <sup>1</sup>				PP <sup>6</sup>
	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>	OD <sup>4</sup>	EL <sup>5</sup>	
	Dispositivos destacados das LOM <sup>7</sup>				
	anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.				
Mirassol (SP)	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Mirassol, Art. 62. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo; [...] Art. 86. O Prefeito fará publicar: [...] IV - anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial, as contas de administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética;				
Mogi Guaçu (SP)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Monte Alto (SP)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Monte Alto, Art. 87. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XVIII - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 31 (trinta e um) de março de cada ano, a prestação de contas da Prefeitura Municipal inclusive autarquias e a Mesa da Câmara Municipal, bem como, os balanços do exercício anterior; [...] Art. 111. O Prefeito fará publicar: [...] II - anualmente, até 15 (quinze) de março, pela imprensa local, as contas da Administração, assim consubstanciadas nos Balanços Financeiro, Patrimonial, Orçamentário, bem como a Demonstração das Variações Patrimoniais, do exercício anterior. [...] Art. 139. [...] Parágrafo único. Anualmente será realizado inventário de todos os bens patrimoniais pertencentes ao Município, sendo este anexado a prestação de contas anual do município.				
Mundo Novo (MS)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Nossa Senhora das Graças (PR)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Nossa Senhora das Graças, Art. 61. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo; [...] Art. 81. O Prefeito fará publicar: I - Anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Município, as contas da Administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstrativo das variações patrimoniais, em forma sintética. [...] Art. 89. [...] Parágrafo Único. Deverá ser feita, anualmente, conferência da escrituração patrimonial com os Bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.				
Ocaçu (SP)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Penaforte (CE)	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Penaforte, Art. 60. Ao Prefeito compete, privativamente: [...] XVII - encaminhar ao Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, até o dia 31 (trinta e um) de março de cada ano, a sua prestação de Contas e à Mesa da Câmara, bem como os Balanços do exercício findo;				
Piquet Carneiro (CE)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Pojuca (BA)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Potiraguá (BA)	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Potiraguá, Art. 112. O Poder Executivo fará publicar na imprensa oficial do Município, quando houver, pela internet e no local de costume: [...] III - anualmente, até o dia 15 de março, pelo órgão oficial do Estado, as contas de administração, constituídas de				

Quadro 8 - Conteúdo das contas e objeto de sua apreciação, conforme as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Conteúdo da PCA <sup>1</sup>				PP <sup>6</sup>
	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>	OD <sup>4</sup>	EL <sup>5</sup>	
	Dispositivos destacados das LOM <sup>7</sup>				
	balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.				
Presidente Juscelino (MG)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Ribeirão Grande (SP)	Sim	Sim	Sim	SPR	SPR
	LOM de Ribeirão Grande, Art. 61. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo; [...] Art. 109. [...] Parágrafo único. Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e na prestação de contas de cada exercício incluído o inventário de todos os bens municipais. [...] Art. 138. Até 60 (sessenta) dias após o início da sessão legislativa de cada ano, o Prefeito encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente, as contas do Município, que se comporão de: I - demonstrações contábeis, orçamentários e financeiros da administração direta e indireta, inclusive dos fundos especiais e das fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal; II - demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas dos órgãos da administração direta com as dos fundos especiais, das fundações e das autarquias instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal; III - demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas das empresas municipais; IV - notas explicativas às demonstrações de que trata esse artigo; V - relatório circunstanciado da gestão dos recursos públicos municipais no exercício demonstrado.				
Rodelas (BA)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Rodelas, Art. 82. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - enviar a Câmara até o dia 31 de Março, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo; [...] Art. 110. O Prefeito fará publicar: [...] IV - anualmente, até 31 de março, pelo órgão oficial do Estado, as contas da administração, constituídas do balanço financeiro do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética. [...] Art. 118. [...] Parágrafo Único. Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escritura patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído, inventário de todos os bens municipais.				
Santa Carmem (MT)	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Santa Carmem, Art. 117. Até sessenta dias após o início da sessão legislativa de cada ano, o Prefeito Municipal encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente as contas do Município que se comporão de: I - Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras da administração direta e indireta, inclusive dos fundos especiais e das fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público; II - Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas dos órgãos da Administração direta com as dos fundos especiais, das fundações e das autarquias instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal; III - Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas das empresas municipais; IV - Notas explicativas às demonstrações de que trata este artigo; V - Relatório circunstanciado da gestão dos recursos públicos municipais no exercício demonstrado.				
Santa Juliana (MG)	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Santa Juliana, Art. 70. Compete ao Prefeito Municipal, entre outras atribuições: [...] X - encaminhar à Câmara, até 15 de março a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;				
Santana do Cariri (CE)	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Santana do Cariri, Art. 126. [...] Parágrafo único. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios que receberá: I - demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras da Administração direta e indireta, inclusive dos fundos especiais das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal; II - demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas dos órgãos da Administração direta com as dos fundos especiais, das fundações, das autarquias, instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal; III - demonstrações contábeis,				

Quadro 8 - Conteúdo das contas e objeto de sua apreciação, conforme as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Conteúdo da PCA <sup>1</sup>				PP <sup>6</sup>
	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>	OD <sup>4</sup>	EL <sup>5</sup>	
	Dispositivos destacados das LOM <sup>7</sup>				
	orçamentárias consolidadas das empresas municipais; IV - notas explicativas às demonstrações de que trata este artigo; V - relatório circunstancial da gestão dos recursos públicos municipais no exercício demonstrado.				
São Francisco do Pará (PA)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de São Francisco do Pará, Art. 74. Compete ao Prefeito dentre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até quinze de abril, a prestação de contas, bem como o balanço do exercício findo; [...] Art. 96. [...] § 4º. O Prefeito fará publicar: [...] IV - anualmente, até quinze de março, pelo órgão oficial, as contas da administração, constituídas do balanço financeiro, balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais em forma sintética. [...] Art. 104. [...] Parágrafo Único. Deverá ser feito, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.				
São Lourenço do Sul (RS)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
São Sebastião do Rio Verde (MG)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de São Sebastião do Rio Verde, Art. 15. [...] § 2º. Será feito, anualmente, o inventário físico dos bens para conferência com a escrituração patrimonial, juntando-se os competentes documentos a prestação de contas do exercício. [...] Art. 88. Ao Prefeito compete privativamente: XVI - encaminhar ao Tribunal de Contas e a Mesa da Câmara [sic], bem como os balanços do exercício findo;				
Sertaneja (PR)	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Sertaneja, Art. 69. Compete privativamente ao Prefeito: [...] XXI - Encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, até trinta e um de março de cada ano, a sua prestação de contas e a da Mesa da Câmara, bem como os balanços do exercício findo;				
Sete de Setembro (RS)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Silveira Martins (RS)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Ubatuba (SP)	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR
	LOM de Ubatuba, Art. 57. Ao Prefeito compete privativamente: [...] XV - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 31 de março de cada ano, a prestação de contas da Prefeitura e a da Mesa da Câmara, e os balanços de exercício findo;				
Vargeão (SC)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Vargeão, Art. 70. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: [...] XI - encaminhar à Câmara, até 15 de abril a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo; [...] Art. 87. [...] Parágrafo único. Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial, com os bens existentes e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.				
Várzea Grande (PI)	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR
	LOM de Várzea Grande, Art.65. O Prefeito e as entidades da administração indireta Municipal, objetivando a efetivação do controle externo, enviarão ao Tribunal de Contas do Estado: [...] IV - o balanço geral do Município, até noventa dias após o encerramento do exercício. [...] Art.68. [...] § 2º. Do balanço geral do Município deve constar obrigatoriamente: I - declaração de imposto de renda do Prefeito e do conjugue, bem assim de pessoa jurídica da qual seja diretor; II - relação discriminada, com localização das obras realizadas no exercício, da aquisição de equipamentos, veículos, máquinas e motores, com respectivos valores.				
Vera Cruz (BA)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				

Quadro 8 - Conteúdo das contas e objeto de sua apreciação, conforme as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Conteúdo da PCA <sup>1</sup>				PP <sup>6</sup>
	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>	OD <sup>4</sup>	EL <sup>5</sup>	
	Dispositivos destacados das LOM <sup>7</sup>				
Wall Ferraz (PI)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
Xexéu (PE)	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				

Fonte: leis orgânicas dos municípios selecionados para a amostra estatística, conforme Apêndice B (p. 573), cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. PCA: prestação de contas anual dos chefes de Poder Executivo; 2. BG: balanços gerais; 3. EO: execução do orçamento; 4. OD: outros documentos; 5. EL: especificidades locais; 6. PP: apreciação e emissão do parecer prévio pelos tribunais de contas; 7. LOM: lei orgânica municipal; 8. SPR: sem previsão.

Quadro 9 - Conteúdo das contas, conforme as leis orgânicas dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>				
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	FAI <sup>6</sup>	EEF <sup>7</sup>
Dispositivos destacados das LO <sup>8</sup> -TC					
TCE-AC	Sim	Sim	SPR <sup>9</sup>	SPR	SPR
	LO-TCE-AC, Art. 71. [...] Parágrafo único. As contas consistirão nos balanços gerais do Estado, e, no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 153, da Constituição Estadual.				
TCE-AL	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR
	LO-TCE-AL, Art. 34. [...] § 1º. As contas que, concomitantemente, deverão ser remetidas à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas, consistirão dos balanços contábeis, elaborados na forma das normas gerais de direito financeiro e do relatório do Órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 176 da Constituição Estadual.				
TCE-AP	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				
TCE-AM	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR
	LO-TCE-AM, Art. 28. [...] § 2º. As contas serão constituídas pelos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela demonstração das variações patrimoniais e pelo relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o artigo 157, § 5º da Constituição Estadual.				
TCE-BA	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR
	LO-TCE-BA, Art. 12. [...] § 2º. As contas constituir-se-ão das demonstrações contábeis obrigatórias, de relatórios sobre o desempenho dos programas de governo, demais demonstrativos previstos na legislação pertinente e da mensagem enviada pelo Governador à Assembleia Legislativa.				
TCM-BA	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	LO-TCM-BA, Art. 60. O Tribunal de Contas dos Municípios expedirá normas e instruções dispondo sobre o cumprimento dos prazos e formas de apresentação das prestações e tomadas de contas e dos documentos que as deverão constituir.				
TCE-CE	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR
	LO-TCE-CE, Art. 42. [...] § 2º. As contas consistirão nos balanços gerais do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 3º do Art. 203 da Constituição do Estado, contendo informações sobre as atividades inerentes aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público, relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual e respectivas inspeções e auditorias internas. Art. 42-A. [...] §2º. As contas consistirão nos balanços gerais do Município e no relatório de controle interno do Poder Executivo Municipal sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 165 da Constituição Federal, contendo informações relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual e respectivas inspeções e auditorias internas.				
TC-DF	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR
	LO-TC-DF, Art. 37. [...] Parágrafo único. As contas consistirão nos balanços gerais e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 165 da Constituição Federal.				
TCE-ES	SPR	Sim	SPR	Sim	SPR
	LO-TCE-ES, Art. 72. [...] § 1º. A composição das contas a que se refere o <i>caput</i> observará o disposto no Regimento Interno e em atos normativos do Tribunal de Contas. § 2º. As contas serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno, que conterão os elementos indicados em atos normativos do Tribunal de Contas. [...] Art. 76. [...] § 2º. A composição das contas a que se refere o <i>caput</i> observará o disposto no Regimento Interno e em atos normativos do Tribunal de Contas. § 3º. As contas serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno municipal, que conterão os elementos indicados em atos normativos do Tribunal de Contas.				
TCE-GO	Sim	Sim	SPR	Sim	SPR
	LO-TCE-GO, Art. 56. [...] § 2º. As contas prestadas pelo Governador consistirão dos balanços gerais do Estado e do relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, sobre a				

Quadro 9 - Conteúdo das contas, conforme as leis orgânicas dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>				
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	FAI <sup>6</sup>	EEF <sup>7</sup>
	Dispositivos destacados das LO <sup>8</sup> -TC				
	execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 110 da Constituição Estadual. [...] § 4º. A forma de apresentação das contas é a prevista no Regimento Interno.				
TCM-GO	Sim	Sim	SPR	Sim	SPR
	LO-TCM-GO, Art. 6º. [...] § 2º. As contas de governo consistirão nos balanços gerais do município e no relatório do órgão de controle interno do Poder Executivo Municipal, contendo manifestação conclusiva acerca da conformidade da execução orçamentária e financeira no exercício com as metas fixadas no Plano Plurianual e com os dispositivos constitucionais e legais, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. § 3º. Ato normativo do Tribunal estabelecerá a forma e o conteúdo da prestação de contas de governo, inclusive por meios eletrônicos ou assemelhados. § 4º. As contas de governo prestadas pelo Prefeito deverão refletir a execução orçamentária e financeira do Município, sem prejuízo da apuração das responsabilidades individuais ou solidárias quando da apreciação e julgamento pelo Tribunal das contas de gestão.				
TCE-MA	Sim	Sim	SPR	Sim	SPR
	LO-TCE-MA, Art. 8º. [...] § 1º. As contas prestadas pelo Governador do Estado consistirão nos balanços gerais do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 136 da Constituição Estadual. [...] Art. 9º. [...] § 1º. As contas prestadas pelo Prefeito consistirão nos balanços gerais do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 136 da Constituição Estadual. § 2º. Ato normativo do Tribunal estabelecerá a forma e o conteúdo da prestação de contas do Prefeito, que poderá ser feita em meio eletrônico e disponibilizada em ambiente de rede, observado o disposto no § 2º do art. 36 desta Lei. § 3º. As contas anuais prestadas pelo Prefeito deverão refletir a execução orçamentária do Município, sem prejuízo da definição das responsabilidades individuais ou solidárias quando da apreciação e julgamento pelo Tribunal. [...] Art. 10. O Tribunal, ao apreciar a prestação de contas anual apresentada pelo Prefeito, na data e forma previstas no regimento interno: [...]				
TCE-MT	Sim	Sim	Sim	SPR	SPR
	LO-TCE-MT, Art. 25. [...] § 2º. As contas consistirão nos balanços gerais do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 162 da Constituição Estadual. [...] Art. 31. As prestações de contas, bem como os respectivos pareceres prévios, evidenciarão os principais aspectos da gestão fiscal como parte integrante da avaliação anual. [...] Art. 33. Os pareceres prévios e julgamentos de contas anuais, sem prejuízo de outras disposições, definirão responsabilidades, nos termos regimentais e demais provimentos do Tribunal.				
TCE-MS	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR
	LO-TCE-MS, Art. 33. [...] § 4º. Se a Câmara Municipal não remeter tempestivamente ao Poder Executivo sua prestação de contas, para incorporação ao balanço geral do exercício financeiro, o Prefeito Municipal, ao prestar a sua, deverá cientificar o fato ao Tribunal, para que sejam tomadas as providências cabíveis.				
TCE-MG	SPR	Sim	SPR	Sim	SPR
	LO-TCE-MG, Art. 40. [...] § 2º. A composição das contas a que se refere o <i>caput</i> observará o disposto no Regimento Interno e em atos normativos do Tribunal. § 3º. As contas serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno, que conterão os elementos indicados em atos normativos do Tribunal. [...] Art. 42. [...] § 2º. A composição das contas a que se refere o <i>caput</i> observará o disposto no Regimento Interno e em atos normativos do Tribunal. § 3º. As contas serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno, que conterão os elementos indicados em atos normativos do Tribunal.				
TCE-PA	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR
	LO-TCE-PA, Art. 30. [...] § 1º. A prestação de contas consiste no Balanço Geral do Estado e no Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos e avaliação da situação da gestão administrativa, nos seus aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial.				
TCM-PA	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.				

Quadro 9 - Conteúdo das contas, conforme as leis orgânicas dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>				
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	FAI <sup>6</sup>	EEF <sup>7</sup>
Dispositivos destacados das LO <sup>8</sup> -TC					
TCE-PB	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR
	LO-TCE-PB, Art. 36. [...] § 1º. As contas do Governador incluirão Relatório das autoridades encarregadas da execução orçamentária, balanços e demonstrações financeiras do Estado, bem como outros subsídios que concorram para avaliar dita execução. § 2º. Para os fins deste artigo o Poder Executivo encaminhará ao Tribunal, no prazo e na forma estabelecidos em normas específicas, balancetes e demonstrativos mensais.				
TCE-PR	Sim	Sim	Sim	SPR	SPR
	LO-TCE-PR, Art. 21. [...] § 2º. As contas consistirão nos balanços gerais do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 6º, do art. 134, da Constituição Estadual. [...] Art. 23. [...] § 1º. O balanço das contas será remetido ao Tribunal de Contas até 31 de março de cada ano, juntamente com as peças acessórias e relatório circunstanciado do Executivo e Legislativo Municipal. [...] Art. 26. As prestações de contas, bem como, os respectivos pareceres prévios, evidenciarão os principais aspectos da Gestão Fiscal como parte integrante da avaliação anual.				
TCE-PE	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR
	LO-TCE-PE, Art. 24. As contas do exercício financeiro que o Governador deva prestar à Assembleia Legislativa do Estado se constituirão dos Balanços Gerais e do relatório da Secretaria da Fazenda sobre a execução do orçamento e a situação da administração financeira do Estado.				
TCE-PI	Sim	Sim	SPR	Sim	SPR
	LO-TCE-PI, Art. 58. A prestação de contas anual de que trata o art. 57 consistirá no Balanço Geral do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo. Parágrafo único. O Tribunal de Contas, observadas as disposições legais que regem a matéria, estabelecerá, em ato próprio, a organização, a forma e o conteúdo da prestação de contas do Governador do Estado. [...] Art. 62. A prestação de contas anual, de que trata o art. 61, consistirá no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal. § 1º. O Tribunal de Contas, observadas as disposições legais que regem a matéria, estabelecerá, em ato próprio, a organização, a forma e o conteúdo da prestação de contas de Prefeito Municipal.				
TCE-RJ	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR
	LO-TCE-RJ, Art. 36. [...] § 2º. As contas serão constituídas pelos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais e pelo relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 206, § 5º da Constituição Estadual.				
TCM-RIO	Sim	Sim	SPR	Sim	SPR
	LO-TCM-RIO, Art. 29. [...] § 2º. As contas serão constituídas pelos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais e pelo relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução do orçamento de que trata § 3º do art. 254 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, e por outros elementos previstos em lei específica, no Regimento Interno e em ato próprio.				
TCE-RN	Sim	Sim	SPR	Sim	SPR
	LO-TCE-RN, Art. 59. O parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado, a ser emitido pelo Tribunal em sessenta dias, abrange as que lhe cabe apresentar, anualmente, à Assembleia Legislativa, constituídas, especialmente, das seguintes peças: I - balanços contábil, orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial; II - balanço geral consolidado das contas do Estado e de suas autarquias e fundações públicas; III - relatórios parciais, inventários e demais demonstrativos; e IV - relatório geral e circunstanciado do órgão central de controle interno sobre a execução dos orçamentos previstos no § 4º do art. 106 da Constituição Estadual. § 1º. O Tribunal, observadas as disposições legais que regem a matéria, estabelecerá, em resolução, a organização, a forma e o conteúdo da prestação de contas prestadas pelo Governador do Estado. [...] Art. 60. Ao parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Prefeito Municipal, aplicam-se, no que couber, as disposições do art. 59. [...] § 2º. Para os fins deste artigo, devem ser remetidos ao Tribunal: I - até trinta de abril de cada ano, as contas prestadas pelo Prefeito Municipal, incluindo o balanço anual das contas,				

Quadro 9 - Conteúdo das contas, conforme as leis orgânicas dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>				
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	FAI <sup>6</sup>	EEF <sup>7</sup>
	Dispositivos destacados das LO <sup>8</sup> -TC				
	juntamente com as peças acessórias, e relatório circunstanciado do Prefeito sobre as atividades do exercício anterior; e II - os relatórios e documentos, exigidos por lei e os estabelecidos em resolução.				
TCE-RS	Sim	SPR	SPR	Sim	SPR
	LO-TCE-RS, Art. 35. [...] § 2º. O parecer prévio: I - consistirá em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro, devendo conter a análise e os elementos necessários à apreciação final, por parte da Assembleia Legislativa, das gestões contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, envolvendo a administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público do Estado, bem como outros elementos igualmente definidos no Regimento Interno ou em Resolução; [...] Art. 36. Os elementos a que se refere o inciso I do parágrafo 2º do artigo anterior, de responsabilidade do Governador do Estado, serão remetidos ao Tribunal de Contas acompanhados dos balanços e das demonstrações previstos em lei. [...] Art. 49. [...] § 1º. O parecer prévio: I - consistirá em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro, devendo conter a análise e os elementos necessários à apreciação final, por parte da Câmara de Vereadores, das gestões contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, bem como outros elementos igualmente definidos no Regimento Interno ou em Resolução; [...] Art. 50. Os elementos a que se refere o inciso I do parágrafo 1º do artigo anterior, de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, incluídos os balanços e as demonstrações previstos em lei, serão remetidos ao Tribunal de Contas até 31 de março do exercício seguinte ao encerrado.				
TCE-RO	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR
	LO-TCE-RO, Art. 35. [...] Parágrafo único. As contas consistirão nos balanços gerais do Estado e dos Municípios e no relatório do órgão central do sistema de controle interno dos Poderes Executivos estadual e municipais acerca da execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 165, da Constituição Federal.				
TCE-RR	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR
	LO-TCE-RR, Art. 38-A. [...] § 4º. As contas tratadas nesta Seção serão compostas pelo Balanço Orçamentário e seus anexos, pelos Balanços Financeiro e Patrimonial e pela Demonstração das Variações Patrimoniais de forma consolidada, e pelo relatório e parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno. [...] Art. 38-C. [...] § 2º. Aplicam-se às contas do Prefeito, no que couber, as demais disposições da Seção anterior.				
TCE-SC	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR
	LO-TCE-SC, Art. 47. [...] Parágrafo único. As contas consistirão no Balanço Geral do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º, da Constituição Estadual. [...] Art. 51. A prestação de contas de que trata o artigo anterior será encaminhada ao Tribunal de Contas até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, e consistirá no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º, da Constituição Estadual.				
TCE-SP	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR
	LO-TCE-SP, Art. 23. [...] § 2º. O Governador remeterá o balanço das contas, peças acessórias e relatório circunstanciado do Secretário da Fazenda à Assembleia Legislativa e, concomitantemente, cópia ao Tribunal de Contas. [...] Art. 24. [...] § 1º. O balanço das contas será remetido ao Tribunal de Contas até 31 de março de cada ano, juntamente com as peças acessórias e relatório circunstanciado do Executivo e Legislativo Municipal.				
TCM-SPO	Sim	Sim	SPR	Sim	SPR
	LO-TCM-SPO, Art. 25. Para os fins previstos no artigo 19, incisos I e II, o Prefeito encaminhará ao Tribunal, até o dia 31 de março, em 2 (duas) vias, as contas e o balanço geral do exercício financeiro e orçamentário imediatamente anterior, bem como as contas da Mesa da Câmara, nos termos do artigo 87, parágrafo 2º, do Decreto-lei Complementar Estadual n. 9, de 31 de dezembro de 1969, compreendendo a sua totalidade, e serão acompanhadas das peças acessórias e de relatório circunstanciado. [...] Art. 38. Serão obrigatoriamente enviados ao Tribunal, no prazo e forma que dispuserem esta lei e o Regimento Interno, os documentos e comunicações dos seguintes fatos: I - As contas anuais do Prefeito, no prazo do artigo 25.				

Quadro 9 - Conteúdo das contas, conforme as leis orgânicas dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>				
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	FAI <sup>6</sup>	EEF <sup>7</sup>
Dispositivos destacados das LO <sup>8</sup> -TC					
TCE-SE	SPR	SPR	SPR	Sim	SPR
	LO-TCE-SE, Art. 47. [...] § 1º. As contas do Governador do Estado e as dos Prefeitos Municipais devem ser entregues ao Tribunal de Contas no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias), contados da data de abertura de cada Sessão Legislativa e do encerramento do exercício financeiro, respectivamente, sendo apresentadas, preferencialmente, através de meio eletrônico, observados os requisitos definidos em Resolução Normativa do Tribunal.				
TCE-TO	Sim	Sim	SPR	Sim	SPR
	LO-TCE-TO, Art. 99. [...] § 2º. As contas consistirão nos balanços gerais do Estado, incluídos os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 165 da Constituição Federal. § 3º. O Regimento Interno regulamentará as disposições previstas neste artigo. [...] Art. 101. A prestação de contas de que trata o artigo anterior será encaminhada ao Tribunal de Contas até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, e consistirá no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 165, § 5º, da Constituição Federal.				
TCU	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR
	LO-TCU, Art. 36. [...] Parágrafo único. As contas consistirão nos balanços gerais da União e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 165 da Constituição Federal.				

Fonte: leis orgânicas dos tribunais de contas, cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. TC: tribunal de contas; 2. PCA: prestação de contas anual dos chefes de Poder Executivo; 3. BG: balanços gerais; 4. EO: execução do orçamento; 5. OD: outros documentos; 6. FAI: na forma de ato interno; 7. EEF: especificidades do ente federado; 8. LO: lei orgânica; 9. SPR: sem previsão.

Quadro 10 - Conteúdo das contas, conforme atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>			
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	EEF <sup>6</sup>
Dispositivos destacados dos AI <sup>7</sup> dos TC				
TCE-AC	Sim	SPR <sup>8</sup>	SPR	SPR
	RI-TCE-AC, Art. 93. Para fins de elaboração do parecer prévio conclusivo, sobre as contas que os Prefeitos devem prestar anualmente às respectivas Câmaras e avaliação do desempenho da administração, serão utilizados procedimentos de auditoria, inclusive verificações “in loco”, e os elementos constantes do balanço anual relativo ao exercício sob exame e demais documentos indicados neste Regimento. § 1º. Os documentos referidos no “caput” serão obrigatoriamente remetidos ao Tribunal de Contas até 31 de março do ano seguinte. § 2º. O Balanço Geral da administração direta abrangerá os registros de todos os órgãos e unidades orçamentárias, inclusive os da Câmara Municipal.			
TCE-AL	Sim	Sim	SPR	SPR
	RI-TCE-AC, Art. 140. [...] § 2º. As contas anuais consistem no Balanço Geral do Estado e nos balancetes mensais, obedecidas às normas de contabilidade pública, os preceitos da Lei 4.320/64 e o disposto no art. 50 da Lei Complementar 101/2000. § 3º. As contas serão acompanhadas do relatório concernente à execução da lei orçamentária anual, elaborado pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo. [...] Art. 150. [...] § 2º. As contas anuais consistem nos balanços gerais do Município e respectivos balancetes mensais, e serão acompanhadas do relatório concernente à execução da lei orçamentária anual, elaborado pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo.			
TCE-AP	Sim	Sim	Sim	SPR
	RI-TCE-AP, Art. 69. As contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado consistirão no Balanço Geral do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, sobre a execução dos orçamentos. Art. 70. O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanha as Contas do Governo Estadual deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: I - considerações sobre matérias econômica, financeira, administrativa e social relativas ao Estado; II - descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas; III - observações concernentes à situação da administração financeira estadual; IV - análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a Voto; V - balanços e demonstrações da posição financeira e patrimonial do Governo Estadual nas entidades da administração indireta e nos fundos da administração direta; VI - execução da programação financeira de desembolso; VII - demonstração da dívida ativa do Estado e dos créditos adicionais abertos no exercício; VIII - notas explicativas que indiquem os principais critérios adotados no exercício, em complementação às demonstrações contábeis; IX - dados e informações solicitados, com antecedência, pelo Relator. [...] Art. 83. As contas prestadas anualmente pelos Prefeitos, até o dia 30 de abril do exercício seguinte, consistirão no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 175, § 6º, da Constituição Estadual. Art. 84. O relatório das atividades do Poder Executivo que acompanha as Contas do Governo Municipal deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: I - considerações sobre matérias econômica, financeira, administrativa e social relativas ao Município; II - descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas; III - observações concernentes à situação da administração financeira municipal; IV - análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a Voto; V - balanços e demonstrações da posição financeira e patrimonial do Governo Municipal nas entidades da administração indireta e nos fundos da administração direta; VI - execução da programação financeira de desembolso; VII - demonstração da dívida ativa do Município e dos créditos adicionais abertos no exercício; VIII - notas explicativas que indiquem os principais critérios adotados no exercício, em complementação às demonstrações contábeis; IX - informações sobre as atividades inerentes ao Poder Legislativo relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual.			

Quadro 10 - Conteúdo das contas, conforme atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>			
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	EEF <sup>6</sup>
	<b>Dispositivos destacados dos AI<sup>7</sup> dos TC</b>			
	<p>Resolução TCE-AP n. 121/2005, Art. 1º. As Contas de Governo serão prestadas anualmente pelo Governador do Estado, incluindo a dos Poderes, Órgãos, Entidades e Fundos da Administração Estadual, com a mesma abrangência da Lei Orçamentária Anual a que se refere o art. 165, § 5º da Constituição Federal e artigo 56 da LC 101/00 - LRF; [...] Art. 6º. As Contas de Governo serão constituídas dos seguintes documentos: [Documentos listados nos incisos I a XXIII] [...] Art. 7º. Os demonstrativos previstos no item III do artigo precedente serão consolidados da seguinte forma: I - Os Balanços Orçamentários e Financeiro, incluindo todos os órgãos da administração direta e Poderes do Estado; II - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, incluindo todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta dos Poderes do Estado, bem como os fundos. Art. 8º. O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanha as Contas do Governador do Estado (artigo 60, VII), deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: I - Considerações sobre matérias econômica, financeira, administrativa e social relativas ao Estado; II - Avaliação da execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas; III - Observações concernentes à situação da administração financeira estadual; IV - Avaliação, da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; V - Dados e informações solicitados, com antecedência, pelo Relator.</p> <p>Resolução TCE-AP n. 133/2005, Art. 1º. Estão obrigados a prestar contas, na forma estabelecida nesta Resolução, os Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais. [...] Art. 5º. Os processos de prestação de contas anual que trata o art. 1º desta resolução, serão compostos, no que couber, de: [Documentos listados nos incisos I a XXIII] [...] Art. 6º. Os demonstrativos previstos nos itens III e IV do artigo precedente serão consolidados da seguinte forma: I - Os Balanços Orçamentário e Financeiro, incluindo todos os órgãos da administração direta municipal; II - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, incluindo todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta dos Poderes do município, bem como os Fundos. [...] Art. 8º. O Relatório do órgão central do sistema de controle interno que acompanha as contas do Executivo e Legislativo municipal (art. 5o, inciso VII), deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: I - avaliação da programação financeira de desembolso e comportamento em relação à previsão, bem como quando for o caso, as razões determinantes do “déficit” financeiro; II - as providências tomadas para eliminar as sonegações e racionalizar a arrecadação, com indicação dos resultados obtidos; III - as medidas adotadas, no campo das finanças públicas, com o objetivo de assegurar a boa gestão do dinheiro público; IV - avaliação acerca dos financiamentos externos e internos contratados pelos órgãos da administração municipal; V - avaliação das metas previstas no Plano de Governo, bem como os resultados alcançados.</p>			
TCE-AM	Sim	Sim	Sim	SPR
	<p>RI-TCE-AM, Art. 215. Além dos documentos exigidos em Resolução específica, as contas do Governador virão acompanhadas de relatórios do Órgão central de controle interno e do Órgão responsável pela contabilidade geral do Poder Executivo, contendo, no mínimo, os seguintes elementos: I - o montante dos recursos aplicados na execução de cada projeto, indicando as metas físicas programadas e as executadas; II - a execução da programação financeira de desembolso e o comportamento em relação à previsão, bem como, se for o caso, as razões determinantes do déficit financeiro; III - providências adotadas para racionalizar a arrecadação da receita e combater a sonegação, com indicação dos resultados obtidos; IV - posição dos financiamentos externos e internos contratados pela administração direta e as variações ocorridas no exercício; V - existência e montante das responsabilidades assumidas pelo Estado em virtude de aval ou qualquer forma de responsabilidade solidária ou subsidiária; VI - a posição das contas da dívida ativa e dos restos a pagar e suas variações em relação ao exercício anterior; VII - medidas adotadas para aperfeiçoar a gestão do dinheiro público. § 1º. Às contas gerais anuais apresentadas pelo Governador do Estado serão acrescentados pelo Relator os balancetes mensais correspondentes para exame final conjunto. § 2º. Os documentos referidos neste artigo e no artigo 216 poderão ser substituídos por versões informatizadas, nos termos da referida Resolução específica.</p> <p>Resolução TCE-AM n. 18/2013, Art. 4º. A Prestação de Contas Anual do Chefe do Poder Executivo Estadual conterà os seguintes documentos: [Documentos listados nos incisos I a XIV, inclusive alíneas]</p>			

Quadro 10 - Conteúdo das contas, conforme atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>			
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	EEF <sup>6</sup>
	Dispositivos destacados dos AI <sup>7</sup> dos TC			
	Resolução TCE-AM n. 27/2013, Art. 1º. As prestações de contas anuais prestadas pelos Prefeitos Municipais deverão ser encaminhadas com os seguintes documentos, nessa ordem: [Documentos listados nos incisos I a XLVIII, inclusive alíneas]			
TCE-BA	Sim	Sim	Sim	SPR
	Resolução TCE-BA n. 164/2015, Art. 7º. A prestação de contas do Chefe do Poder Executivo é composta das demonstrações contábeis obrigatórias, dos relatórios sobre o desempenho dos programas, demais demonstrativos previstos na legislação pertinente e da mensagem enviada pelo Governador à Assembleia Legislativa, de que trata o art. 12, § 2º, da Lei Complementar Estadual n. 5/1991, devendo: I - conter, no mínimo, as informações e os relatórios enumerados nos Anexos I, II, III, IV e V desta Resolução; [Exigências acerca dos documentos listados nos incisos II a IV] [...] Art. 8º. Para fins de subsidiar as análises técnicas e a avaliação do resultado da gestão, além dos elementos componentes da prestação de contas do Governo encaminhada à Assembleia Legislativa, deverá ser remetido ao TCE/BA, pelo Auditor Geral do Estado ou pelo dirigente máximo do órgão central de controle interno, até 28 de fevereiro do ano seguinte ao que se referem as contas, os seguintes elementos: [Documentos listados nos incisos I a V] [...] ANEXO I Relação das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS, [...] ANEXO II 1. RELATÓRIOS SOBRE O DESEMPENHO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO, [...] ANEXO III Relação dos DEMONSTRATIVOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO, [...] ANEXO IV - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO CONTROLE INTERNO PODER EXECUTIVO ESTADUAL.			
TCM-BA	Sim	Sim	Sim	SPR
	Resolução TCM-BA n. 1.378/2018, Art. 6º. A prestação de contas de governo deverá ser apresentada ao TCM/BA contendo todos os documentos e informações exigidos no Anexo Único desta Resolução. [...] ANEXO ÚNICO CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL			
TCE-CE	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.			
TC-DF	Sim	Sim	Sim	SPR
	RI-TC-DF, Art. 222. O Tribunal disciplinará, em ato normativo, a forma de apresentação das Contas Anuais prestadas pelo Governador, conforme estabelece o art. 100, inciso XVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Instrução Normativa TC-DF n. 1/2016, Art. 1º As contas anuais do Governo do Distrito Federal, previstas no art. 78, inciso I, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 8 de junho de 1993, nelas incluídos os órgãos do Poder Legislativo e a Defensoria Pública do Distrito Federal, serão organizadas e apresentadas com os seguintes elementos: [Documentos listados nos incisos I a XX, inclusive alíneas]			
TCE-ES	Sim	Sim	Sim	SPR
	RI-TCE-ES, Art. 105. [...] § 3º. A composição das contas a que se refere o <i>caput</i> , observada a legislação pertinente, consiste no Balanço Geral do Estado e nos demais documentos e informações exigidos em ato normativo do Tribunal. § 4º. As contas serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno, que conterão os elementos indicados no ato normativo previsto no parágrafo anterior. [...] Art. 122. [...] § 4º. A composição das contas a que se refere o <i>caput</i> , observada a legislação pertinente, consiste no Balanço Geral do Município e nos demais documentos e informações exigidos em ato normativo do Tribunal. § 5º. As contas serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno, que conterão os elementos indicados no ato normativo previsto no parágrafo anterior. Instrução Normativa TCE-ES n. 43/2017, Art. 10. O conteúdo das contas a serem prestadas pelo governador do Estado, para fins de apreciação e emissão de parecer prévio pelo TCEES, compreenderá o rol de documentos constantes do Anexo II, acompanhado do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno. [...] Art. 12 Os arquivos integrantes da PCA serão encaminhados conforme o Anexo III desta Instrução Normativa, acompanhados do relatório e do parecer conclusivo do controle interno. [...] ANEXO II Prestação de Contas Anual do Governador [...] ANEXO III Prestação de Contas Anual de Prefeito e demais ordenadores.			

Quadro 10 - Conteúdo das contas, conforme atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>			
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	EEF <sup>6</sup>
Dispositivos destacados dos AI <sup>7</sup> dos TC				
TCE- GO	Sim	Sim	Sim	SPR
	<p>RI-TCE-GO, Art. 174. As Contas Anuais do Governador, relativas a todas as receitas e despesas públicas, consistirão dos Balanços Gerais do Estado, e do relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, sobre a execução dos orçamentos de que trata a Constituição Estadual. § 1º. Os balanços e seus demonstrativos deverão apresentar, minuciosamente, a execução, no ano de referência das contas: I - do orçamento fiscal relativo aos três Poderes do Estado, e a seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração indireta e fundacional; II - do orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital votante; III - do orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e os órgãos a elas vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e as fundações instituídos pelo poder público. § 2º. Os balanços e seus demonstrativos aludidos no <i>caput</i> deverão, também, evidenciar os resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, comparados com os do ano imediatamente anterior, demonstrando ao final a posição das finanças e do patrimônio no encerramento do exercício. § 3º. O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanhar as Contas do Governo estadual deverá conter, no mínimo, avaliações relativas aos seguintes aspectos: I - ilegalidades constatadas, indicando as providências adotadas; II - irregularidades ou ilegalidades que resultaram em prejuízo ao erário, indicando as medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento; III - cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como dos programas de governo e de trabalho, apontando os atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em dano ao erário ou prejudicaram o desempenho da ação administrativa e indicando as providências adotadas; IV - resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. § 4º. O relatório de que trata o <i>caput</i> e o § 3º deste artigo deverá conter, ainda, os seguintes elementos: I - descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual; II - desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições; III - observações concernentes à situação da administração financeira estadual; IV - análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social; V - balanços e demonstrações da posição financeira e patrimonial do Governo Estadual nas entidades da administração indireta e nos fundos da administração direta; VI - demonstração da dívida ativa do Estado e dos créditos adicionais no exercício; VII - dados e informações solicitados pelo Conselheiro Relator. Art. 175. Os Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Chefe do Ministério Público deverão encaminhar relatório do respectivo órgão de controle interno, contendo manifestação conclusiva acerca da conformidade da execução orçamentária e financeira no exercício, com as metas fixadas no Plano Plurianual e com os dispositivos constitucionais e legais, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.</p> <p>Resolução Normativa TCE-GO n. 7/2018, Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo deve submeter ao Tribunal de Contas do Estado as Contas Anuais, contendo os documentos relacionados nos Anexos disponibilizados no portal eletrônico descrito no art. 7º. [...] Art. 7º. O envio de documentos, dados e informações de que trata esta Resolução Normativa deverá ser realizado por meio do portal TCENet, disponível no endereço <a href="http://www.tce.go.gov.br">www.tce.go.gov.br</a>, ou por meio de serviços de recepção de dados disponibilizados para o envio automático.</p>			
TCM- GO	Sim	Sim	Sim	SPR
	<p>RI-TCM-GO, Art. 163. [...] § 2º. As contas de governo consistirão nos balanços gerais do município e nos relatórios do órgão de controle interno, contendo manifestação conclusiva acerca da conformidade da execução orçamentária e financeira no exercício com as metas fixadas no Plano Plurianual e com os dispositivos constitucionais e legais, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. § 3º. Ato normativo do Tribunal estabelecerá a forma e o conteúdo da prestação de contas de governo, inclusive por meios eletrônicos ou assemelhados.</p> <p>Instrução Normativa TCM-GO n. 8/2015, Art. 15. [...] § 3º. As contas de governo de que trata o <i>caput</i> deverão ser encaminhadas ao Tribunal mediante ofício assinado pelo Chefe de Governo responsável,</p>			

Quadro 10 - Conteúdo das contas, conforme atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>			
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	EEF <sup>6</sup>
	<b>Dispositivos destacados dos AI<sup>7</sup> dos TC</b>			
	e constituídas dos seguintes documentos obrigatórios, além de outros que o prestador julgar importante: [Documentos listados nos incisos I a XXIV, inclusive alíneas]			
TCE-MA	Sim	Sim	Sim	SPR
	<p>RI-TCE-MA, Art. 204. [...] § 1º. Constituirão as contas do Governador: a) os Balanços Gerais do Estado; b) Relatório da Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, ou órgão equivalente, sobre a execução do orçamento e a situação da administração financeira estadual; c) exposição do Governador do Estado sobre o exercício financeiro encerrado e a execução do orçamento. [...] Art. 215. [...] § 3º. As contas consistirão nos Balanços Gerais do Município, elaborados na forma da legislação vigente. § 4º. Eventuais documentos complementares aos exigidos no parágrafo anterior serão definidos em Instrução Normativa.</p> <p>Instrução Normativa n. 52/2017, Art. 3º. As contas referentes ao exercício de 2017 e seguintes devem ser: I - apresentadas ao TCE/MA, mediante carga remota de peças e documentos eletrônicos ao Sistema Eletrônico de Prestação de Contas Anual (e-PCA), pelo: a) Prefeito Municipal; [...] Art. 4º. As contas referentes ao exercício de 2017 e seguintes apresentadas ao TCE/MA, disponibilizadas à Câmara de Vereadores e divulgadas no órgão técnico responsável pela elaboração e no site oficial do Município na Internet devem ser idênticas quanto à formatação, ao conteúdo e à organização das peças e documentos eletrônicos previstos nos Módulos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do Anexo I e no Módulo 1 do Anexo II, que devem: [...] ANEXO I PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL Módulo 1 – Contas de governo (balanços gerais do Município e seus componentes): [...].</p>			
TCE-MT	SPR	SPR	SPR	SPR
	<p>RI-TCE-MT, Art. 164. As contas anuais do Governador do Estado e dos Prefeitos Municipais deverão ser apresentadas nos prazos estabelecidos na Constituição do Estado ao Tribunal de Contas para apreciação e emissão de parecer prévio, com os elementos e documentos estabelecidos neste regimento e em provimento do Tribunal.</p>			
TCE-MS	Sim	Sim	Sim	SPR
	<p>Resolução TCE-MS n. 88/2018, Art. 12. As prestações de contas anuais, de governo e de gestão, deverão ser encaminhadas eletronicamente, via Portal do Jurisdicionado e-Contas, após o prévio envio do Orçamento Programa – Plano Plurianual de Investimento – PPA/Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício referente. [...] Art. 16. O envio das Contas Anuais de Governo e de Gestão é devido ao gestor do período, dentro dos prazos previstos nos Anexos II e III desta Resolução. [...] ANEXO II PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO E DE GOVERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL [...] 3. CONTAS ANUAIS DE GOVERNO 3.1. PODER EXECUTIVO 3.1.1. CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – CONSOLIDADO [...] B) DOCUMENTOS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO - CONSOLIDADO: [Documentos listados nos incisos 1 a 55] [...] ANEXO III PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO E DE GOVERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL [...] 3. CONTAS ANUAIS DE GOVERNO 3.1. PODER EXECUTIVO 3.1.1 CONTAS ANUAIS DE GOVERNO [...] B.1) DOCUMENTOS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO - CONSOLIDADO: [Documentos listados nos incisos 1 a 50] [...] B.2) DOCUMENTOS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – PREFEITURA MUNICIPAL: 1. Anexo 1 – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as categorias econômicas, apurando-se o Resultado Orçamentário (Lei n.º 4.320/64, art. 101, Portaria Interministerial n.º 163/2001 - Anexos I e II e alterações); 2. Programa de Trabalho de Governo por Órgão, Funções, subfunções, Projetos e Atividades, conforme o vínculo do Recurso; 3. Anexo 10 – Comparativo de Receita orçada com a arrecadada (Lei n.º 4.320/64, art. 101, Portaria Interministerial n.º 163/2001 - Anexo I e alterações); 4. Anexo 11 – Comparativo da Despesa autorizada com a realizada (Lei n.º 4.320/64, art. 101, Portaria Interministerial n.º 163/2001 - Anexo II e alterações); 5. Anexo 12 – Balanço Orçamentário (Lei n.º 4.320/64, arts. 101 e 102, Portaria STN n.º 437/2012 - Parte V do MCASP e alterações); 6. Anexo 13 – Balanço Financeiro (Lei n.º 4.320/64, arts. 101 e 103, Portaria STN n.º 437/2012 - Parte V do MCASP e alterações); 7. Anexo 14 – Balanço Patrimonial, contendo informações do Exercício Atual e Anterior, atendendo a nova estrutura da STN (Lei n.º 4.320/64, arts. 101 e 105, Portaria STN n.º 437/2012 - Parte V do MCASP e alterações); 8. Anexo 15 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais (Lei n.º 4.320/64, arts. 101 e 104, Portaria STN n.º 437/2012 - Parte V do MCASP e alterações); 9. Anexo 16 – Demonstrativo das Dívidas</p>			

Quadro 10 - Conteúdo das contas, conforme atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>			
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	EEF <sup>6</sup>
	<b>Dispositivos destacados dos AI<sup>7</sup> dos TC</b>			
	Fundadas Internas e Externas (Lei n.º 4.320/64, arts. 101 e 105, inc. IV, § 4º, Portaria STN n. 437/2012 e alterações); 10. Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante (Lei n.º 4.320/64, Arts. 101 e 105, inc. III, § 3º, Portaria STN n.º 437/2012 e alterações); 11. Anexo 18 – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa (Portaria STN n.º 437/2012 - Parte V do MCASP e alterações); 12. Demonstrativo Sintético da Movimentação de Bens Patrimoniais, ou Declaração de Inocorrência de Movimento; 13. Balancete de Verificação do Razão Analítico, com saldos acumulados no exercício, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, conforme PCASP Estendido – IPC 00 e demais alterações da STN, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício, no sistema orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação, informando o saldo anterior, o total a débito, o total a crédito e o saldo final.			
TCE-MG	Sim	Sim	Sim	SPR
	<p>RI-TCE-MG, Art. 230. A prestação de contas apresentada pelo Governador, observada a legislação pertinente, consiste no Balanço Geral do Estado e nos demais documentos e informações exigidos neste Regimento e em atos normativos do Tribunal. § 1º. As contas serão acompanhadas de relatório e de parecer conclusivo do órgão central do controle interno, que conterão os elementos indicados em atos normativos do Tribunal. [...] Art. 236. Observada a legislação pertinente, as contas deverão conter os balanços gerais do Município, nos quais constarão os dados relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos do Poder Executivo, consolidados com aqueles atinentes ao Poder Legislativo e às entidades da administração indireta municipal, e serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão de controle interno do Poder Executivo, além de outros documentos exigidos em ato normativo do Tribunal.</p> <p>Instrução Normativa TCE-MG n. 13/2011, Art. 5º. As contas de governo anualmente prestadas pelo Governador compõem-se dos balanços gerais do Estado, os quais retratarão a execução orçamentária, financeira e patrimonial dos Poderes, do Ministério Público, dos órgãos da administração direta, das entidades autárquicas e fundacionais e dos fundos estaduais. Art. 6º. São peças essenciais às contas de governo: [Documentos listados nos incisos I a VII] [...] Art. 8º. As contas serão acompanhadas do relatório do órgão central do sistema de controle interno, que conterá: [Documentos listados nos incisos I a X]</p> <p>Instrução Normativa TCE-MG n. 4/2017, Art. 2º Para fins de emissão de parecer prévio, as contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal serão analisadas com base nas informações enviadas por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (Sicom) e nos documentos especificados nos Anexos I a VIII desta Instrução Normativa, bem como nos resultados de outros processos sujeitos à apreciação deste Tribunal que puderem repercutir na apreciação. [...] ANEXO I Relação de documentos que instruirão as contas anuais dos Chefes dos Poderes Executivos Municipais referentes ao exercício de 2017 e seguintes [...] ANEXO II Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino [...] ANEXO III Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino [...] ANEXO IV Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde [...] ANEXO V Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde [...] ANEXO VI Demonstrativo da Aplicação do Resíduo [...] ANEXO VII Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder [...] ANEXO VIII Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB [...]</p>			
TCE-PA	Sim	Sim	Sim	SPR
	<p>RI-TCE-PA, Art. 98. A prestação de contas consiste: I - balanço Geral do Estado; II - relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos e avaliação da situação da gestão administrativa, nos seus aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial; III - demonstrativo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino; IV - demonstrativo das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde; V - demonstrativo das despesas totais com pessoal ativo e inativo da administração direta e indireta, discriminadas por órgãos e entidades; VI - relatório do mapa de exclusão social do Estado; VII - relatórios previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal; VIII - demais documentos e informações exigidos neste Regimento e em instrução normativa.</p>			

Quadro 10 - Conteúdo das contas, conforme atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>			
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	EEF <sup>6</sup>
Dispositivos destacados dos AI <sup>7</sup> dos TC				
TCM-PA	Sim	Sim	Sim	SPR
	Instrução Normativa TCM-PA n. 1/2011, Art. 4º. Ficam aprovados os seguintes pontos de controle e padrões de relatório, anexos a essa Resolução: [...] II - contas anuais de governo prestadas pelo Prefeito Municipal a partir do exercício de 2012; Parágrafo único. Os documentos descritos no anexo II desta Instrução Normativa, deverão ser encaminhados em processo individualizado, respeitando o mesmo prazo conferido ao Balanço Geral do exercício. [...] ANEXO II Contas de Governo a partir de 2012: As contas de governo serão constituídas dos seguintes documentos: [Documentos listados nos incisos I a XVII]			
TCE-PB	Sim	Sim	Sim	SPR
	Resolução Normativa TCE-PB n. 3/2010, Art. 9º. A prestação de contas anual do Governador do Estado, encaminhada em meio eletrônico, por meio da Contadoria Geral do Estado, compreenderá, no mínimo: [Documentos listados nos incisos I a III, inclusive alíneas] [...] Art. 12. A prestação de contas anual de Prefeito, encaminhada em meio eletrônico, compreenderá, no mínimo, os seguintes documentos relativos ao exercício de competência: [Documentos listados nos incisos I a IX, inclusive alíneas] [...] Art. 13. Para os municípios com mais de 50 mil habitantes, o Prefeito deverá encaminhar relação com os titulares das Secretarias Municipais e CPF, informando eventuais afastamentos ou substituições e os períodos respectivos.			
TCE-PR	Sim	Sim	Sim	SPR
	<p>RI-TCE-PR, Art. 211. [...] § 2º. As contas consistirão nos balanços gerais do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 6º, do art. 133, da Constituição Estadual. [...] Art. 214. A forma e composição da prestação de contas do Governador serão disciplinadas em Instrução Normativa. Art. 215. [...] § 2º- A. As contas de governo consistirão nos balanços gerais e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 6º, do art. 133, da Constituição Estadual. [...] Art. 216. [...] § 2º. A forma e composição da prestação de contas de governo e de gestão do Chefe do Executivo Municipal serão disciplinadas em Instrução Normativa.</p> <p>Instrução Normativa TCE-PR n. 146/2019, Art. 3º. A Prestação de Contas Anual relativa ao exercício de 2018, do Chefe do Poder Executivo Estadual, constitui-se das informações encaminhadas por meio do sistema SEI-CED e deve, também, conter os seguintes documentos: [Documentos listados nos incisos I a XXXVIII, inclusive alíneas]</p> <p>Instrução Normativa TCE-PR n. 148/2019, Art. 8º. Os processos de prestação de contas anual serão constituídos de: I - componentes informatizados, com base nos dados mensais do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM), cuja responsabilidade pelas remessas cabe às próprias entidades, nos prazos estabelecidos na Instrução Normativa específica do Tribunal de Contas; II - documentos relacionados nos Incisos I a VI do § 1º do art. 8º, conforme o enquadramento da entidade, cuja remessa será efetivada mediante peticionamento eletrônico, na forma definida no art. 9º. § 1º. Os documentos previstos no inciso II, <i>caput</i>, aplicam-se da seguinte forma: I - Anexo 1 – Poder Executivo (Administração Direta); [...] Anexo 1 - PODER EXECUTIVO DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018. [...] [Documentos listados nos itens 1 a 5, inclusive subitens e alíneas]</p>			
TCE-PE	Sim	Sim	Sim	SPR
	RI-TCE-PE, Art. 155. [...] § 1º. Além de outros elementos e demonstrativos previstos em atos normativos específicos, as contas referidas no <i>caput</i> conterão: I - balanços gerais; II - demonstrativos relativos à gestão fiscal; III - demonstrativos de aplicação de recursos vinculados; IV - relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos e a situação da administração financeira e patrimonial do Estado, incluídos os fundos de natureza atuarial. § 2º. Os demonstrativos de que trata o parágrafo anterior compreenderão as unidades orçamentárias constantes do orçamento fiscal e do orçamento de investimento das empresas, observado, quanto ao orçamento da seguridade social, o disposto no artigo 125, § 4º, da Constituição Estadual. § 3º. Integrarão também a prestação de contas, relatório acerca do cumprimento do programa de trabalho do governo, descrevendo o estágio da realização dos programas e suas ações constantes do plano plurianual e da lei orçamentária anual, acompanhado das respectivas justificativas e medidas corretivas adotadas, com o objetivo de assegurar a boa gestão dos dinheiros			

Quadro 10 - Conteúdo das contas, conforme atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>			
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	EEF <sup>6</sup>
	<b>Dispositivos destacados dos AI<sup>7</sup> dos TC</b>			
	<p>públicos, bem como para a implantação ou aprimoramento do sistema de custos. § 4º. Poderão integrar a prestação de contas outros elementos, definidos pelo Relator, que sirvam de instrumento para análise da gestão e elaboração de recomendações de competência do Tribunal. [...] Art. 163- C. [...] § 1º. Além de outros elementos e demonstrativos previstos em atos normativos específicos, as contas referidas no <i>caput</i> conterão: I - balanços gerais; II - demonstrativos relativos à gestão fiscal; III - demonstrativos de aplicação de recursos vinculados; IV - relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos e a situação da administração financeira e patrimonial do Município, incluídos os fundos de natureza atuarial. § 2º. Os demonstrativos de que trata o § 1º compreenderão as unidades orçamentárias constantes do orçamento fiscal e do orçamento de investimento das empresas, observado, quanto ao orçamento da seguridade social, o disposto no artigo 125, § 4º, da Constituição Estadual.</p> <p>Resolução TCE-PE n. 26/2017, Art. 3º Constarão da prestação de contas anual do Governador, os seguintes documentos: [Documentos listados nos incisos I a X, inclusive alíneas]</p> <p>Resolução TCE-PE n. 27/2017, Art. 2º A prestação de contas do Prefeito Municipal deverá ser consolidada, englobando a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades das administrações direta e indireta do Poder Executivo, inclusive dos fundos municipais e dos consórcios públicos. § 1º. A prestação de contas do Prefeito Municipal conterá os balanços gerais e demais peças integrantes dos Anexos I a XVII desta Resolução. [Anexos alterados pela Resolução TCE-PE n. 47/2018]</p> <p>Resolução TCE-PE n. 47/2018, ANEXO DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS (Os demonstrativos devem ser consolidados, englobando a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo, inclusive fundos municipais e consórcios públicos) [Documentos listados nos item 1 a 55, inclusive alíneas]</p>			
TCE-PI	Sim	Sim	Sim	SPR
	<p>RI-TCE-PI, Art. 152. As contas do Governo do Estado consistirão nos Balanços Gerais e no Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais. § 1º. O Tribunal estabelecerá, em ato normativo específico, o modo, a forma de apresentação e o conteúdo do relatório citado no <i>caput</i>. § 2º. Além dos relatórios contábeis e das demais informações necessárias à análise dos balanços gerais do Estado, os órgãos integrantes da estrutura dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público do Estado remeterão ao Poder Executivo Estadual quadro consolidado de gestão fiscal e relatório dos respectivos órgãos de controle interno contendo manifestação conclusiva acerca da conformidade da execução orçamentária e financeira, no exercício, com as metas fixadas no plano plurianual e com os dispositivos constitucionais e legais, em especial, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual. [...] Art. 163. O Tribunal de Contas do Estado do Piauí apreciará, anualmente e mediante parecer prévio, as Contas do Governo do Município. Parágrafo único. O Tribunal estabelecerá, em ato normativo específico, observadas as disposições que regem a matéria, a forma de apresentação e o conteúdo da prestação de contas citada no <i>caput</i>.</p> <p>Instrução Normativa TCE-PI n. 8/2018, Art. 22. Para emissão do parecer prévio de que trata o art. 86, I, da Constituição Estadual, combinado com a Lei Estadual n. 5.888, de 19 de agosto de 2009, o Governador do Estado encaminhará a este Tribunal, até 60 (sessenta) dias após a abertura do período legislativo, as contas referentes ao exercício anterior, contendo: [Documentos listados nos incisos I a V, inclusive alíneas]</p> <p>Instrução Normativa TCE-PI n. 9/2018, Art. 21. O balanço geral do município será encaminhado pelo titular do Poder Executivo no prazo regulamentado pelo artigo 4º desta Instrução Normativa, por meio eletrônico - Documentação Web, de forma consolidada com todos os Poderes, órgãos e entidades da administração direta e indireta. [...] Art. 22. O balanço geral deverá ser elaborado em estrita observância ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, nas orientações da Secretaria do Tesouro Nacional e na Lei n. 4.320/64, no que couber, devendo integrá-lo os documentos, os relatórios e os demonstrativos abaixo discriminados: [Documentos listados nos incisos I a XXVIII]</p>			

Quadro 10 - Conteúdo das contas, conforme atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>			
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	EEF <sup>6</sup>
Dispositivos destacados dos AI <sup>7</sup> dos TC				
TCE-RJ	Sim	Sim	Sim	SPR
	<p>RI-TCE-RJ, Art. 36. [...] § 2º. As contas serão constituídas pelos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, pelos demais quadros demonstrativos exigíveis na forma da legislação federal pertinente e, ainda, pelos seguintes elementos: I - demonstrativo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino (Constituição Estadual, art. 314); II - demonstrativo das despesas totais com pessoal ativo e inativo da administração direta e indireta, discriminadas por órgão ou entidade (Lei Complementar Federal n. 82/95, observado o disposto no § 1º do art. 1º); III - relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 209, § 5º da Constituição Estadual.</p> <p>Deliberação TCE-RJ n. 284/2018, Art. 3º. A Prestação de Contas de Governo Estadual deverá ser apresentada exclusivamente por meio do sistema informatizado e-TCERJ e será composta pelos documentos previstos no ANEXO a esta Deliberação. [...] ANEXO: [Documentos listados nos incisos I a XIV]</p> <p>Deliberação TCE-RJ n. 285/2018, Art. 3º. A Prestação de Contas de Governo Municipal deverá ser apresentada exclusivamente por meio eletrônico e será composta pela base de dados do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS e pelos documentos previstos no ANEXO a esta Deliberação. [...] ANEXO I DA DELIBERAÇÃO TCE-RJ N. 285/2018 RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS - ANO-BASE 2018 [Documentos listados nos itens 1 a 77, inclusive alíneas]</p>			
TCM-RIO	Sim	Sim	SPR	SPR
	<p>RI-TCM-RIO, Art. 184. [...] § 2º. As contas serão constituídas pelos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, pelo relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução do orçamento de que trata § 3º do art. 254 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, pelos demais quadros demonstrativos exigíveis na forma da legislação federal pertinente e, ainda, pelos elementos estabelecidos em ato normativo específico.</p>			
TCE-RN	Sim	Sim	Sim	SPR
	<p>RI-TCE-RN, Art. 237. Ao final do procedimento do Relatório Anual, o Tribunal emitirá parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado, constituídas, especialmente, das seguintes peças: I - balanços contábil, orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial; II - balanço geral consolidado das contas do Estado e de suas autarquias e fundações públicas; III - relatórios parciais, inventários e demais demonstrativos; e IV - relatório geral e circunstanciado do órgão central de controle interno sobre a execução dos orçamentos previstos no § 4º do art. 106 da Constituição Estadual. § 1º. O Tribunal, observadas as disposições legais que regem a matéria, inclusive as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional, estabelecerá, em resolução, a organização, a forma e o conteúdo das contas prestadas pelo Governador do Estado. [...] Art. 245. [...] § 2º. Para os fins deste artigo, devem ser remetidos ao Tribunal: I - até trinta de abril de cada ano, ou primeiro dia útil subsequente, as contas prestadas pelo Prefeito Municipal, incluindo o balanço anual das contas, juntamente com as peças acessórias, e relatório circunstanciado do Prefeito sobre as atividades do exercício anterior; e II - os relatórios e documentos, exigidos por lei e os estabelecidos em resolução específica ou detalhadas no sistema de auditoria informatizada vigente.</p> <p>Resolução TCE-RN n. 12/2016, Art. 3º. [...] § 1º. As contas prestadas pelo Governador do Estado incluirão os resultados da gestão anual dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, e, com vistas a permitir análise individualizada para fins de emissão de parecer prévio, serão constituídas dos documentos relacionados no Anexo I desta Resolução. § 2º. As contas prestadas pelo Governador do Estado evidenciarão o desempenho da arrecadação em relação à previsão de todos os tributos da competência do Estado, conforme o caso, destacando as providências adotadas para efeito de fiscalização das receitas e de combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições. [...] Art. 5º. As contas prestadas pelo Prefeito incluirão os resultados da gestão anual do Poder Executivo, englobando-se os órgãos da Administração Direta e as entidades da Administração Indireta, inclusive dos seus respectivos fundos especiais, bem como do Poder Legislativo Municipal e serão constituídas dos documentos e modelos</p>			

Quadro 10 - Conteúdo das contas, conforme atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>			
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	EEF <sup>6</sup>
	<b>Dispositivos destacados dos AI<sup>7</sup> dos TC</b>			
	relacionados nos Anexos II e III desta Resolução. § 1º. As contas prestadas pelo Prefeito evidenciarão o desempenho da arrecadação em relação à previsão de todos os tributos da competência do Município, conforme o caso, destacando as providências adotadas para efeito de fiscalização das receitas e de combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições. [...] ANEXO I DA RESOLUÇÃO N. 012/2016-TCE RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO GOVERNADOR [Documentos listados nos itens 1 a 5, inclusive subitens] [...] ANEXO II DA RESOLUÇÃO N. 012/2016-TCE RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO PREFEITO [Documentos listados nos itens 1 a 41]			
TCE-RS	Sim	Sim	Sim	SPR
	RI-TCE-RS, Art. 71. [...] Parágrafo único. Os documentos que devem integrar as contas anuais do Executivo municipal serão obrigatoriamente entregues no Tribunal de Contas no prazo fixado em resolução própria. Resolução TCE-RS n. 1.099/2018, Art. 2º. Para o exame das contas de governo dos Prefeitos Municipais deverão ser entregues os seguintes documentos: [Documentos listados nos incisos I a III, inclusive alíneas]			
TCE-RO	Sim	Sim	SPR	SPR
	RI-TCE-RO, Art. 38. [...] Parágrafo Único. As contas consistirão nos balanços gerais do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 134 da Constituição Estadual. Art. 39. O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanha as Contas do Governo Estadual deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: I - considerações sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social predominante na vida estadual; II - descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual; III - desempenho da economia regional e da política econômico-financeira do Governo Estadual, em seus aspectos interno e externo; IV - observações concernentes à situação da administração financeira estadual; V - análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; VI - balanços e demonstrações da posição financeira e patrimonial do Governo Estadual nas entidades da administração indireta e nos fundos da administração direta; VII - execução da programação financeira de desembolso; VIII - demonstração da dívida ativa do Estado e dos créditos adicionais abertos no exercício; IX - anexos representativos das demonstrações, quadros comparativos e outras informações pertinentes; X - notas explicativas que indiquem os principais critérios adotados no exercício, em complementação às demonstrações contábeis; XI - dados e informações solicitados, com antecedência, pelo Conselheiro-Relator. [...] Art. 49. As contas dos Prefeitos serão apresentadas à Câmara Municipal, a quem caberá encaminhá-las ao Tribunal de Contas após o término do prazo mencionado no art. 31, § 3º da Constituição Federal, aplicando-se, no que couber, as disposições do artigo 39 deste Regimento.			
TCE-RR	Sim	Sim	Sim	SPR
	Instrução Normativa TCE-RR n. 5/2018, Art. 7º. O Tribunal definirá em manual, anualmente revisados e disponibilizados em seu sítio na Internet: I - a estrutura e o formato das peças a serem elaboradas pelos órgãos de controle interno; II - a estrutura e o formato das peças que comporão a prestação de contas de governo; III - as regras de uso do sistema de prestação de contas. Manual de Elaboração da Prestação de Contas de Governo 2018 [...] ANEXO ÚNICO [Documentos listados nos itens 1 a 13, inclusive subitens]			
TCE-SC	Sim	Sim	Sim	SPR
	RI-TCE-SC, Art. 69. As contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado consistirão no Balanço Geral do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º, da Constituição Estadual. Art. 70. O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanha as Contas do Governo Estadual deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: I - considerações sobre matérias econômica, financeira, administrativa e social relativas ao Estado; II - descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada			

Quadro 10 - Conteúdo das contas, conforme atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>			
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	EEF <sup>6</sup>
	<b>Dispositivos destacados dos AI<sup>7</sup> dos TC</b>			
	<p>um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas; III - observações concernentes à situação da administração financeira estadual; IV - análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a Voto; V - balanços e demonstrações da posição financeira e patrimonial do Governo Estadual nas entidades da administração indireta e nos fundos da administração direta; VI - execução da programação financeira de desembolso; VII - demonstração da dívida ativa do Estado e dos créditos adicionais abertos no exercício; VIII - notas explicativas que indiquem os principais critérios adotados no exercício, em complementação às demonstrações contábeis; IX - dados e informações solicitados, com antecedência, pelo Relator. [...] Art. 83. As contas prestadas anualmente pelo Prefeito, até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, consistirão no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º, da Constituição Estadual. Art. 84. O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanha as Contas do Governo Municipal deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: I - considerações sobre matérias econômica, financeira, administrativa e social relativas ao Município; II - descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas; III - observações concernentes à situação da administração financeira municipal; IV - análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a Voto; V - balanços e demonstrações da posição financeira e patrimonial do Governo Municipal nas entidades da administração indireta e nos fundos da administração direta; VI - execução da programação financeira de desembolso; VII - demonstração da dívida ativa do Município e dos créditos adicionais abertos no exercício; VIII - notas explicativas que indiquem os principais critérios adotados no exercício, em complementação às demonstrações contábeis; IX - informações sobre as atividades inerentes ao Poder Legislativo relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual.</p> <p>Instrução Normativa TCE-SC n. 20/2015, Art. 5º. A prestação de contas apresentada pelo Governador do Estado sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º, da Constituição Estadual, será remetida ao Tribunal de Contas no prazo constitucional e compõe-se de: [Documentos listados nos incisos I a VI] [...] Art. 6º. O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanha a prestação de contas do Governo do Estado deve conter, no mínimo, as informações indicadas no Anexo I desta Instrução Normativa. [...] Art. 7º. A prestação de contas apresentada pelo Prefeito deve ser remetida ao Tribunal de Contas até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, e compõe-se de: [Documentos listados nos incisos I a III] [...] Parágrafo único. A prestação de contas do Prefeito deverá conter, ainda, os pareceres dos seguintes conselhos, a ser apresentados até 30 de abril do exercício seguinte: [Conselhos listados nos incisos I a V] [...] Art. 8º. O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanhar a prestação de contas do Governo Municipal conterá, no mínimo, os elementos indicados no Anexo II desta Instrução Normativa. [...] ANEXO I CONTEÚDO MÍNIMO DO RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO QUE ACOMPANHA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO I - Informações abaixo relacionadas a serem prestadas pela Diretoria de Contabilidade Geral, núcleo técnico do Sistema Administrativo de Controle Interno de que trata o art. 150 da Lei Complementar n. 381, de 7 de maio de 2007, ou da unidade que venha a sucedê-la em suas competências: [Documentos listados nas alíneas 'a' a 't', inclusive itens] [...] II - Informações a serem prestadas pela Diretoria de Auditoria Geral, núcleo do Sistema de Controle Interno de que trata o art. 150 da Lei Complementar n. 381, de 7 de maio de 2007, ou da unidade que venha a sucedê-la em suas competências: [Documentos listados nas alíneas 'a' a 'h'] [...] ANEXO II CONTEÚDO MÍNIMO DO RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO QUE ACOMPANHA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO [Documentos listados nos incisos I a XXII, inclusive alíneas]</p>			

Quadro 10 - Conteúdo das contas, conforme atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>			
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	EEF <sup>6</sup>
Dispositivos destacados dos AI <sup>7</sup> dos TC				
TCE-SP	SPR	SPR	Sim	SPR
	Instruções TCE-SP n. 2/2016, Art. 2º. Para fins de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, objetivando o acompanhamento das contas anuais e da gestão do Governo do Estado, deverá ser encaminhada a este Tribunal, pela Secretaria da Fazenda, até o dia 15 (quinze) do segundo mês subsequente ao trimestre encerrado, a seguinte documentação: [Documentos listados nos incisos I a XVI] [...] Art. 3º. A Procuradoria Geral do Estado enviará a este Tribunal a seguinte documentação: [Documentos listados nos incisos I e II, inclusive incisos] [...] Art. 4º. A Secretaria da Fazenda encaminhará a este Tribunal, até o dia 30 (trinta) de abril, a seguinte documentação relativa ao exercício anterior: [Documentos listados nos incisos I a XIX, inclusive alíneas]			
TCM-SPO	Sim	Sim	SPR	SPR
	RI-TCM-SPO, Art. 68. [...] § 1º. As contas consistirão no balanço geral do exercício, acompanhado dos demonstrativos e anexos exigidos pela legislação pertinente, bem como do relatório circunstanciado das gestões financeira, orçamentária e patrimonial.			
TCE-SE	Sim	Sim	Sim	SPR
	RI-TCE-SE, Art. 101. [...] § 1º. As contas anuais serão constituídas pelo balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial, bem como pela demonstração das variações patrimoniais, com os anexos previstos no art. 101 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964. § 2º. Além das exigências do parágrafo anterior, integrarão também as contas anuais outros demonstrativos definidos em resoluções específicas. Resolução TCE-SE n. 222/2002, Art. 3º As prestações de contas anuais deverão: [...] c) conter a documentação, na ordem sequencial a seguir estabelecida: [Documentos listados nos itens 1 a 45]			
TCE-TO	Sim	Sim	Sim	SPR
	RI-TCE-TO, Art. 15. As contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado consistirão no Balanço Geral do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 80, § 4º, da Constituição Estadual. Parágrafo único. O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanha as Contas do Governo Estadual deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: I - considerações sobre matérias econômica, financeira, administrativa e social relativas ao Estado; II - descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas; III - observações concernentes à situação da administração financeira estadual; IV - análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; V - balanços e demonstrações da posição financeira e patrimonial do Governo Estadual nas entidades da administração indireta e nos fundos da administração direta; VI - execução da programação financeira de desembolso; VII - demonstração da dívida ativa do Estado e dos créditos adicionais abertos no exercício; VIII - notas explicativas que indiquem os principais critérios adotados no exercício, em complementação às demonstrações contábeis; IX - dados e informações solicitados, com antecedência, pelo Relator. [...] Art. 26. As contas prestadas anualmente pelo Prefeito, até o dia 15 de abril do exercício seguinte, consistirão no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 165, § 5º da Constituição Federal. Art. 27. O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanha as Contas do Governo Municipal deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: I - considerações sobre matérias econômica, financeira, administrativa e social relativas ao Município; II - descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas; III - observações concernentes à situação da administração financeira municipal; IV - análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; V - balanços e demonstrações da posição financeira e patrimonial do Governo Municipal nas entidades da administração indireta e nos fundos da administração direta; VI - execução da programação financeira de desembolso; VII - demonstração da dívida ativa do Município e dos créditos adicionais abertos no			

Quadro 10 - Conteúdo das contas, conforme atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>			
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	EEF <sup>6</sup>
	<b>Dispositivos destacados dos AI<sup>7</sup> dos TC</b>			
	<p>exercício; VIII - notas explicativas que indiquem os principais critérios adotados no exercício, em complementação às demonstrações contábeis; IX - informações sobre as atividades inerentes ao Poder Legislativo relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual. Instrução Normativa TCE-TO n. 8/2013, Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal prestará as contas anuais consolidadas (Administração Direta, Indireta e Poder Legislativo), eletronicamente, por meio da 8ª remessa do SICAP, impreterivelmente até o dia 15 de abril do exercício seguinte, em consonância com as disposições desta Instrução Normativa. Art. 2º. A prestação de contas de que trata o art. 1º desta Instrução Normativa, far-se-á exclusivamente de forma eletrônica por meio do Sistema Integrado de Controle de Auditoria Pública (SICAP), sendo considerado entregue com o envio da 8ª remessa. Art. 3º. Serão encaminhados, concomitante a 8ª remessa do SICAP, em arquivo no formato PDF (Portable Document Format), os documentos abaixo relacionados: [Documentos listados nos incisos I a XVII, inclusive alíneas] [...] Art. 9º. Os documentos integrantes da prestação de contas consolidadas, encaminhados via SICAP, serão gerados em arquivo eletrônico pela Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal (COAGF), autuados e encaminhados às Diretorias de Controle Externo para análise. Art. 10. Além dos documentos citados no art. 2º desta Instrução Normativa, serão gerados em arquivo eletrônico, pela Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal (COAGF), os seguintes documentos emitidos pelo SICAP: [Documentos listados nos incisos I a XXXIV]</p> <p>Instrução Normativa TCE-TO n. 7/2004, Art. 3º. As contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado conterão os seguintes documentos: [Documentos listados nos incisos I a XIX, inclusive alíneas]</p>			
TCU	Sim	Sim	Sim	Sim
	<p>RI-TCU, Art. 221. [...] Parágrafo único. As contas prestadas pelo Presidente da República consistirão nos balanços gerais da União e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 165 da Constituição Federal. Art. 222. O Tribunal estabelecerá em ato normativo específico a forma de apresentação do relatório que acompanha as contas prestadas pelo Presidente da República, elaborado pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo.</p> <p>Instrução Normativa TCU n. 79/2018, Art. 4º. A Prestação de Contas do Presidente da República será constituída das peças a seguir relacionadas: I - relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos da União de que trata o § 5º do art. 165 da Constituição Federal; II - Balanço Geral da União, acompanhado de notas explicativas; III - relatório com descrição das providências adotadas para atendimento das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas da União quando do exame das Contas do Presidente da República referentes aos exercícios anteriores. Parágrafo único. Além dos elementos contidos na Prestação de Contas do Presidente da República, o relator poderá solicitar informações e esclarecimentos adicionais que entenda necessários para a instrução do processo de apreciação das contas do Presidente da República. Art. 5º. Além das peças relacionadas no art. 4º, em atendimento aos arts. 49 e 58 da Lei Complementar n. 101/2000, a Prestação de Contas do Presidente deverá conter: I - demonstrativo do Tesouro Nacional e das agências oficiais de fomento, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso de agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício; II - relatório sobre o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, conforme detalhamento constante do Anexo I desta instrução. [...] Art. 6º. A Prestação de Contas do Presidente da República, em subsídio à apreciação a ser realizada pelo Tribunal de Contas da União, deverá conter ainda: I - relatório sobre o desempenho da economia brasileira e da política econômico-financeira, em seus aspectos interno e externo, com destaque para os principais indicadores macroeconômicos, os instrumentos de política monetária e creditícia, as informações sobre a política fiscal e a dívida pública federal; II - relatório sobre os resultados da atuação governamental, por programas temáticos e objetivos, no exercício de referência, conforme orientações a serem enviadas anualmente pela Unidade Técnica responsável pela instrução do processo de apreciação das Contas do Presidente da República; III - relatório sobre a gestão orçamentária e financeira da União, abordando os aspectos elencados no Anexo II desta</p>			

Quadro 10 - Conteúdo das contas, conforme atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Conteúdo da PCA <sup>2</sup>			
	BG <sup>3</sup>	EO <sup>4</sup>	OD <sup>5</sup>	EEF <sup>6</sup>
	<b>Dispositivos destacados dos AI<sup>7</sup> dos TC</b>			
	<p>Instrução Normativa. IV - demonstrativo dos benefícios tributários, financeiros e creditícios por região, tributo e setor beneficiário, tendo em vista o disposto no art. 165, § 6º, da Constituição Federal, especificando: a) relação das renúncias de receitas tributárias e previdenciárias vigentes nos últimos quatro exercícios, incluindo o exercício de referência das Contas, acompanhadas dos valores estimados ou projetados, se houver; b) relação de renúncias de receitas tributárias e previdenciárias instituídas no exercício de referência, informando os instrumentos utilizados para sua instituição, em atenção ao art. 150, § 6º, da Constituição Federal, bem como o cumprimento dos requisitos exigidos no art. 14 da Lei Complementar 101/2000; c) resultado consolidado das avaliações dos projetos apoiados no âmbito da Lei n. 8.313/1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura, em subsídio à análise do TCU prevista no § 3º do art. 20 da referida lei; d) montante total dos benefícios financeiros e creditícios e das subvenções concedidas pela União por meio do BNDES, assim como o montante das despesas financeiras da União relativas às referidas operações, contemplando as informações exigidas nos itens 9.3.5 e 9.3.6 do Acórdão 3071/2012-TCU-Plenário; e) resultado da avaliação de programa em que incide benefícios financeiros ou creditícios, de acordo com o item 9.1.8 do Acórdão 3071/2012-TCU-Plenário. Art. 7º. O Balanço Geral da União deverá conter as seguintes informações: I - análise dos principais aspectos da composição dos balanços orçamentários, financeiros e patrimoniais da administração federal direta e indireta, incluindo os fundos federais, e a demonstração das variações patrimoniais, com destaque nesta última para a origem e o destino dos recursos provenientes da alienação de ativos (inciso VI do art. 50 da Lei Complementar 101/2000); II - demonstrativos e relatórios que evidenciem as memórias de cálculo e os principais critérios adotados para reavaliações e valorizações/desvalorizações dos ativos; III - notas explicativas, em complementação às demonstrações contábeis, que indiquem os principais critérios contábeis adotados no exercício, com realce das alterações empreendidas em relação ao exercício anterior, bem como análise consubstanciada das restrições contábeis apuradas nas conformidades contábeis de órgão superior junto ao Siafi, além de outras informações que sejam julgadas pertinentes e necessárias para a análise das contas do Presidente da República. Parágrafo único. As notas explicativas deverão incluir demonstrativo do montante bruto total dos benefícios financeiros e creditícios, decorrentes das operações de crédito do Tesouro Nacional com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, conforme o art. 15 da Lei 10.180/2001 c/c o art. 3º do Decreto 6.976/2009. [...] ANEXO I RELATÓRIO SOBRE O DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO [...] ANEXO II RELATÓRIO SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</p>			

Fonte: regimentos internos e outros atos normativos internos dos tribunais de contas, cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. TC: tribunal de contas; 2. PCA: prestação de contas anual dos chefes de Poder Executivo; 3. BG: balanços gerais; 4. EO: execução do orçamento; 5. OD: outros documentos; 6. EEF: especificidades do ente federado; 7. AI: ato normativo interno; 8. SPR: sem previsão.

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI					
TCE-AC	Não	Sim	Sim	Sim	Não
<p>Ce<sup>5</sup>-AC, Art. 23. [...] § 1º. O controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, que emitirá parecer prévio sobre todas as contas do prefeito e da Câmara Municipal enviadas, conjuntamente, até 31 de março do exercício seguinte. [...] Art. 44. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] VI - julgar as contas do governador do Estado e promover-lhe a responsabilidade, quando for necessário; [...] XX - proceder à tomada de contas do governador do Estado, quando não apresentadas nos prazos estabelecidos nesta Constituição; [...] Art. 61. O controle externo, sob a responsabilidade da Assembleia Legislativa, será exercido pelo Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento; II - fiscalizar e julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, inclusive das fundações, empresas públicas, autarquias e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público estadual, e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade que resulte prejuízo à Fazenda Estadual;</p> <p>LO<sup>6</sup>-TCE-AC, Art. 36. Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão auxiliar da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais no controle externo, compete nos termos da Constituição Federal, Estadual e na forma estabelecida nesta lei: I - fiscalizar e julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, inclusive das fundações, empresas públicas, autarquias e sociedades instituídas e mantidas pelos Poderes Públicos Estadual e Municipal (Municipais), e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulta dano ao erário público; [...] III - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, nos termos do art. 71 desta lei; [...] Art. 71-A. As contas anuais dos prefeitos, de governo e de gestão, que poderão ser enviadas conjuntamente, serão examinadas pelo Tribunal, que emitirá parecer prévio até 31 de março do exercício seguinte ao do recebimento, acerca das contas de governo e emitirá acórdão sobre o julgamento acerca da aplicação efetiva dos recursos relativos às contas de gestão. [...] Art. 76. Ao proceder a fiscalização de que trata este capítulo, o Relator ou o Tribunal: I - determinará as providências estabelecidas no Regimento Interno, quando não apurada transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, ou for constatada, tão somente, falta ou impropriedade de caráter formal; II - se verificar a ocorrência de irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade, determinará a audiência do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar razões de justificativa. Parágrafo único. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará ao responsável a multa prevista no inciso III do art. 89, desta lei. Art. 78. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo a título de racionalização administrativa e economia processual e com o objetivo de evitar que o custo da cobrança seja superior ao valor do ressarcimento, o Tribunal poderá determinar, desde logo, o arquivamento do processo, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para lhe ser dada quitação.</p> <p>RI<sup>7</sup>-TCE-AC, Art. 6º. Compete ao Tribunal de Contas: [...] II - emitir Parecer Prévio sobre as contas do Governador, dos Prefeitos e das Câmaras Municipais; III - fiscalizar e julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, inclusive das fundações, empresas públicas, autarquias e sociedades instituídas e mantidas pelos Poderes Públicos Estadual e Municipal, e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulta dano ao erário público;</p> <p>Resolução TCE-AC n. 100/2015, Art. 5º. O parecer prévio sobre as contas anuais de governo se manifestará sobre: [...] Parágrafo único. Ao apreciar as contas anuais de governo, o Tribunal de Contas do Estado do Acre emitirá parecer prévio favorável ou contrário à aprovação das contas e o encaminhará à respectiva Câmara Municipal, para julgamento.</p>					
TCE-AL	Não	Não	Não	Sim	Sim
<p>Ce-AL, Art. 23. Compete à Câmara Municipal: [...] IV - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito Municipal e apreciar os relatórios trimestrais pertinentes à execução dos planos de governo; [...] Art. 36. [...] § 1º. O parecer prévio, expedido pelo Tribunal de Contas, sobre as Contas que o Prefeito anualmente prestar, apenas deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da</p>					

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>					
	<p>Câmara Municipal. [...] Art. 79. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] II - proceder à tomada de contas do Governador do Estado, quando não apresentadas à Assembleia Legislativa dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; [...] VIII - julgar as contas do Governador do Estado; [...] Art. 97. Ao Tribunal de Contas do Estado compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, remetendo, dentro do prazo de sessenta dias, a contar de seu recebimento, o parecer prévio à Assembleia Legislativa, sob pena de crime de responsabilidade do Presidente do Tribunal; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das entidades da administração direta, indireta e fundacional pública, inclusive as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Estadual;</p> <p>LO-TCE-AL, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição e na forma prescrita nesta Lei: I - Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, remetendo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de seu recebimento, o Parecer prévio à Assembleia Legislativa, sob pena de crime de responsabilidade do Presidente do Tribunal; II - Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das entidades da administração direta, indireta e fundacional pública, inclusive as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Estadual; [...] IV - Apreciar e emitir parecer sobre a Prestação de Contas anual da gestão de cada exercício da Administração Financeira Municipal, apresentada pelos respectivos Prefeitos; [...] Art. 18. [...] § 4º. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em Tomada de Contas. [...] Art. 40. Ao proceder a fiscalização de que trata este Capítulo, o Relator ou o Tribunal; I - determinará as providências estabelecidas no Regimento Interno, quando não apurada transgressão a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, ou for constatada, tão somente, falta ou impropriedade de caráter formal; II - se verificar a ocorrência de irregularidade quanto a legitimidade ou economicidade, determinará a audiência do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar justificativa ou esclarecimento; III - poderá aplicar as penalidades previstas nesta Lei, no caso de constatar despesa ilegal, ilegítima ou antieconômica, decorrente de contrato já executado, não submetido, em tempo hábil, e seu exame; IV - suspenderá, quando não atendidas as providências solicitadas, para o exato cumprimento da lei, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa. § 1º. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará, ao responsável, multa prevista no art. 46 desta Lei.</p> <p>RI-TCE-AL, Art. 6º. Nos termos da Constituição Federal, art. 75, da Lei Complementar n. 101/2000, da Constituição Estadual, art. 97 e da Lei: I - apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Governador do Estado e pelo Prefeito da Capital e sobre elas emitir parecer prévio, em 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento; II - apreciar as contas prestadas, anualmente, pelos Prefeitos dos Municípios, emitindo parecer prévio conclusivo, no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido na Constituição Estadual ou nas leis orgânicas municipais e, no caso de Municípios com menos de 200 mil habitantes, o prazo será de cento e oitenta dias; III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens ou valores públicos de órgão de qualquer dos Poderes ou de entidade da administração indireta, facultado valer-se de certificado de auditoria passado por profissional ou entidade habilitados na forma da lei e de notória idoneidade técnica; [...] Art. 135 Constatada a ocorrência de desfalque, peculato, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário em processo considerado irregular, o Tribunal, sem prejuízo de outras medidas, fará a comunicação do fato ao Ministério Público Especial e, ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial.</p>				
TCE-AP	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	<p>Ce-AP, Art. 25. [...] § 2º. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o Prefeito de anualmente prestar, somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços da Câmara Municipal. [...] Art. 95. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] VI - julgar anualmente, as contas do Governador e, se este não as prestar até sessenta dias da abertura da sessão legislativa, eleger Comissão para tomá-las, determinando providência para a punição dos culpados; [...] Art. 112. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>					
	<p>Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento; II - apreciar as contas dos Prefeitos e julgar as contas da Mesa Diretora das Câmaras Municipais, dentro do exercício em que forem prestadas; III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as fundações e as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual ou municipal e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;</p> <p>LO-TCE-AP, Art. 26. Ao Tribunal de Contas do Estado compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento; II - apreciar as contas anuais dos Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais, emitindo parecer prévio dentro do exercício em que forem prestadas; [...] IV - julgar as contas: a) dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as fundações, empresas e sociedades instituídas, mantidas ou subvencionadas pelo Poder Público estadual ou municipal; b) de qualquer pessoa física ou jurídica ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou os municípios respondam, ou que, em seus nomes, assumam obrigações de natureza pecuniária; c) daqueles que derem causa à perda, estrago, extravio ou outra irregularidade que resulte em prejuízo ao erário estadual ou municipal ou aos seus patrimônios. [...] Art. 71. Ao proceder a fiscalização de que trata este Capítulo, o Relator ou o Tribunal: I - determinará as providências estabelecidas no Regimento Interno, quando não apurada transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, ou for constatada, tão somente, falha ou impropriedade de caráter formal; II - se verificar a ocorrência de irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade determinará a audiência dos responsáveis para, no prazo estabelecido pelo Regimento Interno, apresentarem razões de justificativas. Parágrafo único. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará aos responsáveis a multa prevista no art. 85, inciso III, desta Lei Complementar. Art. 74. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial.</p> <p>RI-TCE-AP, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá, órgão de controle externo, com autonomia funcional, administrativa, orçamentária e financeira, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma da legislação vigente, em especial da sua Lei Orgânica: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, nos termos do art. 68 e seguintes deste Regimento; II - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, nos termos do art. 82 e seguintes deste Regimento; III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as fundações e as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário; [...] Art. 85. [...] § 1º. No parecer prévio não serão apreciados os atos de gestão do Prefeito Municipal, do Presidente de Câmara Municipal e demais responsáveis de unidades gestoras por dinheiro, bens e valores, os quais ficam sujeitos ao julgamento do Tribunal de Contas. § 2º. Verificadas, no exame de contas anuais, irregularidades decorrentes de atos de gestão sujeitos a julgamento do Tribunal, será determinada a formação de processo apartado com o objetivo de: [...] § 3º. As irregularidades de que resulte dano ao erário serão examinadas em processo de Tomada de Contas Especial e as demais constituirão processos conforme a sua natureza, na forma prevista em Resolução. [...] § 5º. A formação de processo apartado para os fins do disposto no inciso I não afasta a recomendação de rejeição das contas.</p>				
TCE-AM	Não	Não	Não	Sim	Sim
	<p>Ce-AM, Art. 28. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: [...] XII - julgar anualmente as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios e pareceres sobre a execução dos planos do governo; XIII - proceder à tomada de contas do Governador quando não apresentada dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 40. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento; II - julgar as contas</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
	<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>				
	<p>dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público; Art. 127. [...] § 7º. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.</p> <p>LO-TCE-AM, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, órgão destinado à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e dos Municípios, auxiliar dos Poderes Legislativos Estadual e Municipais, no controle externo, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei, compete: I - apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais; II - julgar, no âmbito das Administrações Estadual e Municipais as contas: a) dos gestores e ordenadores, incluindo o Chefe do Poder Executivo quando ordenar despesas; b) dos demais responsáveis por bens e valores públicos das Administrações Diretas e Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações instituídas ou mantidas pelos Poderes Públicos Estadual e Municipais; c) dos consórcios instituídos e mantidos por entidades públicas na forma da legislação pertinente; d) das entidades controladas direta ou indiretamente pelos entes aqui referidos nas alíneas “a” a “c” deste inciso; e) de todos aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário; [...] Art. 34. Ao proceder à fiscalização de que trata este capítulo, o Tribunal de Contas: I - determinará as providências estabelecidas em Resolução, quando não apurada transgressão à norma legal regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e for constatada tão somente falta ou impropriedade de caráter formal; II - notificará o responsável, se verificar a ocorrência de irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade, para, no prazo estabelecido em Resolução, apresentar justificativa. Parágrafo único. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará a multa prevista no art. 54, inciso III desta Lei. Art. 35. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outras irregularidades de que resulte dano ao erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo a hipótese prevista no art. 135 desta Lei.</p> <p>RI-TCE-AM, Art. 5º. Compete ao Tribunal: I - apreciar e emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais; II - julgar, no âmbito das Administrações direta e indireta, estadual e municipais, as contas dos gestores e demais responsáveis por bens e valores públicos e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário; [...] Art. 250. [...] § 3º. Quando, além da irregularidade formal, o Tribunal determinar que há ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, observado o disposto no art. 198, § 1º deste Regimento. § 4º. Esta tomada de contas especial correrá em autos apartados e será ressalvada das contas anuais, salvo se envolver o responsável principal destas contas anuais, caso em que ocorrerá o apensamento dos autos e os laudos, pareceres e votos nuns e noutros serão compatibilizados.</p>				
TCE-BA	Não	Não	Sim	Não	Sim
	<p>Ce-BA, Art. 71. Além de outros casos previstos nesta Constituição, compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] IX - julgar as contas prestadas pelo Governador, até sessenta dias do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, e apreciar os relatórios sobre execução dos planos de governo; X - proceder às tomadas de contas do Governador, quando não apresentadas nos prazos estabelecidos nesta Constituição; [...] Art. 91. Os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, dotados de autonomia administrativa e de independência funcional, são órgãos de auxílio do controle externo a cargo, respectivamente, da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais, competindo-lhes: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelos chefes dos Poderes Executivos, mediante parecer prévio a ser elaborado no prazo de sessenta dias, para o Tribunal de Contas do Estado, e de cento e oitenta dias para o Tribunal de Contas dos Municípios, ambos contados a partir da data do seu recebimento; II - julgar, no prazo de trezentos e sessenta e cinco dias, a partir do término do exercício a que se refere, as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, inclusive das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
	<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>				
	<p>contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;</p> <p>LO-TCE-BA, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia, órgão autônomo e independente, incumbido de auxiliar o controle externo a cargo da Assembleia Legislativa, compete, na forma estabelecida na Constituição do Estado: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, emitindo parecer prévio a ser elaborado no prazo de sessenta dias, a partir da data do seu recebimento; II - julgar, no prazo de trezentos e sessenta e cinco dias, a partir do término do exercício a que se referem, as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual, bem como as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;</p> <p>RI-TCE-BA, Art. 4º. Ao Tribunal Pleno compete: I - julgar: a) as contas dos ordenadores de despesas e dos administradores das entidades da administração indireta; [...] II - emitir parecer: a) prévio às contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, no prazo de 60 dias, a partir da data do seu recebimento; [...] § 3º. A designação do relator das contas prestadas pelo Governador do Estado obedecerá aos seguintes critérios: I - preferência a Conselheiros que ainda não tenham funcionado como relator das Contas de Governo; [...] Art. 156. Na fiscalização de que tratam os Capítulos III, IV e V deste Título, se ficar evidenciada a ocorrência de desfalque, fraude, desvio de dinheiro, bens ou outra irregularidade ou ilegalidade de que resulte dano ao erário ou ao patrimônio público, o Tribunal de Contas determinará, de imediato, a conversão do processo em tomada de contas.</p>				
TCM-BA	Não	Não	Sim	Sim	Não
	<p>Ce-BA, Art. 91. Os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, dotados de autonomia administrativa e de independência funcional, são órgãos de auxílio do controle externo a cargo, respectivamente, da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais, competindo-lhes: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelos chefes dos Poderes Executivos, mediante parecer prévio a ser elaborado no prazo de sessenta dias, para o Tribunal de Contas do Estado, e de cento e oitenta dias para o Tribunal de Contas dos Municípios, ambos contados a partir da data do seu recebimento; II - julgar, no prazo de trezentos e sessenta e cinco dias, a partir do término do exercício a que se refere, as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, inclusive das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário; [...] Art. 95. Além das atribuições enunciadas nesta Constituição, compete privativamente: [...] § 1º. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal sobre contas apresentadas pelo Prefeito ou pela Mesa da Câmara Municipal, só deixará de prevalecer pelo voto de dois terços dos membros da Casa Legislativa do Município.</p> <p>LO-TCM-BA, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, órgão de auxílio do controle externo a cargo das Câmaras Municipais, compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, mediante parecer prévio a ser elaborado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data do seu recebimento; II - julgar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir do término do exercício a que se refere, as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta, das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário municipal; [...] Art. 65 Ao proceder à fiscalização de que trata este Capítulo, o Tribunal de Contas dos Municípios: I - determinará as providências estabelecidas em Regimento Interno quando, não apurada transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, for constatada, tão somente, falta ou impropriedade de caráter formal; II - determinará, se verificar a ocorrência de irregularidade quanto à legalidade, legitimidade, economicidade ou razoabilidade, a audiência do responsável para, no prazo estabelecido em Regimento Interno, apresentar razões e justificativas. Parágrafo único. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal de Contas dos Municípios aplicará ao responsável a multa prevista no art. 71 desta Lei. [...] Art. 67. Se, ao exercer a fiscalização, for configurada a ocorrência de desfalque, desvio de dinheiros ou bens ou outra irregularidade de que</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>					
<p>resulte dano ao erário, o Tribunal de Contas dos Municípios ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial.</p> <p>RI-TCM-BA, Art. 4º. Compete ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, mediante parecer prévio a ser elaborado no prazo de cento e oitenta (180) dias, contados a partir da data do seu recebimento. II - julgar, no prazo de trezentos e sessenta e cinco (365) dias, a partir do término do exercício a que se referem, as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta, das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público, bem como as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário municipal;</p> <p>Resolução TCM-BA n. 1.378/2018, Art. 1º. Para os fins do disposto nesta Resolução considera-se contas de governo o conjunto de informações que abrangem, de forma consolidada, a execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os poderes, órgãos e entidades do respectivo ente público municipal, visando demonstrar os resultados alcançados no exercício, em relação às metas do planejamento orçamentário e fiscal, ao cumprimento dos limites constitucionais e legais, bem como observância ao princípio da transparência, para julgamento do Poder Legislativo, sobre as quais o Tribunal de Contas emite parecer prévio.</p>					
TCE-CE	Sim	Sim	Não	Sim	Não
	<p>Ce-CE, Art. 41. [...] § 2º. A fiscalização, de que trata o parágrafo anterior, será realizada mediante tomada ou prestação de contas de governo, de responsabilidade do Chefe do Executivo e de gestão, a cargo dos ordenadores de despesa. (Acrescido pela Emenda Constitucional n. 36, de 30 de junho de 1998). [...] Art. 42. [...] § 2º. O parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, a qual, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o julgamento, comunicará o resultado ao TCE. §2º-A. A Câmara Municipal disciplinará sobre os prazos para apresentação de defesa quanto ao julgamento das prestações de contas do Executivo Municipal. (Acrescido pela Emenda Constitucional n. 47, de 13 de dezembro de 2001). [...] Art. 49. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: [...] X - julgar as contas apresentadas, anualmente, pelo Governador do Estado, a prestação de contas dos Interventores, apreciar os relatórios sobre a execução dos planos governamentais e suas correlações aos planos plurianuais; [...] XVI - proceder à tomada de contas do Governador do Estado, quando não apresentadas à Assembleia Legislativa dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 76. Compete ao Tribunal de Contas: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, e as contas daqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Estadual; [...] Art. 78. Compete ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará: I - apreciar as contas prestadas pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de doze meses, a contar do seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores, das Mesas das Câmaras Municipais e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário;</p> <p>LO-TCE-CE, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão de Controle Externo, compete, nos termos das Constituições Federal e Estadual: I - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos das unidades administrativas dos Poderes do Estado e dos Municípios e do Ministério Público e das entidades da administração indireta, incluídas fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual ou municipal, bem como as contas daquelas que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao erário. [...] III - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelo Prefeito, nos termos do Art. 42 e 42-A desta Lei; [...] Art. 8º. [...] § 6º. O processo de Prestação de Contas de Gestão será apresentado ao Tribunal de Contas do Estado, anualmente, com nítida separação, se for o caso, de responsabilidades entre gestores, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
TC <sup>1</sup>	<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>				
	<p>encerramento do correspondente exercício financeiro ou do término das atividades do gestor, esta última considerada quando decorrente da extinção da unidade administrativa, órgão ou entidade, bem como nos casos de falecimento ou exoneração do responsável antes do final do exercício, e julgado até o término do exercício seguinte ao da apresentação. [...] Art. 31. [...] § 2º. Cabe recurso de embargos de declaração, no prazo de 10 (dez) dias em face do parecer prévio emitido pelo Tribunal na apreciação das Contas de Governo do Estado ou dos municípios, para corrigir obscuridade, omissão ou contradição, inclusive com efeitos infringentes, no que couber. Art. 41-B. [...] Parágrafo único. Não será possível a celebração de Termo de Ajustamento de Gestão às contas de governo. [...] Art. 48. No exercício da fiscalização de que trata este Capítulo, o Tribunal, se verificar a ocorrência de irregularidade, determinará: I - simples advertência ou arquivamento do processo, quando não apurada transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, ou for constatada tão somente falta ou impropriedade de caráter formal; II - a audiência do responsável para, no prazo estabelecido, apresentar razões de justificativa, se verificar a ocorrência de irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade. Parágrafo único. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará ao responsável a multa prevista no inciso IV do Art. 62 desta Lei. [...] Art. 51. Ao exercer a fiscalização, se configura a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo a hipótese prevista no Art. 99 desta Lei. [...] Art. 76. [...] § 1º. O Presidente determinará o sorteio: I - entre Conselheiros, do relator do parecer prévio de Contas de Governo e das prestações de contas cujo valor exceda a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais); RI-TCE-CE, Art. 4º. Compete privativamente ao Plenário, dirigido pelo Presidente do Tribunal: I - deliberar originariamente sobre: a) parecer prévio relativo às contas que o Governador do Estado prestará anualmente à Assembleia Legislativa; [...] Art. 32. [...] § 1º. No caso das Contas do Governador, o Tribunal enviará seu parecer prévio à Assembleia Legislativa acompanhado do relatório apresentado pelo Conselheiro Relator e das declarações de voto, quando houver, emitidas pelos demais Conselheiros ou Auditores convocados.</p>				
TC-DF	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	<p>LO-DF, Art. 60. Compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal: [...] XIII - proceder à tomada de contas do Governador, quando não apresentadas nos prazos estabelecidos; [...] XV - julgar anualmente as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos do governo; [...] Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete: I - apreciar as contas anuais do Governador, fazer sobre elas relatório analítico e emitir parecer prévio no prazo de sessenta dias, contados do seu recebimento da Câmara Legislativa; II - julgar as contas: a) dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta ou que estejam sob sua responsabilidade, incluídos os das fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público do Distrito Federal, bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário; b) dos dirigentes ou liquidantes de empresas incorporadas, extintas, liquidadas ou sob intervenção ou que, de qualquer modo, venham a integrar, provisória ou definitivamente, o patrimônio do Distrito Federal ou de outra entidade da administração indireta; c) daqueles que assumam obrigações de natureza pecuniária em nome do Distrito Federal ou de entidade da administração indireta; d) dos dirigentes de entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições, subvenções, auxílios e afins, até o limite do patrimônio transferido;</p> <p>LO-TC-DF, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete: I - apreciar as contas anuais do Governador, fazer sobre elas relatório analítico e emitir parecer prévio, nos termos do art. 37 desta Lei Complementar; II - julgar as contas: a) dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta ou que estejam sob sua responsabilidade, incluídos os das fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público do Distrito Federal, bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário; b) dos dirigentes ou liquidantes de empresas incorporadas, extintas, liquidadas ou sob intervenção ou que, de qualquer modo, venham a</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
TC <sup>1</sup>	<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>				
	<p>integrar, provisória ou definitivamente, o patrimônio do Distrito Federal ou de outra entidade da administração indireta; c) daqueles que assumam obrigações de natureza pecuniária em nome do Distrito Federal ou de entidade da administração indireta; d) dos dirigentes de entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições, subvenções, auxílios e assemelhados, até o limite do patrimônio transferido; [...] Art. 37. Ao Tribunal de Contas compete, na forma estabelecida no Regimento Interno, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento da Câmara Legislativa. [...] Art. 43. Ao proceder à fiscalização de que trata este Capítulo, o Conselheiro Relator ou o Tribunal: I - determinará as providências estabelecidas no Regimento Interno, quando não apurada transgressão a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, ou for constatada, tão somente, falta ou impropriedade de caráter formal; II - se verificar a ocorrência de irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade, determinará a audiência do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar razões de justificativa. Parágrafo único. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará ao responsável a multa prevista no inciso III do art. 57 desta Lei Complementar. [...] Art. 46. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo a hipótese prevista no art. 84 desta Lei Complementar.</p> <p>RI-TC-DF, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e da Lei Complementar do DF n. 1, de 9 de maio de 1994, compete: I - apreciar as contas anuais prestadas pelo Governador e sobre elas elaborar relatório analítico e emitir parecer prévio; II - julgar as contas: a) dos administradores dos órgãos, entidades e fundos da administração direta e indireta dos Poderes do Distrito Federal, incluídas as fundações, e demais pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores do Distrito Federal ou pelos quais este responda; b) daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao patrimônio público do Distrito Federal; c) dos dirigentes ou liquidantes de empresas incorporadas, extintas, liquidadas ou sob intervenção ou que, de qualquer modo, venham a integrar, provisória ou definitivamente, o patrimônio do Distrito Federal ou de outra entidade da administração indireta; d) daqueles que assumam obrigações de natureza pecuniária em nome do Distrito Federal ou de entidade da administração indireta; e) dos dirigentes de entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições, subvenções, auxílios e assemelhados, até o limite do patrimônio transferido; [...] Art. 191. No exercício da fiscalização de que tratam os arts. 224 a 265 deste Regimento, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao patrimônio público, identificados os responsáveis e quantificado o valor do dano, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial e a citação dos envolvidos para apresentarem defesa ou recolherem a quantia devida. [...] Art. 250. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo as hipóteses previstas nos art. 208 deste Regimento e 85 da Lei Complementar n. 1/94. Instrução Normativa TC-DF n. 1/2016, Art. 1º. As contas anuais do Governo do Distrito Federal, previstas no art. 78, inciso I, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 8 de junho de 1993, nelas incluídos os órgãos do Poder Legislativo e a Defensoria Pública do Distrito Federal, serão organizadas e apresentadas com os seguintes elementos: [...].</p>				
TCE-ES	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	<p>Ce-ES, Art. 29. [...] § 2º. O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito e o Presidente da Câmara devem, anualmente, prestar, somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal. (Declarada Inconstitucional a expressão “e o Presidente da Câmara” pelo STF na ADI n. 1.964-3). [...] Art. 56. É de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, além de zelar pela preservação da sua competência legislativa em face de atribuição normativa dos outros Poderes: [...] XI - julgar as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; XII - proceder à tomada de contas do Governador quando não apresentadas no prazo estabelecido nesta Constituição; [...] Art. 71. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
	<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>				
	<p>auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; II - emitir parecer prévio sobre as contas dos Prefeitos, em até vinte e quatro meses, a contar do seu recebimento, e julgar as contas do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e das Mesas da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais, em até dezoito meses, a contar dos seus recebimentos; III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poderes Públicos Estadual e Municipal e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário, exceto as previstas nos arts. 29, § 2º, e 56, XI e XXV;</p> <p>LO-TCE-ES, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, órgão de controle externo do Estado e dos Municípios, nos termos da Constituição Federal e Estadual e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete: [...] II - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, com a emissão de parecer prévio no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento; III - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos, com a emissão de parecer prévio no prazo de até vinte e quatro meses a contar do seu recebimento; IV - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios, incluídas as fundações e as sociedades por eles instituídas ou mantidas, bem como as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário; [...] Art. 57. Na fase de instrução, havendo indícios de irregularidade, cabe ao Tribunal de Contas ou ao Relator: [...] IV - converter, se for o caso, o processo em tomada de contas especial, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário. [...] Art. 114. Ao proceder à fiscalização de ato, contrato, convênio, acordo, ajuste e instrumentos congêneres, o Relator ou o Tribunal de Contas: I - determinará, em caso de indícios de irregularidades, se não houver débito, a citação do responsável, para, no prazo fixado no Regimento Interno, apresentar razões de justificativa; II - determinará ao responsável a adoção de providências com vistas a evitar a reincidência, quando verificar faltas ou impropriedades de caráter formal, que não caracterizem transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; III - fixará prazo, na forma estabelecida no Regimento Interno, se constatada irregularidade ou ilegalidade de ato ou contrato, para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, observado ainda o disposto nas Subseções III e IV desta Seção. Parágrafo único. Não sendo aceitas as razões de justificativa, o Tribunal de Contas decidirá sobre a matéria e aplicará ao responsável as sanções previstas em lei, sem prejuízo de outras providências que poderá adotar. Art. 115. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Tribunal converterá o processo em tomada de contas especial e determinará a citação dos responsáveis, para, no prazo fixado no Regimento Interno, apresentar alegações de defesa e/ou recolher a importância devida.</p> <p>RI-TCE-ES, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, órgão de controle externo do Estado e dos Municípios, nos termos da Constituição Federal e da Constituição Estadual e na forma estabelecida na sua Lei Orgânica, compete: [...] II - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, com a emissão de parecer prévio no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento; III - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos, com a emissão de parecer prévio no prazo de até vinte e quatro meses a contar do seu recebimento; IV - julgar as contas dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração direta e indireta do Estado e dos Municípios, incluídas as fundações e as sociedades por eles instituídas ou mantidas, bem como as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário; [...] Art. 122. [...] § 3º. A emissão de parecer prévio sobre as contas de governo do Município não exclui a competência do Tribunal para o julgamento das contas do Prefeito, quando este ordenar despesas ou for responsável pela prática de ato de gestão. [...] Art. 134. Verificada, no exame das contas anuais de governo, irregularidade decorrente de atos de gestão sujeitos ao julgamento do Tribunal, será determinada a formação de processo apartado, com o objetivo de: [...] § 1º. As irregularidades de que resulte dano ao erário serão examinadas em processo de tomada de contas especial, e as demais constituirão processo conforme a sua natureza. [...]</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>					
	Art. 207. Ao apreciar processo relativo à fiscalização, o Relator ou o Tribunal: [...] VI - converterá o processo em tomada de contas especial, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, observado o disposto na Lei Orgânica do Tribunal, neste Regimento e em ato normativo específico.				
TCE-GO	Não	Não	Não	Sim	Sim
	<p>Ce-GO, Art. 11. Compete exclusivamente à Assembleia Legislativa: [...] VII - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; [...] XIV - proceder à tomada de contas do Governador, quando não prestadas dentro de sessenta dias após a abertura da Sessão Legislativa; [...] Art. 26. Ao Tribunal de Contas do Estado compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento e publicado no Diário Oficial do Estado; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Estado e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outras irregularidades de que resulte prejuízo ao erário;</p> <p>LO-TCE-GO, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, órgão de controle externo, nos termos das Constituições Federal e Estadual e na forma estabelecida nesta Lei, compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário; [...] Art. 99. Ao apreciar processo relativo à fiscalização de atos e contratos, o Relator ou o Tribunal: I - determinará o arquivamento do processo, ou o seu apensamento às contas correspondentes, se útil à apreciação destas, quando não apurada transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; II - determinará a adoção de providências corretivas por parte do responsável ou de quem lhe haja sucedido quando verificadas tão somente falhas de natureza formal ou outras impropriedades que não ensejem a aplicação de multa ou que não configurem indícios de débito, e o arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo das demais providências; III - ordenará a conversão do processo em tomada de contas especial, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, observado o disposto no art. 71, e determinará a cientificação, se for o caso, a que se refere o parágrafo único do art. 64, seguindo, a partir daí, o rito estabelecido no art. 67 e seguintes, todos desta Lei; IV - determinará a citação do responsável para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar razões de justificativa, quando verificada a ocorrência de irregularidades. § 1º. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará ao responsável a multa prevista no inciso II ou III do art. 112 desta Lei.</p> <p>RI-TCE-GO, Art. 2º. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, a este competindo: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, nas quais serão incluídas as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e as do Chefe do Ministério Público, na forma prevista nos artigos 56 e 57 da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 – LRF, mediante parecer prévio, a ser elaborado em 60 (sessenta dias) a contar de seu recebimento, nos termos dos artigos 56 a 58 da Lei Orgânica, e na forma dos artigos 176 a 180 deste Regimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário; [...] Art. 250. Se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, caracterizada a situação, identificado o responsável e quantificado o dano, o Tribunal de Contas do Estado ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo se o custo da cobrança for superior ao valor do ressarcimento. [...] Art. 258. Ao apreciar processo relativo à fiscalização de atos e contratos, o Relator ou o Tribunal de Contas do Estado: [...] IV - ordenará a conversão do processo em tomada de contas especial, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, observado</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
TCM- GO	<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>				
	o disposto no art. 210, e determinará a cientificação, se for o caso, a que se refere o parágrafo único do art. 198, seguindo, a partir daí, o rito estabelecido no art. 205 e seguintes, todos deste Regimento;				
	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	<p>Ce-GO, Art. 79. Observados os princípios e as normas desta e da Constituição da República, no que se refere ao orçamento público, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional dos Municípios e das entidades de sua administração direta, indireta e fundacional será exercida mediante controle externo da Câmara Municipal e pelos sistemas de controle interno de cada Poder, na forma da lei. [...] § 2º. Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios, sobre as contas anuais do Prefeito. [...] § 6º. A fiscalização de que trata este artigo será realizada mediante prestação de contas de governo, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, ou de gestão, de responsabilidade dos ordenadores de despesa. (Acrescido pela Emenda Constitucional n. 36, de 22 de junho de 2004).</p> <p>LO-TCM-GO, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas dos Municípios, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta Lei: I - apreciar e emitir parecer prévio nas contas anuais de governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal; [...] III - julgar as contas: a) dos gestores e administradores, inclusive as do Presidente ou Mesas da Câmara Municipal e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das administrações direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal; b) de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais os municípios respondam ou que, em nome destes, assumam obrigações de natureza pecuniária; c) daqueles que derem causa a perda, dano, extravio ou outra irregularidade que resulte em prejuízo ao Erário Municipal ou a seu patrimônio; [...] Art. 6º. Ao Tribunal de Contas dos Municípios compete, na forma estabelecida nesta Lei, apreciar as contas de governo, prestadas, anualmente, pelo Prefeito Municipal, emitindo parecer prévio, no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento. § 1º. O Prefeito deverá apresentar ao Tribunal, até sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas de governo do exercício financeiro anterior. § 2º. As contas de governo consistirão nos balanços gerais do município e no relatório do órgão de controle interno do Poder Executivo Municipal, contendo manifestação conclusiva acerca da conformidade da execução orçamentária e financeira no exercício com as metas fixadas no Plano Plurianual e com os dispositivos constitucionais e legais, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. § 3º. Ato normativo do Tribunal estabelecerá a forma e o conteúdo da prestação de contas de governo, inclusive por meios eletrônicos ou assemelhados. § 4º. As contas de governo prestadas pelo Prefeito deverão refletir a execução orçamentária e financeira do Município, sem prejuízo da apuração das responsabilidades individuais ou solidárias quando da apreciação e julgamento pelo Tribunal das contas de gestão. [...] Art. 9º Ao Tribunal compete, na forma estabelecida nesta Lei, julgar as contas de gestão, prestadas pelos administradores e responsáveis de que trata o inciso III do art. 1º desta Lei. Art. 10. As contas dos gestores referidos na alínea “a” do inciso III do art 1º, inclusive as contas de gestão do Chefe do Poder Executivo, quando ordenador de despesas, serão apresentadas na forma de balancetes mensais, no prazo de até quarenta e cinco dias após o término do respectivo período. [...] Art. 27. Ao proceder à fiscalização de que trata este Capítulo, o Relator ou o Tribunal: I - determinará as providências estabelecidas no Regimento Interno quando não apurada transgressão a ato regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial ou for constatada tão somente falta ou impropriedade de caráter formal; II - determinará a notificação do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar razões de justificativa, caso seja verificada ocorrência de irregularidade quanto à ilegalidade, legitimidade ou economicidade. [...] Art. 27-A. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará ao responsável multa prevista no art. 47-A, incisos VIII e IX, desta Lei. [...] Art. 29. Se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial.</p> <p>RI-TCM-GO, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas dos Municípios, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida neste Regimento: I - apreciar e emitir parecer prévio nas contas anuais de governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal; [...]</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>					
	<p>III - julgar as contas: a) dos gestores e administradores, inclusive as do Presidente ou Mesas da Câmara Municipal e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das administrações direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal; b) de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais os municípios respondam ou que, em nome destes, assumam obrigações de natureza pecuniária; c) daqueles que derem causa a perda, dano, extravio ou outra irregularidade que resulte em prejuízo ao Erário Municipal ou a seu patrimônio; [...] Art. 163. Ao Tribunal de Contas dos Municípios compete, na forma estabelecida na sua Lei Orgânica e neste Regimento, apreciar as contas de governo, prestadas, anualmente, pelo Prefeito Municipal, emitindo parecer prévio, no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento. [...] § 4º. As contas de governo deverão refletir a execução orçamentária e financeira do Município, incluídas as dos Poderes Executivo e Legislativo, sem prejuízo da apuração das responsabilidades individuais ou solidárias quando da apreciação e julgamento das contas de gestão. [...] Art. 191. Se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial.</p>				
TCE-MA	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
	<p>Ce-MA, Art. 31. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: [...] X - proceder a tomada de contas do Governador do Estado, quando estas não forem apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; XI - julgar, anualmente, as contas do Governador do Estado e do Tribunal de Contas do Estado; (modificado pela Emenda à Constituição n. 9, de 25/03/1993) [...] Art. 50. Ao apreciar processo relativo à fiscalização de atos e contratos, o relator ou o Tribunal: I - determinará o arquivamento do processo, ou o seu apensamento às contas correspondentes, se útil à apreciação destas, quando não apurada transgressão a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; II - determinará a adoção de providências corretivas por parte do responsável ou de quem lhe haja sucedido quando verificadas tão somente falhas de natureza formal ou outras impropriedades que não ensejem a aplicação de multa aos responsáveis ou que não configurem indícios de débito e o arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento das determinações; III - recomendará a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, encaminhando os autos à unidade técnica competente do Tribunal, para fins de monitoramento do cumprimento das determinações; IV - citará o responsável para, no prazo de trinta dias, prorrogável por até trinta dias, a critério do relator, apresentar defesa, quando verificada a ocorrência de irregularidades decorrentes de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, bem como infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária ou patrimonial. § 1º. Acolhida a defesa, o Tribunal declarará esse fato mediante acórdão e, conforme o caso, adotará uma das providências previstas no inciso I. § 2º. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará ao responsável, no próprio processo de fiscalização, ressalvado o disposto no art. 19, a multa prevista no inciso III ou IV do art. 67 e determinará o apensamento do processo às contas correspondentes. [...] Art. 51. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário do Estado; Art. 151. [...] § 1º. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado que emitirá parecer prévio sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar. [...] Art. 172. Ao Tribunal de Contas do Estado, no âmbito do controle externo do Município, além das atribuições previstas nesta Constituição, compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio; II - julgar as contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais os Municípios respondam ou que, em nome destes, assumam obrigações de natureza pecuniária, bem como daqueles que derem causa a perda, a extravio ou a outra</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>					
	<p>irregularidade de que resulte dano ao erário; III - julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente das Câmaras Municipais;</p> <p>LO-TCE-MA, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais; II - julgar as contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou os Municípios respondam ou que, em nome destes, assumam obrigações de natureza pecuniária, bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário; III - julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente das Câmaras Municipais; [...] Art. 9º. O Prefeito deverá apresentar ao Tribunal de Contas do Estado, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa municipal, a prestação de contas de governo do Município referente ao exercício financeiro anterior. [...] Art. 10. O Tribunal, ao apreciar a prestação de contas anual apresentada pelo Prefeito, na data e forma previstas no regimento interno: I - emitirá parecer prévio sobre as contas de governo do Prefeito, no prazo de sessenta dias, a ser contado da data de seu recebimento, ou até o último mês do exercício financeiro, com fundamento no art. 172, inciso I, § 3º, da Constituição Estadual, e observado o disposto no § 3º e § 4º do art. 8º desta lei; II - julgará as contas dos gestores responsáveis pelos atos de que resultem receita e despesa, com fundamento no art. 172, incisos IV e IX, da Constituição Estadual, mediante acórdão. § 1º. O Tribunal encaminhará, após o trânsito em julgado, à Câmara Municipal, as contas de governo do Prefeito, acompanhadas do respectivo parecer prévio. § 2º. Ao julgar as contas de que cuida o inciso II deste artigo, o Tribunal decidirá pela regularidade, regularidade com ressalva ou irregularidade, não cabendo sobre elas deliberação da Câmara Municipal. [...] Art. 52. Se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo na hipótese prevista no art. 26.</p> <p>RI-TCE-MA, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma da legislação vigente, em especial da Lei n. 5.531, de 5 de novembro de 1992, alterada pela Lei 5.764, de 12 de agosto de 1993: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; [...] Art. 206. A escolha do Conselheiro que elaborará o Relatório de Parecer Prévio sobre as contas do Governo Estadual será feita consoante o disposto no art. 145 deste Regimento. [...] Art. 211. A apreciação das Contas do Governo pelo Tribunal far-se-á em Sessão Extraordinária a ser realizada com antecedência mínima de setenta e duas horas do término do prazo para a remessa do Relatório e Parecer à Assembleia Legislativa. [...] Art. 249. Se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo na hipótese prevista no art. 301 deste Regimento.</p> <p>Resolução TCE-MA n. 297/2018, Art. 1º. No processo de contas de gestão em que o Prefeito figurar como ordenador de despesa, o Tribunal de Contas emitirá: I - parecer prévio, que instrumentalizará o julgamento pela Câmara Municipal, para os fins do art. 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990 (alterado pela Lei Complementar n. 135, de 4 de junho de 2010); e II - acórdão de julgamento, para os demais efeitos, como, por exemplo, imputação de débito, aplicação de multa, entre outros. § 1º. O parecer prévio de que trata o inciso I do <i>caput</i> deste artigo aplica-se somente ao prefeito, não abrangendo os demais ordenadores de despesa do Município, cujas contas são julgadas exclusivamente pelo Tribunal de Contas. § 2º. Não se aplica a emissão do parecer prévio previsto neste artigo, ainda que figure o prefeito como responsável, nos processos cujo objeto seja a fiscalização e o julgamento da aplicação de recursos recebidos por meio de transferências voluntárias e de transferências fundo a fundo.</p>				
TCE-MT	Não	Não	Sim	Não	Sim
	<p>Ce-MT, Art. 26. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: [...] VII - julgar, anualmente, as contas do Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo, procedendo à tomada de contas, quando não apresentadas dentro de sessenta dias, contados da abertura da Sessão Legislativa; [...] Art. 47 O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas, anualmente,</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
	<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>				
	<p>pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento e enviado à Assembleia Legislativa para julgamento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Pública direta e indireta, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público; [...] Art. 210. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio circunstanciado sobre as contas que o Prefeito Municipal deve, anualmente, prestar, podendo determinar para esse fim a realização de inspeções necessárias, observado: [...].</p> <p>LO-TCE-MT, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, órgão de controle externo, nos termos da Constituição do Estado e na forma estabelecida nesta lei, em especial, compete: I - emitir parecer prévio circunstanciado sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais; II - julgar as contas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, bem como as contas dos demais administradores e responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado, dos Municípios e demais entidades da Administração indireta, incluídas as fundações, fundos e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público, as agências reguladoras e executivas e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;</p> <p>RI-TCE-MT, Art. 29. Compete ao Tribunal Pleno: I - emitir parecer prévio sobre as contas anuais dos Chefes dos Poderes Executivos, Estadual e Municipais, e sobre as contas anuais e relatórios de atividades do Presidente do Tribunal de Contas; II - julgar as contas anuais de gestão dos chefes dos Poderes Executivos dos municípios polo e dos municípios com mais de 60.000 (sessenta mil) habitantes; III - julgar as contas anuais dos titulares do Poder Legislativo estadual, do Poder Judiciário, do Ministério Público do Estado e da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso; Art. 50. [...] § 4º. Não poderão ser objeto de apreciação em bloco os processos relativos a consultas, contas de governo, contas de gestão, auditorias e monitoramentos. [...] Art. 82. Será adotada a forma de Parecer Prévio quando a deliberação recair sobre as contas de governo prestadas pelos Chefes dos Poderes Executivos, estadual e municipais. § 1º. A análise e manifestação do Tribunal de Contas sobre as contas de governo do Chefe do Poder Executivo é procedimento de instrução e informação técnica a ser observada por ocasião do julgamento das contas pelo Poder Legislativo competente. [...] Art. 149- A. Se no curso de qualquer fiscalização forem constatados fatos ou atos que causem dano ao erário ou que apresentem irregularidades insanáveis que possam configurar atos de improbidade administrativa, a equipe de instrução ou o secretário de controle externo deverá propor ao relator que seja determinada a instauração ou conversão do processo em tomada de contas. [...] Art. 165. [...] Parágrafo único. As contas de gestão dos Chefes dos Poderes Executivos serão objetos de julgamento pelo Tribunal Pleno ou pela Câmara respectiva, conforme o caso, e deverão ser conclusivas quanto a legalidade dos atos de que resultem receitas e despesas, realização de licitações, contratações, empenhos, liquidações e pagamentos de despesas, controle e guarda do patrimônio, aperfeiçoamento dos resultados de políticas públicas, entre outros. [...] Art. 180. Concluída a apreciação das contas de governo, o processo será encaminhado ao Poder Legislativo respectivo para julgamento.</p> <p>Resolução Normativa n. 10/2018, Art. 1º. O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso apreciará, para fins de emissão de parecer prévio, as contas anuais de governo do Município prestadas pelo Prefeito Municipal e julgará, mediante acórdão, as contas anuais de gestão dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos dos órgãos e entidades municipais. § 1º. As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito Municipal no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas. § 2º. As contas anuais de gestão evidenciam os atos de administração e gerência de recursos públicos praticados pelos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores dos órgãos e entidades municipais. § 3º. Caso o prefeito municipal acumule o exercício das funções políticas e de ordenamento de despesas, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso emitirá parecer prévio sobre as contas anuais de governo por ele prestadas, em auxílio à Câmara Municipal, e julgará suas contas anuais de gestão. Art. 2º. As contas anuais de governo e as contas anuais de gestão serão processadas em autos distintos no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. § 1º. As contas anuais de governo abrangerão a totalidade das atividades do Executivo e do Legislativo, ainda que a titularidade dos Poderes seja exercida por mais de um responsável durante o exercício, restringindo-se, o parecer prévio, às contas do Executivo. § 2º. As contas anuais de gestão serão processadas em</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
	<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>				
	autos distintos, sendo um para a Prefeitura, um para a Câmara e um para cada entidade da administração indireta municipal, inclusive dos regimes próprios previdenciários, abrangendo os atos de todos os administradores e responsáveis no exercício.				
TCE-MS	Não	Sim	Sim	Não	Não
	<p>Ce-MS, Art. 24. [...] § 1º. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, que emitirá parecer prévio sobre todas as contas prestadas pelo Prefeito, dentro dos noventa dias seguintes ao encerramento do exercício financeiro. [...] Art. 63. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre planos de governo; [...] Art. 77. O controle externo a cargo da Assembleia Legislativa será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, através de parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;</p> <p>LO-TCE-MS, Art. 14. Ao Auditor compete: I - analisar e emitir parecer nos processos relativos às prestações de contas de Governo e de gestão e às tomadas de contas; [...] Art. 21. Ao Tribunal compete a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e dos Municípios, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, cabendo-lhe: I - emitir parecer prévio sobre as contas que o Governador e os Prefeitos prestem anualmente; II - julgar as contas das pessoas físicas ou jurídicas sujeitas à sua jurisdição;</p> <p>RI-TCE-MS, Art. 17. Compete ao Tribunal Pleno: I - apreciar as contas anuais de governo prestadas anualmente: a) pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, nos termos da Constituição Estadual, do art. 32 da LC n. 160, de 2012, e dos arts. 114, 118 e 119 deste Regimento; b) pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, nos termos dos arts. 117, 118 e 119 deste Regimento, do art. 33 da LC n. 160, de 2012, e da Constituição Estadual; [...] § 1º. Quando nas contas anuais de gestão a que se refere a alínea “a”, II, deste artigo, figurar como ordenador de despesas a pessoa do Prefeito ou do Governador, aplica-se o disposto no art. 186, § 2º. [...] Art. 71. Parecer Prévio é o instrumento de formalização do ato colegiado de conteúdo favorável ou contrário à aprovação, pelo Poder Legislativo municipal ou estadual, da prestação das contas anuais de governo de Prefeito Municipal ou do Governador do Estado, consoante disposto nos arts. 114 a 119. [...] Art. 79. Para os efeitos deste Regimento, entende-se como: [...] VII - Prestação de Contas Anuais de Governo: conjunto de informações que abrangem, de forma consolidada, a execução dos orçamentos de todos os poderes, órgãos e entidades do respectivo ente público federado (Unidade Administrativa), visando demonstrar os resultados alcançados no exercício, em relação às metas do planejamento orçamentário e fiscal e ao cumprimento dos limites constitucionais e legais, para julgamento do Poder Legislativo, sobre as quais o Tribunal de Contas emite parecer prévio; VIII - Prestação de Contas Anuais de Gestão: conjunto de informações individualizadas relativas a uma determinada unidade jurisdicionada (Unidade Gestora), sobre a execução do orçamento e dos atos administrativos correspondentes, passível de julgamento pelo Tribunal de Contas, exceto se nestas figurar como ordenador de despesas a pessoa do Prefeito, oportunidade em que se emitirá parecer prévio;</p> <p>Resolução TCE-MS n. 88/2018, Art. 7º. Para os fins do disposto nesta Resolução considera-se: [...] II - Prestação de Contas Anuais de Governo: conjunto de informações que abrangem, de forma consolidada, a execução dos orçamentos de todos os poderes, órgãos e entidades do respectivo ente público federado (Unidade Administrativa), visando demonstrar os resultados alcançados no exercício em relação às metas do planejamento orçamentário e fiscal, e ao cumprimento dos limites constitucionais e legais, para julgamento do Poder Legislativo, sobre as quais o Tribunal de Contas emite parecer prévio; III - Prestação de Contas Anuais de Gestão: conjunto de informações individualizadas relativas a uma determinada unidade jurisdicionada (Unidade Gestora), sobre a execução do orçamento e dos atos administrativos correspondentes, passível de julgamento pelo Tribunal de Contas;</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI					
TCE-MG	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	<p>Ce-MG, Art. 62. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] XIX - proceder à tomada de contas do Governador do Estado não apresentadas dentro de sessenta dias da abertura da sessão legislativa; XX - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador do Estado, e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; [...] Art. 76. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e sobre elas emitir parecer prévio, em sessenta dias, contados de seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bem ou valor públicos, de órgão de qualquer dos Poderes ou de entidade da administração indireta, facultado valer-se de certificado de auditoria passado por profissional ou entidade habilitados na forma da lei e de notória idoneidade técnica; [...] Art. 180. A Câmara Municipal julgará as contas do Prefeito, mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, que terá trezentos e sessenta dias de prazo, contados de seu recebimento, para emití-lo, na forma da lei.</p> <p>LO-TCE-MG, Art. 3º. Compete ao Tribunal de Contas: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e sobre elas emitir parecer prévio no prazo de sessenta dias contados do seu recebimento; II - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio no prazo de trezentos e sessenta dias contados do seu recebimento; III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens ou valores públicos, de órgão de qualquer dos Poderes do Estado ou de Município ou de entidade da administração indireta estadual ou municipal; [...] Art. 64. Ao proceder à fiscalização dos atos, contratos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres, o Relator ou o Tribunal: I - ordenará a instauração de tomada de contas especial, nos termos estabelecidos no Regimento Interno e em ato normativo próprio, caso seja constatado indício de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário; II - converterá o processo em tomada de contas especial, caso já esteja devidamente quantificado o dano e qualificado o responsável;</p> <p>RI-TCE-MG, Art. 3º Compete ao Tribunal: I - apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Governador e sobre elas emitir parecer prévio no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento; II - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados do seu recebimento; III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens ou valores públicos, de órgão de qualquer Poder do Estado ou de Município ou de entidade da administração indireta estadual ou municipal; [...] Art. 249. Os procedimentos de fiscalização do Tribunal serão convertidos em tomada de contas especial pelo Relator ou pelo Órgão Colegiado competente, caso já esteja devidamente quantificado o dano e identificado o responsável, procedendo-se à sua citação para que apresente defesa ou recolha a quantia devida pelo seu valor atualizado.</p> <p>Instrução Normativa TCE-MG n. 13/2011, Art. 5º. As contas de governo anualmente prestadas pelo Governador compõem-se dos balanços gerais do Estado, os quais retratarão a execução orçamentária, financeira e patrimonial dos Poderes, do Ministério Público, dos órgãos da administração direta, das entidades autárquicas e fundacionais e dos fundos estaduais. Art. 6º São peças essenciais às contas de governo: [...].</p>				
TCE-PA	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	<p>Ce-PA, Art. 92. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: [...] XXVI - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo; [...] XXVIII - proceder à tomada de contas do Governador, quando não apresentadas à Assembleia Legislativa dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 116. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;</p> <p>LO-TCE-PA, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado do Pará, órgão de controle externo, compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, mediante parecer prévio, nos termos do</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
	<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>				
	<p>art. 30 desta Lei; II - julgar as contas: a) dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado, e das entidades da Administração Indireta, incluídas as Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual; b) daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ou prejuízo ao Erário. [...] Art. 33. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará a conversão do processo de fiscalização em Tomada de Contas Especial, salvo a hipótese prevista no art. 68.</p> <p>RI-TCE-PA, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado do Pará, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Estadual e na forma da legislação vigente, em especial da sua Lei Orgânica, compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, mediante parecer prévio, nos termos do art. 30 da Lei Orgânica deste Tribunal; Art. 50. Os processos submetidos à distribuição do Tribunal Pleno serão reunidos em classes, da seguinte forma: I - prestação de contas do Governo do Estado; [...] Art. 94. As contas do Governo do Estado consideram-se prestadas à Assembleia Legislativa no dia de sua apresentação ao Tribunal, obedecido o prazo constitucional. [...] Art. 104. Caso as contas de Governo não sejam apresentadas dentro dos prazos constitucionais e legais, o Tribunal comunicará o fato à Assembleia Legislativa, para fins de direito. [...] Art. 120. Configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outras irregularidades de que resulte dano ao erário estadual, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomadas de contas especial.</p>				
TCM-PA	Não	Sim	Sim	Sim	Não
	<p>Ce-PA, Art. 71. [...] § 2º. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal que, sobre ele, deverá pronunciar-se no prazo de noventa dias após o seu recebimento.</p> <p>LO-TCM-PA, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, órgão de controle externo da gestão de recursos públicos municipais, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma desta Lei Complementar: I - Apreciar as contas de governo, anualmente prestadas pelos Prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio, no prazo de trezentos e sessenta e cinco dias, contados do seu recebimento; II - Julgar as contas da Mesa Diretora das Câmaras Municipais; III - Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos Poderes dos Municípios e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas daqueles que tenham recebido recursos repassados pelos Municípios ou que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário; [...] Art. 13. Compete ao Tribunal Pleno, além de outras atribuições previstas no Regimento Interno: I - Emitir parecer prévio, sobre as contas de governo, prestadas pelos Prefeitos, o qual só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal que deva apreciá-lo; [...] Art. 34. Ao proceder com a fiscalização dos contratos, convênios ou outros instrumentos congêneres, o Relator: [...] II - Converterá o processo em tomada de contas, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário; [...] Art. 35. Mediante parecer prévio, o Tribunal apreciará as contas de governo prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, quanto à execução orçamentária, financeira, operacional e patrimonial; cumprimento dos limites fixados pela Constituição Federal; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Plano Plurianual e Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como aspectos pertinentes à transparência das contas públicas prestadas. Art. 36. O parecer prévio, restrito aos tópicos referidos no artigo anterior, não exime da responsabilidade o Prefeito Municipal quando ordenar despesas, cujas contas, nesse aspecto, como os demais administradores a que se refere o inciso III, do art. 1º, desta Lei, serão objeto de julgamento pelo Tribunal. [...] Art. 38. As contas de gestão, prestadas pelos administradores e responsáveis por dinheiro, bens ou valores públicos serão julgadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios, na forma estabelecida nesta Lei e, no que couber, regulamentada através do Regimento Interno.</p> <p>RI-TCM-PA, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, órgão de controle externo da gestão de recursos públicos municipais, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma da legislação vigente, em especial da Lei Complementar n. 84, de 27 de dezembro de 2012: I - apreciar as contas de governo anualmente prestadas pelos Prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio; II - julgar as contas: a) da Mesa Diretora das Câmaras Municipais; b) dos administradores e</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
	<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>				
	demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes dos municípios e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal; c) das pessoas que tenham recebido recursos repassados pelos municípios ou que derem causa à perda, ao extravio ou a outra irregularidade de que resulte dano ao Erário; [...] Art. 14. Compete, ao Tribunal Pleno, na forma da Lei Orgânica e deste Regimento Interno: I - emitir parecer prévio sobre as contas de governo prestadas pelos prefeitos; II - julgar as contas de gestão, ordenadas pelo prefeito ou por terceiro que tiver recebido delegação, na forma da Lei; III - julgar as contas da Mesa Diretora das Câmaras Municipais e das demais unidades gestoras do município;				
TCE-PB	Não	Não	Sim	Sim	Não
	<p>Ce-PB, Art. 13. [...] § 2º. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios, sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara devem anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal. [...] Art. 54. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] II - proceder à tomada de contas do Governador do Estado, quando não apresentadas à Assembleia Legislativa dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; [...] XVI - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador do Estado e apreciar os relatórios sobre a execução de planos de governo; [...] Art. 71. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos dos três Poderes, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;</p> <p>LO-TCE-PB, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão de controle externo, compete, nos termos das Constituições Federal e Estadual e na forma estabelecida nesta lei: I - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes do Estado e dos Municípios e das entidades de suas respectivas administrações indiretas, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público estadual ou municipal, bem como as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário; [...] IV - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, emitindo sobre elas parecer prévio, nos termos dos arts. 36 e 49 desta Lei; [...] Art. 43. Ao proceder a fiscalização de que trata este Capítulo, o Relator ou o Tribunal: I - determinará as providências estabelecidas no Regimento Interno, quando não apurada transgressão a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, ou for constatada, tão somente, falta ou impropriedade de caráter formal; II - se verificar a ocorrência de irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade, determinará a audiência do responsável, para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar justificativa ou defesa. Parágrafo Único. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará ao responsável a multa prevista no art. 56, inciso III, desta Lei. [...] Art. 47. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo a hipótese prevista no art. 90 desta Lei. RI-TCE-PB, Art. 2º. Ao Tribunal de Contas, para o exercício das funções essenciais de controle externo, compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, emitindo sobre elas parecer prévio; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta, incluídas as Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público competente e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário respectivo; [...] Art. 81. O Relator das Contas Anuais do Governo do Estado será designado, pela ordem de antiguidade, até a última sessão ordinária do Tribunal Pleno do primeiro semestre do exercício anterior das Contas a relatar. Art. 165. São considerados Especiais os processos de: I - prestação de contas anuais do governo estadual; [...] Art. 168. Nos Municípios em que o Prefeito Municipal acumular a condição de agente político com as atribuições de ordenador de despesas, aplicar-se-á ao julgamento das contas o disposto no artigo 201 e seus parágrafos.</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>					
	Resolução Normativa TCE-PB n. 3/2018, Art. 1º. As contas de governo e de gestão, prestadas anualmente pelos Chefes dos Poderes Executivos municipais do Estado da Paraíba, serão apreciadas pelo Tribunal no mesmo processo e em única assentada, mediante a emissão de Parecer Prévio (art. 71, inciso I, da CRFB) e julgadas, por meio da expedição de Acórdão (art. 71, inciso II, da CRFB), respectivamente. [...] Art. 3º. Ao analisar as contas de gestão, o Tribunal exercerá sua jurisdição plena e, através de deliberação consubstanciada em Acórdão, julgará, de forma definitiva, todos os atos do ordenador de despesas (art. 71, inciso II, da CRFB), podendo, inclusive, aplicar sanções administrativas e determinar o ressarcimento de danos ao erário, conforme estabelece o art. 131 do RI do TCE/PB.				
TCE-PR	Não	Não	Sim	Não	Sim
	<p>Ce-PR, Art. 18. [...] § 2º. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços da Câmara Municipal. [...] Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa: [...] XV - proceder à tomada de contas do Governador do Estado, quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; XVI - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador do Estado e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; [...] Art. 75. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;</p> <p>LO-TCE-PR, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, com sede na Capital do Estado, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado nos prazos gerais previstos na Constituição Estadual, na Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos prazos específicos previstos nesta lei; II - julgar as contas dos chefes dos órgãos do Poder Legislativo estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público e deste Tribunal; III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;</p> <p>RI-TCE-PR, Art. 5º. Compete ao Tribunal Pleno: [...] I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante emissão de parecer prévio, que deverá ser elaborado em 60 (sessenta) dias a contar do seu recebimento; Art. 10. Compete às Câmaras: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, mediante emissão de parecer prévio; [...] Art. 215. [...] § 2º- A. As contas de governo consistirão nos balanços gerais e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 6º, do art. 133, da Constituição Estadual. [...] Art. 216. [...] § 2º. A forma e composição da prestação de contas de governo e de gestão do Chefe do Executivo Municipal serão disciplinadas em Instrução Normativa. [...] Art. 269. Se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Relator ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas extraordinária.</p>				
TCE-PE	Não	Sim	Sim	Não	Não
	<p>Ce-PE, Art. 14. Compete exclusivamente à Assembleia Legislativa: [...] X - julgar as contas do Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo; XI - proceder à tomada de contas do Governador, quando não apresentadas à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias, após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 30. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - a apreciação das contas prestadas anualmente pelo Governador, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; II - o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta,</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>					
	<p>inclusive das fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual, e das contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outras irregularidades de que resulte prejuízo à Fazenda; [...] Art. 86. [...] § 2º. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito e a Mesa Diretora da Câmara Municipal devem, anualmente, prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, que sobre ele deverão pronunciar-se, no prazo de sessenta dias, após o seu recebimento. (Expressão “e a Mesa Diretora da Câmara Municipal” declarada inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADIN n. 1.779/98). LO-TCE-PE, Art. 2º. Ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco compete na forma estabelecida na presente Lei: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, emitindo parecer prévio, a ser elaborado em 60 (sessenta) dias a contar do seu recebimento, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Estadual; II - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal, emitindo parecer prévio, a ser elaborado no prazo de até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano, nos termos do inciso III do § 1º do art. 86 da Constituição Estadual; III - julgar as contas prestadas anualmente pelos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e, à vista de parecer prévio da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa, julgar as suas próprias contas; IV - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado, dos Municípios e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações, fundos e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, Estadual e Municipal, inclusive as Organizações Não Governamentais e os entes qualificados na forma da lei para a prestação de serviços públicos, as Agências Reguladoras e Executivas e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário; [...] Art. 70. No exercício de sua competência o Tribunal de Contas emitirá ainda, conforme o caso, Deliberação: I - pela emissão de Parecer Prévio recomendando a rejeição ou aprovação, com ou sem ressalva, nas contas dos Chefes do Executivo Estadual e Municipal, para apreciação final pelo Poder Legislativo respectivo, sem prejuízo do julgamento das respectivas contas, quando Ordenadores de Despesa;</p> <p>RI-TCE-PE, Art. 25. Compete ao Vice-Presidente: [...] VIII - enviar ao Tribunal Regional Eleitoral a lista de responsáveis que tiveram as contas de Governo com parecer prévio pela rejeição e as contas de Gestão julgadas irregulares, nos termos da legislação eleitoral; [...] Art. 154. O Tribunal Pleno apreciará as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado à Assembleia Legislativa, mediante parecer prévio, a ser elaborado em até sessenta dias, a contar da data de seu recebimento. [...] Art. 163-A. O Tribunal apreciará as contas anuais prestadas pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, a ser elaborado até o último dia do mês de dezembro de cada ano, de conformidade com o inciso I do artigo 30 da Constituição Estadual e o inciso II, do artigo 2º da Lei Estadual n. 12.600 de 14 de junho de 2004, observados rito e forma previstos em atos normativos específicos. [...] Art. 163-B. [...] § 3º. Serão, ainda, formalizados outros processos para fins de julgamento das contas dos demais administradores e responsáveis pela gestão de bens e recursos públicos municipais que nelas estiverem consolidadas, nos termos do inciso II do artigo 71, da Constituição Federal. § 4º. Aplica-se, também, o disposto no parágrafo anterior nos casos em que o Chefe do Poder Executivo municipal acumular a função de ordenador de despesas. [...] Art. 163-E. Nos casos em que o Chefe do Poder Executivo municipal acumular a função de ordenador de despesas, bem como nas hipóteses em que as contas globais e prestações de contas dos ordenadores de despesas estiverem corporificadas em um mesmo processo, as publicações do parecer prévio e do acórdão far-se-ão separada e isoladamente.</p>				
TCE-PI	Não	Sim	Sim	Não	Não
	<p>Ce-PI, Art. 32. [...] § 1º. O controle externo é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado que, de posse dos balancetes mensais e do balanço geral do Município, emitirá parecer prévio sobre as contas do Prefeito Municipal, noventa dias a contar do recebimento do balanço geral. [...] Art. 63. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa: [...] IV - julgar, anualmente, as contas do Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; [...] Art. 86. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, a ele competindo: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, elaborado em até sessenta dias a contar de seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
	<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>				
	<p>administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;</p> <p>LO-TCE-PI, Art. 2º. Ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Piauí e na forma estabelecida nesta Lei: I - apreciar, mediante parecer prévio, as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado; II - apreciar, mediante parecer prévio, as contas prestadas anualmente por Prefeito Municipal; III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da Administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual ou municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário; [...] § 2º. O disposto no inciso III do art. 2º aplicar-se-á inclusive ao Chefe do Executivo, quando este ordenar despesas ou for responsável pela prática de ato de gestão.</p> <p>RI-TCE-PI, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Piauí e na forma estabelecida na Lei Estadual n. 5.888, de 19 de agosto de 2009: I - apreciar, mediante parecer prévio, as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado; II - apreciar, mediante parecer prévio, as contas prestadas anualmente por Prefeito Municipal; III - julgar as contas dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual ou Municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte ou de que possa resultar prejuízo ao erário; [...] Art. 280. Os atos processuais do Plenário e das Câmaras terão a forma de: I - parecer prévio, quando se tratar de deliberação sobre: a) Contas do Governo do Estado; b) Contas do Governo do Município; [...] Art. 361. Na apreciação das contas anuais do Governo do Estado ou do Governo de Município, o Tribunal de Contas emitirá parecer prévio recomendando ao órgão do Poder Legislativo competente para o seu julgamento: [...].</p>				
TCE-RJ	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	<p>Ce-RJ, Art. 99. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] VIII - julgar anualmente as contas do Governador, apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo e proceder à tomada de contas, quando não apresentadas dentro de sessenta dias, após a abertura da Sessão Legislativa; [...] Art. 123. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos dos três poderes, da administração direta e indireta, incluídas as empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista e as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Estadual; [...] Art. 124. [...] § 1º. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, que emitirá parecer prévio sobre as contas do Prefeito. [...] Art. 125. Compete ao Tribunal de Contas do Estado, além de outras atribuições conferidas por lei: I - dar parecer prévio sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento; [...] III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta dos Municípios, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, e as contas dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;</p> <p>LO-TCE-RJ, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, órgão de controle externo, compete, na forma estabelecida nesta lei: I - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual, os fundos e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário; [...] Art. 3º. Compete, também, ao Tribunal de Contas: I - emitir parecer prévio sobre as contas anualmente prestadas pelo Governador do Estado; [...] Art. 41. Ao proceder à fiscalização de que trata este Capítulo, o Tribunal: I - determinará providências</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
	<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>				
	<p>quando, não apurada transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, for constatada, tão somente, falta ou impropriedade de caráter formal; II - notificará o responsável, se verificar a ocorrência de irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade, para, no prazo de quinze dias, apresentar justificativa. Parágrafo único. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará ao responsável a multa prevista no art. 63, inciso III, desta lei. [...] Art. 52. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Tribunal de Contas ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo a hipótese prevista no art. 114, desta lei.</p> <p>RI-TCE-RJ, Art. 2º. Ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, órgão de controle externo, em auxílio à Assembleia Legislativa e às Câmaras Municipais sob sua jurisdição, compete: I - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado, e dos Municípios sob sua jurisdição, e bem assim, das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelos referidos Poderes, os fundos e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário; [...] Art. 4º. Compete, também, ao Tribunal de Contas: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, nos termos dos arts. 36 a 45 deste Regimento; [...] Art. 61. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Tribunal de Contas ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo a hipótese prevista no art. 114 da Lei Complementar n. 63/90. [...] Art. 103. O Plenário do Tribunal funcionará no período de 21 de janeiro a 20 de dezembro de cada ano, e no dia do mês de janeiro que for designado para a posse do Presidente e do Vice-Presidente. § 1º. No período não abrangido no <i>caput</i> haverá recesso das sessões de julgamento, salvo para apreciação de parecer prévio em Contas de Governo. [...] § 3º. Durante o período mencionado no §1º não ocorrerá a paralisação dos trabalhos institucionais, mas os prazos processuais serão suspensos, à exceção daqueles referentes às Contas de Governo. [...] Art. 124. [...] § 7º. Na primeira sessão ordinária de cada ano, serão designados, mediante sorteio eletrônico, em sistema de rodízio e de maneira equitativa, os Relatores das Contas de Gestão Municipais, referentes ao exercício em curso, os quais ficarão responsáveis pela relatoria dos respectivos relatórios previstos na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e das respectivas auditorias governamentais ordinárias realizadas.</p>				
TCM-RIO	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
	<p>LOM<sup>8</sup> do Rio de Janeiro, Art. 45. É da competência exclusiva da Câmara Municipal: [...] XXII - julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre execução dos planos plurianual, diretor, locais e setoriais; XXIII - proceder à tomada de contas do Prefeito, quando não apresentadas à Câmara Municipal dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 55. No prazo de cento e oitenta dias contados da data da promulgação desta Lei Orgânica, o Poder Executivo procederá à reavaliação e atualização do valor dos bens imóveis e móveis do Município, para consigná-los nos relatórios que integrarão as Contas de Gestão do Município referentes ao exercício de 1990. [...] Art. 88. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta, indireta e fundacional e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo do erário;</p> <p>LO-TCM-RIO, Art. 3º. Ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, órgão constitucional de controle externo, no exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, elaborando e emitindo parecer prévio em até sessenta dias úteis a contar de seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Município e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário; [...] Art. 27. Ao proceder à fiscalização</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
	<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>				
	<p>de que trata este capítulo, o Tribunal: I - determinará as providências estabelecidas no Regimento Interno, quando não apurada transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, ou for constatada, tão somente, falta ou impropriedade de caráter formal; ou II - se verificar a ocorrência de irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade, determinará a audiência do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar razões de justificativa. Parágrafo único. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal poderá aplicar ao responsável a multa prevista na Lei n. 3.714/03. [...] Art. 33-C. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Tribunal poderá adotar as medidas reparadoras no próprio procedimento, quando identificados os responsáveis e quantificado o dano, ou ordenar a instauração da tomada de contas especial em autos apartados, observando, em ambos os casos, os princípios do contraditório e ampla defesa, salvo a hipótese prevista no art. 66-E.</p> <p>RI-TCM-RIO, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, órgão constitucional de controle externo, no exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, compete, nos termos da legislação vigente, em especial da Lei n. 289, de 25 de novembro de 1981, com as alterações decorrentes da Lei Complementar n. 82, de 16 de janeiro de 2007: I - apreciar as Contas do Governo do Município, prestadas anualmente pelo Prefeito, elaborando e emitindo parecer prévio em até sessenta dias úteis a contar de seu recebimento, nos termos dos arts. 184 a 194; [...] Art. 12. Compete ao Plenário deliberar sobre: I - o parecer prévio relativo às Contas do Governo do Município; Art. 14. Os atos do Plenário e, no que couber, das Câmaras, terão a forma de: [...] II - Parecer, quando o ato se referir ao exame das Contas do Governo do Município, prestadas anualmente pelo Prefeito, ou outros casos em que, por lei, deva o Tribunal, assim se manifestar. [...] Art. 184. O Tribunal apreciará as Contas do Governo do Município, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias úteis a contar de seu recebimento. [...] Art. 188. No prazo de sessenta dias úteis para a emissão do relatório e do parecer prévio conclusivos sobre as Contas de Gestão do Município, apresentadas pelo Prefeito, determinados pela Lei nº 289, de 25 de novembro de 1981, fica estabelecida a seguinte sequência: [...]. Art. 221. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Tribunal poderá adotar as medidas reparadoras no próprio procedimento fiscalizatório, quando identificados os responsáveis e quantificado o dano, ou ordenar a instauração da tomada de contas especial em autos apartados, observando, em ambos os casos, os princípios do contraditório e ampla defesa, salvo a hipótese prevista no art. 176.</p>				
TCE-RN	Não	Não	Não	Sim	Sim
	<p>Ce-RN, Art. 22. [...] § 2º. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve, anualmente, prestar, só deixa de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal. [...] Art. 35. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] VIII - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador do Estado e conhecer os relatórios sobre a execução dos planos de Governo; [...] XV - proceder à tomada de contas do Governador do Estado, quando não apresentadas dentro de sessenta (60) dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 53. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, a ser elaborado em sessenta (60) dias, a contar do seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores dos três Poderes do Estado e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, inclusive das fundações, empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista e demais sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;</p> <p>LO-TCE-RN, Art. 1º. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - emitir parecer prévio, sobre as contas anuais: a) do Governador do Estado, no prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento; e b) das administrações municipais, até o final do exercício seguinte a que se referem as contas, respeitado o disposto no art. 31, § 2º, da Constituição Federal; II - julgar as contas: a) dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes do Estado, dos Municípios e das entidades de sua administração direta e indireta, nestas incluídas as autarquias,</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>					
	<p>fundações públicas, fundos especiais, sociedades instituídas ou mantidas pelo poder público estadual e municipal, as entidades do terceiro setor e outras qualificadas na forma da lei para prestação de serviços públicos, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário; e b) relativas à aplicação, pelos Municípios, ou por suas entidades de direito público ou privado, dos recursos recebidos do Estado ou de suas autarquias ou fundações públicas; [...] Art. 90. Ao apreciar processo relativo à fiscalização de atos e contratos, o Tribunal: I - quando não apurada transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, determinará o arquivamento do processo, ou o seu apensamento às contas correspondentes, se útil à apreciação destas; II - quando verificadas tão somente falhas de natureza formal ou outras impropriedades que não ensejem a aplicação de multa ou que não configurem indícios de débito, determinará a adoção de providências corretivas por parte do responsável ou de quem lhe haja sucedido e o arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo das demais providências; III - se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, poderá ordenar, além de outras providências, à vista de proposta do Relator, a conversão do processo em tomada de contas especial, a qual tramitará em separado do relativo às contas anuais do responsável, quando for o caso, salvo a hipótese prevista no art. 159 desta lei; ou IV - quando verificada a ocorrência de irregularidades, determinará a citação do responsável para apresentar razões de justificativa. § 1º. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará ao responsável a multa prevista no art. 107 desta lei.</p> <p>RI-TCE-RN, Art. 2º. O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte é a instituição que auxilia a Assembleia Legislativa no exercício do controle externo, nos termos fixados nas Constituições Federal e Estadual, e na forma da Lei Complementar n. 464, de 5 de janeiro de 2012, e deste Regimento, ao qual compete: I - emitir parecer prévio, sobre as contas anuais: a) do Governador do Estado, no prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento; e b) das administrações municipais, até o final do exercício seguinte a que se referem as contas, respeitado o disposto no art. 31, § 2º, da Constituição Federal; II - julgar as contas: a) dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes do Estado, dos Municípios e das entidades de sua administração direta e indireta, nestas incluídas as autarquias, fundações públicas, fundos especiais, sociedades instituídas ou mantidas pelo poder público estadual e municipal, as entidades do terceiro setor e outras qualificadas na forma da lei para prestação de serviços públicos, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário; e b) relativas à aplicação, pelos Municípios, ou por suas entidades de direito público ou privado, dos recursos recebidos do Estado ou de suas autarquias ou fundações públicas; [...] Art. 301. Ao apreciar processo relativo à fiscalização de licitações, contratos e atos, o Tribunal: [...] IV - poderá determinar, além de outras providências, a conversão do processo em tomada de contas especial, a qual tramitará em separado do Relatório Anual e da Consolidação Anual de Processos do órgão jurisdicionado do responsável, quando o caso indicar que a atuação do Tribunal no momento, por meio de medidas cautelares, evitará desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, nos termos art. 90, inciso III, da Lei Complementar n. 464, de 2012, inclusive, mesmo em relação a eventos administrativos passados, a ocultação de bens e valores que evitem a compensação devida pela prática dos atos contestados; e [...].</p>				
TCE-RS	Não	Não	Sim	Não	Não
	<p>Ce-RS, Art. 53. Compete exclusivamente à Assembleia Legislativa, além de outras atribuições previstas nesta Constituição: [...] III - julgar, anualmente, as contas do Governador e, se este não as prestar até trinta dias após a data fixada nesta Constituição, eleger comissão para tomá-las, determinando providências para punição dos que forem encontrados em culpa; [...] Art. 71. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete, além das atribuições previstas nos arts. 71 e 96 da Constituição Federal, adaptados ao Estado, emitir parecer prévio sobre as contas que os Prefeitos Municipais devem prestar anualmente.</p> <p>LO-TCE-RS, Art. 33. Ao Tribunal de Contas, órgão de controle externo, no exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, compete, nos termos do disposto nos artigos 70 a 72 da Constituição do Estado e na forma estabelecida nesta Lei, o seguinte: I - emitir parecer prévio sobre as contas que o Governador do Estado deve prestar anualmente, nos termos dos</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>					
	<p>artigos 35 a 37 desta Lei; II - emitir parecer prévio sobre as contas que os Prefeitos Municipais devem prestar anualmente, nos termos dos artigos 49 a 52 da presente Lei; III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e/ou mantidas pelos poderes públicos estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário, nos termos dos artigos 43 a 46 desta Lei;</p> <p>RI-TCE-RS, Art. 5º. Compete ao Tribunal de Contas: [...] II - emitir parecer prévio sobre as contas do Governador do Estado e dos Prefeitos Municipais; [...] IV - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta, dos consórcios, das fundações, das associações, inclusive as organizações da sociedade da civil, e das demais sociedades instituídas e/ou mantidas pelos Poderes Públicos estadual e municipais, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário; [...] Art. 71. Para fins de elaboração do parecer prévio conclusivo sobre as contas de governo que os Prefeitos Municipais devem prestar anualmente às respectivas Câmaras e avaliação do desempenho da Administração, serão consideradas as análises da gestão fiscal e da aplicação dos recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e às Ações e Serviços Públicos de Saúde, assim como os demais documentos indicados em resoluções próprias. [...] Art. 73. O processo de contas de gestão do Poder Executivo municipal poderá ser integrado por procedimentos de auditoria e inspeção destinados ao exame dos atos praticados e fatos ocorridos em determinado exercício ou administração, ou, ainda, em parte dos mesmos, bem como os elementos preparados pelo controle interno e os baseados na movimentação de créditos, recursos financeiros e bens. [...] Art. 75. As contas de gestão serão julgadas: [...] Art. 76. Se os documentos atinentes às contas de gestão e de governo do Executivo municipal não forem entregues no prazo e na forma estabelecidos em resolução, o Presidente comunicará o fato ao Governador do Estado, inclusive para fins do que dispõe o artigo 15 da Constituição do Rio Grande do Sul, e à respectiva Câmara de Vereadores, sem prejuízo das demais medidas de competência do Tribunal de Contas. [...] Art. 77. Os pareceres prévios das contas de governo e os julgamentos das contas de gestão serão emitidos até a última sessão do ano subsequente ao da entrega dos documentos de que trata o parágrafo único do artigo 71, observados os percentuais mínimos fixados no âmbito do planejamento estratégico do Tribunal de Contas e ressalvadas a complexidade da matéria e a hipótese de incidências administrativas e processuais, devidamente justificadas, que impliquem a dilação desse prazo. [...] Art. 91. A instrução dos processos de contas de governo e de contas de gestão será procedida pelo Corpo Técnico do Tribunal, segundo a sua área de atribuição estabelecida em resolução.</p> <p>Resolução TCE-RS n. 1.099/2018, Art. 1º. Esta Resolução dispõe sobre prazos, documentos e informações que deverão ser entregues ao Tribunal de Contas do Estado, em formato eletrônico, para o exame dos processos de contas de governo e de contas de gestão da esfera municipal, nos termos previstos nos artigos 71, parágrafo único, e 82, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 1028, de 4 de março de 2015. Art. 2º. Para o exame das contas de governo dos Prefeitos Municipais deverão ser entregues os seguintes documentos: [...]. Art. 3º. Para o exame das contas de gestão dos Prefeitos Municipais deverão ser colocados à disposição do Tribunal de Contas, para fins de eventual requisição, a contar de 30 de março, os seguintes documentos relativos ao exercício anterior: [...].</p> <p>Resolução TCE-RS n. 1.009/2014, Art. 2º. A prática dos seguintes atos de governo e de gestão, arrolados exemplificativamente, poderá ensejar a emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas ou julgamento pela irregularidade das contas dos agentes públicos pelo Tribunal de Contas do Estado: [...].</p>				
TCE-RO	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	<p>Ce-RO, Art. 29. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] XVII - julgar anualmente as contas do Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo e proceder à tomada de contas, quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 49. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, do Ministério Público, incluídas</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
	<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>				
	<p>as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público; LO-TCE-RO, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta Lei Complementar: I - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos das unidades dos poderes do Estado, dos Municípios e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações, fundos e sociedades instituídas e mantidas pelos poderes públicos estadual e municipais, e as contas daquelas que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Estado; [...] III - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, nos termos do art. 35, desta Lei Complementar; [...] VI - emitir, nos termos do art. 31, § 2º, da Constituição Federal, parecer prévio sobre as contas apresentadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, no prazo de seis meses, a contar de seu recebimento, na forma estabelecida no Regimento Interno; [...] Art. 40. Ao proceder a fiscalização de que trata este Capítulo, o Relator ou o Tribunal: I - determinará as providências estabelecidas no Regimento Interno, quando não apurada transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e impropriedade de caráter formal; II - se verificar a ocorrência de irregularidade quanto a legitimidade ou economicidade, determinará a audiência do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar razões de justificativa. [...] Art. 44. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo a hipótese prevista no art. 92, desta Lei Complementar.</p> <p>RI-TCE-RO, Art. 3º. Ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma da legislação vigente, em especial da Lei Complementar n. 154, de 26 de julho de 1996: I - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado, dos Municípios e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações, fundos e sociedades instituídas e mantidas pelos poderes públicos estadual e municipais, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário; [...] VI - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, nos termos dos art. 35 da Lei Complementar n. 154, de 26 de julho de 1996; [...] IX - emitir, nos termos do § 2º do art. 31, da Constituição Federal, Parecer Prévio sobre as contas apresentadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de seu recebimento, na forma estabelecida no § 1º do art. 49 deste Regimento; [...] Art. 39. O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanha as Contas do Governo Estadual deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: [...] Art. 40. Será sorteado, na forma prevista nos arts. 245 e 246, deste Regimento, o Conselheiro que elaborará o Relatório e o Projeto de Parecer Prévio sobre as contas do Governo Estadual a serem submetidas ao Tribunal, no exercício seguinte. Art. 45. A apreciação das Contas do Governo pelo Tribunal far-se-á em Sessão Especial a ser realizada com antecedência mínima de setenta e duas horas do término do prazo para a remessa do Relatório e Parecer à Assembleia Legislativa. [...] Art. 49. As contas dos Prefeitos serão apresentadas à Câmara Municipal, a quem caberá encaminhá-las ao Tribunal de Contas após o término do prazo mencionado no art. 31, § 3º da Constituição Federal, aplicando-se, no que couber, as disposições do artigo 39 deste Regimento. [...] Art. 65. Se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo hipótese prevista no art. 255 deste Regimento. [...] § 2º. Caso a tomada de contas especial a que se refere o parágrafo anterior trate de responsável principal, o processo, após decisão definitiva, deverá ser juntado às respectivas contas anuais.</p>				
TCE-RR	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
	<p>Ce-RR, Art. 16. [...] § 1º. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas que o Prefeito anualmente deve prestar só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal. [...] Art. 33. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: [...] V - julgar anualmente as contas prestadas pelo Governador do Estado e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; [...] XXIII - proceder à tomada de contas do Governador, quando não apresentadas dentro de 60 (sessenta) dias após abertura da sessão legislativa; [...] Art. 49. [...]</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
	<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>				
	<p>Parágrafo único. O Controle Externo, a cargo da Assembleia Legislativa do Estado, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, e, em caso de necessidade justificada pela Mesa Diretora, do Ministério Público de Contas, competindo-lhes a promoção da ordem jurídica, além de outras definidas em Lei, bem como: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governado do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em 60 (sessenta) dias, a contar do seu recebimento; II - as demais competências, no que couber, na conformidade do art. 75 da Constituição Federal e demais disposições desta Constituição.</p> <p>LO-TCE-RR, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas, órgão constitucional de controle externo da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais, dotado de autonomia funcional, administrativa e financeira, com jurisdição própria e privativa sobre as matérias e pessoas sujeitas à sua competência, que presta auxílio ao Poder Legislativo nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado de Roraima e desta Lei, compete: I - julgar as contas: a) da Assembleia Legislativa, Câmaras Municipais, Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual, dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Estado e pelos Municípios; b) daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário; II - apreciar, mediante a emissão de parecer prévio, as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e Prefeitos Municipais. [...] Art. 8. [...] § 2º. Havendo omissão no dever de prestar contas anuais de governo, o Tribunal comunicará à Mesa Diretora do Poder Legislativo competente para que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da legislação em vigor. [...] Art. 38-A. As contas anuais do Governador e da Gestão Fiscal referentes ao Poder Executivo serão examinadas pelo Tribunal, que emitirá Parecer Prévio no prazo de sessenta dias, a contar de seu recebimento, para julgamento pelo Poder Legislativo. § 1º. Na hipótese do Chefe do Executivo atuar como ordenador de despesas, as Contas de Gestão serão julgadas pelo Tribunal. [...] Art. 38-C. As contas anuais do Prefeito e da Gestão Fiscal referentes ao Poder Executivo serão examinadas pelo Tribunal, que emitirá Parecer Prévio até o último dia útil do mês de dezembro do exercício subsequente ao de seu recebimento, para julgamento pelo Poder Legislativo. § 1º. Na hipótese do Chefe do Executivo atuar como ordenador de despesas, as Contas de Gestão serão julgadas pelo Tribunal. [...] Art. 47. Ao proceder a fiscalização de que trata este Capítulo, o Relator ou o Tribunal: I - determinará as providências estabelecidas no Regimento Interno, quando, não apurada transgressão à norma legal ou regulamentar, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, ou for constatada, tão somente, falha ou impropriedade; e [...] Parágrafo Único. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará ao responsável a multa prevista nos incisos II e III do art. 63 desta Lei. [...] Art. 50. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em Tomada de Contas Especial, salvo a hipótese prevista no art. 111 desta Lei.</p> <p>RI-TCE-RR, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima, órgão constitucional de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal e na forma de legislação vigente, em especial da Lei Complementar n. 6/94 e alterações posteriores: I - julgar as contas: a) da Assembleia Legislativa, Câmaras Municipais, Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual e de Contas, dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Estado e pelos Municípios; b) daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário; II - apreciar, mediante a emissão de parecer prévio, as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e Prefeitos Municipais. [...] Art. 34. Compete ao Presidente, além das atribuições previstas na Lei Complementar n. 6/94: [...] IX - determinar a Tomada de Contas Especial, exceto nas contas de governo, quando verificada a omissão no dever de prestá-las anualmente; Art. 228. Havendo omissão por parte do Chefe do Poder Executivo em prestar as suas contas anuais de governo, a Secretaria informará ao Presidente do Tribunal, que comunicará à mesa diretora do respectivo Poder Legislativo. [...] Art. 241. O processo, contendo toda análise das contas de governo será encaminhado à Assembleia Legislativa e às respectivas Câmaras Municipais para julgamento. [...] Art. 272. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em Tomada de Contas Especial, salvo a hipótese prevista no art. 111 desta Lei.</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>					
	<p>Instrução Normativa TCE-RR n. 5/2018, Art. 1º. As prestações de contas do Governador do Estado e dos Prefeitos Municipais, também denominadas prestações de contas de governo, elaboradas em cumprimento, respectivamente, ao art. 38-A e 38-C da Lei Orgânica do TCERR, devem ser organizadas e apresentadas ao Poder Legislativo, e enviadas ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima, de acordo com as disposições desta Instrução Normativa. Art. 2º. A prestação de contas de governo do chefe do Poder Executivo estadual deve abranger todos os órgãos, entidades e fundos da administração pública direta e indireta dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da Defensoria Pública Estadual, do Ministério Público Estadual, do Ministério Público de Contas e do Tribunal de Contas, conforme a Lei Orçamentária Anual a que se refere o art. 165, § 5º, da Constituição Federal de 1988. Art. 3º. A prestação de contas de governo do chefe do Poder Executivo municipal deve abranger todos os órgãos, entidades e fundos da administração pública direta e indireta dos Poderes Legislativo e Executivo, conforme a Lei Orçamentária Anual a que se refere o art. 165, § 5º, da Constituição Federal de 1988.</p>				
TCE-SC	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	<p>Ce-SC, Art. 40. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: [...] IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; [...] XVII - proceder à tomada de contas do Governador do Estado, quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 59. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, as quais serão anexadas às dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, mediante parecer prévio que levará em consideração as contas dos três últimos exercícios financeiros e que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário; [...] Art. 113. [...] § 2º. O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas prestadas anualmente pelo Prefeito só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.</p> <p>LO-TCE-SC, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma estabelecida nesta Lei: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, nos termos do art. 47 e seguintes desta Lei; II - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal, nos termos do art. 50 e seguintes desta Lei; III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público do Estado e do Município, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário; [...] Art. 29. Na fiscalização de que trata esta seção, o Tribunal de Contas determinará a adoção de providências com vistas a evitar a ocorrência de irregularidade semelhante, quando for constatada falta ou impropriedade de caráter formal, que não caracterize transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. § 1º. Constatada ilegalidade ou irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade de ato ou contrato, o Relator ou o Tribunal determinará a audiência do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar justificativa. § 2º. Não sanada a irregularidade quanto à legitimidade ou à economicidade, o Tribunal aplicará a multa prevista no art. 70, I, desta Lei. [...] Art. 32. Configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade que resulte dano ao erário, o Tribunal ordenará desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial se o dano apurado for de valor igual ou superior àquele previsto no § 2º do art. 10 desta Lei.</p> <p>RI-TCE-SC, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma da legislação vigente, em especial da sua Lei Orgânica: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, nos termos do art. 68 e seguintes deste Regimento; II - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal, nos termos do art. 82 e seguintes deste Regimento; III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta,</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
	<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>				
	<p>incluídas as fundações e as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário; [...] Art. 34. Se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Tribunal determinará a conversão do processo em tomada de contas especial se o dano apurado for de valor superior àquele previsto no § 2º do art. 12 deste Regimento, ordenando a citação do responsável na forma do disposto no inciso II do art. 17 deste Regimento. [...] Art. 70. O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanha as Contas do Governo Estadual deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: [...] Art. 73. [...] § 1º. Os órgãos de controle competentes procederão ao acompanhamento sistemático das contas das unidades gestoras da administração estadual, periodicamente, no decorrer do exercício financeiro a que se referem, para fins de obtenção de subsídios para a elaboração do Relatório Técnico sobre as contas anuais do Governo do Estado, sem prejuízo da observância das diretrizes que forem estabelecidas pelo Relator. [...] Art. 84. O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanha as Contas do Governo Municipal deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: [...] Art. 85. [...] § 1º. No parecer prévio não serão apreciados os atos de gestão do Prefeito Municipal, do Presidente de Câmara Municipal e demais responsáveis de unidades gestoras por dinheiro, bens e valores, os quais ficam sujeitos ao julgamento do Tribunal de Contas. § 2º. Verificadas, no exame de contas anuais, irregularidades decorrentes de atos de gestão sujeitos a julgamento do Tribunal, será determinada a formação de processo apartado com o objetivo de: [...] § 3º. As irregularidades de que resulte dano ao erário serão examinadas em processo de Tomada de Contas Especial e as demais constituirão processos conforme a sua natureza, na forma prevista em Resolução. [...] § 5º. A formação de processo apartado para os fins do disposto no inciso I não afasta a recomendação de rejeição das contas.</p> <p>Instrução Normativa TCE-SC n. 20/2015, Art. 2º. Para os fins do disposto nesta Instrução Normativa considera-se: [...] II - prestação de contas anual de governo: conjunto de informações abrangendo de forma consolidada a execução dos orçamentos de todos os poderes, órgãos e entidades do respectivo ente público federado, visando demonstrar os resultados alcançados no exercício, em relação às metas do planejamento orçamentário e fiscal e ao cumprimento de limites constitucionais e legais, para julgamento do Poder Legislativo, sobre as quais o Tribunal de Contas emite parecer prévio; III - prestação de contas anual de gestão: conjunto de informações individualizadas relativas a uma determinada unidade jurisdicionada, sobre a execução do orçamento e dos atos administrativos correspondentes, passível de julgamento pelo Tribunal de Contas;</p>				
TCE-SP	Não	Não	Não	Não	Não
	<p>Ce-SP, Art. 20. Compete, exclusivamente, à Assembleia Legislativa: [...] VI - tomar e julgar, anualmente, as contas prestadas pela Mesa da Assembleia Legislativa, pelo Governador e pelo Presidente do Tribunal de Justiça, respectivamente, do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário, e apreciar os relatórios sobre a execução dos Planos de Governo; [...] Art. 33. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, incluídas as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público estadual, e as contas daqueles que derem perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;</p> <p>LO-TCE-SP, Art. 2º. Ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei, compete: I - apreciar e emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado; II - apreciar e emitir parecer sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios, excetuada a do Município de São Paulo; III - julgar, no âmbito do Estado e dos Municípios, as contas dos gestores e demais responsáveis por bens e valores públicos da administração direta e autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;</p> <p>RI-TCE-SP, Art. 181. As contas do Governador do Estado deverão ser recebidas diretamente pelo Gabinete da Presidência e imediatamente protocoladas, autuadas e encaminhadas à Diretoria</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
	Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI				
	competente, para exame, instrução, diligência e auditorias necessárias à elaboração do respectivo relatório. [...] Art. 193. A prestação de contas da Administração Financeira Municipal e das Mesas das Câmaras Municipais será encaminhada à Diretoria de Fiscalização ou Unidades Regionais, para ultimar os procedimentos de fiscalização, nos termos de Ordem de Serviço específica.				
TCM-SPO	Não	Não	Não	Não	Não
	<p>LOM de São Paulo, Art. 14. Compete privativamente à Câmara Municipal: [...] XII - tomar e julgar as contas do Prefeito, da Mesa da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município; [...] XX - proceder à tomada de contas do Prefeito por meio de Comissão Especial quando não apresentadas à Câmara no prazo e forma estabelecidas na Lei; [...] Art. 48. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ao qual compete: I - apreciar contas prestadas anualmente pelo Prefeito, pela Mesa da Câmara e pelo próprio Tribunal, que serão apresentadas obrigatoriamente até 31 de março de cada exercício, mediante parecer prévio informativo, que deverá ser elaborado e enviado à Câmara Municipal no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de seu recebimento, já incluídos nesse prazo eventuais diligências e apreciação definitiva de recursos administrativos. II - apreciar, através de parecer, as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos, da administração direta, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, incluídas as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;</p> <p>LO-TCM-SPO, Art. 18. A competência do Tribunal compreende a apreciação das contas do Prefeito Municipal e as da Mesa da Câmara Municipal, a apreciação da aplicação das parcelas ou quotas-partes transferidas ao Município, provenientes de recursos tributários arrecadados pela União, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das unidades administrativas dos órgãos municipais, e o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos e da legalidade das concessões iniciais de aposentadorias e pensões concedidas pelo Município, bem como o exame e o julgamento da aplicação de auxílios e subvenções concedidos pelo Município a entidades particulares de caráter assistencial.</p> <p>RI-TCM-SPO, Art. 68. O Tribunal exercerá as competências previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município de São Paulo e na sua Lei Orgânica, com relação às contas prestadas anualmente pelo Prefeito, pela Mesa da Câmara Municipal de São Paulo e pelo próprio Tribunal.</p>				
TCE-SE	Não	Sim	Sim	Não	Não
	<p>Ce-SE, Art. 19. [...] § 1º. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, que emitirá parecer prévio sobre as contas do Prefeito, vedada a criação de órgãos municipais para este fim. § 2º. Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, poderá ser rejeitado o parecer prévio do órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar. [...] Art. 47. É da competência privativa da Assembleia Legislativa: [...] XII - julgar anualmente as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo; XIII - proceder à tomada de contas do Governador quando não apresentadas nos prazos estabelecidos nesta Constituição; [...] Art. 68. A Assembleia Legislativa exercerá o controle externo com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, inclusive das fundações, empresas públicas e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público estadual;</p> <p>LO-TCE-SE, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta Lei Complementar: I - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades administrativas dos Poderes do Estado e dos Municípios, e das respectivas entidades da administração indireta, inclusive das fundações, empresas públicas e sociedades instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público Estadual e Municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário; [...] III - apreciar, mediante emissão de parecer prévio, as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>					
	<p>Municipais, nos termos da Constituição Estadual e desta Lei Complementar; [...] Art. 47. Ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, mediante pareceres prévios que devem ser emitidos nos prazos de 60 (sessenta) e 180 (cento e oitenta) dias, respectivamente, a contar da data de seus recebimentos. [...] § 5º. A emissão de parecer prévio de que trata o <i>caput</i> não elide o julgamento pelo Tribunal de Contas, na forma do art. 68, inciso II, da Constituição Estadual, das contas dos gestores responsáveis por atos de que resultem receita e despesa e das contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, inclusive do Prefeito Municipal. [...] Art. 50. Verificada a ilegalidade de qualquer ato ou procedimento de receita ou despesa, o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe deve assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. § 1º. No caso de ato administrativo, o Tribunal, se não atendido: I - sustará a execução do ato impugnado, sempre que possível; II - comunicará a decisão à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal e à autoridade competente; III - imputará em débito o infrator, na hipótese de comprovar a ocorrência de dano ao Erário, e aplicará as sanções previstas nesta Lei. [...] Art. 60. Quando no exercício da fiscalização for constatada a não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado ou Município, a existência de desfalque, desvio de bens ou valores, ou ainda a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte grave dano ao Erário, ou que configure, em tese, ato doloso de improbidade administrativa, deve ser dada imediata ciência ao Conselheiro-Relator, que levará a questão ao Plenário, para decisão sobre a instauração do processo de Destaque.</p> <p>RI-TCE-SE, Art. 3º. Compete privativamente ao Tribunal Pleno, dirigido pelo Presidente do Tribunal, além das atribuições conferidas em Lei: [...] II - julgar os processos de: a) prestação e tomada de contas, mesmo especial; [...] XII - emitir Parecer Prévio das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais; [...] Art. 99. Ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, mediante pareceres prévios que devem ser emitidos nos prazos de 60 (sessenta) e 180 (cento e oitenta) dias, respectivamente, a contar da data de seus recebimentos, desde que não se façam necessários citação, intimação, diligência ou atos indispensáveis a perfeita instrução dos processos. [...] § 5º. A emissão de parecer prévio de que trata o <i>caput</i> não elide o julgamento pelo Tribunal de Contas, na forma do art. 68, inciso II, da Constituição Estadual, das contas dos gestores responsáveis por atos de que resultem receita e despesa e das contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, inclusive as do Prefeito municipal. [...] Art. 104. As regras regimentais relativas à tramitação e deliberação pertinentes às contas anuais dos Governos Estadual e Municipais, bem como a solução das questões de ordem e dos casos omissos, serão compulsoriamente observadas, tendo em vista a obrigatoriedade do cumprimento do prazo constitucional. [...] Art. 135. Quando no exercício da fiscalização for constatada a não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado ou Município, a existência de desfalque, desvio de bens ou valores, ou ainda a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte grave dano ao Erário, ou que configure, em tese, ato doloso de improbidade administrativa, deve ser dada imediata ciência ao Relator, que levará a questão ao Pleno, para decisão sobre a instauração do processo de Destaque.</p>				
TCE-TO	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
	<p>Ce-TO, Art. 19. É da competência privativa da Assembleia Legislativa: [...] XIII - proceder à tomada de contas do Governador do Estado, quando não apresentadas dentro de sessenta dias, após a abertura da sessão legislativa; XIV - julgar as contas prestadas, anualmente, pelo Governador do Estado e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; [...] Art. 33. Ao Tribunal de Contas compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, pela administração financeira dos Municípios e por todas as entidades da administração direta e indireta, estadual e municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento. II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelos Poderes Públicos estadual e municipal e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outras irregularidades que resultem prejuízo ao tesouro público;</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>					
	<p>LO-TCE-TO, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, órgão de controle externo, compete, nos termos das Constituições Federal e Estadual, e na forma estabelecida nesta Lei: [...] I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento, e, no caso de Municípios que tenham menos de duzentos mil habitantes, no prazo de cento e oitenta dias; II - julgar as contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelos Poderes Públicos estadual e municipais e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outras irregularidades de que resultem prejuízo ao tesouro público; [...] § 6º. O Prefeito Municipal, quando no exercício das funções de ordenador de despesas, ficará sujeito às competências instituídas nos incisos I e II deste artigo. [...] Art. 112. Ao proceder à fiscalização de que trata este capítulo, o Relator ou o Tribunal: I - determinará as providências estabelecidas no Regimento Interno, quando não apurada transgressão a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, ou for constatada, tão somente, falta ou impropriedade de caráter formal; II - se verificar a ocorrência de irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade, determinará a audiência do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar razões de justificativa. Parágrafo único. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará ao responsável a multa prevista no inciso III do art. 39 desta Lei. [...] Art. 115. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo a hipótese prevista no art. 155 desta Lei.</p> <p>RI-TCE-TO, Art. 13. O Tribunal apreciará as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, às quais serão incluídas as dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas, mediante parecer prévio, separadamente, a ser elaborado em sessenta dias a contar da data de seu recebimento, observado o disposto no § 2º do art. 56 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000. [...] Art. 25. O Tribunal apreciará as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, às quais serão incluídas as do Poder Legislativo, mediante parecer prévio, separadamente. [...] Art. 27. O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanha as Contas do Governo Municipal deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: [...] Art. 28. [...] § 1º. No parecer prévio não serão considerados os atos de gestão do Prefeito Municipal, do Presidente de Câmara Municipal e demais responsáveis de unidades gestoras por dinheiro, bens e valores, os quais ficam sujeitos ao julgamento do Tribunal de Contas, conforme disposto no Capítulo IV, deste Título, deste Regimento. § 2º. Verificadas, no exame de contas anuais, irregularidades decorrentes de atos de gestão sujeitos a julgamento do Tribunal, será determinada a formação de processo apartado com o objetivo de: [...] § 5º. A formação de processo apartado para os fins do disposto no inciso I do § 2º deste artigo não afasta a recomendação de rejeição das contas. [...] Art. 100. Ao exercer a fiscalização de que trata o artigo anterior, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial. [...] Art. 193. [...] § 3º. A designação do Relator das contas prestadas pelo Governador do Estado obedecerá aos seguintes critérios: [...] II - preferência a Conselheiros que ainda não tenham funcionado como Relator das Contas de Governo;</p>				
TCU	Não	Não	Não	Sim	Sim
	<p>CRFB/1988, Art. 31. [...] § 2º. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal. [...] Art. 33. [...] § 2º. As contas do Governo do Território serão submetidas ao Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União. [...] Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...] IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; [...] Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados: [...] II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; [...] Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado</p>				

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
<b>Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI</b>					
<p>em sessenta dias a contar de seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público; LO-TCU, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal e na forma estabelecida nesta Lei: I - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário; [...] III - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, nos termos do art. 36 desta Lei; [...] Art. 43. Ao proceder à fiscalização de que trata este capítulo, o Relator ou o Tribunal: I - determinará as providências estabelecidas no Regimento Interno, quando não apurada transgressão a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, ou for constatada, tão somente, falta ou impropriedade de caráter formal; II - se verificar a ocorrência de irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade, determinará a audiência do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar razões de justificativa. Parágrafo único. Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará ao responsável a multa prevista no inciso III do art. 58 desta Lei. [...] Art. 47. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo a hipótese prevista no art. 93 desta Lei.</p> <p>RI-TCU, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal e na forma da legislação vigente, em especial da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992: I - julgar as contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária, bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário; [...] VI - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República; [...] Art. 252. Se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo na hipótese prevista no art. 213.</p> <p>Resolução TCU n. 291/2017, Art. 3º. São etapas do processo das contas do Presidente da República: a instrução da Unidade Técnica especializada e a apreciação. [...] Art. 5º. As manifestações intempestivas no âmbito do processo de apreciação das contas do Presidente da República não serão conhecidas. Art. 6º. Aplicam-se ao procedimento de apreciação das contas do Presidente da República, subsidiariamente, as regras previstas na Lei n. 8.443, de 1992, e no Regimento Interno do TCU. Art. 7º. Sem prejuízo da análise de outros temas relevantes para subsidiar o julgamento das contas do Presidente da República pelo Congresso Nacional, o relatório que acompanha o parecer prévio conterá as informações relacionadas no Regimento Interno do TCU e em dispositivos legais específicos, e será estruturado nas seguintes seções: [...] Art. 8º Além dos elementos contidos na prestação de contas do Presidente da República, o relator poderá solicitar esclarecimentos adicionais e determinar a realização de diligências e fiscalizações que entenda necessárias. Parágrafo único. As fiscalizações voltadas à instrução do processo de apreciação das contas do Presidente da República observarão os padrões profissionais de auditoria do setor público, assim como as diretrizes aprovadas pelo Tribunal e o Plano de Controle Externo.</p> <p>Instrução Normativa TCU n. 79/2018, Art. 2º. Caso a Prestação de Contas do Presidente da República não contenha as peças relacionadas no art. 4º desta Instrução Normativa, o Tribunal de Contas da União informará o fato à Câmara dos Deputados quando da emissão do parecer prévio para a adoção das providências cabíveis. Art. 3º. A Prestação de Contas do Presidente da República deve contemplar todos os recursos orçamentários e extraorçamentários utilizados, arrecadados, guardados, geridos ou administrados no âmbito da administração pública federal. Art. 4º. A Prestação de Contas do Presidente da República será constituída das peças a seguir relacionadas: [...] Art. 5º. Além das peças relacionadas no art. 5º, em atendimento aos arts. 49 e 58 da Lei Complementar n. 101/2000, a Prestação de Contas do Presidente deverá conter: [...] Art. 6º. A Prestação de Contas do Presidente da</p>					

Quadro 11 - Adoção da dicotomia entre contas de governo e de gestão e da conversão obrigatória em tomada de contas, conforme constituições dos entes e leis orgânicas e atos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Contas de Governo e de Gestão			Conversão	
	Constituições <sup>2</sup>	LO-TC <sup>3</sup>	AI <sup>4</sup>	LO-TC	AI
	Dispositivos destacados das constituições e das LO-TC e AI				
	República, em subsídio à apreciação a ser realizada pelo Tribunal de Contas da União, deverá conter ainda: [...].				

Fonte: CRFB/1988, constituições estaduais, leis orgânicas do DF e dos municípios de Rio de Janeiro e São Paulo, leis orgânicas, regimentos e outros atos normativos internos dos tribunais de contas, cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. TC: tribunal de contas; 2. CRFB/1988, constituições estaduais ou leis orgânicas do ente, conforme o caso; 3. LO-TC: lei orgânica do tribunal de contas; 4. AI: regimentos e outros atos normativos internos do tribunal de contas; 5. Ce: constituição estadual; 6. LO: lei orgânica; 7. RI: regimento interno; 8. LOM: lei orgânica do município.





Quadro 12 - Competência para julgar as contas dos outros poderes, segundo as constituições estaduais.

UF	Instituição competente para julgar as contas de					Conflito com a CRFB/1988	ADI no STF
	ALE <sup>1</sup>	PJ <sup>2</sup>	MP <sup>3</sup>	DP <sup>4</sup>	CM <sup>5</sup>		
Dispositivos destacados das Ce <sup>6</sup>							
RR	TCE	ALE	ALE	ALE	TCE	Sim	
	Ce-RR, Art. 33. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: [...] III - julgar as contas do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública, após parecer prévio do tribunal de contas, exceto quanto às suas.						
SC	TCE	TCE	TCE	TCE	TCE	Não	
	Ce-SC, Art. 59. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, as quais serão anexadas às dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, mediante parecer prévio que levará em consideração as contas dos três últimos exercícios financeiros e que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;						
SP	ALE	ALE	TCE	TCE	TCE <sup>11</sup>	Sim	
	Ce-SP, Art. 20. Compete, exclusivamente, à Assembleia Legislativa: [...] VI - tomar e julgar, anualmente, as contas prestadas pela Mesa da Assembleia Legislativa, pelo Governador e pelo Presidente do Tribunal de Justiça, respectivamente, do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário, e apreciar os relatórios sobre a execução dos Planos de Governo;						
SE	ALE	TCE	TCE	TCE	TCE	Sim	
	Ce-SE, Art. 47. É da competência privativa da Assembleia Legislativa: [...] V - julgar as contas do Poder Legislativo apresentadas obrigatoriamente pela Mesa;						
TO	TCE	TCE	TCE	TCE	TCE	Não	
	Sem destaque.						

Fonte: constituições estaduais dos vinte e seis estados e Lei Orgânica do Distrito Federal, cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. ALE: Assembleia Legislativa do Estado ou, no caso do Distrito Federal, Câmara Legislativa Distrital; 2. PJ: Tribunal de Justiça do Estado ou do Distrito Federal; 3. MP: Ministério Público do Estado ou do Distrito Federal; 4. DP: Defensoria Pública do Estado ou do Distrito Federal; 5. CM: câmara municipal; 6. Ce: constituição estadual; 7. TCE: Tribunal de Contas do Estado; 8. TC-DF: Tribunal de Contas do Distrito Federal; 9. NA: não se aplica; 10. TCM: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado; 11. Nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, o TCE é responsável pelo julgamento das contas das câmaras municipais, com exceção das capitais desses estados, que possuem TCM.

Quadro 13 - Competência para julgar as contas das câmaras, segundo as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Instituição competente para julgar as contas da CM <sup>1</sup>
	Dispositivos destacados das LOM <sup>2</sup>
Agricolândia (PI)	TCE <sup>3</sup>
	LOM de Agricolândia, Art. 23. É da competência exclusiva da Câmara Municipal: [...] XIII - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Município; [...] Art. 44. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado com competência que lhe é definida em Lei Estadual. Art. 45. Recebida do Poder Executivo a prestação de contas anual, a Câmara Municipal encaminhá-la-á, dentro de quinze dias, ao Tribunal do Estado, para emissão de parecer, observado o disposto no artigo.
Aguanil (MG)	CM
	LOM de Aguanil, Art. 42. Compete, privativamente, a Câmara Municipal, exercer as seguintes atribuições, entre outras, expedindo ato respectivo: [...] IX - Julgar as contas do Prefeito e de sua mesa diretora; [...] Art. 59. [...] I - O controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou Órgão Estadual a que for atribuída esta incumbência e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho de funções de auditorias financeiras e orçamentárias, bem como o julgamento das contas dos administradores de demais responsáveis por bens e valores públicos. [...] § 2º. As Contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestada anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída esta incumbência, considerando-se julgada nos termos das conclusões do parecer, se não houver deliberação dentro do prazo.
Alumínio (SP)	CM
	LOM de Alumínio, Art. 27. Compete à Câmara, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições: [...] XIX - tomar e julgar as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, no prazo de noventa (90) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, observados os seguintes preceitos: [...] Artigo 138. O controle externo será exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreendendo: I - apreciação das contas do exercício financeiro apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara; [...] § 1º. Cabe ao Tribunal de Contas: I - dar parecer prévio sobre as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, devendo concluir pela sua aprovação ou rejeição;
Anicuns (GO)	TCM <sup>4</sup>
	LOM de Anicuns, Art. 55. [...] § 1º. O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens ou valores públicos. § 2º. As contas do Prefeito prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara Municipal após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios.
Antônio Prado (RS)	CM
	LOM de Antônio Prado, Art. 118. O controle externo será exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, compreendendo: I - apreciação das contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara;
Bauru (SP)	TCE
	LOM de Bauru, Art. 18. A Câmara compete, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições: [...] XVI - iniciar o processo de julgamento das contas do Prefeito, no prazo de noventa dias, a partir do recebimento dos autos do Tribunal de Contas do Estado, respeitados os prazos processuais.
Belo Jardim (PE)	TCE
	LOM de Belo Jardim, Art. 128. [...] § 1º. O controle externo, exercido pela Câmara Municipal com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, também compreende: [...] II - a deliberação sobre o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas anuais do Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias após o seu recebimento, que só deixará de prevalecer se rejeitado pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Vereadores;

Quadro 13 - Competência para julgar as contas das câmaras, segundo as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Instituição competente para julgar as contas da CM <sup>1</sup>
	Dispositivos destacados das LOM <sup>2</sup>
Boca da Mata (AL)	CM
	LOM de Boca da Mata, Art. 34. O controle externo da Câmara Municipal com auxílio do tribunal de Contas do Estado de Alagoas, através de parecer prévio sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara deverão prestar anualmente.
Bonito (BA)	CM
	LOM de Bonito, Art. 43. [...] § 2º. As contas do prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.
Brasilândia do Tocantins (TO)	TCE
	LOM de Brasilândia do Tocantins, Art. 17. Compete exclusivamente à Câmara Municipal, entre outras, as seguintes atribuições: [...] XI - julgar as contas prestadas, mensal e anualmente, pelo Prefeito Municipal, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas;
Buriti Alegre (GO)	CM
	LOM de Buriti Alegre, Art. 59. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta dias, após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.
Cacimba de Areia (PB)	TCE
	LOM de Cacimba de Areia, Art. 16. Compete privativamente à Câmara Municipal: [...] X - Julgar as contas do Poder Executivo, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de sessenta dias, contados do seu recebimento, observando-se o seguinte: [...] Art. 39. As contas prestadas anualmente pelo município, após receber prévio do Tribunal de Contas do Estado, permanecerão durante sessenta dias, na Câmara Municipal, de qualquer contribuinte, durante sessenta dias, para exame e apreciação o qual poderá questionar-lhe a legitimidade.
Caibaté (RS)	TCE
	LOM de Caibaté, Art. 76. [...] § 2º. O parecer prévio, emitido, pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
Campo Mourão (PR)	TCE
	LOM de Campo Mourão, Art. 17. É da competência exclusiva da Câmara Municipal de Campo Mourão: [...] XIV - julgar, anualmente, as contas do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; [...] Art. 44. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual constitucionalmente compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em 180 (cento e oitenta) dias, a contar de seu recebimento;
Canápolis (MG)	TCE
	LOM de Canápolis, Art. 59. [...] Parágrafo único. Independe de sanção do Prefeito as deliberações da Câmara Municipal relativas a temas de seu peculiar interesse, especialmente: [...] VI - julgamento das contas prestadas pelo Poder Executivo; Art. 78. [...] § 1º. O controle externo será exercido mediante análise do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre prestação de contas, sem prejuízo das demais formas de investigação outorgadas à Câmara Municipal pelas constituições Federal e Estadual e por esta Lei Orgânica.
Candeal (BA)	TCM
	LOM de Candeal, Art 15. Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras as seguintes atribuições: [...] V - julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo;
Capela de Santana (RS)	TCE
	LOM de Capela de Santana, Art. 22. As contas do Município, referente a gestão financeira de cada exercício, serão encaminhadas, simultaneamente, à Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas do Estado até 31 de março do ano seguinte.

Quadro 13 - Competência para julgar as contas das câmaras, segundo as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Instituição competente para julgar as contas da CM <sup>1</sup>
	Dispositivos destacados das LOM <sup>2</sup>
Capitão Poço (PA)	TCM LOM de Capitão Poço, Art. 47. Compete privativamente à Câmara Municipal, entre outras as seguintes atribuições: [...] VII - Julgar, no prazo de 90 dias, contados do recebimento do Tribunal de Contas dos Municípios, as contas do Prefeito, interrompendo-se esse prazo no recesso;
Cosmópolis (SP)	TCE LO de Cosmópolis, Art. 61. [...] § 2º. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
Cruzeiro do Iguaçu (PR)	CM LOM de Cruzeiro do Sul, Art. 30. Competem à Câmara, privativamente, as seguintes atribuições: [...] XV - apreciar e julgar as contas do Prefeito Municipal e da Mesa Executiva da Câmara, na forma da lei; [...] Art. 74. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e compreenderá: I - a apreciação das contas do exercício financeiro apresentadas pelo Prefeito Municipal e pela Mesa Executiva da Câmara Municipal;
Cruzeiro do Oeste (PR)	TCE LOM de Cruzeiro do Oeste, Art. 19. Compete privativamente à Câmara Municipal: [...] XVIII - Julgar anualmente as contas do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo; [...] Art. 60. O controle externo será exercido pela Câmara Municipal com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado e compreenderá: I - O julgamento das contas prestadas pelo Prefeito Municipal; [...] III - O julgamento das contas dos demais agentes públicos responsáveis por bens e valores públicos. § 1º. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas, sobre as contas que o Município deve prestar anualmente, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos Vereadores. [...] § 3º. Os procedimentos de julgamento das contas do Poder Executivo serão regulamentados no Regimento Interno da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste.
Domingos Martins (ES)	TCE LOM de Domingos Martins, Art. 23 Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara: [...] XI - encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas da Câmara Municipal ao Tribunal de Contas; [...] Art. 52. O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas Estadual sobre as contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos Vereadores. § 1º. A Câmara Municipal julgará as contas do Prefeito Municipal, no prazo de noventa dias, a contar do recebimento do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas. § 2º. As contas prestadas pela Câmara Municipal serão julgadas pelo Tribunal de Contas.
General Carneiro (PR)	TCE LOM de General Carneiro, Art. 62º. [...] § 2º. As contas do Executivo Municipal prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara Municipal dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, podendo ser prorrogado na forma estabelecida nesta Lei, sendo que esgotado este prazo sem deliberação a matéria será colocada na ordem do dia na sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.
Guaraciaba (SC)	TCE LOM de Guaraciaba, Art. 101 O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - emitir parecer prévio sobre as contas que o Prefeito Municipal deve prestar anualmente, incluídas as da Câmara Municipal, que serão encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado até dia 28 de fevereiro do exercício seguinte; [...] Art. 104. No exercício do controle externo, caberá à Câmara Municipal: I - julgar as contas anuais prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução do plano de governo;
Humaitá (AM)	CM LOM de Humaitá, Art. 47. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer

Quadro 13 - Competência para julgar as contas das câmaras, segundo as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Instituição competente para julgar as contas da CM <sup>1</sup>
	Dispositivos destacados das LOM <sup>2</sup>
	prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.
Iguaí (BA)	<p>CM</p> <p>LOM de Iguaí, Art. 58. [...] § 1º. O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.</p> <p>§ 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação nesse prazo.</p>
Imigrante (RS)	<p>TCE</p> <p>LOM de Imigrante, Art. 14. [...] §2º. As contas do Prefeito, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara de Vereadores dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas nos termos das conclusões deste parecer, se não houver deliberação dentro deste prazo.</p>
Irauçuba (CE)	<p>CM</p> <p>LOM de Irauçuba, Art. 21. A Câmara, entre atribuições, compete, privativamente: [...] VII - julgar as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara e demais responsáveis por bens, valores e rendas públicas, bem como o relatório sobre a execução dos planos do governo municipal; [...] Art. 99. Para fins de apreciação e julgamento, o Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal encaminharão ao Conselho de Contas dos Municípios: I - as contas a seu cargo, para exame e parecer prévio, bem como, as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta ou indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou qualquer irregularidade de que resulte prejuízo ao erário; [...] Art. 102. [...] § 2º. O parecer prévio sobre as contas que a mesa da Câmara e o Prefeito deve prestar anualmente, emitido pelo Conselho de Contas dos Municípios so deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.</p>
Itaberaí (GO)	<p>TCE</p> <p>LOM de Itaberaí, Art. 30. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer dentre outras as seguintes atribuições: [...] VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios, no prazo máximo de sessenta 120 (cento e vinte) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...].</p>
Itambé (BA)	<p>CM</p> <p>LOM de Itambé, Art. 58. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.</p>
Jaciara (MT)	<p>CM</p> <p>LOM de Jaciara, Art. 35. É de competência da Câmara Municipal, além de outras atribuições prevista nesta Lei Orgânica: [...] XXIV - julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara Municipal, em sessenta (60) dias após a apresentação do parecer prévio pelo Tribunal de Contas.</p>
Jerônimo Monteiro (ES)	<p>TCE</p> <p>LOM de Jerônimo Monteiro, Art. 27. É de competência privativa da Câmara Municipal: [...] XXVI - apreciar as contas prestadas pelos membros da Mesa dando-lhe o destino necessário; Art. 53. [...] § 2º. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, e compreenderá as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos. [...] § 4º. O</p>

Quadro 13 - Competência para julgar as contas das câmaras, segundo as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Instituição competente para julgar as contas da CM <sup>1</sup>
	Dispositivos destacados das LOM <sup>2</sup>
	parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos Vereadores.
Ji-Paraná (RO)	CM LOM de Ji-Paraná, Art. 31. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, através de parecer prévio sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara deverão prestar anualmente.
Joaquim Gomes (AL)	CM LOM de Joaquim Gomes, Art. 40. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas através do parecer sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara deverão prestar anualmente.
Juquiá (SP)	TCE LOM de Juquiá, Art. 11. A Câmara compete, privativamente: [...] XIII - julgar as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal quando recebidas do Tribunal de Contas nos termos regimentais; [...] Art. 62. [...] II - o Tribunal de Contas do Estado emitirá o parecer relativo às Contas do Poder Executivo que serão apreciadas pela Comissão de Economia da Câmara, concluindo por Projeto de Decreto Legislativo, dispondo sobre sua aprovação ou rejeição;
Juscimeira (MT)	TCE LOM de Juscimeira, Art. 68. É de competência exclusiva da Câmara Municipal de Juscimeira: [...] VI - Julgar, anualmente as contas do Município de conformidade com a Constituição Federal e os relatórios sobre a execução dos planos de governo; [...] Art. 90. No controle externo da Câmara Municipal de Juscimeira, haverá o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, através de parecer prévio sobre as contas do Município, que deverá prestar anualmente.
Lagoa do Sítio (PI)	CM LOM de Lagoa do Sítio, Art. 53. [...] § 1º. O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho de funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos. § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara durante 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou Órgão Estadual a que for atribuída essa incumbência, considerando-se julgadas nos termos das conclusões do parecer, se não houver deliberação dentro do prazo.
Lidianópolis (PR)	CM LOM de Lidianópolis, Art. 55. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: [...] VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito e de sua Mesa, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas, devendo o processo ser iniciado no prazo de 20 (vinte) dias após seu recebimento, conforme Regimento Interno e observados os seguintes preceitos: [...] Art. 75. O controle externo da Câmara Municipal terá o auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através de parecer prévio sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara de Vereadores prestarem anualmente.
Macaé (RJ)	CM LOM de Macaé, Art. 132. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.
Minador do Negrão (AL)	TCE LOM de Minador do Negrão, Art. 40. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: [...] VII - tomar e julgar as contas do Município, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de sessenta dias de seu recebimento. [...] Art. 58. [...] § 1º. O controle externo da Câmara será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, e compreenderá a apreciação das contas do Município, o acompanhamento das

Quadro 13 - Competência para julgar as contas das câmaras, segundo as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Instituição competente para julgar as contas da CM <sup>1</sup>
	Dispositivos destacados das LOM <sup>2</sup>
	atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos. § 2º. As contas do Município, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara, dentro de sessenta dias, após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência.
Mirassol (SP)	CM LOM de Mirassol, Art. 29. Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara: [...] XII - encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas do Município ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. [...] Art. 31. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: [...] Art. 49. [...] § 1º. O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos. § 2º As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.
Mogi Guaçu (SP)	TCE LOM de Mogi Guaçu, Art. 13. Compete à Câmara Municipal, privativamente, as seguintes atribuições, entre outras: [...] VIII - tomar e julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito, e apreciar o relatório sobre a execução dos Planos de Governo;
Monte Alto (SP)	CM LOM de Monte Alto, Art. 28. A Câmara Municipal competem, privativamente, as seguintes atribuições: [...] VIII - exercer a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades pertencente à administração direta e indireta, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, tomando e julgando as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, de acordo com a lei; [...] Art. 170. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara Municipal dentro de 02 (dois) meses após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.
Mundo Novo (MS)	CM LOM de Mundo Novo, Art. 43. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, através de parecer prévio sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara Municipal deverão prestar anualmente.
Nossa Senhora das Graças (PR)	CM LOM de Nossa Senhora das Graças, Art. 107. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Mesa da Câmara Municipal prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas, nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro do prazo fixado.
Ocaçu (SP)	TCE LOM de Ocaçu, Art. 17. Compete privativamente à Câmara Municipal: [...] XX - tomar e julgar as contas do prefeito, deliberando sobre o Parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de 60 dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...].
Penaforte (CE)	CM LOM de Penaforte, Art. 46. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas, nos termos das conclusões deste parecer, se não houver deliberação dentro deste prazo.
Piquet Carneiro (CE)	TCE LOM de Piquet Carneiro, Art. 15. Compete a Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições: [...] V - julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo, observando a legislação federal pertinente;

Quadro 13 - Competência para julgar as contas das câmaras, segundo as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Instituição competente para julgar as contas da CM <sup>1</sup>
	Dispositivos destacados das LOM <sup>2</sup>
Pojuca (BA)	CM LOM de Pojuca, Art. 41. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, através de parecer sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara deverão prestar anualmente, e de inspeção e auditorias em órgãos e entidades públicas.
Potiraguá (BA)	CM LOM de Cruzeiro do Iguaçu, Art. 82. C. Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, órgão de controle externo que auxilia o Poder Legislativo, compete apreciar as contas prestadas anualmente pelos Chefes do Poderes Executivo e Legislativo Municipais, mediante parecer prévio a ser elaborado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data do seu recebimento.
Presidente Juscelino (MG)	TCE LOM de Presidente Juscelino, Art. 55. Compete privativamente à Câmara Municipal, mediante ato próprio, o exercício, no que couber, das atribuições enumeradas no art. 62 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e ainda: [...] XI - julgar as contas prestadas pelo Prefeito Municipal, com base em parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado;
Ribeirão Grande (SP)	CM LOM de Ribeirão Grande, Art. 141. O controle externo será exercido pela Câmara Municipal, diretamente e com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreendendo: I - apreciação de contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa Diretora da Câmara;
Rodelas (BA)	CM LOM de Rodelas, Art. 71. [...] § 1º. O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentária, bem como, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos. [...] § 4º. Apresentadas as Contas do Poder Executivo até o dia 31 de março do exercício seguinte, o Presidente da Câmara deverá no mesmo prazo juntar as Contas do Poder Legislativo, que através de Edital e pelo prazo de 60(sessenta) dias, ficarão à disposição de qualquer cidadão, para exame e apreciação, o qual poderá questionar a legitimidade, na forma da Lei. § 5º. Findo o prazo de disponibilidade pública de que trata o parágrafo 4º, as contas e as questões levantadas serão enviadas ao Tribunal de Contas dos Municípios para a emissão de Parecer Prévio, na forma do Art. 91, I, da Constituição Estadual.
Santa Carmem (MT)	TCE LOM de Santa Carmen, Art. 20. À Câmara Municipal cabe, privativamente, entre outras previstas nesta Lei Orgânica, as seguintes atribuições: [...] XII - Julgar, anualmente, as contas do Prefeito, em até sessenta dias após a apresentação do parecer prévio do Tribunal de Contas, observado o seguinte: [...] Art. 109. A Câmara somente poderá julgar as contas do Prefeito, após o parecer do Tribunal de Contas. Art. 110. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio circunstanciado sobre as contas que o Prefeito Municipal deve anualmente prestar, podendo determinar para esse fim a realização de inspeções necessárias, observado: [...].
Santa Juliana (MG)	TCE LOM de Santa Juliana, Art. 49. [...] § 1º. O controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos. § 2º. As contas do Prefeito, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara Municipal no prazo de cento e vinte dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas.
Santana do Cariri (CE)	CM LOM de Santana do Cariri, Art. 127. [...] § 2º. O parecer prévio sobre as contas que a Mesa da Câmara e o Prefeito devem prestar anualmente, emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Quadro 13 - Competência para julgar as contas das câmaras, segundo as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Instituição competente para julgar as contas da CM <sup>1</sup>
	Dispositivos destacados das LOM <sup>2</sup>
São Francisco do Pará (PA)	TCM LOM de São Francisco do Pará, Art. 35. Compete a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente: [...] XXIV - apreciar anualmente as contas de sua Mesa Diretora, após julgadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios, sem a participação dos membros da Mesa, funcionando como presidente neste procedimento, o Vereador mais idoso;
São Lourenço do Sul (RS)	TCE LOM de São Lourenço do Sul, Art. 16. A prestação de contas do Prefeito referente à gestão financeira do ano anterior, será apreciada pela Câmara após recebimento do respectivo parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou outro órgão, o qual somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara.
São Sebastião do Rio Verde (MG)	CM LOM de São Sebastião do Rio Verde, Art. 69. O controle externo, a cargo da Câmara municipal, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara, mediante parecer prévio;
Sertaneja (PR)	CM LOM de Sertaneja, Art. 8º. Compete a Câmara, privativamente as seguintes atribuições, entre outras: [...] VIII - Tomar e julgar, anualmente, as contas prestadas pela Mesa da Câmara Municipal e pelo Prefeito, e apreciar o relatório sobre a execução do plano de Governo;
Sete de Setembro (RS)	TCE LOM de Sete de Setembro, Art. 84. [...] Parágrafo único. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
Silveira Martins (RS)	TCE LOM de Silveira Martins, Art. 38. Compete, exclusivamente, à Câmara Municipal, além de outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica; [...] VI - julgar, anualmente, as contas do Prefeito Municipal; [...] Art. 57. [...] § 2º. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos membros da Câmara Municipal.
Ubatuba (SP)	CM LOM de Ubatuba, Art. 13. Compete à Câmara, privativamente, as seguintes atribuições, entre outras: [...] VIII - tomar e julgar, anualmente, as contas prestadas pela Mesa da Câmara e pelo Prefeito, e apreciar o relatório sobre a execução do Plano de Governo; [...] Art. 269. O controle externo, a cargo da Câmara, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara, mediante parecer prévio, a ser elaborado no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento;
Vargeão (SC)	CM LOM de Vargeão, Art. 57. [...] § 1º. O controle externo da Câmara será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos; § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo;
Várzea Grande (PI)	CM LOM de Várzea Grande, Art.64. [...] § 1º. O controle externo é exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado que, de posse dos balancetes e do balanço geral do Município, emitirá parecer prévio sobre as contas do Prefeito e da Câmara Municipal, dentro de sessenta dias, a contar do recebimento do balanço geral.
Vera Cruz (BA)	CM LOM de Vera Cruz, Art. 49. O Controle da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, através de parecer prévio sobre as contas que o Prefeito e

Quadro 13 - Competência para julgar as contas das câmaras, segundo as leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Instituição competente para julgar as contas da CM <sup>1</sup>
	Dispositivos destacados das LOM <sup>2</sup>
	a Mesa da Câmara deverão prestar anualmente, e de Inspeção e auditoria em órgãos e entidades públicas.
Wall Ferraz (PI)	CM LOM de Wall Ferraz, Art. 59. [...] § 1º. O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal, de Contas do Estado e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do município, o desempenho de funções de auditoria financeira e orçamentárias, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos; [...] § 3º. As contas do Prefeito e da Mesa da Câmara Municipal, prestadas anualmente serão julgadas pela Câmara Municipal dentro de 60 (sessenta) dias, após o recebimento do parecer técnico do Tribunal de Contas do Estado, considerando-se julgadas nos termos de conclusão de o parecer se não houver deliberação dentro deste prazo;
Xexéu (PE)	TCE LOM de Xexéu, Art. 54. O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreendendo: I - Apreciação das contas prestadas anualmente pelo Prefeito;

Fonte: leis orgânicas dos municípios selecionados para a amostra estatística, conforme Apêndice B (p. 573), cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. CM: câmara municipal; 2. LOM: lei orgânica municipal; 3. TCE: Tribunal de Contas do Estado; 4. TCM: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado.

Quadro 14 - Competência para julgar as contas dos dirigentes dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	CMP <sup>2</sup>	Dispositivos destacados da CRFB/1988, das Ce <sup>3</sup> , das LOM <sup>4</sup> , das LO <sup>5</sup> -TC, dos RI <sup>6</sup> dos TC, das ALE <sup>7</sup> e do CN <sup>8</sup>
TCE-AC	ALE	Ce-AC, Art. 44. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] XXXIII - apreciar e julgar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas do Estado.
TCE-AL	ALE	Ce-AL, Art. 97. Ao Tribunal de Contas do Estado compete: [...] XIII - prestar suas contas, anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo de sessenta dias da abertura da Sessão Legislativa, e, trimestralmente, apresentar-lhe-á relatório de suas atividades.
TCE-AP	ALE	Ce-AP, Art. 95. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] XVII - julgar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas do Estado, aplicando-se, quando for o caso, o previsto no inciso VI deste artigo;
TCE-AM	ALE	Ce-AM, Art. 28. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: [...] XIV - apreciar e julgar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, além de apreciar os relatórios periódicos de suas atividades; [...] Art. 41. O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas prestará contas anualmente de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas no prazo de sessenta dias, a contar da abertura da sessão legislativa do ano seguinte ao último exercício financeiro, findo quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade, observados os demais preceitos legais. §1º. As decisões da Assembleia Legislativa que resultarem na imputação de débito e aplicação de multa terão eficácia de título executivo.
TCE-BA	ALE	Ce-BA, Art. 71. Além de outros casos previstos nesta Constituição, compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] XI - julgar as contas anualmente prestadas pelo Tribunal de Justiça, pelo Tribunal de Contas do Estado e pelo Tribunal de Contas dos Municípios, realizando, periodicamente, inspeções auditorias; [...] Art. 91. [...] § 3º. Os Tribunais prestarão suas próprias contas à Assembleia Legislativa, bem como a ela encaminharão, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.
TCM-BA	ALE	Ce-BA, Art. 71. Além de outros casos previstos nesta Constituição, compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] XI - julgar as contas anualmente prestadas pelo Tribunal de Justiça, pelo Tribunal de Contas do Estado e pelo Tribunal de Contas dos Municípios, realizando, periodicamente, inspeções auditorias; [...] Art. 91. [...] § 3º. Os Tribunais prestarão suas próprias contas à Assembleia Legislativa, bem como a ela encaminharão, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.
TCE-CE	ALE	Ce-CE, Art. 76. [...] § 4º. O Tribunal de Contas do Estado prestará suas contas, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da Sessão Legislativa, bem como remeterá, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.
TC-DF	CL <sup>9</sup>	LO-DF, Art. 60. Compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal: [...] XXIX - apreciar e julgar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas do Distrito Federal; [...] Art. 81. O Tribunal de Contas do Distrito Federal prestará contas anualmente de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial à Câmara Legislativa, até sessenta dias da data da abertura da sessão do ano seguinte àquele a que se referir o exercício financeiro, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade, observados os demais preceitos legais.
TCE-ES	ALE	Ce-ES, Art. 71. [...] § 4º. O Tribunal de Contas, trimestral e anualmente, encaminhará relatório de suas atividades à Assembleia Legislativa, à qual prestará contas, cabendo a sua comissão específica de caráter permanente, prevista no artigo 151, deliberar sobre as contas prestadas.
TCE-GO	ALE	Ce-GO, Art. 11. Compete exclusivamente à Assembleia Legislativa: [...] XXI - apreciar e julgar as contas anuais do Tribunal de Contas do Estado;
TCM-GO	TCE <sup>10</sup>	Sem destaque.
TCE-MA	ALE	Ce-MA, Art. 31. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: [...] XI - julgar, anualmente, as contas do Governador do Estado e do Tribunal de Contas do Estado;
TCE-MT	ALE	Ce-MT, Art. 26. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: [...] XXIV - apreciar os relatórios trimestral e anual do Tribunal de Contas do Estado; LO-TCE-MT, Art. 4º. Compete, ainda, ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso: [...] VII - encaminhar à Assembleia Legislativa as contas anuais e relatórios de suas atividades;
TCE-MS	TCE	Ce-MS, Art. 77. [...] § 5º. O Tribunal de Contas encaminhará à Assembleia Legislativa relatórios trimestral e anual de suas atividades.

Quadro 14 - Competência para julgar as contas dos dirigentes dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	CMP <sup>2</sup>	Dispositivos destacados da CRFB/1988, das Ce <sup>3</sup> , das LOM <sup>4</sup> , das LO <sup>5</sup> -TC, dos RI <sup>6</sup> dos TC, das ALE <sup>7</sup> e do CN <sup>8</sup>
		LO-TCE-MS, Art. 9º. Compete ao Presidente do Tribunal: [...] VI - apresentar ao Plenário os relatórios trimestrais e anual das atividades do Tribunal, para encaminhamento à Assembleia Legislativa; RI-TCE-MS, Art. 17 Compete ao Tribunal Pleno: [...] II - julgar: a) as contas anuais de gestão dos responsáveis por bens, dinheiro e valores públicos: 1. da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública, bem como das Câmaras Municipais;
TCE-MG	ALE	Ce-MG, Art. 62. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] XXII - apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas; [...] Art. 76. [...] § 5º. O Tribunal prestará contas à Assembleia Legislativa.
TCE-PA	ALE	Ce-PA, Art. 92. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: [...] XXX - julgar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas do Estado. (O STF, na ADI n. 687-8, declarou inconstitucional a expressão “e do Tribunal de Contas dos Municípios”, em 2 de fevereiro de 1995, DJ 13 fev. 1996.) [...] Art. 122. O Tribunal de Contas do Estado prestará suas contas, anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo de sessenta dias da abertura da sessão legislativa (O STF, na ADI n. 687-8, declarou inconstitucional a expressão “e do Tribunal de Contas dos Municípios”, em 2 de fevereiro de 1995, DJ 13 fev. 1996.)
TCM-PA	TCE	Ce-PA, Art. 92. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: [...] XXX - julgar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas do Estado. (O STF, na ADI n. 687-8, declarou inconstitucional a expressão “e do Tribunal de Contas dos Municípios”, em 2 de fevereiro de 1995, DJ 13 fev. 1996.) [...] Art. 122. O Tribunal de Contas do Estado prestará suas contas, anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo de sessenta dias da abertura da sessão legislativa (O STF, na ADI n. 687-8, declarou inconstitucional a expressão “e do Tribunal de Contas dos Municípios”, em 2 de fevereiro de 1995, DJ 13 fev. 1996.)
TCE-PB	TCE	Ce-PB, Art. 71. [...] § 5º. O Tribunal encaminhará à Assembleia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades. LO-TCE-PB, Art. 88. O Tribunal encaminhará à Assembleia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades, compreendendo auditorias realizadas, auditorias previstas, contas apreciadas e contas a apreciar. RI-TCE-PB, Art. 7º. Compete privativamente ao Tribunal Pleno: [...] II - julgar: a) prestações de contas anuais do Presidente do Tribunal de Justiça, da Mesa da Assembleia Legislativa, do Procurador Geral de Justiça e do Presidente do Tribunal de Contas do Estado;
TCE-PR	ALE	Ce-PR, Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa: [...] XVIII - apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas; (vide ADI n. 979)
TCE-PE	TCE	Ce-PE, Art. 14. Compete exclusivamente à Assembleia Legislativa: [...] VII - julgar as contas do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Justiça e dos que vierem a ser criados; (Declarado inconstitucional pelo STF, na ADI n. 1.779). LO-TCE-PE, Art. 2º. Ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco compete na forma estabelecida na presente Lei: [...] III - julgar as contas prestadas anualmente pelos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e, à vista de parecer prévio da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa, julgar as suas próprias contas;
TCE-PI	ALE	Ce-PI, Art. 63. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa: [...] X - julgar as contas anualmente prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado, realizando periodicamente inspeções e auditorias. [...] Art. 93. O Tribunal de Contas encaminhará à Assembleia, no prazo de até quarenta e cinco dias da abertura de cada sessão legislativa, a devida prestação de contas.
TCE-RJ	ALE	Ce-RJ, Art. 99. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] XVIII - apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas do Estado; [...] Art. 131. O Tribunal de Contas prestará suas contas, anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo de sessenta dias da abertura da sessão legislativa.
TCM-RIO	CM <sup>11</sup>	Ce-RJ, Art. 124. [...] § 4º. As contas do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro serão submetidas, anualmente, à apreciação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. LOM-RIO, Art. 45. É da competência exclusiva da Câmara Municipal: [...] XXXII - apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas e apreciar seus relatórios

Quadro 14 - Competência para julgar as contas dos dirigentes dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	CMP <sup>2</sup>	<b>Dispositivos destacados da CRFB/1988, das Ce<sup>3</sup>, das LOM<sup>4</sup>, das LO<sup>5</sup>-TC, dos RI<sup>6</sup> dos TC, das ALE<sup>7</sup> e do CN<sup>8</sup></b>
		trimestrais e anual; [...] Art. 93. O Tribunal de Contas prestará suas contas, anualmente, à Câmara Municipal, no prazo de sessenta dias da abertura da sessão legislativa.
TCE-RN	ALE	Ce-RN, Art. 53. [...] § 4º. O Tribunal de Contas encaminha à Assembleia Legislativa, relativamente às suas atividades, trimestral e anualmente, relatório operacional. LO-TCE-RN, Art. 7º Ao Tribunal é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente: [...] XIII - prestar contas, anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo de sessenta dias da abertura da sessão legislativa, acompanhadas dos relatórios trimestral e anual, de suas atividades, bem como das respectivas demonstrações contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal;
TCE-RS	ALE	Ce-RS, Art. 53. Compete exclusivamente à Assembleia Legislativa, além de outras atribuições previstas nesta Constituição: [...] XXII - apreciar anualmente as contas do Tribunal de Contas do Estado;
TCE-RO	ALE	Ce-RO, Art. 29. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] XXV - apreciar as contas anuais do Tribunal de Contas do Estado;
TCE-RR	ALE	Ce-RR, Art. 33. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: [...] III - julgar as contas do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública, após parecer prévio do tribunal de contas, exceto quanto às suas. [...] Art. 48. O Tribunal de Contas, quando do encerramento do exercício financeiro, prestará contas da execução orçamentária anual à Assembleia Legislativa.
TCE-SC	ALE	Ce-SC, Art. 59. [...] § 4º. O Tribunal encaminhará à Assembleia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades. LO-TCE-SC, Art. 112. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado será exercida pela Assembleia Legislativa, na forma que dispuser seu Regimento Interno. (Vide ADI n. 5.442). RI-ALE-SC, Art. 274. As contas do Governador do Estado relativas ao exercício anterior, às quais serão anexadas as dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas do Estado, deverão ser apresentadas à Assembleia Legislativa, 60 (sessenta) dias após a instalação da Sessão Legislativa e encaminhadas à Comissão de Finanças e Tributação. [...] § 2º. O parecer prévio sobre as contas do Tribunal de Contas do Estado, de acordo com a Lei Complementar federal n. 101, de 4 de maio de 2000, será elaborado pela Comissão de Finanças e Tributação, no mesmo prazo mencionado no § 1º deste artigo.
TCE-SP	ALE	Ce-SP, Art. 20. Compete, exclusivamente, à Assembleia Legislativa: [...] XXVI - apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas. [...] Art. 36. O Tribunal de Contas prestará suas contas, anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo de sessenta dias, a contar da abertura da sessão legislativa.
TCM-SPO	CM	LOM-SPO, Art. 14. Compete privativamente à Câmara Municipal: [...] XII - tomar e julgar as contas do Prefeito, da Mesa da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município; [...] Art. 48. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ao qual compete: § 5º. O Tribunal encaminhará à Câmara Municipal relatório de suas atividades, trimestralmente e, anualmente, as suas contas para julgamento.
TCE-SE	ALE	Ce-SE, Art. 47. É da competência privativa da Assembleia Legislativa: [...] XXX - apreciar e julgar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas; [...] Art. 68. [...] § 4º. O Tribunal de Contas encaminhará à Assembleia Legislativa: [...] III - até o dia 30 de abril, suas contas referentes ao exercício anterior.
TCE-TO	ALE	Ce-TO, Art. 19. É da competência privativa da Assembleia Legislativa: [...] XV - apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas do Estado;
TCU	CN	CRFB/1988, Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: [...] § 4º. O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades. LO-TCU, Art. 90. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas da União será exercida pelo Congresso Nacional, na forma definida no seu regimento comum.

Quadro 14 - Competência para julgar as contas dos dirigentes dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	CMP <sup>2</sup>	Dispositivos destacados da CRFB/1988, das Ce <sup>3</sup> , das LOM <sup>4</sup> , das LO <sup>5</sup> -TC, dos RI <sup>6</sup> dos TC, das ALE <sup>7</sup> e do CN <sup>8</sup>
		RI-CMO <sup>12</sup> -CN, Art. 1º. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização tem por competência: I - examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, assim como sobre as contas apresentadas nos termos do <i>caput</i> e do § 2º do art. 56 da Lei Complementar n. 101, de 2000; [...] Art. 32. [...] § 2º. O parecer da Comissão quanto às prestações de contas previstas no art. 56 da Lei Complementar n. 101, de 2000, será apreciado exclusivamente pelo Plenário do Congresso Nacional.

Fonte: CRFB/1988, constituições estaduais dos vinte e seis estados, Lei Orgânica do Distrito Federal, leis orgânicas dos municípios de Rio de Janeiro e São Paulo, leis orgânicas e regimentos internos dos tribunais de contas, regimentos internos comum e das comissões do Congresso Nacional e das assembleias legislativas, cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. TC: tribunal de contas; 2. CMP: instituição competente para julgar as contas do tribunal de contas; 3. Ce: constituição estadual; 4. LOM: lei orgânica municipal; 5. LO: lei orgânica; 6. RI: regimento interno; 7. ALE: Assembleia Legislativa do Estado; 8. Congresso Nacional; 9. CL: Câmara Legislativa do Distrito Federal; 10. TCE: Tribunal de Contas do Estado; 11. CM: câmara municipal; 12. CMO: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Quadro 15 - Competência para julgar as contas dos interventores municipais.

UF	CMP <sup>1</sup>	Dispositivos destacados das Ce <sup>2</sup>
AC	CM <sup>3</sup>	Ce-AC, Art. 26. A intervenção em Município dar-se-á por decreto do governador, observado o seguinte procedimento: [...] § 2º. O interventor deverá prestar contas de sua administração à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, sob as mesmas condições estabelecidas para o prefeito municipal.
AL	SPR <sup>4</sup>	Ce-AL, Art. 39. O decreto de intervenção, obrigatoriamente, conterá: [...] V - a obrigatoriedade da apresentação, pelo interventor, de relatórios mensais à Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado e ao Tribunal de Contas, nos quais exporá circunstanciadamente todas as atividades desenvolvidas no mês anterior, sem prejuízo do relatório final que deverá ser remetido aos órgãos de que trata este inciso, até dez dias após o prazo de duração da medida interventiva.
AP	ALE <sup>5</sup>	Ce-AP, Art. 38. A decretação de intervenção dependerá: [...] § 6º. O interventor, no prazo de trinta dias após a cessação da intervenção, prestará contas à Assembleia Legislativa, por intermédio do Governador do Estado, devendo o Tribunal de contas, conforme o caso, emitir parecer sobre as contas prestadas.
AM	ALE	Ce-AM, Art. 129. [...] §2º. O interventor prestará contas à Assembleia Legislativa por intermédio do Governador, devendo o Tribunal de Contas do Estado emitir parecer sobre a matéria.
BA	CM	Ce-BA, Art. 65. O Estado não intervirá nos Municípios, exceto quando: [...] § 6º. O interventor prestará contas dos seus atos ao Governador do Estado e aos órgãos de fiscalização a que estão sujeitas as autoridades afastadas, devendo encaminhar relatório à Assembleia Legislativa.
CE	ALE	Ce-CE, Art. 49. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: [...] X - julgar as contas apresentadas, anualmente, pelo Governador do Estado, a prestação de contas dos Interventores, apreciar os relatórios sobre a execução dos planos governamentais e suas correlações aos planos plurianuais;
ES	CM	Ce-ES, Art. 31. [...] § 2º. O interventor deverá prestar contas de sua administração à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas, sob as mesmas condições estabelecidas para o Prefeito Municipal.
GO	SPR	Sem destaque.
MA	CM	Ce-MA, Art. 18. Enquanto durar a intervenção, o interventor, que tomará posse perante o Governador do Estado, prestará contas de seus atos ao Chefe do Executivo Estadual e de sua administração financeira à Câmara Municipal.
MT	CM	Ce-MT, Art. 189. [...] § 1º. A intervenção far-se-á por decreto do Governador, observados os seguintes requisitos: [...] d) o interventor prestará contas de seus atos ao Governador e à Câmara Municipal, como se o Prefeito fosse;
MS	CM	Ce-MS, Art. 12. A intervenção no Município dar-se-á por decreto do Governador: [...] § 4º. O interventor prestará contas de seus atos ao Governador do Estado e aos órgãos de fiscalização a que estão sujeitas as autoridades afastadas.
MG	SPR	Sem destaque.
PA	ALE	Ce-PA, Art. 85. A decretação da intervenção dependerá: [...] § 5º. O interventor, no prazo de trinta dias após a cessação da intervenção, encaminhará à Assembleia Legislativa, por intermédio do Governador, relatório circunstanciado sobre seus atos, devendo sobre a matéria o Tribunal de Contas dos Municípios emitir parecer.
PB	CM	Ce-PB, Art. 15. [...] § 6º. O interventor apresentará contas de sua administração à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas dos Municípios, sob as mesmas condições estabelecidas para o Prefeito Municipal.
PR	CM	Ce-PR, Art. 20. O Estado não intervirá nos Municípios, exceto quando: [...] § 4º. O interventor prestará contas de sua administração à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas, nas mesmas condições estabelecidas para o Prefeito Municipal.
PE	ALE	Ce-PE, Art. 91. O Estado não intervirá em seus Municípios, exceto quando: [...] § 5º. O Interventor prestará contas à Assembleia Legislativa por intermédio do Governador. [...] § 7º. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio sobre as contas do Interventor que só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa, em votação secreta.

Quadro 15 - Competência para julgar as contas dos interventores municipais.

UF	CMP <sup>1</sup>	Dispositivos destacados das Ce <sup>2</sup>
PI	CM	Ce-PI, Art. 37. [...] § 2º. O interventor prestará contas de sua administração à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas nas mesmas condições estabelecidas para o Prefeito.
RJ	CM	Ce-RJ, Art. 356. A decretação da intervenção observará os seguintes requisitos: [...] IV - o interventor prestará contas de seus atos ao Governador e a Câmara Municipal;
RN	SPR	Sem destaque.
RS	SPR	Sem destaque.
RO	SPR	Sem destaque.
RR	CM	Ce-RR, Art. 18. [...] §4º. O interventor prestará contas de sua administração à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas, nas mesmas condições estabelecidas para o Prefeito Municipal.
SC	ALE	Ce-SC, Art. 11. O Estado não intervirá nos Municípios, exceto quando: [...] § 5º. O interventor prestará contas de seus atos ao Governador do Estado, ao Tribunal de Contas e a Assembleia Legislativa.
SP	CM	Ce-SP, Art. 149. O Estado não intervirá no Município, salvo quando: [...] §5º. O interventor prestará contas de seus atos ao Governador do Estado e aos órgãos de fiscalização a que estão sujeitas as autoridades afastadas.
SE	CM	Ce-SE, Art. 24. [...] § 2º. O Interventor deverá prestar contas de sua administração à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas na forma estabelecida para o Prefeito Municipal.
TO	CM	Ce-TO, Art. 66. [...] § 5º. O interventor prestará contas de sua administração à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, nas mesmas condições estabelecidas para o Prefeito.
BR	SPR	Sem destaque.

Fonte: constituições estaduais dos vinte e seis estados, cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho.

Notas: 1. CMP: instituição competente para julgar as contas dos interventores municipais; 2. Ce: constituição estadual; 3. CM: câmara municipal; 4. SPR: sem previsão; 5. ALE: Assembleia Legislativa do Estado.

TC <sup>1</sup>	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>							OT <sup>4</sup>			FAI <sup>5</sup>
	RA <sup>6</sup>	PN <sup>7</sup>	PO <sup>8</sup>	DM <sup>9</sup>	PF <sup>10</sup>	GF <sup>11</sup>	RC <sup>12</sup>	EEF <sup>13</sup>	ED <sup>14</sup>	TR <sup>15</sup>	MN <sup>16</sup>	
	<b>Dispositivos destacados das LO<sup>17</sup>-TC</b>											
TCE-AC	SPR <sup>18</sup>	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim
	LO-TCE-AC, Art. 71. Ao Tribunal de Contas do Estado compete, na forma estabelecida no Regimento Interno, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em 60 (sessenta) dias, a contar de seu recebimento.											
TCE-AL	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim
	LO-TCE-AL, Art. 34. Ao Tribunal de Contas do Estado compete, na forma estabelecida no Regimento Interno, apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Governador do Estado, mediante Parecer Prévio a ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento.											
TCE-AP	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.											
TCE-AM	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim
	LO-TCE-AM, Art. 28. Ao Tribunal de Contas compete, na forma estabelecida no Regimento Interno, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em 60 (sessenta) dias, a contar de seu recebimento.											
TCE-BA	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.											
TCM-BA	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.											
TCE-CE	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.											
TC-DF	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim
	LO-TC-DF, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete: I - apreciar as contas anuais do Governador, fazer sobre elas relatório analítico e emitir parecer prévio, nos termos do art. 37 desta Lei Complementar; [...] Art. 37. Ao Tribunal de Contas compete, na forma estabelecida no Regimento Interno, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento da Câmara Legislativa.											
TCE-ES	Sim	Sim	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim	SPR
	LO-TCE-ES, Art. 80. A emissão do parecer prévio poderá ser: I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais; II - pela aprovação das contas com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal de Contas; III - pela rejeição das contas, quando comprovada grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.											
TCE-GO	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.											
TCM-GO	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.											
TCE-MA	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim
	LO-TCE-MA, Art. 10. O Tribunal, ao apreciar a prestação de contas anual apresentada pelo Prefeito, na data e forma previstas no regimento interno: [...]											
TCE-MT	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	LO-TCE-MT, Art. 10. A falta de instituição e manutenção do sistema de controle interno poderá ensejar a irregularidade das contas e/ou a emissão de parecer prévio contrário à sua aprovação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei ao respectivo responsável, por omissão no seu dever legal.											



TC <sup>1</sup>	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>							OT <sup>4</sup>			FAI <sup>5</sup>
	RA <sup>6</sup>	PN <sup>7</sup>	PO <sup>8</sup>	DM <sup>9</sup>	PF <sup>10</sup>	GF <sup>11</sup>	RC <sup>12</sup>	EEF <sup>13</sup>	ED <sup>14</sup>	TR <sup>15</sup>	MN <sup>16</sup>	
	<b>Dispositivos destacados das LO<sup>17</sup>-TC</b>											
TCE-PI	Sim	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim	SPR	SPR	SPR
	LO-TCE-PI, Art. 59. O parecer prévio consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, financeira e patrimonial havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Estado: I - representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado no final do exercício financeiro; e II - foi elaborado de acordo com os princípios fundamentais e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. Parágrafo único. O parecer prévio será acompanhado de relatório técnico, que conterá informações sobre: I - a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos; II - o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária Anual quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com a Lei do Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias; e III - os reflexos da administração financeira e orçamentária, e das políticas públicas implementadas no desenvolvimento econômico e social do Estado. [...] Art. 63. O parecer prévio consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, financeira e patrimonial havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Município: I - representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do município, no final do exercício financeiro; e II - foi elaborado de acordo com os princípios fundamentais e as normas de contabilidade aplicadas ao setor público. Parágrafo único. O parecer prévio será acompanhado de relatório técnico, que conterá informações sobre: I - a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos; II - o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária Anual quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com a Lei do Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias; e III - os reflexos da administração financeira e orçamentária, e das políticas públicas no desenvolvimento econômico e social do município.											
TCE-RJ	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.											
TCM-RIO	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim
	LO-TCM-RIO, Art. 29. Ao Tribunal compete, na forma estabelecida no Regimento Interno, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, elaborando e emitindo parecer prévio em até sessenta dias úteis a contar de seu recebimento.											
TCE-RN	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	LO-TCE-RN, Art. 59. [...] § 4º. O parecer consiste em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução dos orçamentos, devendo concluir pela aprovação ou rejeição das contas, no todo ou em parte, com indicação, quando for o caso, das parcelas ou rubricas impugnadas. [...] Art. 60. Ao parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Prefeito Municipal, aplicam-se, no que couber, as disposições do art. 59.											
TCE-RS	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim
	LO-TCE-RS, Art. 35. [...] § 2º. O parecer prévio: I - consistirá em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro, devendo conter a análise e os elementos necessários à apreciação final, por parte da Assembleia Legislativa, das gestões contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, envolvendo a administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público do Estado, bem como outros elementos igualmente definidos no Regimento Interno ou em Resolução; II - concluirá pela aprovação ou não das contas, na forma estabelecida no Regimento Interno ou em Resolução. [...] Art. 49. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio conclusivo sobre as contas que os Prefeitos Municipais devem prestar anualmente às respectivas Câmaras Municipais, cabendo o julgamento a estes Órgãos Legislativos, nos termos constitucionais. § 1º. O parecer prévio: I - consistirá em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro, devendo conter a análise e os elementos necessários à apreciação final, por parte da Câmara de Vereadores, das gestões contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, bem como outros elementos igualmente definidos no Regimento Interno ou em Resolução; II - concluirá pela aprovação ou não das contas, na forma estabelecida no Regimento Interno ou em Resolução.											



Quadro 16 - Objeto da apreciação das contas pelos tribunais de contas, conforme suas leis orgânicas.

TC <sup>1</sup>	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>							OT <sup>4</sup>			FAI <sup>5</sup>
	RA <sup>6</sup>	PN <sup>7</sup>	PO <sup>8</sup>	DM <sup>9</sup>	PF <sup>10</sup>	GF <sup>11</sup>	RC <sup>12</sup>	EEF <sup>13</sup>	ED <sup>14</sup>	TR <sup>15</sup>	MN <sup>16</sup>	
	Dispositivos destacados das LO <sup>17</sup> -TC											
	§ 4º. O parecer de que trata este artigo consistirá em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução do orçamento, indicando, se for o caso, as irregularidades, as parcelas impugnadas, as ressalvas e as recomendações. [...] Art. 24. O Tribunal de Contas emitirá parecer, até o último dia do ano seguinte ao do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios. [...] § 3º. O parecer de que trata este artigo atenderá ao disposto no § 4º do artigo anterior.											
TCM-SPO	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	LO-TCM-SPO, Art. 27. O parecer consistirá em apreciação geral e fundamentada das contas do exercício financeiro e concluirá pela sua aprovação ou rejeição, especificando, no segundo caso, os itens impugnados. § 1º. O parecer compreenderá os atos e contratos, apreciados no decorrer do exercício financeiro, e que hajam envolvido despesa pública.											
TCE-SE	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.											
TCE-TO	Sim	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim	SPR	SPR	Sim
	LO-TCE-TO, Art. 99. Ao Tribunal de Contas do Estado compete, na forma estabelecida no Regimento Interno, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento. [...] Art. 102. O Conselheiro-Relator, além dos elementos contidos nas contas prestadas pelos Prefeitos Municipais, poderá solicitar esclarecimentos adicionais e efetuar, por intermédio de unidade própria, levantamentos necessários à elaboração do seu Relatório. Art. 103. O parecer prévio a que se refere o art. 1º, inciso I desta Lei, consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Município representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública municipal, concluindo por recomendar a aprovação ou a rejeição das contas. Parágrafo único. O parecer prévio será acompanhado de relatório, que conterà informações sobre: I - a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos municipais; II - o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária anual quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com a Lei do Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias; III - o reflexo da administração financeira e orçamentária municipal no desenvolvimento econômico e social do Município.											
TCU	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim
	LO-TCU, Art. 36. Ao Tribunal de Contas da União compete, na forma estabelecida no Regimento Interno, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.											

Fonte: leis orgânicas dos tribunais de contas, cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. TC: tribunal de contas; 2. BG: balanços gerais; 3. EO: execução dos orçamentos; 4. OT: outros temas; 5. FAI: na forma de ato normativo interno; 6. RA: representa adequadamente as posições financeira, orçamentária, contábil e patrimonial, em 31 de dezembro; 7. PN: princípios e normas constitucionais e legais; 8. PO: programas e metas previstos no planejamento orçamentário; 9. DM: despesas mínimas obrigatórias; 10. PF: equilíbrio do poder financeiro; 11. GF: gestão fiscal; 12. RC: receitas; 13. EEF: especificidade do ente federado; 14. ED: efeitos no desenvolvimento econômico e social; 15. TR: transparência; 16. MN: monitoramento das determinações e recomendações do tribunal de contas; 17. LO: lei orgânica; 18. SPR: sem previsão.







Quadro 17 - Objeto da apreciação das contas pelos tribunais de contas, conforme atos normativos internos.

TC <sup>1</sup>	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>							OT <sup>4</sup>		
	RA <sup>5</sup>	PN <sup>6</sup>	PO <sup>7</sup>	DM <sup>8</sup>	PF <sup>9</sup>	GF <sup>10</sup>	RC <sup>11</sup>	EEF <sup>12</sup>	ED <sup>13</sup>	TR <sup>14</sup>	MN <sup>15</sup>
	<b>Dispositivos destacados dos AI<sup>16</sup> dos TC</b>										
	<p>demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com os princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública, concluindo pela aprovação, aprovação com ressalva ou rejeição das contas. § 1º. O parecer prévio conterá registros sobre a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Estado e nas demais operações realizadas com recursos públicos estaduais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual. § 2º. O relatório, que acompanhará o parecer prévio, conterá as informações exigidas em ato normativo do Tribunal. [...] Art. 124. O parecer prévio do Tribunal consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública, bem como a observância dos princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública, concluindo pela aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas. Parágrafo único. O parecer prévio previsto no <i>caput</i> conterá registros sobre a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Município e nas demais operações realizadas com recursos públicos municipais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual. [...] Art. 132. A emissão do parecer prévio sobre as contas dos governos estadual ou municipal poderá ser: I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais; II - pela aprovação das contas com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal; III - pela rejeição das contas, quando comprovada grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.</p> <p>Resolução TCE-ES n. 297/2016, Art. 5º A análise das contas de governo prestadas pelo chefe do Poder Executivo municipal observará, além das disposições contidas nos Capítulos II e III, do Título IV, do RITCEES, o seguinte escopo: I - resultados da execução orçamentária, financeira e patrimonial; II - autorização orçamentária e abertura de créditos adicionais; III - limites de despesas com pessoal; IV - repasses ao Poder Legislativo municipal; V - dívida consolidada do município; VI - montante global das operações de crédito; VII - comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos aos valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar; VIII - garantias concedidas pelo município; IX - operações de crédito por antecipação de receita orçamentária; X - aumento das despesas com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder; XI - obrigações contraídas pelo titular do Poder nos 2 (dois) últimos quadrimestres do seu mandato; XII - aplicação do mínimo de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino; XIII - destinação mínima de 60% (sessenta por cento) dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício; XIV - aplicação do mínimo de recursos em ações e serviços públicos de saúde; XV - parecer emitido pelo conselho de fiscalização do FUNDEB e sua repercussão sobre as contas objeto de apreciação; XVI - parecer emitido pelo conselho de fiscalização dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde e sua repercussão sobre as contas objeto de apreciação; XVII - renúncia de receita; XVIII - análise de consistência dos dados apresentados nas demonstrações contábeis e demais peças da prestação de contas anual, contemplando os pontos de controle pertinentes, dispostos no item III do anexo único desta Resolução; (Redação dada pela Resolução n. 320/2018, DOEL-TCEES 26.9.2018) [...] Art. 14. Para subsidiar o julgamento das contas apresentadas a partir do exercício de 2017, o TCEES utilizará a auditoria financeira prevista no inciso X do art. 1º desta Resolução, para as prestações de contas por ele definidas, observados os critérios de relevância, materialidade, risco e oportunidade.</p>										
TCE-GO	SPR	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim	SPR	SPR
	RI-TCE-GO, Art. 176. [...] § 1º. Os pareceres prévios conterão registros sobre a observância e cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução do orçamento do Estado e nas demais operações realizadas com recursos públicos, em especial quanto ao que										



Quadro 17 - Objeto da apreciação das contas pelos tribunais de contas, conforme atos normativos internos.

TC <sup>1</sup>	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>							OT <sup>4</sup>		
	RA <sup>5</sup>	PN <sup>6</sup>	PO <sup>7</sup>	DM <sup>8</sup>	PF <sup>9</sup>	GF <sup>10</sup>	RC <sup>11</sup>	EEF <sup>12</sup>	ED <sup>13</sup>	TR <sup>14</sup>	MN <sup>15</sup>
	<b>Dispositivos destacados dos AI<sup>16</sup> dos TC</b>										
	<p>e apreciação das contas. [...] Art. 176. [...] § 3º. Será emitido parecer prévio, favorável ou contrário à aprovação das contas anuais, explicitando os elementos e fundamentos de convicção e ressaltando o fato de que a manifestação se baseou, exclusivamente, no exame de documentos de veracidade ideológica presumida.</p> <p>Resolução Normativa TCE-MT n. 10/2008, Art. 1º. [...] § 1º. As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito Municipal no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas. [...] Art. 5º. [...] § 1º. O parecer prévio sobre as contas anuais de governo será conclusivo no sentido de manifestar-se sobre: a) se as contas anuais representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31.12, bem como o resultado das operações de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade aplicada à administração pública; b) a observância aos limites constitucionais e legais na execução dos orçamentos públicos; c) o cumprimento dos programas previstos na LOA quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento das metas, assim como a consonância dos mesmos com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias; d) o resultado das políticas públicas, evidenciando o reflexo da administração financeira e orçamentária no desenvolvimento econômico e social do município; e) a observância ao princípio da transparência.</p> <p>Resolução Normativa TCE-MT n. 2/2015, Art. 2º. Atualizar, no anexo único desta Resolução, a Cartilha de Classificação das Irregularidades para apreciação e julgamento das contas anuais de governo e de gestão, a partir da competência 2014. Parágrafo único. Na apreciação e julgamento das contas anuais referidas no <i>caput</i>, o Tribunal Pleno levará em consideração, além da classificação indicada nos termos deste artigo, também o disposto no art. 194, da Resolução Normativa n. 14/2007, bem como os princípios da legitimidade, economicidade, razoabilidade, moralidade e eficiência dos atos de governo e gestão. [...] Anexo Único. [...] A. Limites Constitucionais/Legais. Gravíssimas (A). [...] B. Gestão Patrimonial. Gravíssimas (A). [...] C. Contabilidade. Gravíssimas (A). [...] D. Gestão Fiscal/Financeira. Gravíssimas (A). E. Controle interno. Gravíssimas (A). [...] K. Pessoal Gravíssimas (A). L. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Gravíssimas (a).</p>										
TCE-MS	Sim	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	RI-TCE-MS, Art. 119. Para os fins do disposto nesta Seção, os Pareceres Prévios: I - declararão expressamente se os: a) elementos integrantes das contas prestadas demonstram adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do Estado ou do Município, conforme o caso; b) atos ou fatos de natureza financeira, orçamentária e patrimonial, bem como seus resultados, estão registrados em conformidade com os princípios e demais regras de contabilidade pública; II - serão acompanhados de informações objetivas sobre a fiel observância, pelos respectivos governantes gestores: a) das disposições constitucionais, legais e regulamentares pertinentes, especialmente dos princípios estabelecidos nos arts. 37, <i>caput</i> , e 70, <i>caput</i> , da Constituição Federal; b) do cumprimento dos planos plurianuais, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais; III - serão conclusivos, com teor favorável ou contrário à aprovação das contas pelos Poderes Legislativos do Estado e de cada Município, conforme o caso.										
TCE-MG	Sim	Sim	Sim	Sim	SPR	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim
	RI-TCE-MG, Art. 232. O parecer prévio será conclusivo quanto à observância das normas constitucionais e legais e quanto à situação financeira, orçamentária, contábil e patrimonial do Estado em 31 de dezembro. Parágrafo único. O relatório técnico, que acompanhará o parecer prévio, conterá análise detalhada das contas apresentadas pelo Governador, bem como elementos e informações sobre o cumprimento das metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento governamental e seus reflexos no desenvolvimento econômico e social do Estado. [...] Art. 240. A emissão do parecer prévio poderá ser: I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais; II - pela aprovação das contas, com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais recomendações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal; III - pela rejeição das contas, quando caracterizados atos de gestão em desconformidade com as normas constitucionais e legais.										
	Instrução Normativa TCE-MG n. 4/2017, Art. 2º Para fins de emissão de parecer prévio, as contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal serão analisadas com base nas informações enviadas										







Quadro 17 - Objeto da apreciação das contas pelos tribunais de contas, conforme atos normativos internos.

TC <sup>1</sup>	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>							OT <sup>4</sup>		
	RA <sup>5</sup>	PN <sup>6</sup>	PO <sup>7</sup>	DM <sup>8</sup>	PF <sup>9</sup>	GF <sup>10</sup>	RC <sup>11</sup>	EEF <sup>12</sup>	ED <sup>13</sup>	TR <sup>14</sup>	MN <sup>15</sup>
	<b>Dispositivos destacados dos AI<sup>16</sup> dos TC</b>										
	Art. 27 da Portaria MPS 402/08); 6.2 - Encaminhamento da Lei que formaliza a opção escolhida para equacionamento do déficit, sendo exemplos: o aumento da alíquota ou a criação de alíquota complementar (Arts. 9º da Lei n. 9.717/98, c/c Art. 19 da Portaria MPS n. 403/2008); 6.3 - Pagamento de aportes para cobertura do déficit atuarial na forma apurada no Laudo Atuarial (Arts. 9º da Lei n. 9.717/98, c/c Art. 18 e 19 da Portaria MPS 403/2008). 7. Aspectos Fiscais - Lei de Responsabilidade Fiscal: 7.1 - Limite de despesas com pessoal – retorno ao limite e/ou redução de 1/3 nos prazos legais. Obs.: O cálculo levará em consideração as terceirizações de serviços nas áreas de saúde e educação – art. 18, § 1º, da LRF (Art. 23 da Lei Complementar n. 101/00); 7.2 – Limite para a Dívida Consolidada – retorno ao limite e/ou redução de 25% nos prazos legais (Art. 3º, II, da Resolução n. 40/01 do Senado Federal, c/c Arts. 30, I, e 31 da Lei Complementar n. 101/00 e Art. 52, VI, da Constituição Federal). 8. Gestão do Legislativo: 8.1 - Extrapolação do teto constitucional para despesas da Câmara (Art. 29-A da Constituição Federal, com a redação dada pela EC n. 58/2009; 8.2 - Extrapolação do limite para despesas com a folha de pagamento (Art. 29-A da Constituição Federal, com a redação dada pela EC n. 58/2009); 8.3 - Existência de superávit/déficit financeiro na fonte 001 – recursos livres (Arts. 29-A, 165 e 168, da Constituição Federal, c/c Art. 22 da Instrução Normativa n. 89/2013-TCEPR).										
TCE-PE	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	RI-TCE-PE, Art. 158. O relatório técnico abordará análises da gestão fiscal, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do Estado, conforme disciplinado em ato normativo específico. [...] Art. 162. O parecer prévio será sempre justificado e conclusivo, recomendando a aprovação, a aprovação com ressalvas ou a rejeição, de tal modo que possibilite à Assembleia Legislativa a formação de juízo a respeito da gestão fiscal, da administração financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e seus reflexos sobre o desenvolvimento econômico e social do Estado. [...] Art. 163- D. O parecer prévio será sempre justificado e conclusivo, recomendando a aprovação, a aprovação com ressalvas ou a rejeição, de tal modo que possibilite à Câmara Municipal a formação de juízo a respeito da gestão fiscal, da administração financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e seus reflexos sobre o desenvolvimento econômico e social do Município. § 1º. No caso de ser recomendada à Câmara Municipal a aprovação das contas com ressalvas, o parecer deverá indicar as impropriedades constatadas, de modo que as medidas corretivas possam ser adotadas.										
TCE-PI	Sim	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	Sim	SPR	SPR
	RI-TCE-PI, Art. 156. Além dos elementos contidos na prestação de contas, o relator poderá solicitar esclarecimentos adicionais e efetuar, por intermédio de unidade própria, levantamentos, auditorias ou acompanhamentos que entenda necessários à elaboração do seu relatório. [...] Art. 160. O parecer prévio a que se refere o <i>caput</i> do art. 151 será conclusivo no sentido de exprimir se as contas do Governo do Estado representam adequadamente as posições financeira, orçamentária, contábil e patrimonial, em 31 de dezembro, bem como sobre a observância dos princípios constitucionais e legais que regem a administração pública. § 1º. O parecer prévio conterá registros acerca da observância às normas constitucionais, legais e regulamentares quando da execução dos orçamentos do Estado e das demais operações realizadas com recursos públicos estaduais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual. § 2º. O relatório, que acompanhará o parecer prévio, conterá informações sobre: I - o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual quanto à legitimidade, a eficiência e a economicidade, bem como ao alcance de metas e à consonância destes com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; II - o reflexo da administração financeira e orçamentária estadual no desenvolvimento socioeconômico do Estado, observando os princípios estabelecidos no art. 365, inciso III; III - a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes próprios de previdência social e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial. [...] Art. 165. O parecer prévio a que se refere o <i>caput</i> do art. 163 será conclusivo no sentido de exprimir se as contas do Governo do Município representam adequadamente as posições financeira, orçamentária, contábil e patrimonial, em 31 de dezembro, bem como sobre a observância dos princípios constitucionais e legais que regem a administração pública. § 1º. O parecer prévio conterá registros sobre a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Município e nas demais operações realizadas com recursos públicos municipais, em especial, quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual. § 2º. O relatório, que acompanhará o parecer prévio, em cada caso, conterá informações sobre: I - o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual quanto à legitimidade, a eficiência e a economicidade, bem como ao alcance										







Quadro 17 - Objeto da apreciação das contas pelos tribunais de contas, conforme atos normativos internos.

TC <sup>1</sup>	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>							OT <sup>4</sup>		
	RA <sup>5</sup>	PN <sup>6</sup>	PO <sup>7</sup>	DM <sup>8</sup>	PF <sup>9</sup>	GF <sup>10</sup>	RC <sup>11</sup>	EEF <sup>12</sup>	ED <sup>13</sup>	TR <sup>14</sup>	MN <sup>15</sup>
	<b>Dispositivos destacados dos AI<sup>16</sup> dos TC</b>										
	estadual, periodicamente, no decorrer do exercício financeiro a que se referem, para fins de obtenção de subsídios para a elaboração do Relatório Técnico sobre as contas anuais do Governo do Estado, sem prejuízo da observância das diretrizes que forem estabelecidas pelo Relator. [...] Art. 76. O Projeto de Parecer Prévio deve conter os elementos previstos no art. 71, as ressalvas e recomendações do Relator, se necessárias, e a conclusão fundamentada recomendando a aprovação ou a rejeição das contas. § 1º. Constituem ressalvas as observações de natureza restritiva em relação a certos fatos verificados no exame das contas, quer porque se discorda do que foi registrado, quer porque tais fatos não estão em conformidade com as normas e leis aplicáveis. § 2º. Recomendações são medidas sugeridas para a correção das falhas e deficiências verificadas no exame de contas. [...] Art. 85. O parecer prévio do Tribunal consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública Municipal, concluindo pela aprovação ou não das contas. [...] Art. 86. O Parecer Prévio sobre as contas municipais será elaborado com base em relatório técnico preparado pelo órgão competente. Art. 87. O Relatório Técnico conterá informações sobre: I - a observância as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos municipais; II - o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias; III - o reflexo da administração financeira e orçamentária municipal no desenvolvimento econômico e social do Município; IV - o resultado de inspeções, de auditorias e de processos de tomada de contas especial concluídos no exercício ou em tramitação no Tribunal de Contas; V - outras informações solicitadas pelo Relator. [...] Art. 90. O projeto de Parecer Prévio das contas municipais fará remissão à análise geral e fundamentada do Relatório Técnico, com as ressalvas e recomendações do Relator, se existentes, devendo concluir pela aprovação ou rejeição. § 1º. Constituem ressalvas as observações do Relator de natureza restritiva em relação a certos fatos verificados no exame das contas, quer porque discorda do que foi registrado, quer porque tais fatos não estão em conformidade com as normas e leis aplicáveis. § 2º. Recomendações são medidas sugeridas pelo Relator para a correção das falhas e deficiências verificadas no exame de contas.										
TCE-SP	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Instruções TCE-SP n. 2/2016, Art. 5º. O Conselheiro Relator das contas poderá, a qualquer tempo, solicitar outros documentos ou demais elementos que julgar pertinentes à instrução do processo, sem prejuízo da realização de auditorias, quando necessárias.										
TCM-SPO	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	RI-TCM-SPO, Art. 71. Em sessão extraordinária especialmente convocada em tempo hábil a possibilitar a análise da matéria pelo Plenário, no prazo total de 90 (noventa) dias a contar do recebimento das contas, o Relator apresentará seu relatório e voto. § 1º. O relatório compreenderá: I - a apreciação da execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, levando em conta os elementos de instrução obtidos pelos órgãos técnicos; II - a análise do balanço apresentado. § 2º. O voto concluirá pela aprovação ou rejeição das contas, especificando, neste último caso, os itens impugnados.										
TCE-SE	SPR	SPR	SPR	Sim	Sim	Sim	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Resolução TCE-SE n. 273/2011, Art. 1º. A análise técnica e o reexame dos processos de prestação de contas anuais apresentados pelos Chefes dos Poderes Executivos Municipais, referentes aos exercícios financeiros de 2010 e anteriores, observarão, para fim de emissão de parecer prévio, os seguintes parâmetros: I - cumprimento dos índices constitucionais relativos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, incluindo os índices legais alusivos ao FUNDEF e/ou FUNDEB; II - cumprimento do índice constitucional relativo às ações e serviços de saúde; III - cumprimento dos limites dispostos nos artigos 12, §§ 2º, 19, 20 e 23, do art.33, §§ 3º, 37, 42, 43, 52 a 55, 59 e 70 da Lei Complementar 101/2000; IV - cumprimento do limite definido no art. 29-A da Constituição Federal de 1988, no repasse de recursos ao Poder Legislativo Municipal; V - cumprimento das disposições previstas no artigo 167, inciso V, da CF/88 e nos artigos 42, 43 e 59 da Lei Federal n. 4.320/64 na abertura de créditos orçamentários e adicionais.										





Quadro 17 - Objeto da apreciação das contas pelos tribunais de contas, conforme atos normativos internos.

TC <sup>1</sup>	BG <sup>2</sup>	EO <sup>3</sup>						OT <sup>4</sup>			
	RA <sup>5</sup>	PN <sup>6</sup>	PO <sup>7</sup>	DM <sup>8</sup>	PF <sup>9</sup>	GF <sup>10</sup>	RC <sup>11</sup>	EEF <sup>12</sup>	ED <sup>13</sup>	TR <sup>14</sup>	MN <sup>15</sup>
	Dispositivos destacados dos AI <sup>16</sup> dos TC										
	<p>adequadas e suficientes que fundamentem a opinião; e os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis possam ser materialmente relevantes e generalizados. § 4º. A opinião de auditoria dos balanços gerais da União levará em consideração, quando houver, as opiniões de auditoria das demonstrações financeiras de ministérios, órgãos, entidades e fundos federais materialmente relevantes. § 5º. Para os fins do disposto no parágrafo anterior, as auditorias das demonstrações financeiras de ministérios, órgãos, entidades e fundos federais devem ser concluídas pela Unidade Técnica responsável até o final de março do exercício seguinte a que se referem as demonstrações financeiras auditadas. Art. 14. A opinião do Tribunal sobre a execução orçamentária e a gestão dos recursos públicos federais poderá ser sem ressalvas, com ressalvas ou adversa, considerando, em conjunto, os achados decorrentes da análise e das auditorias realizadas quanto à observância dos princípios e normas constitucionais e legais que regem a Administração Pública Federal na execução dos orçamentos da União e nas demais operações realizadas com recursos públicos federais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual. § 1º. A opinião sobre a execução dos orçamentos será com ressalvas quando forem detectadas: I - impropriedades; II - irregularidades que, pela materialidade e gravidade, não impliquem em opinião adversa; III - distorção materialmente relevante com efeito não generalizado sobre as informações de desempenho orçamentário ou da política fiscal. § 2º. A opinião sobre a execução dos orçamentos poderá ser adversa quando houver: I - inobservância de princípio ou norma constitucional ou legal que rege a Administração Pública Federal, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual; II - prática de ato que atente contra a probidade da Administração ou a lei orçamentária anual, conforme previsto no art. 85, incisos V e VI, da Constituição Federal; III - distorções materialmente relevantes, que, individualmente ou em conjunto, tenham efeitos generalizados sobre as informações de desempenho orçamentário ou da política fiscal; IV - aplicações em ações e serviços públicos de saúde, em manutenção e desenvolvimento do ensino ou em irrigação inferiores aos percentuais ou valores mínimos estabelecidos, respectivamente, nos arts. 198, § 2º, e 212 da Constituição Federal e 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), bem como nas demais normas correlatas; V - execução orçamentária e financeira das ações decorrentes de emendas parlamentares individuais em montante inferior ao valor ou percentual mínimo obrigatório previsto no art. 166, § 11, da Constituição Federal; VI - inobservância dos princípios e regras constitucionais e infraconstitucionais relativos à gestão fiscal responsável, em especial quanto: a) aos limites ou condições para inscrição em restos a pagar, dívida pública, operação de crédito, concessão de garantias e despesas com pessoal fixados pelas normas de finanças públicas e pelas resoluções do Senado Federal; b) ao atingimento das metas fiscais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, observado o disposto nos arts. 4º, 8º, 9º, 13 e 59 da Lei Complementar n. 101, de 2000; c) ao limite de gastos estabelecido pela Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal; VII - outras ocorrências que, pela materialidade e gravidade, tenham repercussão negativa sobre a gestão.</p>										

Fonte: regimentos internos e outros atos normativos internos dos tribunais de contas, cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. TC: tribunal de contas; 2. BG: balanços gerais; 3. EO: execução dos orçamentos; 4. OT: outros temas; 5. RA: representa adequadamente as posições financeira, orçamentária, contábil e patrimonial, em 31 de dezembro; 6. PN: princípios e normas constitucionais e legais; 7. PO: programas e metas previstos no planejamento orçamentário; 8. DM: despesas mínimas obrigatórias; 9. PF: equilíbrio do poder financeiro; 10. GF: gestão fiscal; 11. RC: receitas; 12. EEF: especificidade do ente federado; 13. ED: efeitos no desenvolvimento econômico e social; 14. TR: transparência; 15. MN: monitoramento das determinações e recomendações do tribunal de contas; 16. AI: atos normativos internos; 17. SPR: sem previsão; 18. RI: regimento interno.

Quadro 18 - Prazo para os tribunais de contas emitirem os pareceres prévios, na legislação de seus entes.

TC <sup>1</sup>	Prazo para emissão de parecer prévio das contas do			
	PR <sup>2</sup>	GE <sup>3</sup>	PM <sup>4</sup>	PM (Legislação)
Dispositivos destacados da CRFB/1988, das Ce <sup>5</sup> , das LOM <sup>6</sup> e das LO <sup>7</sup> -TC				
TCE-AC	NA <sup>8</sup>	60 dias	120 dias	Ce
	Ce-AC, Art. 61. O controle externo, sob a responsabilidade da Assembleia Legislativa, será exercido pelo Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento; [...] XI - emitir parecer prévio, no prazo de cento e vinte dias do seu recebimento, sobre as contas que os prefeitos e Câmaras Municipais devem apresentar anualmente; LO-TCE-AC, Art. 71-A. As contas anuais dos prefeitos, de governo e de gestão, que poderão ser enviadas conjuntamente, serão examinadas pelo Tribunal, que emitirá parecer prévio até 31 de março do exercício seguinte ao do recebimento, acerca das contas de governo e emitirá acórdão sobre o julgamento acerca da aplicação efetiva dos recursos relativos às contas de gestão.			
TCE-AL	NA	60 dias	SPR <sup>9</sup>	NA
	Ce-AL, Art. 97. Ao Tribunal de Contas do Estado compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, remetendo, dentro do prazo de sessenta dias, a contar de seu recebimento, o parecer prévio à Assembleia Legislativa, sob pena de crime de responsabilidade do Presidente do Tribunal;			
TCE-AP	NA	60 dias	31 dez. AAAA <sup>10</sup>	Ce
	Ce-AP, Art. 112. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento; II - apreciar as contas dos Prefeitos e julgar as contas da Mesa Diretora das Câmaras Municipais, dentro do exercício em que forem prestadas;			
TCE-AM	NA	60 dias	31 mar. (AAAA+1) <sup>11</sup>	LO-TC
	Ce-AM, Art. 40. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento; [...] Art. 127. [...] § 2º. O Tribunal de Contas do Estado encaminhará, anualmente, à Câmara Municipal pareceres conclusivos dos relatórios e balanços de que trata o art. 106, desta Constituição. LO-TCE-AM, Art. 29. O Tribunal de Contas emitirá parecer, até o último dia do ano seguinte ao do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios.			
TCE-BA	NA	60 dias	NA	NA
	Ce-BA, Art. 91. Os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, dotados de autonomia administrativa e de independência funcional, são órgãos de auxílio do controle externo a cargo, respectivamente, da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais, competindo-lhes: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelos chefes dos Poderes Executivos, mediante parecer prévio a ser elaborado no prazo de sessenta dias, para o Tribunal de Contas do Estado, e de cento e oitenta dias para o Tribunal de Contas dos Municípios, ambos contados a partir da data do seu recebimento;			
TCM-BA	NA	NA	180 dias	Ce
	Ce-BA, Art. 91. Os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, dotados de autonomia administrativa e de independência funcional, são órgãos de auxílio do controle externo a cargo, respectivamente, da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais, competindo-lhes: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelos chefes dos Poderes Executivos, mediante parecer prévio a ser elaborado no prazo de sessenta dias, para o Tribunal de Contas do Estado, e de cento e oitenta dias para o Tribunal de Contas dos Municípios, ambos contados a partir da data do seu recebimento;			
TCE-CE	NA	60 dias	12 meses	Ce
	Ce-CE, Art. 76. Compete ao Tribunal de Contas: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento; [...] Art. 78. Compete ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará: I - apreciar as contas prestadas pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de doze meses, a contar do seu recebimento;			
TC-DF	NA	60 dias	NA	NA
	LO-DF, Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete: I - apreciar as contas anuais do Governador,			

Quadro 18 - Prazo para os tribunais de contas emitirem os pareceres prévios, na legislação de seus entes.

TC <sup>1</sup>	Prazo para emissão de parecer prévio das contas do			
	PR <sup>2</sup>	GE <sup>3</sup>	PM <sup>4</sup>	PM (Legislação)
	Dispositivos destacados da CRFB/1988, das Ce <sup>5</sup> , das LOM <sup>6</sup> e das LO <sup>7</sup> -TC			
	fazer sobre elas relatório analítico e emitir parecer prévio no prazo de sessenta dias, contados do seu recebimento da Câmara Legislativa;			
TCE-ES	NA	60 dias	24 meses	Ce
	Ce-ES, Art. 71. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; II - emitir parecer prévio sobre as contas dos Prefeitos, em até vinte e quatro meses, a contar do seu recebimento, e julgar as contas do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e das Mesas da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais, em até dezoito meses, a contar dos seus recebimentos;			
TCE-GO	NA	60 dias	NA	NA
	Ce-GO, Art. 26. Ao Tribunal de Contas do Estado compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento e publicado no Diário Oficial do Estado;			
TCM-GO	NA	NA	60 dias	Ce
	Ce-GO, Art. 79. [...] § 1º. O controle externo a cargo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, ao qual compete emitir o parecer prévio sobre as contas anuais do Município, no prazo de sessenta dias contados a partir do recebimento das contas.			
TCE-MA	NA	60 dias	31 dez. AAAA	LO-TC
	Ce-MA, Art. 51. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; [...] Art. 172. Ao Tribunal de Contas do Estado, no âmbito do controle externo do Município, além das atribuições previstas nesta Constituição, compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio; LO-TCE-MA, Art. 10. O Tribunal, ao apreciar a prestação de contas anual apresentada pelo Prefeito, na data e forma previstas no regimento interno: I - emitirá parecer prévio sobre as contas de governo do Prefeito, no prazo de sessenta dias, a ser contado da data de seu recebimento, ou até o último mês do exercício financeiro, com fundamento no art. 172, inciso I, § 3º, da Constituição Estadual, e observado o disposto no § 3º e § 4º do art. 8º desta lei;			
TCE-MT	NA	60 dias	31 dez. AAAA	Ce
	Ce-MT, Art. 47. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento e enviado à Assembleia Legislativa para julgamento; [...] Art. 210. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio circunstanciado sobre as contas que o Prefeito Municipal deve, anualmente, prestar, podendo determinar para esse fim a realização de inspeções necessárias, observado: I - as contas anuais do Prefeito Municipal do ano anterior serão apreciadas pelo Tribunal de Contas, dentro do exercício financeiro seguinte;			
TCE-MS	NA	60 dias	31 dez. AAAA	LO-TC
	Ce-MS, Art. 24. [...] § 1º. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, que emitirá parecer prévio sobre todas as contas prestadas pelo Prefeito, dentro dos noventa dias seguintes ao encerramento do exercício financeiro. [...] Art. 77. O controle externo a cargo da Assembleia Legislativa será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, através de parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; LO-TCE-MS, Art. 33. [...] § 3º. O Tribunal deve emitir parecer prévio sobre as contas anuais dos Prefeitos Municipais até o último dia do exercício em que elas tenham sido prestadas.			
TCE-MG	NA	60 dias	360 dias	Ce
	Ce-MG, Art. 76. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e sobre elas emitir parecer prévio, em sessenta dias, contados de seu recebimento; [...] Art. 180. A Câmara Municipal julgará as contas do Prefeito, mediante parecer prévio do Tribunal de			

Quadro 18 - Prazo para os tribunais de contas emitirem os pareceres prévios, na legislação de seus entes.

TC <sup>1</sup>	Prazo para emissão de parecer prévio das contas do			
	PR <sup>2</sup>	GE <sup>3</sup>	PM <sup>4</sup>	PM (Legislação)
<b>Dispositivos destacados da CRFB/1988, das Ce<sup>5</sup>, das LOM<sup>6</sup> e das LO<sup>7</sup>-TC</b>				
Contas, que terá trezentos e sessenta dias de prazo, contados de seu recebimento, para emití-lo, na forma da lei.				
TCE-PA	NA	60 dias	NA	NA
Ce-PA, Art. 116. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;				
TCM-PA	NA	NA	1 ano	Ce
Ce-PA, Art. 71. [...] § 4º. O parecer prévio sobre as contas deve ser emitido, pelo Tribunal de Contas dos Municípios, dentro do prazo improrrogável de um ano, contado da data do recebimento do respectivo processo.				
TCE-PB	NA	60 dias	1 ano	Ce
Ce-PB, Art. 13. [...] § 7º. A partir da data do recebimento das contas do Município, o Tribunal de Contas dos Municípios terá o prazo de um ano para emitir parecer. [...] Art. 71. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;				
TCE-PR	NA	60 dias	1 ano	LO-TC
Ce-PR, Art. 75. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; LO-TCE-PR, Art. 23. O Tribunal de Contas emitirá parecer, no prazo máximo de 1 (um) ano a contar do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas do Poder Executivo Municipal, e julgará, até o último dia do ano do seu recebimento, a prestação de contas apresentada pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal e demais Administradores Municipais.				
TCE-PE	NA	60 dias	31 dez. AAAA	Ce
Ce-PE, Art. 30. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - a apreciação das contas prestadas anualmente pelo Governador, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; [...] Art. 86. [...] § 1º. O controle externo exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, também compreenderá: [...] III - a emissão dos pareceres prévios nas contas das Prefeituras e das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais, até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano; (Expressão “e das Mesas das Câmaras Municipais” declarada inconstitucional pelo STF, na ADIN n. 1.779, DJU 1 ago. 2001).				
TCE-PI	NA	60 dias	90 dias	Ce
Ce-PI, Art. 32. [...] § 1º. O controle externo é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado que, de posse dos balancetes mensais e do balanço geral do Município, emitirá parecer prévio sobre as contas do Prefeito Municipal, noventa dias a contar do recebimento do balanço geral. [...] Art. 86. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, a ele competindo: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, elaborado em até sessenta dias a contar de seu recebimento;				
TCE-RJ	NA	60 dias	60 dias	Ce
Ce-RJ, Art. 123. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; [...] Art. 125. Compete ao Tribunal de Contas do Estado, além de outras atribuições conferidas por lei: I - dar parecer prévio sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento;				
TCM-RIO	NA	NA	60 dias	LOM
LOM-RIO, Art. 88. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo				

Quadro 18 - Prazo para os tribunais de contas emitirem os pareceres prévios, na legislação de seus entes.

TC <sup>1</sup>	Prazo para emissão de parecer prévio das contas do			
	PR <sup>2</sup>	GE <sup>3</sup>	PM <sup>4</sup>	PM (Legislação)
	Dispositivos destacados da CRFB/1988, das Ce <sup>5</sup> , das LOM <sup>6</sup> e das LO <sup>7</sup> -TC			
	Prefeito, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;			
TCE-RN	NA	60 dias	31 dez. AAAA	LO-TC
	Ce-RN, Art. 53. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, a ser elaborado em sessenta (60) dias, a contar do seu recebimento; LO-TCE-RN, Art. 1º. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - emitir parecer prévio, sobre as contas anuais: [...] b) das administrações municipais, até o final do exercício seguinte a que se referem as contas, respeitado o disposto no art. 31, § 2º, da Constituição Federal;			
TCE-RS	NA	60 dias	SPR	NA
	Ce-RS, Art. 71. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete, além das atribuições previstas nos arts. 71 e 96 da Constituição Federal, adaptados ao Estado, emitir parecer prévio sobre as contas que os Prefeitos Municipais devem prestar anualmente. LO-TCE-RS, Art. 35. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio sobre as contas que devem ser prestadas anualmente pelo Governador do Estado à Assembleia Legislativa. § 1º. A emissão do parecer prévio de que trata o “caput” deste artigo dar-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data em que o Tribunal de Contas receber da Assembleia Legislativa as respectivas contas.			
TCE-RO	NA	60 dias	180 dias	LO-TC
	Ce-RO, Art. 49. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; LO-TCE-RO, Art. 35. Ao Tribunal de Contas do Estado compete, na forma estabelecida no Regimento Interno, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio a ser elaborado e votado em 60 (sessenta) dias, para as contas do Governador do Estado, e em 180 (cento e oitenta) dias, para as dos Prefeitos Municipais, a contar de seus recebimentos.			
TCE-RR	NA	60 dias	31 mar. (AAAA+1)	LO-TC
	Ce-RR, Art. 49. [...] Parágrafo único. O Controle Externo, a cargo da Assembleia Legislativa do Estado, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, e, em caso de necessidade justificada pela Mesa Diretora, do Ministério Público de Contas, competindo-lhes a promoção da ordem jurídica, além de outras definidas em Lei, bem como: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governado do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em 60 (sessenta) dias, a contar do seu recebimento; LO-TCE-RR, Art. 38-C. As contas anuais do Prefeito e da Gestão Fiscal referentes ao Poder Executivo serão examinadas pelo Tribunal, que emitirá Parecer Prévio até o último dia útil do mês de dezembro do exercício subsequente ao de seu recebimento, para julgamento pelo Poder Legislativo.			
TCE-SC	NA	60 dias	31 dez. AAAA	Ce
	Ce-SC, Art. 59. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, as quais serão anexadas às dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, mediante parecer prévio que levará em consideração as contas dos três últimos exercícios financeiros e que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; [...] Art. 113. [...] § 5º. O Tribunal de Contas do Estado emitirá parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Prefeito até o último dia do exercício em que foram prestadas.			
TCE-SP	NA	60 dias	31 mar. (AAAA+1)	LO-TC
	Ce-SP, Art. 33. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar			

Quadro 18 - Prazo para os tribunais de contas emitirem os pareceres prévios, na legislação de seus entes.

TC <sup>1</sup>	Prazo para emissão de parecer prévio das contas do			
	PR <sup>2</sup>	GE <sup>3</sup>	PM <sup>4</sup>	PM (Legislação)
	<b>Dispositivos destacados da CRFB/1988, das Ce<sup>5</sup>, das LOM<sup>6</sup> e das LO<sup>7</sup>-TC</b>			
	do seu recebimento; [...] XIII - emitir parecer sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios, exceto a dos que tiverem Tribunal próprio; LO-TCE-SP, Art. 24. O Tribunal de Contas emitirá parecer, até o último dia do ano seguinte ao do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios.			
TCM-SPO	NA	NA	120 dias	LOM
	LOM-SPO, Art. 48. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ao qual compete: I - apreciar contas prestadas anualmente pelo Prefeito, pela Mesa da Câmara e pelo próprio Tribunal, que serão apresentadas obrigatoriamente até 31 de março de cada exercício, mediante parecer prévio informativo, que deverá ser elaborado e enviado à Câmara Municipal no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de seu recebimento, já incluídos nesse prazo eventuais diligências e apreciação definitiva de recursos administrativos.			
TCE-SE	NA	60 dias	180 dias	Ce
	Ce-SE, Art. 68. A Assembleia Legislativa exercerá o controle externo com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; [...] XII - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, emitindo parecer prévio que deverá ser elaborado em cento e oitenta dias a contar do seu recebimento, independente de diligências e notificações. Decorrido o tempo previsto sem oferecimento do parecer, serão os autos remetidos no prazo de cinco dias às respectivas Câmaras Municipais.			
TCE-TO	NA	60 dias	60 dias	Ce
	Ce-TO, Art. 33. Ao Tribunal de Contas compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, pela administração financeira dos Municípios e por todas as entidades da administração direta e indireta, estadual e municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento.			
TCU	60 dias	NA	NA	NA
	CRFB/1988, Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;			

Fonte: CRFB/1988, constituições estaduais dos vinte e seis estados, Lei Orgânica do Distrito Federal, leis orgânicas dos municípios de Rio de Janeiro e São Paulo e leis orgânicas dos tribunais de contas, cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. TC: tribunal de contas; 2. PR: presidente da República; 3. GE: governador do estado; 4. PM: prefeito municipal; 5. Ce: constituição estadual; 6. LOM: lei orgânica municipal; 7. LO: lei orgânica; 8. NA: não se aplica; 9. SPR: sem previsão; 10. AAAA: exercício em que o TC recebeu as contas; 11. AAAA+1: exercício seguinte ao que o TC recebeu as contas.

Quadro 19 - Prazo para tribunais de contas emitirem pareceres prévios, conforme leis orgânicas municipais.

<b>Município (UF)</b>	<b>PRD<sup>2</sup></b>	<b>Dispositivos destacados das LOM<sup>3</sup></b>
Agricolândia (PI)	SPR <sup>4</sup>	Sem destaque.
Aguanil (MG)	SPR	Sem destaque.
Alumínio (SP)	SPR	Sem destaque.
Anicuns (GO)	SPR	Sem destaque.
Antônio Prado (RS)	SPR	Sem destaque.
Bauru (SP)	SPR	Sem destaque.
Belo Jardim (PE)	SPR	Sem destaque.
Boca da Mata (AL)	SPR	Sem destaque.
Bonito (BA)	SPR	Sem destaque.
Brasilândia do Tocantins (TO)	SPR	Sem destaque.
Buriti Alegre (GO)	SPR	Sem destaque.
Cacimba de Areia (PB)	SPR	Sem destaque.
Caibaté (RS)	SPR	Sem destaque.
Campo Mourão (PR)	180	LOM de Campo Mourão, Art. 44. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual constitucionalmente compete: [...] I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em 180 (cento e oitenta) dias, a contar de seu recebimento;
Canápolis (MG)	SPR	Sem destaque.
Candeal (BA)	SPR	Sem destaque.
Capela de Santana (RS)	SPR	Sem destaque.
Capitão Poço (PA)	SPR	Sem destaque.
Cosmópolis (SP)	SPR	Sem destaque.
Cruzeiro do Iguaçu (PR)	SPR	Sem destaque.
Cruzeiro do Oeste (PR)	SPR	Sem destaque.
Domingos Martins (ES)	SPR	Sem destaque.
General Carneiro (PR)	SPR	Sem destaque.
Guaraciaba (SC)	SPR	Sem destaque.
Humaitá (AM)	SPR	Sem destaque.
Iguaí (BA)	SPR	Sem destaque.
Imigrante (RS)	SPR	Sem destaque.
Irauçuba (CE)	SPR	Sem destaque.
Itaberaí (GO)	SPR	Sem destaque.
Itambé (BA)	SPR	Sem destaque.
Jaciara (MT)	SPR	Sem destaque.
Jerônimo Monteiro (ES)	SPR	Sem destaque.
Ji-Paraná (RO)	SPR	Sem destaque.
Joaquim Gomes (AL)	SPR	Sem destaque.
Juquiá (SP)	SPR	Sem destaque.
Juscimeira (MT)	SPR	Sem destaque.
Lagoa do Sítio (PI)	SPR	Sem destaque.
Lidianópolis (PR)	SPR	Sem destaque.
Macaé (RJ)	SPR	Sem destaque.
Minador do Negrão (AL)	SPR	Sem destaque.
Mirassol (SP)	SPR	Sem destaque.
Mogi Guaçu (SP)	SPR	Sem destaque.

Quadro 19 - Prazo para tribunais de contas emitirem pareceres prévios, conforme leis orgânicas municipais.

<b>Município (UF)</b>	<b>PRD<sup>2</sup></b>	<b>Dispositivos destacados das LOM<sup>3</sup></b>
Monte Alto (SP)	SPR	Sem destaque.
Mundo Novo (MS)	SPR	Sem destaque.
Nossa Senhora das Graças (PR)	SPR	Sem destaque.
Ocauçu (SP)	SPR	Sem destaque.
Penaforte (CE)	SPR	Sem destaque.
Piquet Carneiro (CE)	SPR	Sem destaque.
Pojuca (BA)	SPR	Sem destaque.
Potiraguá (BA)	180	LOM de Potiraguá, Art. 82-C. Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, órgão de controle externo que auxilia o Poder Legislativo, compete apreciar as contas prestadas anualmente pelos Chefes do Poderes Executivo e Legislativo Municipais, mediante parecer prévio a ser elaborado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data do seu recebimento.
Presidente Juscelino (MG)	SPR	Sem destaque.
Ribeirão Grande (SP)	SPR	Sem destaque.
Rodelas (BA)	SPR	Sem destaque.
Santa Carmem (MT)	31 dez. AAAA <sup>5</sup>	LOM de Santa Carmem, Art. 110. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio circunstanciado sobre as contas que o Prefeito Municipal deve anualmente prestar, podendo determinar para esse fim a realização de inspeções necessárias, observado: I - As contas anuais do Prefeito Municipal do ano anterior serão apreciadas pelo Tribunal de Contas, dentro do exercício financeiro seguinte;
Santa Juliana (MG)	SPR	Sem destaque.
Santana do Cariri (CE)	SPR	Sem destaque.
São Francisco do Pará (PA)	SPR	Sem destaque.
São Lourenço do Sul (RS)	SPR	Sem destaque.
São Sebastião do Rio Verde (MG)	SPR	Sem destaque.
Sertaneja (PR)	SPR	Sem destaque.
Sete de Setembro (RS)	SPR	Sem destaque.
Silveira Martins (RS)	SPR	Sem destaque.
Ubatuba (SP)	60	LOM de Ubatuba, Art. 269. O controle externo, a cargo da Câmara, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara, mediante parecer prévio, a ser elaborado no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento;
Vargeão (SC)	SPR	Sem destaque.
Várzea Grande (PI)	SPR	Sem destaque.
Vera Cruz (BA)	SPR	Sem destaque.
Wall Ferraz (PI)	SPR	Sem destaque.
Xexéu (PE)	SPR	Sem destaque.

Fonte: leis orgânicas dos municípios selecionados para a amostra estatística, conforme apresentado no Apêndice B (p. 573), cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. TC: tribunal de contas; 2. PRD: prazo em dias para a emissão do parecer prévio; 3. LOM: lei orgânica municipal; 4. SPR: sem previsão; 5. AAAA: exercício em que o TC recebeu as contas.







Quadro 20 - Dinâmica de apreciação das contas pelos tribunais de contas, conforme suas leis orgânicas municipais e atos normativos internos.

T C 1	Relator				Equipe		Colegiado		Sessão		Defesa						MP <sup>9</sup>
	PR/GE <sup>2</sup>		PM <sup>3</sup>		PR/GE	PM	PR/GE	PM	PR/GE			PM					
	M D <sup>4</sup>	QD <sup>5</sup>	M D	QD					AH <sup>6</sup>	C C <sup>7</sup>	PD <sup>8</sup>	A H	C O	P D			
Dispositivos destacados das LO <sup>10</sup> -TC e dos AI <sup>11</sup> dos TC																	
resoluções emitidas por este Tribunal relativas aos exames de auditoria nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento da LRF, referentes ao exercício sob exame; II - os relatórios das auditorias operacionais e de outras auditorias que foram realizadas com foco nas contas do Chefe do Poder Executivo, com os respectivos esclarecimentos encaminhados pelos gestores e as resoluções emitidas pelo Pleno; III - o resultado das análises de acompanhamento das ações de políticas públicas decorrentes do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) e das ações de saneamento das ressalvas e recomendações consignadas no Parecer Prévio do exercício anterior. [...] Art. 10. Os trabalhos relativos à análise técnica serão iniciados antes da entrada das contas do Chefe do Poder Executivo no TCE/BA. [...] § 1º. Caberá a cada Coordenadoria de Controle Externo a realização dos procedimentos de auditoria necessários ao exame e instrução das contas de governo, considerando as respectivas áreas de competência. § 2º. As Coordenadorias produzirão relatórios a partir dos resultados dos procedimentos mencionados no parágrafo anterior, que deverão ser autuados no protocolo para compor o processo das contas do Governador. Art. 12. [...] Parágrafo único. Os pedidos de esclarecimentos, justificativas ou comentários requeridos pelas unidades técnicas do TCE/BA deverão ser direcionados aos dirigentes máximos de cada unidade jurisdicionada, devendo as respostas ser apresentadas em até 5 (cinco) dias, improrrogáveis, a contar do seu recebimento, devidamente subscritas pelos respectivos responsáveis. Art. 13. À 7ª CCE caberá a consolidação dos relatórios apresentados pelas Coordenadorias, de modo a formar um único relatório consolidado das CCEs, que comporá o relatório das Contas de Governo do TCE. [...] Art. 16. O Relator encaminhará o processo ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC), que terá o prazo de 4 (quatro) dias para emitir parecer sobre as contas de governo. [...] Art. 22 Durante a sessão de apreciação, notadamente quando houver com opinativo pela aprovação com ressalvas ou desaprovação das contas de governo, poderá ser deliberada, preliminarmente, a notificação do Chefe do Poder Executivo, bem como de outros responsáveis pela gestão pública, em atenção aos princípios da ampla defesa e do contraditório, fixando-lhes prazo para resposta. § 1º. Assim que receber a defesa, o Relator a encaminhará à 7ª CCE para que, em conjunto com as Coordenadorias competentes, procedam à sua análise e pronunciamento em até 15 (quinze) dias. [...] § 3º. Na sessão de apreciação a que se refere o § 2º, será concedida a palavra ao representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para que se pronuncie sobre os esclarecimentos prestados.																	
T C	N A	NA	S M	SM	NA	NA	NA	PL	NA	OR	NA	N A	N A	S M	N T	2 0	SM
M B A	RI-TCM-BA, Art. 13. Os pronunciamentos do Tribunal Pleno sobre assuntos de sua competência terão as denominações específicas de Parecer Prévio, Deliberação, Deliberação de Imputação de Débito, Parecer Normativo, Resolução e Instrução, de acordo com a matéria em exame. Resolução TCM-BA n. 1.378/2018, Art. 12. Recebida a prestação de contas anual e transcorrido o prazo de disponibilidade pública de 60 (sessenta) dias, as Diretorias de Controle Externo analisarão e elaborarão relatório solicitando esclarecimentos sobre a documentação, atos praticados, e informações geradas pelo Sistema Integrado de Gestão e Auditoria - SIGA, que será encaminhado à Secretaria Geral para fins de notificação ao gestor responsável através do sistema e-TCM. § 1º. Recebida a notificação, o gestor terá o prazo de 20 (vinte) dias contados a partir da efetivação da notificação eletrônica, nos termos dos arts. 17 e 18 da Resolução TCM/BA n. 1.338/15, para apresentar os esclarecimentos e documentos que julgar necessários.																
T C	RZ	1B (A) <sup>35</sup>	S M	SM	SM	SM	PL	SM	EX	OR	SM	S M	S M	S M	S M	S M	Sim
E C E	LO-TCE-CE, Art. 76. [...] § 1º. O Presidente determinará o sorteio: I - entre Conselheiros, do relator do parecer prévio de Contas de Governo e das prestações de contas cujo valor exceda a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais); RI-TCE-CE, Art. 4º. Compete privativamente ao Plenário, dirigido pelo Presidente do Tribunal: I - deliberar originariamente sobre: a) parecer prévio relativo às contas que o Governador do Estado prestará anualmente à Assembleia Legislativa; [...] Art. 41. As Sessões Extraordinárias serão convocadas para: [...] II - apreciação das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado; [...] Art. 85. Na primeira sessão ordinária do Pleno em cada ano, o Presidente determinará o sorteio: I - entre os Conselheiros, o relator do parecer prévio das Contas do Governador do Estado relativas ao exercício anterior; [...] § 1º. O sorteio do Conselheiro que relatará as Contas do																



Quadro 20 - Dinâmica de apreciação das contas pelos tribunais de contas, conforme suas leis orgânicas municipais e atos normativos internos.

T C I	Relator				Equipe		Colegiado		Sessão		Defesa					MP <sup>9</sup>	
	PR/GE <sup>2</sup>		PM <sup>3</sup>		PR/ GE	PM	PR/ GE	PM	PR/ GE	PM	PR/GE			PM			
	M D <sup>4</sup>	QD <sup>5</sup>	M D	QD							AH <sup>6</sup>	C C <sup>7</sup>	PD <sup>8</sup>	A H	C O		P D
Dispositivos destacados das LO <sup>10</sup> -TC e dos AI <sup>11</sup> dos TC																	
subsídios para a elaboração do relatório técnico sobre as contas anuais de Governo, sem prejuízo da observância das diretrizes que forem estabelecidas pelo Relator. Art. 110. Os trabalhos voltados à instrução das contas a que se refere este Capítulo observarão as diretrizes propostas pelo Relator, bem como o plano de fiscalização. [...] Art. 113. [...] § 2º. Havendo indício de irregularidade, o Plenário poderá determinar a oitiva do Governador ou de seu antecessor, para manifestação no prazo fixado, suspendendo-se o prazo para emissão do parecer prévio até a prestação das informações. Art. 114. Encerrada a fase instrutória, o Relator determinará a juntada do relatório técnico aos autos e a distribuição de cópias ao Presidente e aos demais Conselheiros, devendo, em seguida, encaminhar o processo ao Ministério Público junto ao Tribunal para emissão de parecer escrito no prazo de sete dias corridos. [...] Art. 126. Havendo indício de irregularidade, o Relator determinará a citação do Prefeito, ou do seu antecessor, para que se manifeste no prazo improrrogável de até trinta dias. [...] Art. 251. Na primeira sessão ordinária do Plenário do mês de dezembro, nos anos ímpares, o Presidente sorteará, para vigência a partir do primeiro dia do ano subsequente, entre os Conselheiros e os Auditores, o Relator de cada grupo de unidades jurisdicionadas, a quem serão distribuídos todos os processos que derem entrada ou se formarem no Tribunal ao longo do biênio. Parágrafo único. Em observância ao princípio da alternatividade, o Conselheiro ou o Auditor não poderá ser contemplado com o mesmo grupo no biênio subsequente.																	
T C	RZ	1B (A-1)	N A	NA	SM	NA	PL	NA	EX	NA	II <sup>39</sup>	CI <sup>4</sup> 0	S M	N A	N A	N A	Sim
E - G O	LO-TCE-GO, Art. 58. Será sorteado, na forma estabelecida no Regimento Interno, entre os Conselheiros, o Relator das Contas do Governador, relativas ao exercício subsequente. Parágrafo único. Em observância ao princípio da alternatividade, os nomes dos Conselheiros sorteados serão excluídos dos sorteios seguintes até que todos tenham sido contemplados em iguais condições. RI-TCE-GO, Art. 2º O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, a este competindo: I- apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, nas quais serão incluídas as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e as do Chefe do Ministério Público, na forma prevista nos artigos 56 e 57 da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 – LRF, mediante parecer prévio, a ser elaborado em 60 (sessenta dias) a contar de seu recebimento, nos termos dos artigos 56 a 58 da Lei Orgânica, e na forma dos artigos 176 a 180 deste Regimento; [...] Art. 14. Compete ao Plenário: I - a apreciação das matérias de que tratam os incisos I, II, VII, IX, X, XII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII; XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXIX, XXX e XXXI do art 2º deste Regimento; [...] Art. 98. Na primeira sessão ordinária do Plenário do mês de janeiro, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado determinará o sorteio, entre os Conselheiros titulares, do Relator das contas prestadas anualmente pelo Governador, relativas ao exercício corrente, a serem apreciadas pelo Tribunal, nos termos dos artigos 56 a 58 da sua Lei Orgânica. [...] § 2º. Os nomes dos Relatores sorteados serão excluídos dos sorteios seguintes até que todos os demais Conselheiros tenham sido contemplados em iguais condições. § 3º. Em observância ao princípio da alternatividade, o Conselheiro por último sorteado não será incluído no sorteio seguinte. § 4º. O Conselheiro sorteado para relatar as Contas Anuais do Governador poderá, a seu critério, durante o exercício financeiro, solicitar das unidades técnicas todas as informações relativas às atividades de fiscalização desenvolvidas pelo Tribunal, para subsidiar o seu parecer. [...] Art. 102. São etapas do processo a instrução, o parecer da Procuradoria-Geral de Contas, quando couber, a manifestação da Auditoria e a apreciação ou o julgamento e os recursos. [...] Art. 116. As Sessões Extraordinárias serão convocadas para os seguintes fins: [...] II- apreciação das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado; [...] Art. 176. [...] § 3º. Sempre que forem identificadas práticas de atos ou ocorrências de fatos passíveis de serem considerados como irregularidades, impropriedades ou inconsistências, o administrador será cientificado do seu inteiro teor a fim de que, se assim o desejar, apresente os esclarecimentos que entender pertinentes. [...] Art. 179. A apreciação das Contas do Governo pelo Tribunal de Contas do Estado far-se-á em Sessão Extraordinária a ser realizada com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas do término do prazo para remessa do Relatório e Parecer à Assembleia Legislativa.																



Quadro 20 - Dinâmica de apreciação das contas pelos tribunais de contas, conforme suas leis orgânicas municipais e atos normativos internos.

T C 1	Relator				Equipe		Colegiado		Sessão		Defesa						MP <sup>9</sup>
	PR/GE <sup>2</sup>		PM <sup>3</sup>		PR/GE	PM	PR/GE	PM	PR/GE			PM					
	M D <sup>4</sup>	QD <sup>5</sup>	M D	QD					AH <sup>6</sup>	C C <sup>7</sup>	PD <sup>8</sup>	A H	C O	P D			
Dispositivos destacados das LO <sup>10</sup> -TC e dos AI <sup>11</sup> dos TC																	
<p>[...] Art. 128-C. As contas anuais do Chefe do Poder Executivo Estadual serão distribuídas pelo critério de rodízio entre os Conselheiros, na ordem decrescente de antiguidade. [...] § 3º. Com exceção do inciso I, a distribuição de processos será de forma aleatória e igualitária. II - por sorteio, quando se tratar da distribuição das demais unidades gestoras jurisdicionadas aos Conselheiros e Conselheiros Substitutos, bem como nos demais casos previstos neste regimento. [...] Art. 128-D. Serão distribuídos: I - aos Conselheiros, mediante rodízio, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública do Estado; II - aos Conselheiros e aos Conselheiros Substitutos, mediante sorteio e de forma igualitária, as maiores secretarias, fundos e entidades da administração pública do Estado e as maiores Prefeituras Municipais, em termos de valor do orçamento, constante no Plano Anual de Fiscalização; III - aos Conselheiros e aos Conselheiros Substitutos, os demais órgãos e entidades da administração pública estadual, as Câmaras Municipais, as Prefeituras Municipais e demais órgãos e entidades da administração pública dos municípios não abrangidos no inciso II deste artigo, mediante sorteio separado por tipo de unidade gestora e de forma igualitária. § 1º. O sorteio previsto no inciso II, deste artigo, será realizado por bloco composto por uma Secretaria de Estado e uma Prefeitura Municipal, selecionadas de forma a equilibrar o orçamento em cada dupla; [...] Art. 128-E. A cada biênio, na primeira sessão ordinária do Tribunal Pleno do mês de agosto, serão distribuídas aos relatores, para vigência nos dois anos subsequentes, as unidades gestoras jurisdicionadas, de acordo com as regras estabelecidas no art. 128-A e seguintes; [...] Art. 169. O relator encaminhará as contas para a Secretaria de Controle Externo competente para análise e instrução do processo. § 1º. A comissão referida no <i>caput</i> será integrada por servidores da Secretaria de Controle Externo da respectiva relatoria e de outras unidades do Tribunal, sem prejuízo das demais atribuições. § 2º. Não poderão integrar a referida comissão, servidores de outras Secretarias de Controle Externo de relatorias e servidores lotados nas unidades vinculadas à Presidência do Tribunal, neste último caso, salvo se autorizado pelo Presidente. § 3º. O relator poderá determinar, de ofício ou a requerimento do órgão instrutivo, fiscalizações, in loco, a serem concluídas com relatório fundamentado da comissão técnica responsável. Art. 170. Verificadas irregularidades ou a necessidade de saneamento das contas anuais, o relator notificará o Governador para se manifestar no prazo estabelecido. § 1º. Protocolada a manifestação do Governador ou na ausência desta, os autos retornarão à Secretaria de Controle Externo competente para conclusão, e na sequência, o relator encaminhará o processo para manifestação do Procurador Geral do Ministério Público de Contas. § 2º. Se depois do parecer ministerial ocorrer alteração na instrução processual, o Procurador Geral do Ministério Público de Contas terá nova oportunidade para se manifestar nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias. Art. 171. Ao final da instrução e com o parecer ministerial, o Conselheiro relator elaborará a minuta de parecer prévio a ser submetida à apreciação do Tribunal Pleno. Art. 172. O relator, ao requerer ao Presidente a convocação de sessão extraordinária para apreciação das referidas contas, deverá observar o prazo constitucional para a remessa do processo à Assembleia Legislativa do Estado. [...] Art. 174. A apreciação das contas anuais dos Chefes dos Poderes Executivos Municipais pelo Tribunal Pleno será feita em sessão ordinária ou extraordinária, observando, no que couber, o rito estabelecido para apreciação das contas anuais do Chefe do Poder Executivo Estadual. § 1º. A instrução processual e análise do processo serão feitas pela Secretaria de Controle Externo competente. [...] Art. 178. Se durante a apreciação das contas anuais dos Chefes dos Poderes Executivos for concedida vista do processo e houver necessidade de explicações ou esclarecimentos suplementares, os mesmos serão prestados pelo Conselheiro relator ou, se for o caso, pela comissão técnica mencionada no art. 169.</p>																	
T C	RA	SM	SG	6B (A-2)	CO	UT	PL	PL	OE <sup>43</sup>	OR	SM	S M	S M	S M	S M	Sim	
E - M S	RI-TCE-MS, Art. 17. Compete ao Tribunal Pleno: I - apreciar as contas anuais de governo prestadas anualmente: a) pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, nos termos da Constituição Estadual, do art. 32 da LC n.º 160, de 2012, e dos arts. 114, 118 e 119 deste Regimento; b) pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, nos termos dos arts. 117, 118 e 119 deste Regimento, do art. 33 da LC n.º 160, de 2012, e da Constituição Estadual; [...] Art. 44. [...] § 1º. Nos trabalhos da sessão será observada seguinte ordem de assuntos: [...] V - os atos colegiados de apreciação, julgamento ou deliberação sobre os processos, observadas as disposições do § 2º; [...] § 2º. Relativamente ao disposto no § 1º, V, será observada a seguinte ordem: [...] II - os atos colegiados de apreciação, julgamento ou																















Quadro 20 - Dinâmica de apreciação das contas pelos tribunais de contas, conforme suas leis orgânicas municipais e atos normativos internos.

TC 1	Relator				Equipe		Colegiado		Sessão		Defesa						MP <sup>9</sup>
	PR/GE <sup>2</sup>		PM <sup>3</sup>		PR/ GE	PM	PR/ GE	PM	PR/GE			PM					
	M D <sup>4</sup>	QD <sup>5</sup>	M D	QD					AH <sup>6</sup>	C C <sup>7</sup>	PD 8	A H	C O	P D			
Dispositivos destacados das LO <sup>10</sup> -TC e dos AI <sup>11</sup> dos TC																	
<p>financeiro. § 1º. Serão excluídos do sorteio os Relatores das contas anuais anteriores, até completar-se o rodízio entre todos os Conselheiros. [...] Art. 186. O Relator em contato com os órgãos da Secretaria Geral de Controle Externo encarregados de assessorá-lo no exame das contas, poderá propor à Presidência ou ao Plenário as medidas necessárias ao desempenho de suas atribuições, inclusive a criação de um Grupo de Trabalho. [...] § 2º. O Presidente poderá, por solicitação do Relator, manifestada até cinco dias antes da realização da Sessão Especial, ouvido o Plenário, requisitar das autoridades da Administração Municipal as informações ou esclarecimentos necessários ao exame das contas. § 3º. Todas as informações ou esclarecimentos serão prestados antes da apreciação das contas. Art. 187. Apresentadas as contas, serão distribuídas cópias ao Relator, aos demais Conselheiros e ao Procurador-Chefe da Procuradoria Especial, encaminhando-se o processo à Secretaria Geral de Controle Externo, para sua análise e instrução. [...] Art. 188. No prazo de sessenta dias úteis para a emissão do relatório e do parecer prévio conclusivos sobre as Contas de Gestão do Município, apresentadas pelo Prefeito, determinados pela Lei nº 289, de 25 de novembro de 1981, fica estabelecida a seguinte sequência: I - até 23 (vinte e três) dias úteis, para exame e instrução da Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento, contados do dia seguinte ao recebimento das contas; II - até 04 (quatro) dias úteis, para manifestação da Secretaria Geral de Controle Externo; III - até 05 (cinco) dias úteis, para pronunciamento da Procuradoria Especial; IV - até 20 (vinte) dias úteis para apresentação, ao Presidente, aos demais Conselheiros e à Procuradoria Especial, do relatório e do projeto de parecer prévio do Relator; e V - até no máximo 03 (três) dias antes do sexagésimo, para realização da Sessão Especial de apreciação das Contas.</p>																	
T C E	RZ	1B (A-1)	SG	SM	CO	UT	PL	CÂ	EP	OR	SM	EC	S M	M O	D F 48	2 0	Sim
- R N	<p>LO-TCE-RN, Art. 34. A distribuição de processos aos relatores, Conselheiros e Auditores, é feita, em regra, mediante sorteio, considerando cada um dos órgãos e entidades sujeitos à jurisdição do Tribunal. § 1º. Os órgãos e entidades a que se refere o <i>caput</i> serão organizados em grupos, tantos quantos forem os relatores, obedecido ao princípio da publicidade e ao critério de rodízio. § 2º. O sorteio dos grupos aos relatores será realizado a cada dois anos, e o Relator só poderá ser contemplado com o mesmo grupo depois de concluído o rodízio dos demais, mantendo sob sua presidência os processos sobre os quais tenha firmado competência. [...] Art. 37. À parte é assegurado o direito de defesa, no prazo de vinte dias, sempre que do processo lhes possa resultar alguma das medidas previstas no art. 47, § 1º, “a” a “g”, bem como acompanhar a instrução e produzir a prova.</p> <p>RI-TCE-RN, Art. 11. Compete ao Pleno: I - emitir parecer prévio sobre as contas anuais do Governador do Estado; [...] Art. 49. As sessões especiais serão convocadas para: [...] II - exame das contas prestadas pelo Governador, com vistas à emissão do parecer prévio; [...] Art. 66. Compete às Câmaras: I - emitir parecer prévio das administrações municipais, até o exercício seguinte a que se referem as contas, respeitando o disposto no art. 31, § 2º, da Constituição Federal; [...] Art. 157. Os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas participam das sessões, sem direito a voto, e intervêm, obrigatoriamente, nos processos de prestação ou tomada de contas, admissão de pessoal, concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva remunerada e pensões, denúncias e outros indicados no regimento interno, podendo, verbalmente ou por escrito, requerer e opinar em todas as matérias sujeitas à decisão da Corte. [...] Art. 180. Na primeira sessão ordinária do Pleno do mês de janeiro, o Presidente sorteará, entre os Conselheiros, o Relator das Contas Anuais do Governador do Estado, relativas ao exercício corrente. [...] § 2º. Os nomes dos relatores sorteados serão excluídos dos sorteios seguintes até que todos os demais Conselheiros tenham sido contemplados, em iguais condições, exceto na hipótese de que trata o § 1º. § 3º. O Conselheiro sorteado para relatar as Contas Anuais do Governador poderá, a seu critério, durante o exercício financeiro, designar comissão de acompanhamento e solicitar das unidades técnicas todas as informações relativas às atividades de fiscalização desenvolvidas pelo Tribunal, para subsidiar o seu parecer. Art. 238. [...] § 2º. O Relator, além dos elementos contidos nas contas prestadas e constantes dos autos do Relatório Anual, poderá solicitar esclarecimentos adicionais e efetuar, por intermédio da comissão prevista no art. 180, § 3º, deste Regimento, fiscalizações que entenda necessárias à elaboração do seu relatório. Art. 239. Os trabalhos voltados à instrução das contas a que se refere este Capítulo, bem como o planejamento das atividades de controle externo, observarão as diretrizes propostas</p>																













Quadro 20 - Dinâmica de apreciação das contas pelos tribunais de contas, conforme suas leis orgânicas municipais e atos normativos internos.

TC1

Relator				Equipe		Colegiado		Sessão		Defesa						MP <sup>9</sup>
PR/GE <sup>2</sup>		PM <sup>3</sup>		PR/GE	PM	PR/GE	PM	PR/GE	PM	PR/GE			PM			
M D <sup>4</sup>	QD <sup>5</sup>	M D	QD							AH <sup>6</sup>	C C <sup>7</sup>	PD <sup>8</sup>	A H	C O	P D	
Dispositivos destacados das LO <sup>10</sup> -TC e dos AI <sup>11</sup> dos TC																
do Presidente da República, relativas ao exercício subsequente, a serem apreciadas pelo Tribunal nos termos dos arts. 221 a 229. [...] § 2º. Os nomes dos relatores sorteados serão excluídos dos sorteios seguintes até que todos os demais ministros tenham sido contemplados em iguais condições, exceto na hipótese de que trata o parágrafo anterior. § 3º. Em observância ao princípio da alternatividade, o ministro por último sorteado não será incluído no sorteio seguinte. [...] Art. 188-A. As ações de controle externo obedecerão a plano de controle externo, proposto pela Presidência, de acordo com o plano estratégico e as diretrizes do Tribunal e das Contas do Presidente da República. Parágrafo único. O plano será elaborado em consulta aos relatores das listas de unidades jurisdicionadas e das Contas do Presidente da República, e será aprovado pelo Plenário em sessão de caráter reservado. [...] Art. 224. O relator, além dos elementos contidos nas contas prestadas, poderá solicitar esclarecimentos adicionais e efetuar, por intermédio de unidade própria, fiscalizações que entenda necessárias à elaboração do seu relatório. Art. 225. Os trabalhos voltados à instrução das contas a que se refere este capítulo observarão as diretrizes propostas pelo relator e aprovadas pelo Plenário, bem como o plano de controle externo. Art. 226. A apreciação das contas tratadas neste capítulo pelo Tribunal far-se-á em sessão extraordinária a ser realizada com antecedência mínima de setenta e duas horas do término do prazo para a remessa do relatório e pareceres ao Congresso Nacional.																
Resolução TCU n. 291/2017, Art. 3º. São etapas do processo das contas do Presidente da República: a instrução da Unidade Técnica especializada e a apreciação. § 1º. A Unidade Técnica especializada manifestar-se-á quanto às opiniões previstas no art. 12 desta Resolução bem como sobre o parecer prévio. § 2º. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União poderá se manifestar por ocasião da apreciação das contas do Presidente da República. Art. 4º. Identificados no relatório preliminar distorções ou indícios de irregularidades que possam ensejar a indicação pela rejeição das contas, o Tribunal poderá conceder prazo de até 15 (quinze) dias para a oitiva do Presidente da República, com vistas a apresentar contrarrazões. § 1º. Na hipótese prevista no <i>caput</i> , o Tribunal deverá comunicar ao Congresso Nacional que as contas do Presidente da República não estão em condições de serem apreciadas no prazo estabelecido no art. 36 da Lei n. 8.443/92. § 2º. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União poderá se pronunciar por escrito, nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, com relação às distorções ou aos indícios de irregularidades mencionados no <i>caput</i> , inclusive para solicitar a inclusão de informações ou questionamentos para eventual manifestação do Presidente da República. [...] Art. 8º. Além dos elementos contidos na prestação de contas do Presidente da República, o relator poderá solicitar esclarecimentos adicionais e determinar a realização de diligências e fiscalizações que entenda necessárias.																

Fonte: leis orgânicas, regimentos e outros atos normativos internos dos tribunais de contas, cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. TC: tribunal de contas; 2. PR/GE: presidente da República, governador do estado ou do Distrito Federal, conforme o caso; 3. PM: prefeito municipal; 4. MD: método de definição; 5. QD: quando; 6. AH: achado; 7. CC: comunicação; 8. PD: prazo em dias; 9. MP: exige parecer do ministério público especial de contas; 10. LO: lei orgânica; 11. AI: atos normativos internos; 12. SR: sorteio; 13. 5B: quinto bimestre; 14. (A-2): dois exercícios antes daquele no qual as contas são prestadas; 15. SG: sorteio por grupos; 16. 1B: primeiro bimestre; 17. (A-1): exercício anterior ao qual as contas são prestadas; 18. SM: sem previsão; 19. PL: plenário; 20. RI: regimento interno; 21. RA: rodízio por antiguidade; 22. CO: comissão; 23. UT: unidade técnica; 24. EP: sessão especial; 25. OR: sessão ordinária; 26. IR: irregularidade; 27. IT: intimação; 28. EX: sessão extraordinária; 29. EC: encaminha para prestar contrarrazões ou esclarecimentos que entender necessários; 30. RZ: rodízio por sorteio; 31. 4B: quarto bimestre; 32. NA: não se aplica; 33. MO: potencial modificação da opinião; 34. NT: notificação; 35. (A): exercício no qual as contas são prestadas; 36. 6B: sexto bimestre; 37. OT: oitiva; 38. CT: citação; 39. II: irregularidade, impropriedade ou inconsistência; 40. CI: científica; 41. RG: rodízio por grupos; 42. CÂ: câmara; 43. OE: sessão ordinária específica; 44. AU: autuação; 45. 3B: terceiro bimestre; 46. OC: ocorrência; 47. VIS: vista; 48. DF: defesa; 49. AD: audiência; 50. RJ: potencial opinião pela rejeição das contas.

Quadro 21 - Características dos pareceres prévios, conforme a legislação de todos os níveis.

TC <sup>1</sup>	Parecer Prévio					
	APR <sup>2</sup>	RES <sup>3</sup>	REJ <sup>4</sup>	ABS <sup>5</sup>	DET <sup>6</sup>	REC <sup>7</sup>
Dispositivos destacados CRFB/1988, das Ce <sup>8</sup> , das LO <sup>9</sup> -TC e dos AI <sup>10</sup> dos TC						
TCE-AC	FAV <sup>11</sup>	SPR <sup>12</sup>	CNT <sup>13</sup>	SPR	SPR	SPR
	Ce-AC, Art. 23. [...] § 1º. O controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, que emitirá parecer prévio sobre todas as contas do prefeito e da Câmara Municipal enviadas, conjuntamente, até 31 de março do exercício seguinte. [...] Art. 61. O controle externo, sob a responsabilidade da Assembleia Legislativa, será exercido pelo Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento; Resolução TCE-AC n. 100/2015, Art. 5º. O parecer prévio sobre as contas anuais de governo se manifestará sobre: [...] Parágrafo único. Ao apreciar as contas anuais de governo, o Tribunal de Contas do Estado do Acre emitirá parecer prévio favorável ou contrário à aprovação das contas e o encaminhará à respectiva Câmara Municipal, para julgamento.					
TCE-AL	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Ce-AL, Art. 36. O controle externo incumbe à Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado. § 1º. O parecer prévio, expedido pelo Tribunal de Contas, sobre as Contas que o Prefeito anualmente prestar, apenas deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal. [...] Art. 97. Ao Tribunal de Contas do Estado compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, remetendo, dentro do prazo de sessenta dias, a contar de seu recebimento, o parecer prévio à Assembleia Legislativa, sob pena de crime de responsabilidade do Presidente do Tribunal;					
TCE-AP	APR	RES	REJ	SPR	SPR	Sim
	Ce-AP, Art. 25. [...] § 2º. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o Prefeito de anualmente prestar, somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços da Câmara Municipal. [...] Art. 112. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento; II - apreciar as contas dos Prefeitos e julgar as contas da Mesa Diretora das Câmaras Municipais, dentro do exercício em que forem prestadas; RI-TCE-AP, Art. 71. O Parecer Prévio do Tribunal consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal do exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública estadual, concluindo pela aprovação ou rejeição das contas. [...] Art. 76. O Projeto de Parecer Prévio deve conter os elementos previstos no art. 71, as ressalvas e recomendações do Relator, se necessárias, e a conclusão fundamentada recomendando a aprovação ou a rejeição das contas. § 1º. Constituem ressalvas as observações de natureza restritiva em relação a certos fatos verificados no exame das contas, quer porque se discorda do que foi registrado, quer porque tais fatos não estão em conformidade com as normas e leis aplicáveis. § 2º. Recomendações são medidas sugeridas para a correção das falhas e deficiências verificadas no exame de contas. [...] Art. 85. O parecer prévio do Tribunal consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública Municipal, concluindo pela aprovação ou não das contas. [...] Art. 90. O projeto de Parecer Prévio das contas municipais fará remissão à análise geral e fundamentada do Relatório Técnico, com as ressalvas e recomendações do Relator, se existentes, devendo concluir pela aprovação ou rejeição. § 1º. Constituem ressalvas as observações do Relator de natureza restritiva em relação a certos fatos verificados no exame das contas, quer porque discorda do que foi registrado, quer porque tais fatos não estão em conformidade com as normas e leis aplicáveis. § 2º. Recomendações são medidas sugeridas pelo Relator para a correção das falhas e deficiências verificadas no exame de contas.					
TCE-AM	APR	RES	REJ	SPR	SPR	SPR
	Ce-AM, Art. 40. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar					

Quadro 21 - Características dos pareceres prévios, conforme a legislação de todos os níveis.

TC <sup>1</sup>	Parecer Prévio					
	APR <sup>2</sup>	RES <sup>3</sup>	REJ <sup>4</sup>	ABS <sup>5</sup>	DET <sup>6</sup>	REC <sup>7</sup>
	<b>Dispositivos destacados CRFB/1988, das Ce<sup>8</sup>, das LO<sup>9</sup>-TC e dos AI<sup>10</sup> dos TC</b>					
	<p>de seu recebimento; [...] Art. 127. O controle externo das contas dos Municípios será exercido pelas Câmaras Municipais, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado. [...] §2º. O Tribunal de Contas do Estado encaminhará, anualmente, à Câmara Municipal pareceres conclusivos dos relatórios e balanços de que trata o art. 106, desta Constituição. [...] §4º. As Câmaras Municipais não poderão julgar as contas anuais das Prefeituras que ainda não tenham recebido o parecer prévio e definitivo do Tribunal de Contas do Estado.</p> <p>RI-TCE-AM, Art. 223. O parecer prévio do Tribunal consistirá numa apreciação geral e fundamentada sobre os orçamentos e a execução financeira e sobre a gestão pública, à luz dos critérios da Lei complementar federal n.º 101, de 04 de maio de 2.000, concluindo pela aprovação ou não das contas, e, se for o caso, indicando as parcelas impugnadas, os abusos e as irregularidades verificados. § 1º. Tal parecer será conclusivo ao manifestar-se sobre se os balanços gerais do Estado representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública. § 2º. Na hipótese da verificação de falhas que não comprometam as contas, poderá o Tribunal, ao seu prudente arbítrio, emitir parecer favorável, registrando, no entanto, todos os fatos ilegais ou irregulares observados, com a nomeação dos Órgãos e agentes envolvidos, para efeito da apuração de responsabilidade, em processo especial. § 3º. Se as falhas referidas no § 2º comprometerem as contas, especialmente se indicarem a ocorrência de danos ao erário, o Tribunal opinará pela rejeição das contas e, por consequência, pela não aprovação delas, tudo mediante minucioso registro das infrações, na forma ali determinada.</p>					
TCE-BA	APR	RES	DES <sup>14</sup>	SPR	SPR	SPR
	<p>Ce-BA, Art. 91. Os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, dotados de autonomia administrativa e de independência funcional, são órgãos de auxílio do controle externo a cargo, respectivamente, da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais, competindo-lhes: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelos chefes dos Poderes Executivos, mediante parecer prévio a ser elaborado no prazo de sessenta dias, para o Tribunal de Contas do Estado, e de cento e oitenta dias para o Tribunal de Contas dos Municípios, ambos contados a partir da data do seu recebimento;</p> <p>Resolução TCE-BA n. 164/2015, Art. 18. A proposta de Parecer Prévio que opinará pela aprovação ou não das contas, na forma estabelecida no Regimento Interno do TCE/BA, precedida da respectiva fundamentação, com especificação das eventuais irregularidades constatadas. [...] Art. 22. Durante a sessão de apreciação, notadamente quando houver com opinativo pela aprovação com ressalvas ou desaprovação das contas de governo, poderá ser deliberada, preliminarmente, a notificação do Chefe do Poder Executivo, bem como de outros responsáveis pela gestão pública, em atenção aos princípios da ampla defesa e do contraditório, fixando-lhes prazo para resposta.</p>					
TCM-BA	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	<p>Ce-BA, Art. 91. Os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, dotados de autonomia administrativa e de independência funcional, são órgãos de auxílio do controle externo a cargo, respectivamente, da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais, competindo-lhes: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelos chefes dos Poderes Executivos, mediante parecer prévio a ser elaborado no prazo de sessenta dias, para o Tribunal de Contas do Estado, e de cento e oitenta dias para o Tribunal de Contas dos Municípios, ambos contados a partir da data do seu recebimento;</p> <p>LO-TCM-BA, Art. 39. O Tribunal de Contas dos Municípios emitirá parecer prévio ou julgará as contas dos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal, decidindo se aquelas são regulares, regulares com ressalvas, irregulares ou ilíquidáveis, definindo, conforme o caso, a responsabilidade civil dos gestores.</p>					
TCE-CE	APR	RES	NAP <sup>15</sup>	SPR	SPR	SPR
	<p>Ce-CE, Art. 76. Compete ao Tribunal de Contas: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento; [...] Art. 78. Compete ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará: I - apreciar as contas prestadas pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de doze meses, a contar do seu recebimento;</p> <p>RI-TCE-CE, Art. 30. As deliberações do Plenário e, no que couber, as das Câmaras terão a forma de: [...] III - parecer, quando se tratar de: a) Contas do Governador do Estado; [...] § 3º. O parecer de que trata a alínea a do inciso III consistirá em apreciação geral e fundamentada sobre o exercício</p>					

Quadro 21 - Características dos pareceres prévios, conforme a legislação de todos os níveis.

TC <sup>1</sup>	Parecer Prévio					
	APR <sup>2</sup>	RES <sup>3</sup>	REJ <sup>4</sup>	ABS <sup>5</sup>	DET <sup>6</sup>	REC <sup>7</sup>
	Dispositivos destacados CRFB/1988, das Ce <sup>8</sup> , das LO <sup>9</sup> -TC e dos AI <sup>10</sup> dos TC					
	financeiro e a execução orçamentária, e concluirá pela aprovação ou não das contas, indicando, se for o caso, as parcelas impugnadas. § 3º-A. Em relação ao parágrafo anterior, constituem ressalvas as observações concernentes a certos fatos que não estão em conformidade com as normas e leis aplicáveis.					
TC-DF	FAV	RES	NFV <sup>16</sup>	SPR	Sim	Sim
	LO-DF, Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete: I - apreciar as contas anuais do Governador, fazer sobre elas relatório analítico e emitir parecer prévio no prazo de sessenta dias, contados do seu recebimento da Câmara Legislativa; RI-TC-DF, Art. 223. O Tribunal emitirá parecer prévio no sentido de não serem aprovadas as contas anuais prestadas pelo Governador do Distrito Federal quando constatar irregularidades consideradas graves, em especial quando: [...] Parágrafo único. O parecer, favorável ou não à aprovação das contas, conforme o caso, quanto às falhas, omissões, infrações e outras irregularidades, poderá conter ressalvas, determinações e recomendações, que as justifiquem.					
TCE-ES	APR	RES	REJ	SPR	SPR	SPR
	Ce-ES, Art. 71. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; II - emitir parecer prévio sobre as contas dos Prefeitos, em até vinte e quatro meses, a contar do seu recebimento, e julgar as contas do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e das Mesas da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais, em até dezoito meses, a contar dos seus recebimentos; LO-TCE-ES, Art. 80. A emissão do parecer prévio poderá ser: I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais; II - pela aprovação das contas com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal de Contas; III - pela rejeição das contas, quando comprovada grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial. RI-TCE-ES, Art. 118. O parecer prévio consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com os princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública, concluindo pela aprovação, aprovação com ressalva ou rejeição das contas. § 1º. O parecer prévio conterá registros sobre a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Estado e nas demais operações realizadas com recursos públicos estaduais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual. § 2º. O relatório, que acompanhará o parecer prévio, conterá as informações exigidas em ato normativo do Tribunal. [...] Art. 124. O parecer prévio do Tribunal consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública, bem como a observância dos princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública, concluindo pela aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas. Parágrafo único. O parecer prévio previsto no <i>caput</i> conterá registros sobre a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Município e nas demais operações realizadas com recursos públicos municipais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual. [...] Art. 132. A emissão do parecer prévio sobre as contas dos governos estadual ou municipal poderá ser: I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais; II - pela aprovação das contas					

Quadro 21 - Características dos pareceres prévios, conforme a legislação de todos os níveis.

TC <sup>1</sup>	Parecer Prévio					
	APR <sup>2</sup>	RES <sup>3</sup>	REJ <sup>4</sup>	ABS <sup>5</sup>	DET <sup>6</sup>	REC <sup>7</sup>
	Dispositivos destacados CRFB/1988, das Ce <sup>8</sup> , das LO <sup>9</sup> -TC e dos AI <sup>10</sup> dos TC					
	com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal; III - pela rejeição das contas, quando comprovada grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.					
TCE-GO	APR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	Ce-GO, Art. 26. Ao Tribunal de Contas do Estado compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento e publicado no Diário Oficial do Estado; RI-TCE-GO, Art. 176. [...] § 1º. Os pareceres prévios conterão registros sobre a observância e cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução do orçamento do Estado e nas demais operações realizadas com recursos públicos, em especial quanto ao que estabelece a Lei Orçamentária Anual; [...] Art. 261. A Secretaria-Geral do Tribunal de Contas do Estado, trimestralmente, preparará uma relação, discriminada por Órgão e Entidade, dos contratos, dos editais de licitação, bem como dos atos de dispensa e de inexigibilidade considerados ilegais pelo Tribunal e a encaminhará à Contadoria-Geral e à Coordenação de Fiscalização Estadual, acompanhada das cópias das decisões, para: I- constar, oportunamente, do parecer sobre as contas anuais respectivas, entre as irregularidades e as ilegalidades que ao órgão de controle externo se afigurem impeditores da aprovação das mesmas contas;					
TCM-GO	APR	RES	REJ	SPR	SPR	SPR
	Ce-GO, Art. 79. [...] § 1º. O controle externo a cargo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, ao qual compete emitir o parecer prévio sobre as contas anuais do Município, no prazo de sessenta dias contados a partir do recebimento das contas. LO-TCM-GO, Art. 6º. [...] § 5º. O parecer prévio será: I - pela aprovação; II - pela aprovação com ressalva; III - pela rejeição. RI-TCM-GO, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas dos Municípios, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida neste Regimento: I - apreciar e emitir parecer prévio nas contas anuais de governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal; [...] Art. 163. Ao Tribunal de Contas dos Municípios compete, na forma estabelecida na sua Lei Orgânica e neste Regimento, apreciar as contas de governo, prestadas, anualmente, pelo Prefeito Municipal, emitindo parecer prévio, no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento. [...] Art. 164. O parecer prévio será: I - pela aprovação; II - pela aprovação com ressalva; III - pela rejeição.					
TCE-MA	APR	RES	DES	ABS	SPR	SPR
	Ce-MA, Art. 51. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; [...] Art. 172. Ao Tribunal de Contas do Estado, no âmbito do controle externo do Município, além das atribuições previstas nesta Constituição, compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio; LO-TCE-MA, Art. 8º. [...] § 3º. O parecer prévio será: I - pela aprovação; II - pela aprovação, com ressalva; III - pela desaprovação; ou IV - com abstenção de opinião. § 4º. O parecer prévio com abstenção de opinião será emitido em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. RI-TCE-MA, Art. 205. O Parecer do Tribunal de Contas consistirá em apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução do orçamento, e concluirá pela aprovação ou não das contas, indicando, se for o caso, as parcelas impugnadas. [...] Art. 213. O Parecer Prévio, além do que dispõe o art. 205, será conclusivo no sentido de manifestar-se sobre se os Balanços Gerais representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública. [...] Art. 222. O Parecer Prévio será conclusivo no sentido de manifestar-se sobre se os Balanços Gerais representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, bem como o resultado das					

Quadro 21 - Características dos pareceres prévios, conforme a legislação de todos os níveis.

TC <sup>1</sup>	Parecer Prévio					
	APR <sup>2</sup>	RES <sup>3</sup>	REJ <sup>4</sup>	ABS <sup>5</sup>	DET <sup>6</sup>	REC <sup>7</sup>
	Dispositivos destacados CRFB/1988, das Ce <sup>8</sup> , das LO <sup>9</sup> -TC e dos AI <sup>10</sup> dos TC					
	operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública.					
TCE-MT	APR	SPR	CNT	NEG <sup>17</sup>	SPR	SPR
	<p>Ce-MT, Art. 47. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento e enviado à Assembleia Legislativa para julgamento; [...] Art. 210. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio circunstanciado sobre as contas que o Prefeito Municipal deve, anualmente, prestar, podendo determinar para esse fim a realização de inspeções necessárias, observado: [...].</p> <p>LO-TCE-MT, Art. 10. A falta de instituição e manutenção do sistema de controle interno poderá ensejar a irregularidade das contas e/ou a emissão de parecer prévio contrário à sua aprovação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei ao respectivo responsável, por omissão no seu dever legal.</p> <p>RI-TCE-MT, Art. 82. [...] § 2º. O parecer prévio sobre as contas anuais de governo será conclusivo no sentido de manifestar-se sobre: [...] Art. 165. O Tribunal de Contas emitirá parecer negativo sobre as contas anuais dos Chefes dos Poderes Executivos quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível a análise e apreciação das contas. [...] Art. 176. [...] § 3º. Será emitido parecer prévio, favorável ou contrário à aprovação das contas anuais, explicitando os elementos e fundamentos de convicção e ressaltando o fato de que a manifestação se baseou, exclusivamente, no exame de documentos de veracidade ideológica presumida.</p> <p>Resolução Normativa TCE-MT n. 10/2008, Art. 5º. [...] § 1º. O parecer prévio sobre as contas anuais de governo será conclusivo no sentido de manifestar-se sobre: [...].</p>					
TCE-MS	FAV	RES	CNT	SPR	SPR	Sim
	<p>Ce-MS, Art. 24. [...] § 1º. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, que emitirá parecer prévio sobre todas as contas prestadas pelo Prefeito, dentro dos noventa dias seguintes ao encerramento do exercício financeiro. [...] Art. 77. O controle externo a cargo da Assembleia Legislativa será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, através de parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento;</p> <p>LO-TCE-MS, Art. 32. [...] § 5º. Na hipótese de emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas, o processo será submetido a julgamento pelo Legislativo competente, na forma do artigo 71 da Constituição Federal, para fins de identificação da natureza da irregularidade ou ilegalidade ensejadora da rejeição das contas a serem encaminhadas ao Ministério Público Estadual, obedecido o devido processo legal para a propositura da ação cabível. [...] Art. 33. [...] § 6º. Na hipótese de emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas, o processo será submetido a julgamento pelo Legislativo competente, na forma do artigo 71 da Constituição Federal, para fins de identificação da natureza da irregularidade ou ilegalidade ensejadora da rejeição das contas a serem encaminhadas ao Ministério Público Estadual, obedecido o devido processo legal para a propositura da ação cabível. [...] Art. 59. As prestações de contas serão consideradas: I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis e a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável; II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade de natureza meramente formal, assim consideradas as condutas não compreendidas nas disposições do inciso III; III - irregulares, quando for comprovada a prática de infração, nos termos do disposto no art. 42. [...] § 3º. As previsões constantes dos incisos I a III aplicam-se, no que couber, ao parecer prévio emitido nos termos do art. 21, I.</p> <p>RI-TCE-MS, Art. 71. Parecer Prévio é o instrumento de formalização do ato colegiado de conteúdo favorável ou contrário à aprovação, pelo Poder Legislativo municipal ou estadual, da prestação das contas anuais de governo de Prefeito Municipal ou do Governador do Estado, consoante disposto nos arts. 114 a 119. [...] Art. 186. A efetividade do controle externo exercido pelo Tribunal será consumada por meio de “Decisão Singular” de Conselheiro ou por meio de “Acórdão” de Câmara ou do Tribunal Pleno que, em caráter definitivo, nos termos do art. 72 da LC n.º 160, de 2012: I - emitir parecer prévio nas contas anuais de governo e, quando for o caso nas de gestão, nos termos dos arts. 114 a 117; [...] Art. 187 Consumada a efetividade do controle externo do Tribunal, caberá ao cartório: [...] § 3º. Para os fins do disposto neste artigo, são aplicáveis, dentre outras, as seguintes</p>					



Quadro 21 - Características dos pareceres prévios, conforme a legislação de todos os níveis.

TC <sup>1</sup>	Parecer Prévio					
	APR <sup>2</sup>	RES <sup>3</sup>	REJ <sup>4</sup>	ABS <sup>5</sup>	DET <sup>6</sup>	REC <sup>7</sup>
	Dispositivos destacados CRFB/1988, das Ce <sup>8</sup> , das LO <sup>9</sup> -TC e dos AI <sup>10</sup> dos TC					
	quando constatadas a execução de atos de governo em desconformidade com as normas constitucionais e legais pertinentes e que, de qualquer forma, ofendam os princípios constitucionais, as normas legais, a moral e a ética na Administração Pública.					
TCE-PB	APR	SPR	REP <sup>18</sup>	SPR	SPR	SPR
	Ce-PB, Art. 13. [...] § 2º. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios, sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara devem anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal. [...] Art. 71. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; Resolução Normativa TCE/PB n. 3/2018, Art. 1º. As contas de governo e de gestão, prestadas anualmente pelos Chefes dos Poderes Executivos municipais do Estado da Paraíba, serão apreciadas pelo Tribunal no mesmo processo e em única assentada, mediante a emissão de Parecer Prévio (art. 71, inciso I, da CRFB) e julgadas, por meio da expedição de Acórdão (art. 71, inciso II, da CRFB), respectivamente. Art. 2º. O Parecer Prévio do Tribunal consignará, em seu dispositivo, a APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO das contas do Prefeito, ressalvado que o julgamento político dessas, efetuado pela Câmara de Vereadores, terá repercussão apenas quanto à elegibilidade ou inelegibilidade da citada autoridade (art. 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar Nacional n. 64/1990).					
TCE-PR	REG <sup>19</sup>	RES	IRR <sup>20</sup>	SPR	Sim	Sim
	Ce-PR, Art. 18. [...] § 1º. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, competindo-lhe, no que couber, o disposto no art. 75 desta Constituição. § 2º. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços da Câmara Municipal. [...] Art. 75. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; LO-TCE-PR, Art. 28. Os pareceres prévios e julgamentos de contas anuais, sem prejuízo de outras disposições, definirão os níveis para as suas conclusões e responsabilidades divididas em: I - recomendação; II - determinação legal; III - ressalva. Parágrafo único. O Regimento Interno disporá sobre os conceitos e casos de aplicação das conclusões referidas neste artigo. RI-TCE-PR, Art. 217-A. Pelo parecer prévio o Tribunal manifesta seu juízo acerca das contas de governo prestadas pelos Chefes do Poder Executivo Estadual e Municipal, que serão encaminhadas, após o trânsito em julgado, ao Poder Legislativo competente para o julgamento. § 1º. Além dos requisitos a que se refere o art. 457, § 1º, o parecer prévio deverá conter, em sua conclusão, a indicação de estarem as contas regulares, regulares com ressalvas ou irregulares, bem como especificará as eventuais determinações, recomendações, ressalvas, e sanções impostas.					
TCE-PE	APR	RES	REJ	SPR	SPR	SPR
	Ce-PE, Art. 30. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - a apreciação das contas prestadas anualmente pelo Governador, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; [...] Art. 86. [...] § 1º. O controle externo exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, também compreenderá: [...] III - a emissão dos pareceres prévios nas contas das Prefeituras e das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais, até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano; LO-TCE-PE, Art. 70. No exercício de sua competência o Tribunal de Contas emitirá ainda, conforme o caso, Deliberação: I - pela emissão de Parecer Prévio recomendando a rejeição ou aprovação, com ou sem ressalva, nas contas dos Chefes do Executivo Estadual e Municipal, para apreciação final pelo Poder Legislativo respectivo, sem prejuízo do julgamento das respectivas contas, quando Ordenadores de Despesa; RI-TCE-PE, Art. 162. O parecer prévio será sempre justificado e conclusivo, recomendando a aprovação, a aprovação com ressalvas ou a rejeição, de tal modo que possibilite à Assembleia Legislativa a formação de juízo a respeito da gestão fiscal, da administração financeira, orçamentária,					



Quadro 21 - Características dos pareceres prévios, conforme a legislação de todos os níveis.

TC <sup>1</sup>	Parecer Prévio					
	APR <sup>2</sup>	RES <sup>3</sup>	REJ <sup>4</sup>	ABS <sup>5</sup>	DET <sup>6</sup>	REC <sup>7</sup>
Dispositivos destacados CRFB/1988, das Ce <sup>8</sup> , das LO <sup>9</sup> -TC e dos AI <sup>10</sup> dos TC						
TCE-RJ	APR	SPR	CNT	SPR	SPR	SPR
	<p>Ce-RJ, Art. 123. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; [...] Art. 124. [...] § 1º. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, que emitirá parecer prévio sobre as contas do Prefeito.</p> <p>RI-TCE-RJ, Art. 39. [...] § 4º. O projeto de Parecer Prévio, em conformidade com o Relatório, concluirá pela aprovação ou não das contas, precedido da respectiva fundamentação, com especificação das irregularidades, no último caso. § 5º. Os processos relativos às contas prestadas anualmente pelo Governador, em que o Relator, ou o representante do Ministério Público ou o Secretário-Geral de Controle Externo concluir pela emissão de Parecer Prévio contrário à sua aprovação, constarão de pauta especial, observado, no que couber, o disposto nos §§ 1º a 6º, do art. 123 deste Regimento.</p>					
TCM-RIO	APR	SPR	NAP	SPR	SPR	SPR
	<p>Ce-RJ, Art. 124. [...] § 3º. No Município do Rio de Janeiro, o controle externo é exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Município, aplicando-se, no que couber as normas estabelecidas nesta seção, inclusive as relativas ao provimento de cargos de Conselheiro e os termos dos §§ 3º e 4º do artigo 131 desta Constituição.</p> <p>LO-RIO, Art. 88. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;</p> <p>RI-TCM-RIO, Art. 188. [...] § 2º. O projeto de parecer prévio, em conformidade com o relatório, concluirá pela aprovação ou não das contas, e será precedido da respectiva fundamentação, com especificação das irregularidades, no último caso.</p>					
TCE-RN	APR	RES	REJ	SPR	SPR	SPR
	<p>Ce-RN, Art. 22. [...] § 2º. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve, anualmente, prestar, só deixa de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal. [...] Art. 53. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, a ser elaborado em sessenta (60) dias, a contar do seu recebimento;</p> <p>LO-TCE-RN, Art. 59. [...] § 4º. O parecer consiste em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução dos orçamentos, devendo concluir pela aprovação ou rejeição das contas, no todo ou em parte, com indicação, quando for o caso, das parcelas ou rubricas impugnadas. Art. 60. Ao parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Prefeito Municipal, aplicam-se, no que couber, as disposições do art. 59. [...] Art. 61. Não sendo as contas municipais enviadas ao Tribunal no prazo e na forma do art. 60, ou havendo a constatação de irregularidades, o Tribunal emitirá parecer prévio pela sua desaprovação, sem embargo de apurar a responsabilidade, para aplicação de multa.</p> <p>RI-TCE-RN, Art. 241. O parecer prévio consiste em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução dos orçamentos, devendo concluir pela aprovação ou rejeição das contas, no todo ou em parte, com indicação, quando for o caso, das parcelas ou rubricas impugnadas. [...] Art. 245. Ao procedimento do Relatório Anual e respectivo parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Prefeito, aplicam-se, no que couber, as disposições relativas ao Relatório Anual referente às contas prestadas pelo Governador do Estado. [...] Art. 246. Não sendo as contas municipais enviadas ao Tribunal na forma e no prazo previstos, ou havendo a constatação de irregularidades, o Tribunal emitirá parecer prévio pela sua desaprovação, sendo a multa respectiva obrigatoriamente encaminhada para cobrança futura na fase de execução da Consolidação Anual de Processos de Contas para Julgamento (CAP) do órgão e exercício respectivos. [...] Art. 247. Em caso de parecer prévio que sugira a aprovação, sem ressalvas, da prestação de Contas Anuais de Governo do Prefeito, esta será encaminhada, imediatamente, ao respectivo Poder Legislativo para julgamento. [...] Art. 247-A. Quando da apreciação da prestação de Contas Anuais de Governo do Prefeito possa</p>					

Quadro 21 - Características dos pareceres prévios, conforme a legislação de todos os níveis.

TC <sup>1</sup>	Parecer Prévio					
	APR <sup>2</sup>	RES <sup>3</sup>	REJ <sup>4</sup>	ABS <sup>5</sup>	DET <sup>6</sup>	REC <sup>7</sup>
	Dispositivos destacados CRFB/1988, das Ce <sup>8</sup> , das LO <sup>9</sup> -TC e dos AI <sup>10</sup> dos TC					
	resultar emissão de parecer prévio com ressalvas ou pela desaprovação das contas, será resguardado o direito de defesa, nos termos da Lei Orgânica do TCE-RN.					
TCE-RS	APR	RES	NAP	SPR	Sim	Sim
	<p>Ce-RS, Art. 71. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete, além das atribuições previstas nos arts. 71 e 96 da Constituição Federal, adaptados ao Estado, emitir parecer prévio sobre as contas que os Prefeitos Municipais devem prestar anualmente.</p> <p>LO-TCE-RS, Art. 35. [...] § 2º. O parecer prévio: I - consistirá em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro, devendo conter a análise e os elementos necessários à apreciação final, por parte da Assembleia Legislativa, das gestões contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, envolvendo a administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público do Estado, bem como outros elementos igualmente definidos no Regimento Interno ou em Resolução; II - concluirá pela aprovação ou não das contas, na forma estabelecida no Regimento Interno ou em Resolução. [...] Art. 49. [...] § 1º. O parecer prévio: I - consistirá em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro, devendo conter a análise e os elementos necessários à apreciação final, por parte da Câmara de Vereadores, das gestões contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, bem como outros elementos igualmente definidos no Regimento Interno ou em Resolução; II - concluirá pela aprovação ou não das contas, na forma estabelecida no Regimento Interno ou em Resolução.</p> <p>RI-TCE-RS, Art. 66. [...] § 1º. O relatório conterá a análise e todos os elementos necessários à apreciação final, pela Assembleia Legislativa, inclusive quanto a seus reflexos no desenvolvimento econômico e social do Estado, e, se for o caso, recomendações e determinações quanto às medidas necessárias para a defesa do interesse público.</p> <p>Resolução TCE-RS, n. 1.009/2014, Art. 2º. A prática dos seguintes atos de governo e de gestão, arrolados exemplificativamente, poderá ensejar a emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas ou julgamento pela irregularidade das contas dos agentes públicos pelo Tribunal de Contas do Estado: [...] Art. 3º. A prática isolada de falhas administrativas ou de inconformidades que não comprometam as contas do agente público, em seu conjunto, não impedirá a emissão de parecer favorável ou o julgamento pela regularidade de suas contas com ou sem ressalvas, contendo recomendações e/ou advertências, sem prejuízo da aplicação das medidas previstas nos incisos VII a XI do artigo 33 da Lei Estadual n. 11.424, de 2000.</p>					
TCE-RO	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR	SPR
	<p>Ce-RO, Art. 49. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;</p> <p>RI-TCE-RO, Art. 47. O Parecer Prévio a que se refere o <i>caput</i> do art. 38 deste Regimento será conclusivo no sentido de manifestar-se sobre se os Balanços Gerais do Estado representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicada à Administração Pública estadual. Parágrafo Único. O Relatório que acompanhará o Parecer Prévio conterá informações sobre: [...].</p>					
TCE-RR	REG	RGR	IRR	SPR	SPR	SPR
	<p>Ce-RR, Art. 16. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo do Tribunal de Contas do Estado e controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei. §1º. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas que o Prefeito anualmente deve prestar só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal. [...] Art. 49. [...] Parágrafo único. O Controle Externo, a cargo da Assembleia Legislativa do Estado, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, e, em caso de necessidade justificada pela Mesa Diretora, do Ministério Público de Contas, competindo-lhes a promoção da ordem jurídica, além de outras definidas em Lei, bem como: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governado do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em 60 (sessenta) dias, a contar do seu recebimento;</p>					



Quadro 21 - Características dos pareceres prévios, conforme a legislação de todos os níveis.

TC¹	Parecer Prévio					
	APR²	RES³	REJ⁴	ABS⁵	DET⁶	REC⁷
<b>Dispositivos destacados CRFB/1988, das Ce⁸, das LO⁹-TC e dos AI¹⁰ dos TC</b>						
	Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento; LO-TCE-SP, Art. 23. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio, no prazo fixado pela Constituição, sobre as contas que o Governador do Estado apresentar, anualmente, à Assembleia Legislativa. [...] § 4º. O parecer de que trata este artigo consistirá em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução do orçamento, indicando, se for o caso, as irregularidades, as parcelas impugnadas, as ressalvas e as recomendações. [...] Artigo 24. O Tribunal de Contas emitirá parecer, até o último dia do ano seguinte ao do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios. [...] § 3º. O parecer de que trata este artigo atenderá ao disposto no § 4º do artigo anterior.					
TCM-SPO	APR	SPR	REJ	SPR	SPR	SPR
	LO-SPO, Art. 48. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ao qual compete: I - apreciar contas prestadas anualmente pelo Prefeito, pela Mesa da Câmara e pelo próprio Tribunal, que serão apresentadas obrigatoriamente até 31 de março de cada exercício, mediante parecer prévio informativo, que deverá ser elaborado e enviado à Câmara Municipal no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de seu recebimento, já incluídos nesse prazo eventuais diligências e apreciação definitiva de recursos administrativos. LO-TCM-SPO, Art. 27. O parecer consistirá em apreciação geral e fundamentada das contas do exercício financeiro e concluirá pela sua aprovação ou rejeição, especificando, no segundo caso, os itens impugnados. RI-TCM-SPO, Art. 71. [...] § 2º. O voto concluirá pela aprovação ou rejeição das contas, especificando, neste último caso, os itens impugnados. Art. 72. As contas anuais do Prefeito e do próprio Tribunal serão submetidas ao Plenário, que decidirá, emitindo parecer pela sua aprovação ou rejeição, nos termos do artigo anterior.					
TCE-SE	FAV	SPR	REJ	SPR	SPR	SPR
	Ce-SE, Art. 19. [...] § 1º. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, que emitirá parecer prévio sobre as contas do Prefeito, vedada a criação de órgãos municipais para este fim. [...] Art. 68. A Assembleia Legislativa exercerá o controle externo com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; LO-TCE-SE, Art. 43. [...] § 2º. O julgamento pela regularidade de contas ou a emissão de parecer prévio favorável não deve prejudicar decisões futuras: [...]. RI-TCE-SE, Art. 91. [...] § 2º. O julgamento pela regularidade de contas ou a emissão de parecer prévio favorável não prejudicará decisões futuras: [...] Art. 137. [...] § 3º. A apreciação dos efeitos da matéria destacada no bojo das contas anuais autoriza sua repercussão negativa, para efeito de parecer prévio pela rejeição ou julgamento pela irregularidade de contas, mas não a imposição de outras sanções, sob pena de bis in idem.					
TCE-TO	APR	RES	REJ	SPR	SPR	Sim
	Ce-TO, Art. 33. Ao Tribunal de Contas compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, pela administração financeira dos Municípios e por todas as entidades da administração direta e indireta, estadual e municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento. LO-TCE-TO, Art. 10. O Tribunal, ao apreciar os processos, decidirá: [...] III - no caso de parecer prévio, pela aprovação ou rejeição das contas anuais; [...] Art. 103. O parecer prévio a que se refere o art. 1º, inciso I desta Lei, consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Município representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública municipal, concluindo por recomendar a aprovação ou a rejeição das contas. Parágrafo único. O parecer prévio será acompanhado de relatório, que conterá informações sobre: [...].					

Quadro 21 - Características dos pareceres prévios, conforme a legislação de todos os níveis.

TC <sup>1</sup>	Parecer Prévio					
	APR <sup>2</sup>	RES <sup>3</sup>	REJ <sup>4</sup>	ABS <sup>5</sup>	DET <sup>6</sup>	REC <sup>7</sup>
	<b>Dispositivos destacados CRFB/1988, das Ce<sup>8</sup>, das LO<sup>9</sup>-TC e dos AI<sup>10</sup> dos TC</b>					
	<p>RI-TCE-TO, Art. 16. O parecer prévio do Tribunal consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal do exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública estadual, concluindo pela aprovação ou rejeição das contas. [...] Art. 19. [...] § 1º. O projeto de parecer prévio deve conter os elementos previstos no art. 16 deste Regimento, as ressalvas e recomendações do Relator, se necessárias, e a conclusão fundamentada recomendando a aprovação ou a rejeição das contas. § 2º. Constituem ressalvas as observações de natureza restritiva em relação a certos fatos verificados no exame das contas, quer porque se discorda do que foi registrado, quer porque tais fatos não estão em conformidade com as normas e leis aplicáveis. § 3º. Recomendações são medidas sugeridas para a correção das falhas e deficiências verificadas no exame de contas. [...] Art. 28. O parecer prévio do Tribunal consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública Municipal, concluindo pela aprovação ou não das contas. [...] § 5º. A formação de processo apartado para os fins do disposto no inciso I do § 2º deste artigo não afasta a recomendação de rejeição das contas. [...] Art. 32. O projeto de parecer prévio das contas municipais fará remissão à análise geral e fundamentada do relatório técnico, com as ressalvas e recomendações do Relator, se existentes, devendo concluir pela aprovação ou rejeição. § 1º. Constituem ressalvas as observações do Relator de natureza restritiva em relação a certos fatos verificados no exame das contas, quer porque discorda do que foi registrado, quer porque tais fatos não estão em conformidade com as normas e leis aplicáveis. § 2º. Recomendações são medidas sugeridas pelo Relator para a correção das falhas e deficiências verificadas no exame de contas.</p>					
TCU	APR	RES	REJ	SPR	SPR	Sim
	<p>CRFB/1988, Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. § 1º. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver. § 2º. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal. [...] Art. 33. [...] § 2º. As contas do Governo do Território serão submetidas ao Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União. [...] Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; [...] Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.</p> <p>RI-TCU, Art. 228. O parecer prévio a que se refere o <i>caput</i> do art. 221 será conclusivo no sentido de exprimir se as contas prestadas pelo Presidente da República representam adequadamente as posições financeira, orçamentária, contábil e patrimonial, em 31 de dezembro, bem como sobre a observância dos princípios constitucionais e legais que regem a administração pública federal.</p> <p>Resolução TCU n. 291/2017, Art. 10. O parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Presidente da República será conclusivo, nos termos do art. 57 da Lei Complementar n. 101, de 2000, no sentido de exprimir se as contas representam adequadamente as posições financeira, orçamentária, contábil e patrimonial, em 31 de dezembro, bem como sobre a observância dos princípios e normas constitucionais e legais que regem a Administração Pública Federal na execução dos orçamentos da União e nas demais operações realizadas com recursos públicos federais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual. [...] Art. 11. A conclusão do parecer prévio a ser emitido pelo Tribunal conterà indicação pela aprovação ou pela rejeição das contas prestadas pelo Presidente da República, considerando a materialidade, a gravidade e a repercussão negativa sobre a gestão governamental associadas às irregularidades ou distorções detectadas e, quando for o caso, a manifestação prevista no art. 4º desta resolução. Parágrafo único. As contas prestadas pelo Presidente</p>					

Quadro 21 - Características dos pareceres prévios, conforme a legislação de todos os níveis.

TC <sup>1</sup>	Parecer Prévio					
	APR <sup>2</sup>	RES <sup>3</sup>	REJ <sup>4</sup>	ABS <sup>5</sup>	DET <sup>6</sup>	REC <sup>7</sup>
	Dispositivos destacados CRFB/1988, das Ce <sup>8</sup> , das LO <sup>9</sup> -TC e dos AI <sup>10</sup> dos TC					
	da República receberão parecer prévio com indicação pela rejeição quando não forem organizadas e encaminhadas pelo Presidente da República com os elementos previstos na Lei 8.443, de 1992, e conforme regulamentado no ato normativo específico de que trata o art. 222 do Regimento Interno do TCU. Art. 12. Para a emissão da conclusão do parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Presidente da República serão consideradas as opiniões sobre: I - os balanços gerais da União; II - a execução orçamentária e a gestão dos recursos públicos federais. [...] Art. 15. A deliberação do Tribunal no processo de apreciação das contas do Presidente da República terá a forma de parecer, conforme disposto no Regimento Interno do TCU. Parágrafo único. O parecer conterá as ressalvas e irregularidades detectadas, as opiniões, a conclusão e a respectiva fundamentação, além de eventuais ciências de descumprimento de normativos e recomendações direcionadas à Presidência da República.					

Fonte: CRFB/1988, constituições estaduais, Lei Orgânica do DF e leis orgânicas, regimentos e outros atos normativos internos dos tribunais de contas, cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. TC: tribunal de contas; 2. APR: aprovação; 3. RES: com ressalva(s); 4. REJ: rejeição; 5. ABS: abstenção de opinião; 6. DET: determinações; 7. REC: recomendações; 8. Ce: constituição estadual; 9. LO: lei orgânica; 10. AI: atos normativos internos; 11. FAV: favorável à aprovação; 12. SPR: sem previsão; 13. CNT: contrário à aprovação; 14. DES: desaprovação; 15. NAP: não aprovação; 16. NFV: não favorável à aprovação; 17. NEG: negativo; 18. REP: reprovação; 19. REG: regular; 20. IRR: irregular.

Quadro 22 - Meios de impugnação dos pareceres prévios nos tribunais de contas, conforme suas leis orgânicas e atos normativos internos.

T C 1	Meio de impugnação aos pareceres prévios														
	ED <sup>2</sup>			REC <sup>3</sup>			REE <sup>4</sup>			REV <sup>5</sup>			OUT <sup>6</sup>		
	PV <sup>7</sup>	SU <sup>8</sup>	PD <sup>9</sup>	PV	SS	PD	PV	SU	PD	PV	SU	AN <sup>10</sup>	PV	SS	PD
	Dispositivos destacados das LO <sup>11</sup> -TC e dos AI <sup>12</sup> dos TC														
T C E - A C	Sim	Sim	10	Sim	Sim	15	Não	NA <sup>13</sup>	NA	Sim	Não	5	Não	NA	NA
	<p>RI<sup>14</sup>-TCE-AC, Art. 157. Das decisões e pareceres do Tribunal Pleno e das Câmaras, caberá pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, que será apreciado por quem houver proferido a decisão recorrida e será formulado por escrito, uma vez, pelo responsável ou interessado, ou pelo Ministério Público Especial junto ao Tribunal, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma prevista no art. 65, da Lei Complementar Estadual no 38, de 27 de dezembro de 1993, e conerá: [...] Art. 158. Cabem embargos de declaração, quando a decisão apresentar obscuridade, dúvida, contradição ou omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal. § 1º. O recurso previsto neste artigo pode ser apostado por escrito, pelo responsável ou interessado, ou pelo Ministério Público Especial junto ao Tribunal, dentro de 10 (dez) dias, contados na forma prevista no art. 65, da Lei Complementar Estadual no 38, de 27 de dezembro de 1993. § 2º. Os embargos de declaração, suspendem os prazos para cumprimento da decisão embargada e para interposição do recurso previsto no inciso I, do art. 156, deste Regimento. [...] Art. 162. Da decisão definitiva caberá pedido de revisão ao Plenário, sem efeito suspensivo, interposto por escrito pelo responsável, seus sucessores ou pelo Ministério Público Especial, dentro do prazo de 05 (cinco) anos, contados na forma prevista no inciso III, do art. 65, da Lei Complementar Estadual no 38 e fundar-se-á: I - em erro de cálculo nas contas; II - em demonstração financeira inexata ou contraditória; III - em falsidade ou ineficácia de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida; IV - em comprovação da antecipada liquidação do débito; V - na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida e capazes de ilidir os fundamentos da decisão; VI - em errônea identificação ou individualização do responsável; VII - em omissão ou erro de classificação de qualquer verba.</p>														
T C E - A L	Sim	Sim	15	Sim	Sim	15	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA
	<p>LO-TCE-AL, Art. 52. De decisão proferida em processo de Prestação ou Tomada de Contas, cabem recursos de: I - reconsideração; II - embargos de declaração; III - revisão. [...] Art. 53. O recurso de reconsideração, que terá efeito suspensivo, será apreciado por quem houver proferido a decisão recorrida, na forma estabelecida no Regimento Interno, e poderá ser formulado por escrito uma só vez, pelo responsável ou interessado, ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de quinze dias, contados na forma prevista no art. 33 desta Lei. Art. 54. Cabem embargos de declaração para corrigir obscuridade, omissão ou contradição da decisão recorrida. § 1º. Os embargos de declaração podem ser apostados por escrito pelo responsável ou interessado, ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de quinze dias, contados na forma prevista no art. 33 desta Lei. § 2º. Os embargos de declaração suspendem os prazos para cumprimento da decisão embargada e para interposição dos recursos previstos nos incisos I e III do art. 33 desta Lei.</p> <p>RI-TCE-AC, Art. 248. [...] Parágrafo único. As decisões tomadas sobre atos de aposentadoria, reforma reserva remunerada, disponibilidade e pensão e sobre prestação de contas do Governador e Prefeitos não serão objetos de recurso de rescisão.</p>														
T C E - A P	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Sim	Sim	15/ 90
	<p>RI-TCE-AP, Art. 92. O Tribunal comunicará à Câmara de Vereadores o resultado da deliberação no processo de contas anuais do município, esclarecendo que o referido processo permanecerá no Tribunal até esgotar o prazo para apresentação de Pedido de Reapreciação pelo Prefeito. § 1º. Esgotado o prazo e não tendo sido interposto Pedido de Reapreciação, o processo será encaminhado à Câmara Municipal, para julgamento, no prazo previsto no art. 94, I, deste Regimento. § 2º. Na hipótese de interposição de Pedido de Reapreciação, o processo será encaminhado à Câmara após a deliberação, observando-se o prazo previsto no art. 94, II. [...] Art. 93. Do parecer prévio emitido sobre as contas municipais caberá Pedido de Reapreciação: I - pelo prefeito, no prazo de quinze dias da publicação do parecer prévio no Diário Oficial do Estado, no que diz respeito às contas do período de seu mandato; II - pela Câmara Municipal respectiva, no prazo de 90 dias contados do recebimento do processo relativo às contas, acompanhado do parecer prévio do Tribunal. § 1º. Se o Prefeito ou a Câmara apresentarem Pedido de Reapreciação nos respectivos prazos, o processo será encaminhado ao órgão de controle competente para exame das preliminares de admissibilidade e análise de mérito. § 2º. Finda a instrução, o processo será encaminhado ao Relator após a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal. § 3º. A deliberação</p>														



Quadro 22 - Meios de impugnação dos pareceres prévios nos tribunais de contas, conforme suas leis orgânicas e atos normativos internos.

T C I	Meio de impugnação aos pareceres prévios														
	ED <sup>2</sup>			REC <sup>3</sup>			REE <sup>4</sup>			REV <sup>5</sup>			OUT <sup>6</sup>		
	PV <sup>7</sup>	SU <sup>8</sup>	PD <sup>9</sup>	PV	SS	PD	PV	SU	PD	PV	SU	AN <sup>10</sup>	PV	SS	PD
	Dispositivos destacados das LO <sup>11</sup> -TC e dos AI <sup>12</sup> dos TC														
	respectiva, o qual deverá ser incluído em pauta publicada no DOE com antecedência mínima de 48 horas. [...] Art. 95. Das decisões originárias proferidas pelo Tribunal cabe, de conformidade com o teor do artigo 88 da Lei Complementar n. 6, de 06.12.91, a apresentação de pedido de reconsideração, quando formulado: I - pelo representante do Ministério Público Especial; II - pelo gestor, nas decisões relativas aos seus respectivos órgãos, entidades ou municípios. § 1º. Poderá ser provido o pedido de reconsideração quando se constatar engano ou omissão nos pronunciamentos do Tribunal em decisão devidamente fundamentada. [...] Art. 96. O pedido de reconsideração, relativo a qualquer decisão do Tribunal, com efeito suspensivo, somente será admitido, uma única vez, quando interposto no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados de sua publicação.														
T C E - C E	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA
	LO-TCE-CE, Art. 30. Cabe recurso de reconsideração de toda e qualquer decisão proferida pelo Tribunal de Contas em matéria de sua competência, tendo efeito suspensivo, sendo formulado por escrito, uma só vez, pelo responsável ou interessado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados na forma prevista no Art. 21 desta Lei. Art. 31. Cabe recurso de embargos de declaração, no prazo de 10 (dez) dias contra decisão definitiva do Tribunal, para corrigir obscuridade, omissão ou contradição do acórdão ou resolução recorridos. [...] § 2º. Cabe recurso de embargos de declaração, no prazo de 10 (dez) dias em face do parecer prévio emitido pelo Tribunal na apreciação das Contas de Governo do Estado ou dos municípios, para corrigir obscuridade, omissão ou contradição, inclusive com efeitos infringentes, no que couber. Art. 32. Cabe recurso de revisão, sem efeito suspensivo, das decisões definitivas proferidas em processo de tomada ou prestação de contas e fundamentar-se-á: I - em erro de cálculo nas contas; II - em falsidade ou insuficiência de documento em que se tenha fundamentado a decisão recorrida; III - obtiver o interessado, posteriormente ao trânsito em julgado, prova documental nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável. IV - na errônea identificação ou individualização do responsável; V - em erro de procedimento que tenha suprimido o exercício do contraditório e da ampla defesa, gerando nulidade absoluta. [...] Art. 34. Os recursos a que aludem os incisos I e II do Art. 29 têm efeito suspensivo, e o da revisão, efeito apenas devolutivo.														
T C - D F	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA
	LO-TC-DF, Art. 32. Em todas as etapas do processo de julgamento de contas será assegurada ao responsável ou interessado ampla defesa. Art. 33. De decisão proferida em processo de tomada ou prestação de contas cabem os seguintes recursos interpostos pelo responsável ou seus sucessores e interessados, ou pelo Ministério Público, conforme previsto no Regimento Interno: I - reconsideração; II - embargos de declaração; III - revisão. Parágrafo único. Não se conhecerá de recurso interposto fora do prazo, salvo em razão da superveniência de fatos novos na forma prevista no Regimento Interno. Art. 34. O recurso de reconsideração, que terá efeito suspensivo, será apreciado por quem houve proferido a decisão recorrida, e será formulado por escrito uma só vez, dentro do prazo de trinta dias, contados na forma prevista no art. 31 desta Lei Complementar. Art. 35. Cabem embargos de declaração para corrigir obscuridade, omissão ou contradição da decisão recorrida. § 1º. Os embargos de declaração devem ser opostos por escrito, dentro do prazo de dez dias, contados na forma prevista no art. 31 desta Lei Complementar. § 2º. Os embargos de declaração suspendem os prazos para cumprimento da decisão embargada e para interposição dos recursos previstos nos incisos I e III do art. 33 desta Lei Complementar. Art. 36. De decisão definitiva caberá recurso de revisão ao Plenário, sem efeito suspensivo, interposto por escrito, uma só vez, dentro do prazo de cinco anos, contados na forma prevista no inciso III do art. 31 desta Lei Complementar, e fundar-se-á: I - em erro de cálculo nas contas; II - em falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida; III - na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida. Parágrafo único. A decisão que der provimento a recurso de revisão ensejará a correção de todo e qualquer erro ou engano apurado.														
T C E - E S	Sim	Sim	5	Sim	Sim	30	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA
	LO-TCE-ES, Art. 167. Cabem embargos de declaração quando houver obscuridade, omissão ou contradição em acórdão ou parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas. § 1º. Os embargos de declaração serão opostos por escrito pela parte, pelo interessado ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em petição dirigida ao Relator com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissão, dentro do prazo improrrogável de cinco dias, vedada a juntada de qualquer documento. [...]														



Quadro 22 - Meios de impugnação dos pareceres prévios nos tribunais de contas, conforme suas leis orgânicas e atos normativos internos.

T C 1	Meio de impugnação aos pareceres prévios														
	ED <sup>2</sup>			REC <sup>3</sup>			REE <sup>4</sup>			REV <sup>5</sup>			OUT <sup>6</sup>		
	PV <sup>7</sup>	SU <sup>8</sup>	PD <sup>9</sup>	PV	SS	PD	PV	SU	PD	PV	SU	AN <sup>10</sup>	PV	SS	PD
Dispositivos destacados das LO <sup>11</sup> -TC e dos AI <sup>12</sup> dos TC															
T C E - M A	Sim	Sim	5	Sim	Sim	15	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA
	LO-TCE-MA, Art. 136. De decisão definitiva em processo de prestação ou tomada de contas, mesmo especial, de decisão de mérito proferida em processo concernente a ato sujeito a registro e a fiscalização de atos e contratos, e de parecer prévio, cabe recurso de reconsideração, com efeito suspensivo, para apreciação do colegiado que houver proferido a decisão recorrida, podendo ser formulado uma só vez e por escrito, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de quinze dias, improrrogável, contados na forma prevista no art.123. [...] Art. 137. Não se conhecerá de recurso de reconsideração quando intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos e dentro do período de um ano, contado do término do prazo indicado no <i>caput</i> , caso em que não terá efeito suspensivo. [...] Art. 138. Cabem embargos de declaração quando houver obscuridade, omissão ou contradição em acórdão ou parecer prévio emitido pelo Tribunal. § 1º. Os embargos de declaração poderão ser opostos por escrito pela parte ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de cinco dias, improrrogável, contados na forma prevista no art. 123. [...] Art. 139. [...] § 7º. Não cabe recurso de revisão contra decisão em processo de prestação de contas anuais apresentada pelo Prefeito Municipal e pelo Governador de Estado, na forma dos arts. 8º e 9º.														
T C E - M T	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Sim	NA	60
	LO-TCE-MT, Art. 64. Das deliberações proferidas no julgamento de prestação ou tomada de contas, na fiscalização de atos e contratos e na apreciação de atos sujeitos a registro cabem as seguintes espécies recursais: I - Recurso Ordinário; II - Agravo; III - Embargos de Declaração. [...] § 5º. Os recursos previstos neste artigo não se aplicam à prestação de contas anual em que o Tribunal emite parecer prévio. RI-TCE-MT, Art. 283. Não cabe recurso ou pedido de rescisão de parecer prévio. Art. 283-A. Constatada a existência de erro material e/ou de cálculo, poderá o Relator, de ofício, rever o parecer prévio, desde que o faça antes do seu julgamento pelo respectivo Poder Legislativo ou no limite do prazo de sessenta dias contados do recebimento do parecer prévio pelo Poder Legislativo respectivo, elaborando nova minuta com as alterações necessárias. Art. 283-B. A parte ou seu procurador constituído, poderá requerer a revisão de parecer prévio, desde que o faça no mesmo prazo mencionado no artigo anterior. § 1º. O requerimento dirigido ao Relator do Parecer Prévio deverá observar os seguintes requisitos de admissibilidade: I - Interposição por escrito; II - Apresentação dentro do prazo; III - A qualificação indispensável à identificação do interessado; IV - Assinatura de quem tenha legitimidade para fazê-lo; V - O erro material ou de cálculo que se pretende corrigir. [...] § 1º. Se o parecer prévio já tiver sido encaminhado ao Poder Legislativo para julgamento, o Relator deverá oficial ao Presidente do referido órgão, informando que as contas de governo do Poder Executivo estão sendo reanalisadas em face de fortes indícios de erro material ou de cálculo. [...] Art. 283-D. Após regular instrução, se entender procedente o requerimento, o Relator elaborará nova minuta de parecer prévio com as alterações que entender necessárias e a revogação expressa do parecer prévio anterior, e determinará a inclusão do processo na pauta de julgamento do Tribunal Pleno. Art. 283-E. Se o Tribunal Pleno aprovar a minuta, novo parecer prévio será emitido, e depois de cumpridas as formalidades de praxe, será encaminhado ao Poder Legislativo competente para julgamento. Caso contrário, os autos serão arquivados, permanecendo válido o parecer prévio já aprovado.														
T C E - M S	Sim	Sim	5	Sim	Sim	60	Não	NA	NA	Sim	REL	2	Sim	SPR	45
	LO-TCE-MS, Art. 66. Das decisões do Tribunal cabem os seguintes recursos: I - recurso ordinário; II - embargos de declaração; III - agravo. [...] Art. 68. Os recursos, uma vez recebidos, têm efeito suspensivo, exceto quanto ao agravo, quando deverá ser observado o disposto no § 2º do art. 71. [...] Art. 69. Cabe recurso ordinário para o órgão superior contra a decisão que tenha julgado o ato sujeito ao controle externo do Tribunal. Parágrafo único. O recurso ordinário pode ser interposto no prazo de sessenta dias contados da data da ciência da decisão. [...] Art. 70. Cabem embargos de declaração quando: I - houver, na decisão, obscuridade ou contradição; II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciarse o Relator, a Câmara ou o Tribunal Pleno. § 1º. Os embargos de declaração podem ser opostos no prazo de cinco dias contados da data da ciência da decisão, em petição dirigida ao relator com a indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissão. [...] Art. 72. São definitivas as decisões: I - contra as quais não: a) caibam recursos; b) tenham sido interpostos, nos prazos previstos, os recursos cabíveis. [...] Art. 73. Da decisão definitiva do Tribunal que julgar os atos sujeitos ao controle externo cabe pedido de revisão.														



Quadro 22 - Meios de impugnação dos pareceres prévios nos tribunais de contas, conforme suas leis orgânicas e atos normativos internos.

TC	Meio de impugnação aos pareceres prévios														
	ED <sup>2</sup>			REC <sup>3</sup>			REE <sup>4</sup>			REV <sup>5</sup>			OUT <sup>6</sup>		
	PV <sup>7</sup>	SU <sup>8</sup>	PD <sup>9</sup>	PV	SS	PD	PV	SU	PD	PV	SU	AN <sup>10</sup>	PV	SS	PD
	Dispositivos destacados das LO <sup>11</sup> -TC e dos AI <sup>12</sup> dos TC														
TC	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA
CE - PA	LO-TCE-PA, Art. 76. Cabe recurso de reconsideração em decisões proferidas em processos de prestação de contas, Tomada de Contas de Exercício ou Gestão e Tomada de Contas Especial, no prazo de quinze dias, com efeito suspensivo e devolutivo. [...] Art. 77. Cabem embargos de declaração, com efeito suspensivo, para corrigir obscuridade, omissão ou contradição em Acórdãos proferidos pelo Tribunal Pleno e pelas Câmaras, no prazo de dez dias contado da data da ciência da decisão, na forma estabelecida no Regimento Interno. [...] Art. 79. Cabe recurso de reexame para anulação, reforma parcial ou total em decisão proferida sobre atos sujeitos a registros de admissão de pessoal, aposentadorias, reformas e pensões, e atos e contratos sujeitos a fiscalização, no prazo de quinze dias, com efeito suspensivo. [...] Art. 80. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, os responsáveis e seus sucessores poderão solicitar ao Tribunal, no prazo de até dois anos, a rescisão das decisões transitada em julgado do Tribunal Pleno e das Câmaras, sem efeito suspensivo, nos seguintes casos: [...] I - erro de cálculo nas contas; II - falsidade de documentos em que se tenha fundado a decisão; III - decisão proferida por relator impedido ou absolutamente incompetente; IV - violação literal de dispositivo de lei; V - quando o responsável obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável. § 1º. O prazo para interposição do pedido de rescisão será contado a partir da data do trânsito em julgado da decisão. § 2º. A falsidade a que se refere o inciso II do <i>caput</i> deste artigo será demonstrada por decisão definitiva proferida pelo Juízo Cível ou Criminal, conforme o caso, ou deduzida e provada no processo de rescisão, sendo garantido o direito de ampla defesa.														
TC	Sim	Sim	10	Sim	Sim	30	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA
CM - PA	LO-TCM-PA, Art. 49. O Tribunal deliberará por: [...] II - Resolução, quando se tratar de: a) Aprovação de parecer prévio; [...] Art. 81. Cabe recurso ordinário para anulação, reforma parcial ou total das decisões do Tribunal Pleno ou das Câmaras. § 1º. O recurso ordinário será interposto por escrito, uma única vez, no prazo de trinta dias, contados da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado ou Diário Eletrônico do TCM-PA, dirigido ao Presidente, que determinará o seu processamento, se atendidos os pressupostos de admissibilidade. § 2º. O recurso ordinário será recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo, quanto à matéria recorrida, salvo se interposto contra decisão em processo relativo à aposentadoria, reforma ou pensão, bem como, contra determinação de medidas cautelares, hipóteses em que será recebido apenas no efeito devolutivo. [...] Art. 82. Cabem embargos de declaração para corrigir obscuridade, omissão ou contradição da decisão recorrida. § 1º. Os embargos de declaração serão opostos por escrito pelo responsável, interessado ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro de dez dias contados da publicação da decisão, na forma desta Lei e do Regimento Interno do TCM-PA. [...] Art. 84. [...] § 1º. Não cabe Pedido de Revisão destinado à reforma de decisão prolatada sob a forma de parecer prévio.														
TC	Sim	Sim	10	Sim	Sim	15	Não	NA	NA	Sim	Não	5	Não	NA	NA
CE - PB	LO-TCE-PB, Art. 31. Em todos os processos sujeitos a julgamento pelo Tribunal, será assegurada ao responsável ou interessado ampla defesa e das decisões neles proferidas cabem recursos de: I - apelação; II - reconsideração; III - embargos de declaração; IV - revisão. [...] Art. 33. O recurso de reconsideração, que terá efeito suspensivo, será apreciado por quem houver proferido a decisão recorrida, na forma estabelecida no Regimento Interno, e poderá ser formulado por escrito uma só vez, pelo responsável ou interessado, ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de quinze dias, contados na forma prevista no art. 30 desta Lei. Art. 34. Cabem embargos de declaração para corrigir obscuridade, omissão ou contradição da decisão recorrida. § 1º. Os embargos de declaração podem ser opostos por escrito pelo responsável ou interessado, ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de dez dias, contados na forma prevista no art. 30. § 2º. Os embargos de declaração interrompem os prazos para cumprimento da decisão embargada e para interposição dos recursos previstos nos incisos I, II e IV do art. 31 desta Lei. Art. 35. De decisão definitiva caberá recurso de revisão ao Plenário, sem efeito suspensivo, interposto por escrito, uma só vez, pelo responsável, seus sucessores, ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de cinco anos, contados na forma prevista no art. 30 desta lei, e fundar-se-á: I - em erro de cálculo nas contas; II - em falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida; III - na superveniência de documentos novos com eficácia														



Quadro 22 - Meios de impugnação dos pareceres prévios nos tribunais de contas, conforme suas leis orgânicas e atos normativos internos.

T C I	Meio de impugnação aos pareceres prévios														
	ED <sup>2</sup>			REC <sup>3</sup>			REE <sup>4</sup>			REV <sup>5</sup>			OUT <sup>6</sup>		
	PV <sup>7</sup>	SU <sup>8</sup>	PD <sup>9</sup>	PV	SS	PD	PV	SU	PD	PV	SU	AN <sup>10</sup>	PV	SS	PD
	<b>Dispositivos destacados das LO<sup>11</sup>-TC e dos AI<sup>12</sup> dos TC</b>														
	capazes de elidir as provas anteriormente produzidas; III - erro de cálculo. Parágrafo único. O direito de propor a rescisão se extingue em 02 (dois) anos, contados da data da irrecorribilidade da Deliberação. RI-TCE-PE, Art. 163-F. O Tribunal comunicará à Câmara Municipal o resultado da deliberação no processo de contas anuais do município, após o trânsito em julgado, com remessa dos autos originais completos e todos os seus apensos. [...] Art. 239. Às partes e ao Ministério Público de Contas é atribuída legitimidade para propor o Pedido de Rescisão de julgado, sem efeito suspensivo, nos termos da Lei Orgânica, aplicando-se, no que couber, as normas deste Regimento Interno relativas a recursos. § 1º. A pendência de pedido de rescisão contra parecer prévio não obsta o envio imediato dos autos originais ao respectivo Poder Legislativo, devendo o pedido de rescisão tramitar apensado à cópia eletrônica dos autos ou remissão a sistema processual eletrônico que contenha cópia integral das contas. [...] § 7º. É incabível medida cautelar para dar efeito suspensivo ao pedido em contas de governo ou suspender a análise das contas pelo órgão julgado do Poder Legislativo.														
T C E - P I	Sim	Sim	5	Sim	Sim	30	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA
	LO-TCE-PI, Art. 152. Cabe Recurso de Reconsideração contra decisão em processo de prestação ou tomada de contas, com efeito suspensivo, interposto uma só vez e por escrito, dentro do prazo de trinta dias contados a partir da publicação da decisão na imprensa oficial. [...] Art. 155. Cabe Embargos de Declaração para corrigir obscuridade, omissão ou contradição da decisão recorrida. § 1º. Os Embargos de Declaração serão opostos, por escrito, no prazo de cinco dias contados a partir da publicação da decisão na imprensa oficial. [...] Art. 157. De decisão definitiva em processo de julgamento de contas de gestão caberá pedido de revisão, interposto uma só vez e por escrito, pelo responsável, seus sucessores, ou pelo Ministério Público de Contas, no prazo de máximo de dois anos, contados do trânsito em julgado, e fundado: I - em erro de cálculo nas contas; II - em falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão; III - na superveniência de documentos novos, com eficácia sobre a prova produzida. RI-TCE-PI, Art. 423. Da decisão definitiva em processo de prestação de contas, de tomada de contas ou de tomada de contas especial caberá recurso de reconsideração, com efeito suspensivo, interposto uma só vez e por escrito, dentro do prazo de trinta dias contados a partir da publicação da decisão. [...] Art. 424. O Recurso de Reconsideração poderá ser interposto inclusive contra decisão proferida mediante parecer prévio, em processo de apreciação de contas de governo.														
T C E - R J	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA
	RI-TCE-RJ, Art. 86. [...] § 2º. São irrecorríveis os Pareceres Prévios emitidos sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais.														
T C M - R I O	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA
	RI-TCM-RIO, Art. 259. Cabe recurso de reconsideração das decisões em processos de: I - atos sujeitos a registro e a fiscalização de atos e contratos; II - fiscalização que impuserem multas, ou determinarem outras sanções em decorrência de infração da legislação ou de norma estatutária, ou pelo descumprimento de prazos, diligências e outros atos processuais; III - prestação ou tomada de contas, inclusive a especial; e IV - consulta, denúncia, representação e outros concernentes a sua competência fiscalizatória.														
T C E - R N	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Sim	Sim	15	Não	NA	NA	Não	NA	NA
	LO-TCE-RN, Art. 125. Nas questões relativas ao controle externo, as partes podem interpor: I - pedido de reconsideração, em face de decisão proferida pelo Pleno ou Câmara, cabível uma única vez no mesmo processo; II - agravo, de despacho do Relator, para o Pleno ou Câmara a que esteja afeto o processo; III - recurso de revista, quando sobre a questão houver interpretações divergentes entre as Câmaras; IV - pedido de reexame, em se tratando de parecer prévio sobre contas municipais; ou V - embargos de declaração, para fins de esclarecimento de ponto obscuro, omissão ou contraditório de decisão. [...] § 3º. É de quinze dias o prazo para o pedido de reconsideração, o recurso de revista e o pedido de reexame, e de cinco dias para o agravo e os embargos de declaração.														



Quadro 22 - Meios de impugnação dos pareceres prévios nos tribunais de contas, conforme suas leis orgânicas e atos normativos internos.

T C I	Meio de impugnação aos pareceres prévios														
	ED <sup>2</sup>			REC <sup>3</sup>			REE <sup>4</sup>			REV <sup>5</sup>			OUT <sup>6</sup>		
	PV <sup>7</sup>	SU <sup>8</sup>	PD <sup>9</sup>	PV	SS	PD	PV	SU	PD	PV	SU	AN <sup>10</sup>	PV	SS	PD
	Dispositivos destacados das LO <sup>11</sup> -TC e dos AI <sup>12</sup> dos TC														
T C	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Sim	Sim	15/ 90
E - S C	<p>LO-TCE-SC, Art. 55. Do parecer prévio emitido sobre as contas prestadas pelo Prefeito cabe Pedido de Reapreciação formulado por ele no que diz respeito às contas do período de seu mandato, no prazo de quinze dias contados da publicação do parecer prévio no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas e pela Câmara de Vereadores, no prazo de noventa dias contados do recebimento da prestação de contas acompanhada do parecer prévio do Tribunal. Art. 56. A deliberação em Pedido de Reapreciação formulado pela Câmara de Vereadores constitui a última e definitiva manifestação do Tribunal sobre a prestação de contas anual do Município. [...] Art. 76. Das deliberações do Tribunal de Contas proferidas no julgamento de prestação e tomada de contas, na fiscalização de atos e contratos e na apreciação de atos sujeitos a registro, cabem os seguintes recursos: I - de Reconsideração; II - de Embargos de Declaração; III - de Reexame; e IV - de Agravo. [...] § 2º. Os recursos previstos neste artigo não se aplicam à prestação de contas anual do Estado e do Município, em que o Tribunal emite parecer prévio.</p> <p>RI-TCE-SC, Art. 93. Do parecer prévio emitido sobre as contas municipais caberá Pedido de Reapreciação: I - pelo prefeito, no prazo de quinze dias da publicação do parecer prévio no Diário Oficial do Estado, no que diz respeito às contas do período de seu mandato; II - pela Câmara Municipal respectiva, no prazo de 90 dias contados do recebimento do processo relativo às contas, acompanhado do parecer prévio do Tribunal. § 1º. Se o Prefeito ou a Câmara apresentarem Pedido de Reapreciação nos respectivos prazos, o processo será encaminhado ao órgão de controle competente para exame das preliminares de admissibilidade e análise de mérito. § 2º. Finda a instrução, o processo será encaminhado ao Relator após a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal. § 3º. A deliberação do Tribunal Pleno no Pedido de Reapreciação apresentado pela Câmara Municipal no prazo fixado no inciso II deste artigo constituirá a última e definitiva manifestação do Tribunal a respeito da matéria. [...] Art. 94. O Tribunal encaminhará à Câmara Municipal, para julgamento, o processo referente às contas municipais acompanhado do Parecer Prévio, do Relatório Técnico, do Relatório do Relator, das Declarações de Voto emitidas pelos demais Conselheiros, se houver, e do Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal, nos seguintes prazos: I - dez dias após expirado o prazo para interposição de Pedido de Reapreciação; II - trinta dias após a decisão Plenária prolatada no pedido de Reapreciação apresentado pelo Prefeito. [...] Art. 135. Das deliberações do Tribunal de Contas proferidas no julgamento de prestação ou tomada de contas, tomada de contas especial, na fiscalização de atos administrativos, inclusive contratos e atos sujeitos a registro, cabem recursos de: I - Reconsideração; II - Embargos de Declaração; III - Reexame; IV - Agravo. [...] § 2º. Os recursos previstos neste artigo não se aplicam ao Parecer Prévio emitido pelo Tribunal sobre as contas anuais prestadas pelo Governador e pelos Prefeitos. [...] Art. 145. Após a emissão do parecer prévio sobre as contas anuais, o Prefeito ou procurador habilitado poderá retirar o processo do Tribunal pelo prazo previsto para a apresentação de Pedido de Reapreciação.</p>														
T C E - S P	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Sim	Sim	30	Não	NA	NA	Não	NA	NA
	<p>LO-TCE-SP, Artigo 70. Do parecer prévio, emitido sobre as contas do Governador ou sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios, somente caberá pedido de reexame, que terá efeito suspensivo. Parágrafo único. O pedido a que se refere este artigo será apresentado ao Conselheiro Relator do feito e, após instruído na forma do Regimento Interno, será apreciado pelo Tribunal Pleno.</p> <p>Artigo 71. O pedido de reexame poderá ser formulado somente uma vez, pelo responsável ou interessado, ou pelo Ministério Público, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do Parecer no Diário Oficial.</p> <p>RI-TCE-SP, Art. 159. Do parecer prévio emitido sobre as contas do Governador e da Administração Financeira Municipal, caberá somente pedido de reexame, formulado uma única vez e terá efeito suspensivo. Art. 160. Tem legitimidade para interpor o pedido de reexame: I - responsável ou interessado; II - o Ministério Público e a Procuradoria da Fazenda do Estado, no âmbito de sua competência. Art. 161. O recurso de que trata este Capítulo deverá ser interposto dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do parecer prévio publicado no Diário Oficial e será dirigido ao Relator do feito, contendo: I - os fundamentos de fato e de direito; II - o pedido de alteração total ou parcial do parecer. Art. 162. Protocolado, o recurso será encaminhado ao Relator, que poderá indeferir in limine o pedido, se intempestivo ou nas hipóteses do art. 138 deste Regimento Interno. Art. 163. O Relator, a seu critério, colherá a manifestação dos órgãos instrutivos e técnicos, submetendo o feito ao Tribunal Pleno, para</p>														



Quadro 22 - Meios de impugnação dos pareceres prévios nos tribunais de contas, conforme suas leis orgânicas e atos normativos internos.

T C 1	Meio de impugnação aos pareceres prévios														
	ED <sup>2</sup>			REC <sup>3</sup>			REE <sup>4</sup>			REV <sup>5</sup>			OUT <sup>6</sup>		
	PV <sup>7</sup>	SU <sup>8</sup>	PD <sup>9</sup>	PV	SS	PD	PV	SU	PD	PV	SU	AN <sup>10</sup>	PV	SS	PD
	Dispositivos destacados das LO <sup>11</sup> -TC e dos AI <sup>12</sup> dos TC														
	feito, contendo: I - os fundamentos de fato e de direito; II - o pedido de alteração total ou parcial do parecer. [...] Art. 250. O recurso de que trata esta seção terá efeito suspensivo.														
T	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Não	NA	NA
C	Sem destaque.														
U															

Fonte: leis orgânicas, regimentos e outros atos normativos internos dos tribunais de contas, cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. TC: tribunal de contas; 2. ED: embargos de declaração; 3. RC: recurso de reconsideração, recurso ordinário ou equivalente; 4. RX: pedido ou recurso de reexame; 5. RV: pedido ou recurso de revisão ou rescisão; 6. OU: outro recurso; 7. PV: previsão do meio de impugnação; 8. SU: efeito suspensivo; 9. PD: prazo em dias; 10. AN: prazo em anos; 11. LO: lei orgânica; 12. AI: atos normativos internos; 13. NA: não se aplica; 14. RI: regimento interno.

Quadro 23 - Efeitos dos pareceres prévios, conforme constituições estaduais e leis orgânicas e atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Efeitos do parecer			
	Lista		JFC <sup>7</sup>	JSP <sup>8</sup>
	PP <sup>5</sup>	JUL <sup>6</sup> .		
	Dispositivos destacados das Ce <sup>2</sup> e LO <sup>3</sup> -TC e dos AI <sup>4</sup> dos TC			
TCE-AC	SPR <sup>9</sup>	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.			
TCE-AL	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.			
TCE-AP	Sim	Sim	SPR	SPR
	RI <sup>10</sup> -TCE-AP, Art. 294. Para os fins previstos na Lei Orgânica, o Tribunal enviará à Justiça Eleitoral, antes de ultimar o prazo para registro de candidaturas, o nome dos responsáveis que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, julgadas como irregular, nos cinco anos anteriores à realização do pleito. § 1º. Será incluído na lista a ser encaminhada à Justiça Eleitoral o nome de responsável por contas julgadas irregulares em decisão definitiva e irrecurível do Tribunal. § 2º. Será, também, incluído na lista o nome daqueles cujas contas apreciadas mediante parecer prévio tenham recebido do Tribunal recomendação de rejeição, desde que esgotado o prazo para o pedido de reapreciação apresentado pelo Prefeito, ou após a reapreciação das contas, na hipótese de sua apresentação.			
TCE-AM	Não	Sim	Não	Não
	Ce-AM, Art. 127. O controle externo das contas dos Municípios será exercido pelas Câmaras Municipais, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado. [...] §4º. As Câmaras Municipais não poderão julgar as contas anuais das Prefeituras que ainda não tenham recebido o parecer prévio e definitivo do Tribunal de Contas do Estado. §5º. O julgamento das contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte. §6º. Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação. LO-TCE-AM, Art. 136. Para finalidade prevista no art. 1º, inciso I, alínea “g” e no art. 3º, ambos da Lei complementar n. 64, de 18 de maio de 1990, o Tribunal enviará ao Ministério Público Eleitoral, em tempo hábil, o nome dos responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos cinco anos imediatamente anteriores à realização de cada eleição.			
TCE-BA	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.			
TCM-BA	SPR	SPR	Sim	Não
	LO-TCM-BA, Art. 58. O parecer prévio deverá ser elaborado em 180 (cento e oitenta) dias a contar do recebimento das contas pelo Tribunal de Contas dos Municípios e só deixará de prevalecer pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros do Poder Legislativo Municipal. § 1º. Prevalecerá o parecer prévio referido neste artigo se, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do seu recebimento, o Poder Legislativo Municipal não houver deliberado sobre a respectiva conta. [...] § 3º. Será nula a votação em que haja votado Vereador impedido nos termos deste artigo bem como o julgamento de contas enquanto o Tribunal de Contas dos Municípios não tiver emitido parecer prévio sobre as mesmas.			
TCE-CE	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.			
TC-DF	Não	Sim	SPR	SPR
	LO-TC-DF, Art. 83. Para a finalidade prevista no art. 1º, inciso I, alínea “g” e no art. 3º, ambos da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990, o Tribunal enviará ao Ministério Público Eleitoral, em tempo hábil, o nome dos responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos cinco anos imediatamente anteriores à realização de cada eleição.			
TCE-ES	Sim	Sim	SPR	SPR
	LO-TCE-ES, Art. 151. Para os fins previstos no artigo 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar Federal n. 64, de 18.5.1990, o Tribunal de Contas, em tempo hábil ou quando solicitado, enviará ao Ministério Público Eleitoral, e divulgará em meio eletrônico de acesso público, o nome dos			

Quadro 23 - Efeitos dos pareceres prévios, conforme constituições estaduais e leis orgânicas e atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC¹	Efeitos do parecer			
	Lista		JFC⁷	JSP⁸
	PP⁵	JUL⁶.		
	Dispositivos destacados das Ce² e LO³-TC e dos AI⁴ dos TC			
	responsáveis cujas contas houverem recebido parecer prévio pela rejeição e/ou sido julgadas irregulares nos oito anos imediatamente anteriores à época em que forem realizadas eleições no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo aos processos em que houver recurso com efeito suspensivo cuja admissibilidade tenha sido reconhecida, nos termos desta Lei Complementar.			
TCE-GO	Não	Sim	SPR	SPR
	LO-TCE-GO, Art. 84. Para os fins previstos no art. 1º, inciso I, alínea g e no art. 3º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, o Tribunal, em tempo hábil ou quando solicitado, enviará ao Ministério Público Eleitoral o nome dos responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores à época em que forem realizadas eleições no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo aos processos em que houver recurso com efeito suspensivo cuja admissibilidade tenha sido reconhecida, nos termos desta Lei.			
TCM-GO	Não	Sim	SPR	Não
	Ce-GO, Art. 79. [...] § 4º. A Câmara Municipal não julgará as contas, antes do parecer do Tribunal de Contas dos Municípios, nem antes de escoado o prazo para exame pelos contribuintes. LO-TCM-GO, Art. 1º. Ao Tribunal de Contas dos Municípios, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta Lei: [...] XXVI - disponibilizar para a Justiça Eleitoral a relação dos que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecurável, para as eleições que se realizarem nos cinco anos seguintes, contados a partir da data da decisão.			
TCE-MA	Sim	Sim	SPR	SPR
	LO-TCE-MA, Art. 33. Para os fins previstos no art. 1º, inciso I, alínea “g” e no art. 3º da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990, o Tribunal, com a devida antecedência ou quando solicitado, enviará ao Ministério Público Eleitoral, em tempo hábil, o nome dos responsáveis cujas contas houverem recebido parecer prévio pela desaprovação e/ou sido julgadas irregulares nos cinco anos imediatamente anteriores à época em que forem realizadas eleições no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.			
TCE-MT	Não	Sim	Não	Não
	Ce-MT, Art. 210. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio circunstanciado sobre as contas que o Prefeito Municipal deve, anualmente, prestar, podendo determinar para esse fim a realização de inspeções necessárias, observado: [...] II - a Câmara Municipal somente poderá julgar as contas do Prefeito, após o parecer prévio do Tribunal de Contas, que somente deixará de prevalecer pelo voto de dois terços dos seus membros; III - esgotado o prazo de sessenta dias, sem deliberação da Câmara Municipal, as contas com o parecer do Tribunal de Contas serão colocadas na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final; LO-TCE-MT, Art. 79. Decorrido o prazo fixado pelo Tribunal de Contas para a restituição de valores, sem que esta tenha se efetivado ou sem a comprovação de parcelamento, quando cabível, o responsável, ou responsáveis, estarão sujeitos, automaticamente, à inscrição do seu nome no cadastro de inadimplentes do Tribunal de Contas e na relação de inelegíveis a ser encaminhada ao Tribunal Regional Eleitoral, além do encaminhamento de cópia dos autos a Procuradoria Geral de Justiça e à cobrança fiscal, conforme o caso, para as providências cabíveis, observado em qualquer hipótese, o disposto no artigo 82 desta lei.			
TCE-MS	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.			
TCE-MG	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.			
TCE-PA	Não	Sim	SPR	SPR
	LO-TCE-PA, Art. 96. O Tribunal de Contas do Estado tornará disponível à Justiça Eleitoral, no prazo previsto em lei, a relação dos responsáveis que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos			

Quadro 23 - Efeitos dos pareceres prévios, conforme constituições estaduais e leis orgânicas e atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Efeitos do parecer			
	Lista		JFC <sup>7</sup>	JSP <sup>8</sup>
	PP <sup>5</sup>	JUL <sup>6</sup> .		
	Dispositivos destacados das Ce <sup>2</sup> e LO <sup>3</sup> -TC e dos AI <sup>4</sup> dos TC			
	ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente.			
TCM-PA	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.			
TCE-PB	Não	Sim	Sim	SPR
	Ce-PB, Art. 13. [...] § 4º. Recebido o parecer prévio, a Câmara deverá pronunciar-se no prazo de sessenta dias, na forma que a lei dispuser. § 5º. Se a Câmara não deliberar no prazo de que trata o parágrafo anterior, considerar-se-á prevalente o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios. § 6º. Prevalecendo o parecer pela rejeição das contas, serão de imediato adotadas as providências, observadas as formalidades da lei. LO-TCE-PB, Art. 89. Para a finalidade prevista no art. 1º, inciso I, alínea “g” e no art. 3º, ambos da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990, o Tribunal enviará ao Ministério Público Eleitoral, em tempo hábil, o nome dos responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos cinco anos imediatamente anteriores à realização de cada eleição.			
TCE-PR	Não	Sim	SPR	SPR
	LO-TCE-PR, Art. 170. O Tribunal enviará, nos prazos previstos em legislação específica, no Regimento Interno e em Resoluções, ao Tribunal Regional Eleitoral, a lista contendo o nome dos responsáveis, cujas contas houverem sido julgadas irregulares, em decisão transitada em julgado, para fins de declaração de inelegibilidade.			
TCE-PE	Sim	Sim	SPR	SPR
	LO-TCE-PE, Art. 141. Para os fins previstos na alínea g do inciso I do art. 1º e no art. 3º da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990, o Tribunal enviará à Justiça Eleitoral, antes de ultimar o prazo para registro de candidaturas, o nome dos responsáveis que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível, na forma da legislação eleitoral. Parágrafo único. Será incluído na lista a ser encaminhada à Justiça Eleitoral o nome do responsável por contas julgadas irregulares em decisão definitiva e irrecorrível do Tribunal e daqueles cujas contas apreciadas mediante parecer prévio o Tribunal tenha recomendado a rejeição. RI-TCE-PE, Art. 25. Compete ao Vice-Presidente: [...] VIII - enviar ao Tribunal Regional Eleitoral a lista de responsáveis que tiveram as contas de Governo com parecer prévio pela rejeição e as contas de Gestão julgadas irregulares, nos termos da legislação eleitoral; [...] Art. 83-B. Cabe à Vice-Presidência: [...] VI - elaborar a lista dos responsáveis que tiveram as Contas de Governo com parecer prévio pela rejeição e as Contas de Gestão julgadas irregulares, nos termos da legislação eleitoral.			
TCE-PI	SPR	Sim	SPR	SPR
	RI-TCE-PI, Art. 401. Para os fins do disposto na alínea “g”, do inciso I, art. 1º, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 e no § 5º, do art. 11, da Lei Federal n. 9.504/1997, a Secretaria do Tribunal providenciará a relação completa dos nomes constantes do registro e a apresentará ao Presidente do Tribunal para encaminhamento à Justiça Eleitoral. Parágrafo único. O Presidente do Tribunal de Contas encaminhará a relação à justiça eleitoral até trinta dias antes da data prevista na legislação eleitoral para o término do prazo de registro das candidaturas às eleições que se realizem no âmbito do Estado e dos Municípios.			
TCE-RJ	Não	Sim	SPR	SPR
	RI-TCE-RJ, Art. 179. Para a finalidade prevista no artigo 1º, inciso I, alínea “g” e do art. 3º, ambos da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990, o Tribunal enviará ao Ministério Público Eleitoral, em tempo hábil, o nome dos responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores à realização de cada eleição.			
TCM-RIO	Não	Sim	SPR	SPR
	RI-TCM-RIO, Art. 266. Para a finalidade prevista no art. 1º, I, “g” e no art. 3º, ambos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, o Tribunal enviará à Justiça Eleitoral, em tempo hábil, o nome dos responsáveis que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas			

Quadro 23 - Efeitos dos pareceres prévios, conforme constituições estaduais e leis orgânicas e atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Efeitos do parecer			
	Lista		JFC <sup>7</sup>	JSP <sup>8</sup>
	PP <sup>5</sup>	JUL <sup>6</sup> .		
	Dispositivos destacados das Ce <sup>2</sup> e LO <sup>3</sup> -TC e dos AI <sup>4</sup> dos TC			
	julgadas irregulares em decisão definitiva e irrecorrível, nos cinco anos imediatamente anteriores à realização da eleição.			
TCE-RN	SPR	Sim	SPR	SPR
	LO-TCE-RN, Art. 158. O Tribunal encaminhará ao Ministério Público Eleitoral, em tempo hábil, as informações necessárias ao atendimento do disposto nos arts. 1º, I, “g”, e 3º, ambos da Lei Complementar Federal n.º 64, de 18 de maio de 1990.			
TCE-RS	Sim	Sim	SPR	SPR
	RI-TCE-RS, Art. 140. O Tribunal de Contas publicará em seu portal e enviará ao Ministério Público Eleitoral, após o trânsito em julgado da correspondente decisão, o nome do responsável por contas que houverem recebido parecer desfavorável ou julgamento pela desaprovação das contas, dando-se conhecimento dessa remessa ao Ministério Público Estadual, para os fins legais.			
TCE-RO	Não	Sim	SPR	SPR
	LO-TCE-RO, Art. 90. Para a finalidade prevista no art. 1º, inciso I, alínea “g” e no art. 3º, ambos da Lei Complementar Federal n. 64, de 18 de maio de 1990, o Tribunal enviará ao Ministério Público Eleitoral, em tempo hábil, o nome dos responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos cinco anos imediatamente anterior à realização de cada eleição. RI-TCE-RO, Art. 251. Para os fins previstos no art. 1º, inciso I, alínea “g” e no art. 3º da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990, o Tribunal, com a devida antecedência ou quando solicitado, enviará ao Ministério Público Eleitoral, em tempo hábil, o nome dos responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, por decisão irrecorrível, nos cinco anos imediatamente anteriores à época em que forem realizadas eleições no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.			
TCE-RR	Não	Sim	SPR	SPR
	LO-TCE-RR, Art. 105. Para a finalidade prevista na legislação eleitoral, o Tribunal enviará ao Ministério Público Eleitoral, em tempo hábil, o nome dos responsáveis, cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos oito anos imediatamente anteriores à realização de cada eleição. RI-TCE-RR, Art. 223. Para os fins previstos no art. 1º, inciso I, alínea “g” e no art. 3º da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990, o Tribunal, com a devida antecedência ou quando solicitado, enviará ao Ministério Público Eleitoral, em tempo hábil, o nome dos responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos cinco anos imediatamente anteriores à época em que forem realizadas as eleições. § 1º. Não se aplica o disposto neste artigo aos processos em que houver recurso com efeito suspensivo cuja admissibilidade tenha sido reconhecida pelo relator.			
TCE-SC	Sim	Sim	SPR	Não
	Ce-SC, Art. 113. [...] § 3º. A Câmara Municipal somente julgará as contas após a emissão do parecer prévio do Tribunal de Contas. LO-TCE-SC, Art. 114. Para os fins previstos no art. 1º, I, g, e no art. 3º da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990, o Tribunal enviará à Justiça Eleitoral, antes de ultimar o prazo para registro de candidaturas, o nome dos responsáveis que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível, nos cinco anos anteriores à realização do pleito. Parágrafo único. Será incluído na lista a ser encaminhada à Justiça Eleitoral o nome do responsável por contas julgadas irregulares em decisão definitiva e irrecorrível do Tribunal e daqueles cujas contas apreciadas mediante parecer prévio o Tribunal tenha recomendado a rejeição, desde que esgotado o prazo para apresentação de pedido de reapreciação pelo Prefeito, nos termos do art.55 desta Lei, ou após a manifestação do Tribunal Pleno no pedido de reapreciação, caso tenha sido apresentado. RI-TCE-SC, Art. 297. [...] § 2º. Será, também, incluído na lista o nome daqueles cujas contas apreciadas mediante parecer prévio tenham recebido do Tribunal recomendação de rejeição, desde que esgotado o prazo para o pedido de reapreciação apresentado pelo Prefeito, ou após a reapreciação das contas, na hipótese de sua apresentação.			

Quadro 23 - Efeitos dos pareceres prévios, conforme constituições estaduais e leis orgânicas e atos normativos internos dos tribunais de contas.

TC <sup>1</sup>	Efeitos do parecer			
	Lista		JFC <sup>7</sup>	JSP <sup>8</sup>
	PP <sup>5</sup>	JUL <sup>6</sup> .		
	Dispositivos destacados das Ce <sup>2</sup> e LO <sup>3</sup> -TC e dos AI <sup>4</sup> dos TC			
TCE-SP	Não	Sim	SPR	SPR
	RI-TCE-SP, Art. 212. Ao Secretário-Diretor Geral compete: [...] q) preparar e apresentar ao Presidente, relação dos nomes dos responsáveis que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos e funções públicas desaprovadas ou rejeitadas por irregularidades, para fins de encaminhamento à Justiça Eleitoral nos termos do art. 11 da Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997;			
TCM-SPO	SPR	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.			
TCE-SE	Não	Sim	SPR	SPR
	LO-TCE-SE, Art. 87. Para os fins previstos no art. 1º, inciso I, alínea g, e no art. 3º, da Lei Complementar Federal n. 64, de 18 de maio de 1990, o Tribunal, em tempo hábil ou quando solicitado, deve enviar ao Ministério Público Eleitoral o nome dos responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores à época em que forem realizadas eleições no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo aos processos em que houver recurso com efeito suspensivo, cuja admissibilidade tenha sido reconhecida. RI-TCE-SE, Art. 219. Para os fins previstos no art. 1º, inciso I, alínea “g”, e art. 3º da Lei Complementar Federal n. 64, de 18 de maio de 1990, alterada pela Lei Complementar Federal n. 135, de 4 de junho de 2010, o Tribunal, em tempo hábil ou quando solicitado, enviará ao Ministério Público Eleitoral o nome dos responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos 8 (oito) anos imediatamente anteriores à época em que forem realizadas eleições no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo aos processos em que houver recurso com efeito suspensivo, cuja admissibilidade tenha sido reconhecida.			
TCE-TO	Não	Sim	SPR	SPR
	LO-TCE-TO, Art. 153. Para a finalidade prevista no art. 1º, inciso I, alínea g e no art. 3º, ambos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, o Tribunal enviará ao Ministério Público Eleitoral, em tempo hábil, o nome dos responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos cinco anos imediatamente anteriores à realização de cada eleição.			
TCU	Não	Sim	SPR	SPR
	RI-TCU, Art. 220. Para os fins previstos no art. 1º, inciso I, alínea g e no art. 3º da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990, o Tribunal, com a devida antecedência ou quando solicitado, enviará ao Ministério Público Eleitoral, em tempo hábil, o nome dos responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos cinco anos imediatamente anteriores à época em que forem realizadas eleições no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo aos processos em que houver recurso com efeito suspensivo cuja admissibilidade tenha sido reconhecida pelo relator.			

Fonte: constituições estaduais, leis orgânicas, regimentos e outros atos normativos internos dos tribunais de contas, cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. TC: tribunal de contas; 2. Ce: constituição estadual; 3. LO: lei orgânica; 4. AI: atos normativos internos; 5. PP: inclui na lista de inelegíveis os que tiverem recomendação pela rejeição das contas em parecer prévio; 6. JUL: inclui na lista de inelegíveis os que tiverem contas julgadas irregulares; 7. JFC: julgamento ficto das contas, por decurso de prazo sem manifestação do Poder Legislativo; 8. JSP: julgamento das contas sem parecer prévio, após decurso de prazo; 9. SPR: sem previsão; 10. RI: regimento interno.

Quadro 24 - Efeitos dos pareceres prévios, conforme leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Efeitos do parecer		
	Julgamento ficto		Julgamento sem parecer prévio
	Previsto	Prazo em dias	
	Dispositivos destacados das LOM <sup>1</sup>		
Agricolândia (PI)	SPR <sup>2</sup>	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Aguanil (MG)	Sim	60	Não
	LOM de Aguanil, Art. 59. [...] § 2º. As Contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída esta incumbência, considerando-se julgada nos termos das conclusões do parecer, se não houver deliberação dentro do prazo.		
Alumínio (SP)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Anicuns (GO)	SPR	SPR	Não
	LOM de Anicuns, Art. 55. [...] § 2º. As contas do Prefeito prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara Municipal após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios.		
Antônio Prado (RS)	Não	NA <sup>3</sup>	Não
	LOM de Antônio Prado, Art. 36. É da competência exclusiva da Câmara Municipal: [...] XVIII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] b) decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão colocadas na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final;		
Bauru (SP)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Belo Jardim (PE)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Boca da Mata (AL)	SPR	SPR	Não
	LOM de Boca da Mata, Art. 34. O controle externo da Câmara Municipal com auxílio do tribunal de Contas do Estado de Alagoas, através de parecer prévio sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara deverão prestar anualmente. [...] § 5º. Recebido o parecer prévio, a Comissão Permanente de Fiscalização sobre ele e sobre as contas dará seu parecer em quinze dias;		
Bonito (BA)	Sim	60	Não
	LOM de Bonito, Art. 43. [...] § 2º. As contas do prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.		
Brasilândia do Tocantins (TO)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Buriti Alegre (GO)	Sim	60	Não
	LOM de Buriti Alegre, Art. 40. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer dentre outras, as seguintes atribuições: [...] VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre parecer do Tribunal de Contas do Município no prazo Máximo de sessenta dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] b) decorrido o prazo de sessenta dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas; de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas; Art. 59. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta dias, após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.		

Quadro 24 - Efeitos dos pareceres prévios, conforme leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Efeitos do parecer		
	Julgamento ficto		Julgamento sem parecer prévio
	Previsto	Prazo em dias	
	Dispositivos destacados das LOM <sup>1</sup>		
Cacimba de Areia (PB)	Sim	60	Não
	LOM de Cacimba de Areia, Art. 16. Compete privativamente à Câmara Municipal: [...] X - Julgar as contas do Poder Executivo, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de sessenta dias, contados do seu recebimento, observando-se o seguinte: [...] b) transcorrido o prazo estipulado neste inciso, sem que tenha havido deliberação sobre as contas, prevalecerá o que tiver sido acordado no parecer do Tribunal de Contas;		
Caibaté (RS)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Campo Mourão (PR)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Canápolis (MG)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Candeal (BA)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Capela de Santana (RS)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Capitão Poço (PA)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Cosmópolis (SP)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Cruzeiro do Iguaçu (PR)	SPR	SPR	Não
	LOM de Cruzeiro do Iguaçu, Art. 75. O Prefeito Municipal prestará contas anuais da administração financeira do Município à Câmara Municipal. [...] § 2º. É nulo o julgamento das contas do Prefeito Municipal e da Mesa Executiva da Câmara pelo órgão legislativo municipal, quando o Tribunal de Contas não haja exarado parecer prévio.		
Cruzeiro do Oeste (PR)	Não	NA	Não
	LOM de Cruzeiro do Oeste, Art. 60. O controle externo será exercido pela Câmara Municipal com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado e compreenderá: [...] § 2º. Recebido o parecer prévio a que se refere o parágrafo anterior, a Câmara, no prazo máximo de noventa dias, julgará as contas do Município, não correndo este prazo no período de recesso. [...] § 4º. A Câmara não poderá receber ou julgar as contas do Município sem o parecer prévio do Tribunal de Contas. [...] § 6º. Se as contas não forem deliberadas no prazo previsto no § 2º deste artigo, o Presidente da Câmara convocará sessões extraordinárias até que se ultime a votação, sobrestadas as demais matérias constantes da ordem do dia. § 7º. Deverá ser garantido ao responsável pelas contas, amplo direito de defesa, tanto no âmbito da Comissão competente como perante o Plenário.		
Domingos Martins (ES)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
General Carneiro (PR)	Não	NA	Não
	LOM de General Carneiro, Art. 62. [...] § 2º. As contas do Executivo Municipal prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara Municipal dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, podendo ser prorrogado na forma estabelecida nesta Lei, sendo que esgotado este prazo sem deliberação a matéria será colocada na ordem do dia na sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final. § 3º. Será assegurado ao Executivo Municipal, defesa em relação às contas do Município, antes destas irem à votação, em data fixada pela Mesa Diretora.		

Quadro 24 - Efeitos dos pareceres prévios, conforme leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Efeitos do parecer		
	Julgamento ficto		Julgamento sem parecer prévio
	Previsto	Prazo em dias	
	Dispositivos destacados das LOM <sup>1</sup>		
Guaraciaba (SC)	Sim	90	Não
	LOM de Guaraciaba, Art. 20. Na deliberação sobre as contas serão observados os seguintes preceitos: [...] II - decorrido o prazo de noventa dias sem deliberação, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do aludido parecer; [...] IV - antes do julgamento, a Câmara, por maioria simples, deverá converter o processo em diligência, abrindo vistas ao Prefeito do exercício financeiro correspondente, por trinta dias para os esclarecimentos que julgar convenientes; V - se os esclarecimentos forem relevantes, a Câmara devolverá, ainda, por maioria simples, o processo ao Tribunal de Contas do Estado, para novo parecer sobre a matéria nele enfocada, suspendendo-se o prazo referido no inciso II; VI - emitido o segundo parecer pelo Tribunal de Contas do Estado, serão as contas definitivamente julgadas. [...] Art. 105 A Câmara Municipal, na deliberação sobre as contas do Prefeito, deverá observar os preceitos seguintes: I - o julgamento das contas do Prefeito, incluídas as da Câmara Municipal, far-se-á em até noventa dias, contados da data da sessão em que for procedida a leitura do parecer do Tribunal de Contas do Estado; II - recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Câmara Municipal procederá a leitura em plenário, até a terceira sessão ordinária subsequente; III - decorrido o prazo de 90 dias sem deliberação, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do aludido parecer; IV - rejeitadas as contas, deverá o Presidente da Câmara Municipal no prazo de sessenta dias, remetê-las ao Ministério Público para os devidos fins; V - na apreciação das contas, a Câmara Municipal poderá em deliberação por maioria simples, converter o processo em diligência ao Prefeito do exercício correspondente, abrindo vistas pelo prazo de trinta dias, para que sejam prestados os esclarecimentos julgados convenientes; VI - a Câmara Municipal poderá, antes do julgamento das contas, por deliberação da maioria simples, de posse dos esclarecimentos prestados pelo Prefeito, ou a vista de fatos novos que evidenciem indícios de irregularidade, devolver o processo ao Tribunal de Contas do Estado, para reexame e novo parecer; VII - recebido o segundo parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, a Câmara Municipal deverá julgar definitivamente as contas no prazo estabelecido no inciso I; VIII - o prazo a que se refere o inciso I interrompe-se durante o recesso da Câmara Municipal e suspende-se quando o processo sobre as contas for devolvido ao Tribunal de Contas do Estado para reexame e novo parecer.		
Humaitá (AM)	Sim	60	Não
	LOM de Humaitá, Art. 47. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.		
Iguaí (BA)	Sim	60	Não
	LOM de Iguaí, Art. 32. É da competência exclusiva da Câmara Municipal: [...] VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de sessenta dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] b) decorrido o prazo de sessenta dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas; [...] Art. 58. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.		
Imigrante (RS)	Sim	60	Não
	LOM de Imigrante, Art. 14. [...] § 2º. As contas do Prefeito, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara de Vereadores dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas nos termos das conclusões deste parecer, se não houver deliberação dentro deste prazo.		

Quadro 24 - Efeitos dos pareceres prévios, conforme leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Efeitos do parecer		
	Julgamento ficto		Julgamento sem parecer prévio
	Previsto	Prazo em dias	
	Dispositivos destacados das LOM <sup>1</sup>		
Irauçuba (CE)	Sim	30	Não
	LOM de Irauçuba, Art. 102. [...] § 3º. A apreciação das contas da Mesa e do Prefeito, dar-se-á no prazo de trinta dias após o recebimento do parecer prévio do Conselho ou estando a Câmara em recesso, durante o primeiro mês da sessão legislativa imediata, observados os seguintes preceitos: I - decorrido o prazo, sem que se tenha tomado a deliberação, as contas serão tidas como aprovadas ou rejeitadas, conforme a conclusão do parecer do Conselho;		
Itaberaí (GO)	SPR	SPR	Não
	LOM de Itaberaí, Art. 30. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer dentre outras as seguintes atribuições: [...] VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios, no prazo máximo de sessenta 120 (cento e vinte) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...].		
Itambé (BA)	Sim	60	Não
	LOM de Itambé, Art. 41. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras; [...] VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de (60) sessenta dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] b) decorrido o prazo de (60) sessenta dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas; [...] Art. 58. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.		
Jaciara (MT)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Jerônimo Monteiro (ES)	Sim	90	Não
	LOM de Jerônimo Monteiro, Art. 53. [...] § 5º. Recebido o parecer prévio a que se refere o parágrafo anterior, a Câmara Municipal, no prazo de noventa dias, julgará as contas do Prefeito, considerando-se julgados nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro do prazo.		
Ji-Paraná (RO)	SPR	SPR	Não
	LOM de Ji-Paraná, Art. 31. [...] § 5º. Recebido o parecer prévio, a Comissão Permanente de Finanças o apreciará juntamente com as contas, emitindo parecer em quinze dias.		
Joaquim Gomes (AL)	SPR	SPR	Não
	LOM de Joaquim Gomes, Art. 40. [...] § 5º. Recebido o parecer prévio, a Comissão Permanente de Fiscalização sobre eles e sobre as contas dará seu parecer em quinze dias.		
Juquiá (SP)	Sim	90	Não
	LOM de Juquiá, Art. 62. O controle externo a cargo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, observado o seguinte: [...] II - o Tribunal de Contas do Estado emitirá o parecer relativo às Contas do Poder Executivo que serão apreciadas pela Comissão de Economia da Câmara, concluindo por Projeto de Decreto Legislativo, dispondo sobre sua aprovação ou rejeição; III - a Câmara terá o prazo máximo e improrrogável de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, para analisar e julgar as Contas do Prefeito. [...] § 3º. Decorridos 90 (noventa) dias sem deliberação sobre as Contas Municipais, prevalecerá o parecer do Tribunal de Contas do Estado, cabendo ao Presidente da Câmara tomar todas as providências cabíveis à espécie. § 4º. O procedimento para julgamento das Contas do Município será disciplinado pelo Regimento Interno da Câmara que assegurará ao prestador das Contas, o direito de defesa no decorrer do processo na Comissão de Economia e no julgamento em Plenário.		

Quadro 24 - Efeitos dos pareceres prévios, conforme leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Efeitos do parecer		
	Julgamento ficto		Julgamento sem parecer prévio
	Previsto	Prazo em dias	
	Dispositivos destacados das LOM <sup>1</sup>		
Juscimeira (MT)	SPR	SPR	Não
	LOM de Juscimeira, Art. 90. [...] § 3º. Recebido o parecer prévio, a Comissão permanente de Fiscalização da Câmara sobre ele e sobre as contas, dará seu parecer em trinta dias.		
Lagoa do Sítio (PI)	Sim	60	Não
	LOM de Lagoa do Sítio, Art. 35. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: [...] VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observando os seguintes preceitos: [...] b) decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas; [...] Art. 53. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara durante 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou Órgão Estadual a que for atribuída essa incumbência, considerando-se julgadas nos termos das conclusões do parecer, se não houver deliberação dentro do prazo.		
Lidianópolis (PR)	Sim	60	Não
	LOM de Lidianópolis, Art. 55. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: [...] VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito e de sua Mesa, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas, devendo o processo ser iniciado no prazo de 20 (vinte) dias após seu recebimento, conforme Regimento Interno e observados os seguintes preceitos: [...] b) decorrido o prazo de sessenta dias sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;		
Macaé (RJ)	Sim	60	Não
	LOM de Macaé, Art. 63. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, entre outras: [...] VI - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] b) decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do Tribunal de Contas; [...] Art. 132. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.		
Minador do Negrão (AL)	SPR	SPR	Não
	LOM de Minador do Negrão, Art. 58. [...] § 2º. As contas do Município, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara, dentro de sessenta dias, após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência.		
Mirassol (SP)	Sim	60	Não
	LOM de Mirassol, Art. 31. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: [...] VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer o Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observando os seguintes preceitos; [...] b) decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas; [...] Art. 49. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.		
Mogi Guaçu (SP)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		

Quadro 24 - Efeitos dos pareceres prévios, conforme leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Efeitos do parecer		
	Julgamento ficto		Julgamento sem parecer prévio
	Previsto	Prazo em dias	
	Dispositivos destacados das LOM <sup>1</sup>		
Monte Alto (SP)	Sim	60	Não
	LOM de Monte Alto, Art. 170. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara Municipal dentro de 02 (dois) meses após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.		
Mundo Novo (MS)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Nossa Senhora das Graças (PR)	Sim	60	Não
	LOM de Nossa Senhora das Graças, Art. 40. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: [...] VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de sessenta dias do seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] b) decorrido o prazo de sessenta dias sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas de acordo com a conclusão do Parecer do Tribunal de Contas; [...] Art. 107. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Mesa da Câmara Municipal prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas, nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro do prazo fixado.		
Ocaçu (SP)	Não	NA	Não
	LOM de Ocaçu, Art. 17. Compete privativamente à Câmara Municipal: [...] XX - tomar e julgar as contas do prefeito, deliberando sobre o Parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de 60 dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] b) decorrido o prazo de 60 dias sem deliberação pela Câmara, o Parecer será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais deliberações, até que se ultime a votação;		
Penaforte (CE)	Sim	60	Não
	LOM de Penaforte, Art. 46. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas, nos termos das conclusões deste parecer, se não houver deliberação dentro deste prazo. [...] § 5º. O prazo previsto no § 2º deste artigo não correrá nos períodos de recesso.		
Piquet Carneiro (CE)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Pojuca (BA)	SPR	SPR	Não
	LOM de Pojuca, Art. 41. [...] § 5º. Recebido o parecer prévio, a Comissão Permanente de fiscalização sobre ele e sobre as contas dará seu parecer em 15 (quinze) dias.		
Potiraguá (BA)	Sim	60	Não
	LOM de Potiraguá, Art. 53. Compete privativamente à Câmara as seguintes atribuições, dentre outras: [...] VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios, observados os seguintes preceitos: [...] b) decorrido o prazo de sessenta dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com o parecer do Tribunal de Contas;		
Presidente Juscelino (MG)	SPR	SPR	Não
	LOM de Presidente Juscelino, Art. 55. Compete privativamente à Câmara Municipal, mediante ato próprio, o exercício, no que couber, das atribuições enumeradas no art. 62 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e ainda: [...] XI - julgar as contas prestadas pelo Prefeito Municipal, com base em parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado;		
Ribeirão Grande (SP)	Sim	60	Não
	LOM de Ribeirão Grande, Art. 30. Compete privativamente a Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: [...] VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o Parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observado os seguintes preceitos: [...] b) decorrido o		

Quadro 24 - Efeitos dos pareceres prévios, conforme leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Efeitos do parecer		
	Julgamento ficto		Julgamento sem parecer prévio
	Previsto	Prazo em dias	
	Dispositivos destacados das LOM <sup>1</sup>		
	prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do Parecer do Tribunal de Contas;		
Rodelas (BA)	Sim	60	Não
	LOM de Rodelas, Art. 45. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as atribuições, dentre outras: [...] VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seus recebimentos, observados os seguintes preceitos: [...] b) decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas; [...] Art. 71. [...] § 6º. Recebido o parecer prévio, a Comissão Permanente de Fiscalização sobre ele e sobre as Contas dará o seu parecer em 15(quinze) dias.		
Santa Carmem (MT)	Não	NA	Não
	LOM de Santa Carmem, Art. 109. A Câmara somente poderá julgar as contas do Prefeito, após o parecer do Tribunal de Contas. Art. 110. [...] II - O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos Vereadores, que será tomada, obrigatoriamente, no prazo de sessenta dias da devolução pelo Tribunal de contas; III - Esgotado o prazo de sessenta dias, sem deliberação da Câmara Municipal, as contas com o parecer do Tribunal de Contas serão colocadas na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final;		
Santa Juliana (MG)	Sim	120	Não
	LOM de Santa Juliana, Art. 16. Compete privativamente à Câmara Municipal: [...] VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de cento e vinte dias de seu recebimento, observando os seguintes preceitos: [...] b) decorrido o prazo de cento e vinte dias sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas. [...] Art. 49. [...] § 2º. As contas do Prefeito, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara Municipal no prazo de cento e vinte dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas. § 3º. Decorrido o prazo do parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas.		
Santana do Cariri (CE)	Sim	30	Não
	LOM de Santana do Cariri, Art. 127. [...] § 3º. A apreciação das contas da Mesa da Câmara e do Prefeito se dará no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios ou, estando a Câmara em recesso, durante o primeiro mês de sessão legislativa imediata observados os seguintes preceitos: I - decorrido o prazo para deliberação, sem que essa tenha sido tomada, as contas serão tidas como aprovadas ou rejeitadas, conforme conclusão do parecer do Tribunal;		
São Francisco do Pará (PA)	Sim	60	Não
	LOM de São Francisco do Pará, Art. 55. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, considerando-se julgado nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.		
São Lourenço do Sul (RS)	SPR	SPR	Não
	LOM de São Lourenço do Sul, Art. 16. A prestação de contas do Prefeito referente à gestão financeira do ano anterior, será apreciada pela Câmara após recebimento do respectivo parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou outro órgão, o qual somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara.		
São Sebastião do Rio Verde (MG)	Sim	60	Não
	LOM de São Sebastião do Rio Verde, Art. 29. Compete privativamente ao à Câmara: [...] VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas		

Quadro 24 - Efeitos dos pareceres prévios, conforme leis orgânicas municipais.

Município (UF)	Efeitos do parecer		
	Julgamento ficto		Julgamento sem parecer prévio
	Previsto	Prazo em dias	
	Dispositivos destacados das LOM <sup>1</sup>		
	do Estado no prazo máximo de sessenta dias de sessenta dias de seus recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] b) decorrido o prazo de sessenta dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas do Estado;		
Sertaneja (PR)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Sete de Setembro (RS)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Silveira Martins (RS)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Ubatuba (SP)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Vargeão (SC)	Sim	60	Não
	LOM de Vargeão, Art. 31. É da competência privativa da Câmara Municipal: [...] VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de sessenta dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: [...] b) decorrido o prazo de sessenta dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas; [...] Art. 57. [...] § 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo;		
Várzea Grande (PI)	SPR	SPR	SPR
	Sem destaque.		
Vera Cruz (BA)	SPR	SPR	Não
	LOM de Vera Cruz, Art. 49. [...] § 5º. Recebido o Parecer Prévio, a Comissão Permanente de Fiscalização, sobre ele e sobre as contas dará seu parecer em 15 dias.		
Wall Ferraz (PI)	Sim	60	Não
	LOM de Wall Ferraz, Art. 59. [...] § 3º. As contas do Prefeito e da Mesa da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara Municipal dentro de 60 (sessenta) dias, após o recebimento do parecer técnico do Tribunal de Constas do Estado, considerando-se julgadas nos termos de conclusão do parecer se não houver deliberação dentro deste prazo;		
Xexéu (PE)	SPR	SPR	Não
	LOM de Xexéu, Art. 54. [...] § 2º. O parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, deverá ser encaminhado à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal, para que sobre ele e sobre as contas dê seu parecer em 15 (quinze) dias;		

Fonte: leis orgânicas dos municípios selecionados para a amostra estatística, conforme apresentado no Apêndice D (p. 583), cuja referência completa é apresentada na seção Referências (p. 479), deste trabalho. Elaboração própria.

Notas: 1. LOM: lei orgânica do município; 2. SPR: sem previsão; 3. NA: não se aplica.

